



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIA EDNANDA RODRIGUES LOPES

PRESENÇA JUDAICA: O PASSADO COLONIAL NAS FIGURAÇÕES
FAMILIARES DO SERTÃO CEARENSE

FORTALEZA

2022

MARIA EDNANDA RODRIGUES LOPES

PRESENÇA JUDAICA: O PASSADO COLONIAL NAS FIGURAÇÕES FAMILIARES DO
SERTÃO CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Pensamento Social, Imaginário e Religião.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andrea Borges Leão.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L854p Lopes, Maria Ednanda Rodrigues.
 Presença judaica : o passado colonial nas figurações familiares do sertão cearense / Maria Ednanda Rodrigues Lopes. – 2022.
 187 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.
 Orientação: Profa. Dra. Andrea Borges Leão.
1. Judeus. 2. Sefarditas. 3. Inquisição. 4. Memória. 5. Esquecimento. I. Título.

CDD 301

MARIA EDNANDA RODRIGUES LOPES

PRESENÇA JUDAICA: O PASSADO COLONIAL NAS FIGURAÇÕES FAMILIARES DO
SERTÃO CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 15/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Andréa Borges Leão (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UECE)

Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima

Professor do Departamento de Ciências Sociais (UFC)

Prof. Dr. Renato Athias

Professor de Antropologia e Museologia (UFPE)

"A função do historiador é lembrar a sociedade
daquilo que ela quer esquecer" (...)

"Você não sabe mais que seus ancestrais"

(PETER BURKE)

RESUMO

A proposta de análise sociológica discutida neste trabalho de dissertação, busca nos subterrâneos do passado histórico rememorar a trajetória de Cristãos-Novos que vieram ao Brasil, no início da Colonização, em face da institucionalização da máquina da fé. Este período foi caracterizado pelo estigma e perseguição contra o sangue judeu, sendo forjado a partir de um complexo arranjo costurado entre a Monarquia Portuguesa e o Tribunal do Santo Ofício Ibérico. Nessa perspectiva, os conceitos de processos sociais e figurações familiares, do sociólogo alemão Norbert Elias, assim como a memória coletiva, individual e a categoria de análise de identidade são vistos como centrais para a compreensão das relações e reações apresentadas na realidade dos descendentes de judeus sefarditas, no atual contexto da região metropolitana de Sobral, no estado do Ceará. Irei analisar as motivações dos candidatos contemplados no Decreto-Lei, número: 30-A/2015, páginas: 1246-(92) a 1246-(93), aprovado em 27 de fevereiro de 2015, pelo Parlamento de Portugal, que concede o direito à cidadania portuguesa, por naturalização, a cidadãos estrangeiros que comprovem mediante documentação exigida, descender de judeus que foram em meados do século XV e início do século XVI obrigados a deixar Portugal em virtude da Inquisição. Os assuntos descritos na presente pesquisa foram também confirmados em consultas nas documentações primárias, assentos batismais, de casamentos, obituários, arquivos documentais de cartórios, museus, cúria diocesana, dentre outros.

Palavras-chave: Judeus; Sefarditas; inquisição; memória; esquecimento.

BSTRACT

The proposal of sociological analysis discussed in this dissertation work seeks, in the underground of the historical past, to recall the trajectory of New Christians who came to Brazil, at the beginning of Colonization, in the face of the institutionalization of the faith machine. This institutionalization was characterized by the stigma and persecution against Jewish blood, being especially strengthened from a complex arrangement sewn between the Portuguese Monarchy and the Iberian Holy Office. In this perspective, the concepts of social processes and family figurations, by the German sociologist Norbert Elias, as well as collective and individual memory and the category of identity analysis are seen as central to understanding the relationships and reactions presented in the reality of Jewish descendants. Sephardic, in the current context of the metropolitan region of Sobral, State of Ceará. I will analyze the motivations of the candidates included in the Decree-Law, number: 30-A/2015, pages: 1246-(92) to 1246-(93), approved on February 27, 2015, by the Parliament of Portugal, which grants the right to Portuguese citizenship, by naturalization, to foreign citizens who prove through the required documentation, descent from Jews who were, in the mid-15th and early 16th centuries, forced to leave Portugal by virtue of the Inquisition. The subjects described in the present research were also confirmed in consultations in primary documentation, baptismal records, marriage records, obituaries, documental archives of notaries, museums, diocesan curia, among others.

Keywords: jewish; sephardic; inquisition; memory; forgetfulness.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Vestimentas do réu e inquisidor.....	22
Imagem 2 -	A expulsão dos judeus.....	32
Imagem 3 -	Estandartes da Inquisição Ibérica.....	32
Imagem 4 -	Diagrama da família feijão.....	96
Imagem 5 -	Lira numa pedra talhada com símbolo judaico.....	82
Imagem 6 -	Lápide de Trajano Rodrigues no ano de 1980.....	86
Imagem 7 -	Lira ao lado da lápide de Trajano Rodrigues no ano de 1980.....	87
Imagem 8 -	Documento de doação de terras por Manoel Madeira de Matos.....	33
Imagem 9 -	Esboço do cadafalso.....	82
Imagem 10 -	Menorá.....	88
Imagem 11 -	A lápide de Samuel Weil.....	89
Imagem 12 -	Colher de bronze Holandesa.....	91
Imagem 13 -	Os Farrapos de Olhos Azuis.....	93
Imagem 14 -	Certificado de origem Sefardi.....	98
Imagem 15 -	Detalhe do documento original referente ao processo de Antonio Simões Colaço.....	101
Imagem 16 -	Certificado concedido ao colaborador Denis Frota.....	102
Imagem 17 -	Página inicial do documento original referente ao processo de Branca Dias.....	110

SUMÁRIO

1	BUSCANDO OS RESQUÍCIOS DE UM PASSADO OCULTADO: A GÊNESE DE UMA PESQUISA.....	11
1.1	Um exercício sociológico de retrospectiva histórica.....	18
1.2	Judeus sefarditas: diáspora do velho ao novo mundo.....	26
1.3	Conversão ou “judiação”: a Santa Inquisição e o suplício do povo judeu.....	37
2	INFLUÊNCIAS DA CULTURA JUDAICA NA FAMÍLIA FEIJÃO: MEMÓRIAS, PRÁTICAS E SIGNIFICADOS.....	49
2.1	Revisitando vestígios dos Cristãos-novos na Região Metropolitana de Sobral.....	58
2.2	Formação de figurações familiares: da Fazenda Caiçara ao Riacho Guimarães.....	67
2.3	Peculiaridades do padre e historiador João Mendes Lira pelas lentes de sua sobrinha.....	81
2.4	História Oral: Padrim Chico na narrativa dos netos.....	88
2.5	Concessão da cidadania portuguesa via ascendência sefardita.....	97
3	A SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO JUDAÍSMO ANTIGO.....	116
4	A MEMÓRIA COMO PRÁTICA SOCIAL E HERANÇA CULTURAL DE UM POVO: UMA CONCLUSÃO POSSÍVEL.....	127
	REFERÊNCIAS.....	138
	ANEXO A - O OLHAR DE UM GENEALOGISTA.....	149
	ANEXO B - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DECRETO-LEI N.º 30-A/2015 DE 27 DE FEVEREIRO.....	151
	ANEXO C – PARTE 1 - ORIGEM DO RIACHO GUIMARÃES.....	156
	ANEXO C – PARTE 2 - ORIGEM DO RIACHO GUIMARÃES.....	157
	ANEXO D- FUZILAMENTO DE PADRE MORORÓ – NETO DE MANOEL MADEIRA DE MATOS.....	158
	ANEXO E - GENEALOGIA DE FAMÍLIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL – ARQUIVO PESSOAL DE CIRO MORAES.....	159

ANEXO F - ESCRITURA DE DOAÇÃO DE TERRAS À IGREJA CATÓLICA POR MANOEL MADEIRA DE MATOS, EM 1884 – ARQUIVO PESSOAL AUGUSTO MARTINS.....	164
ANEXO G - COLETÂNEAS DE PADRE JOÃO MENDES LIRA SOBRE A PRESENÇA JUDAICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL. ARQUIVO PESSOAL DA HISTORIADORA ANA CAROLINA RODRIGUES DA SILVA.....	169
ANEXO H - LISTA DE ENTREVISTADOS.....	186

1 BUSCANDO OS RESQUÍCIOS DE UM PASSADO OCULTADO: A GÊNESE DE UMA PESQUISA

;*Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa.
(BENJAMIN, 1990, p. 256).

Neste capítulo introdutório, em que faço uma aproximação e um delineamento mais amplo do meu objeto de pesquisa, é necessário destacar que o intenso trabalho de estudos e incursões de campo, realizados por mim ao longo do curso de mestrado, incluindo as dificuldades e contrariedades inerentes ao próprio gesto de pesquisar, formularam os ingredientes necessários ao desenvolvimento e feitura desta dissertação. Com algumas insistências e desistências usuais sobre a definição da melhor abordagem teórico-metodológica, ao longo do referido processo, estabeleci como foco central a investigação da presença dos cristãos-novos de origem sefardita no Brasil setecentista, assim como de seus descendentes – em suas possíveis relações com o processo de formação da sociedade cearense –, tendo o olhar voltado mais especialmente para a área de abrangência da zona norte do estado do Ceará, região metropolitana de Sobral.

Em geral, busquei aporte em referenciais teóricos, metodológicos e bibliográficos diversificados, quando pude mergulhar em preciosas fontes historiográficas e literárias, tanto estrangeiras quanto nacionais e regionais – embora sempre preservando uma abordagem propriamente “relacional”, mais alinhada às perspectivas socioantropológicas assimiladas ao longo dos anos em que cursei minha graduação e especialização na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), elaborando ideias que foram posteriormente sistematizadas em meu mestrado na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Com efeito, tendo tais perspectivas como “bússolas”, minha escrita propõe analisar possíveis resquícios e desdobramentos da Inquisição portuguesa no período Colonial brasileiro, destacando suas prováveis repercussões e implicações sociológicas e culturais durante o século XVIII, desembocando, por fim, em heranças parentais que podem ser captadas no século XXI.

Ressalto que, além de possuir um interesse por temas relacionados ao passado histórico do Ceará – assim, como, pela origem genealógica de famílias do sertão cearense; a escolha da temática apresentada, também é motivada pelo desejo de conhecer melhor a história de vida dos meus ancestrais. Durante minha infância recebi os primeiros ensinamentos de minha avó, senhora Rita Maria Ripardo. Ela contava que os ancestrais da família Feijão

tinham vindo de Portugal em um navio – encaixotados – na condição de refugiados, mas por razões desconhecidas. Por conseguinte, contava-se à boca miúda que provavelmente fugiam de uma guerra.

Porquanto, anos depois, ao ingressar na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) para cursar Ciências Sociais; logo, no primeiro semestre letivo, conheci o historiador Dr. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, referência em estudos sobre a história do Ceará, sobretudo Sobral, que me apresentou a obra “A presença dos judeus em Sobral e circunvizinhanças e a dinamização da economia sobralense em função do capital judaico”, do notável historiador de Sobral, Padre João Mendes Lira, de saudosa e abençoada memória. Confesso que a pesquisa exploratória de Lira representou um verdadeiro “divisor de águas” em minha vida acadêmica e pessoal.

Em síntese, Lira dizia que algumas famílias de Sobral e adjacências descendiam de judeus (“cristãos novos”)¹ provenientes de Portugal, que em virtude das constantes perseguições perpetradas pelo Tribunal do Santo Ofício e pela Coroa Portuguesa foram obrigados a fugir para outros lugares, dentre eles, o Brasil colonial. Lira também narrou vários hábitos e costumes das famílias de Sobral e de Groaíras que guardavam estreita relação com o judaísmo e que foram ocultados. Além de revisitar alguns acontecimentos dantescos ocorridos no passado histórico sobralense, decorrentes da perseguição contra o “sangue infecto”.

Outrossim, acho interessante ressaltar que em meu grupo familiar era manifesto o absoluto desconhecimento acerca da identificação e/ou origem do meu tetravô. Após longos anos de pesquisas, descobri se tratar de Francisco das Chagas Feijão (primeiro na linha sucessória a adotar o sobrenome Feijão, seguido do irmão Vicente Gonçalves Feijão), eram filhos de Tomé Gonçalves Pereira e de Ana Maria do Espírito Santo².

¹ O termo “Cristão Novo” na concepção de (Kaufman, 2003, p. 06), diz respeito aos judeus convertidos quase forçadamente, para escapar à morte, à expatriação ou à confiscação dos bens. Alguns foram acusados de “judaizarem”, isto é, de praticarem em segredo a religião dos seus antepassados, incorrendo, portanto, na acusação de apostasia ao batismo. [...] Contudo, no seio da sociedade colonial os preconceitos persistiam. Havia um princípio de organização social que consistia na distinção entre cristãos-velhos (cujas famílias já eram católicas antes da conversão forçada de todos os judeus portugueses, em 1497) e cristãos-novos (judeus de conversão recente e seus descendentes). Este princípio foi mantido até meados do século XVIII. O conceito de “pureza de sangue” era usado no século XVI para distinguir os que, racial e politicamente enquadravam-se no ideal português branco e cristão-velho. Aos descendentes dos cristãos-novos era vedado o ingresso na carreira das armas ou em cargos públicos (KAUFMAN, 2003, p. 19, 20).

² A família Feijão do Ceará originou-se de um ancestral chamado Tomé Gonçalves Pereira, que veio de Portugal no auge da Inquisição Portuguesa, na companhia de dois primos legítimos dos quais se originaram a família Melo e Paiva. Segundo a história, os três desembarcaram na região onde hoje é o Estado de Pernambuco e de lá se deslocaram para o interior do Ceará, instalando-se principalmente em terras que hoje é a cidade de Groaíras, onde começou sua família ao se casar com Ana Maria do Espírito Santo. Desse casal descendem todos da família Feijão no Ceará e provavelmente do Brasil. Portanto é uma família única, todos descendem do mesmo tronco. Segundo a história contada por Moacir Feijão: Tomé Gonçalves Pereira era professor, e quando chegava a hora do almoço, ele falava para os alunos: Vamos que está na hora de comer o feijão. Por isso os alunos o apelidaram de Professor Feijão. O nome pegou, e assim ele ficou conhecido como Professor

Entrementes, esse ancestral remoto da família Feijão, chamado Tomé Gonçalves Pereira, era cristão-novo e teria vindo de Portugal para o Nordeste brasileiro, instalando-se, inicialmente, em Pernambuco. Anos depois, migrou para o Riacho Guimarães, hoje Groaíras, na condição de refugiado da inquisição.

Na pesquisa precursora do genealogista Moacir Lima Feijão, ele revelou a origem genealógica de algumas famílias do Ceará, sobretudo da família Feijão. Para isso, financiou uma busca criteriosa em arquivos cartoriais e paroquiais de Sobral, cidades circunvizinhas e em outros estados. A pesquisa identificou o primeiro Feijão a habitar terras brasileiras que, ter-se-ia refugiado no Brasil colonial em virtude da Inquisição Portuguesa.

Destaco, ainda, o fato de que embora meus objetivos, como pesquisadora, pudessem soar para algumas pessoas como algo “complexo demais”, ou uma invenção do “mito de origem”, é importante frisar que só continuei o trabalho, quando pude reunir indícios consideráveis, sobretudo ao compartilhar saberes e conhecer pessoas, pesquisadores ou não, que já se aprofundavam sobre o tema e acerca das raízes ancestrais judaicas no Brasil, especialmente, na região Nordeste. Dessa forma, conhecendo minha história, pude conhecer, também, a história de outras pessoas, dando visibilidade a uma parte importante da formação do Brasil que foi apagada.

Denoto que a escolha do tema nunca foi visando me expor ou ao grupo que pesquiso, mas levar ao conhecimento de todos uma questão universal e base da formação da sociedade brasileira. Essas trajetórias de vida se inter cruzam num passado, futuro e presente socialmente “compartilhados” e “interconectados”, trajetórias que se movem como na imensa estação de metrô imaginada por Pierre Bourdieu (1989), estabelecendo conexões e acessos que estão em permanente transformação.

Por conseguinte, refletindo acerca dos agentes sociais que se movem e se mesclam, transformando-se na passagem do tempo, Merleau-Ponty (1990) considera que,

Não é o passado que impele ao presente nem o presente que impele ao futuro no ser; o futuro não está preparado por detrás do observador, mas se premedita diante dele, como a tempestade no horizonte. Se o observador, colocado num barco, segue o curso da água, pode-se dizer que ele desce com a corrente para o seu futuro, mas o futuro são as novas paisagens que o esperam no estuário, e o curso do tempo não é o riacho mesmo: é o desenvolvimento das paisagens para o observador em movimento.

Feijão. Acostumado de ser chamado assim, resolveu registrar os seus descendentes com o sobrenome Feijão. Deste modo, nasce uma nova e única família: A Família Feijão que na realidade é Gonçalves Pereira. Do casal Tomé Gonçalves Pereira e Ana Maria do Espírito Santo nasceram dois filhos, os primeiros a terem o sobrenome Feijão, são eles Francisco Das Chagas Feijão e Vicente Gonçalves Feijão. Disponível em: <http://sobralearte.blogspot.com/2012/01/familia-feijao.html>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

O tempo não é, pois, um processo real, uma sucessão efetiva que eu me limitaria a registrar. Ele nasce de minha relação com as coisas. Mesmo nas coisas, o futuro e o passado são uma espécie de pré-existência e de sobrevivência eternas; a água que passará amanhã está neste momento na sua fonte, a água que acabou de passar está agora um pouco mais abaixo, no vale. (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 415).

Intimamente, observo como uma condição necessária – embora extremamente dolorosa – reconhecer o familiar como um estranho, ou o estranho como um familiar, quando se estar observando de perto e de dentro (Cf. MAGNANI, 2002): na condição de pesquisador que é simultaneamente sujeito e também objeto da prática de pesquisa: buscando equilíbrio entre inúmeros desafios postos pela difícil “arte” de pesquisar. No fundo, parecemos realmente presos em labirintos de temporalidades, espacialidades e camadas de símbolos sobrepostos, em que a subjetividade do pesquisador constitui uma parte intrínseca da própria realidade a ser estudada, sendo o sujeito que pesquisa apenas outra micropartícula da complexa e inevitável objetividade da “máquina social”.

Acerca dos procedimentos metodológicos adotados ao longo do trabalho de campo, decidi recorrer principalmente ao modelo de entrevistas abertas e semiestruturadas, método que procurei aperfeiçoar no desenrolar da pesquisa. Em geral, tais entrevistas se configuraram a partir de um esboço ou roteiro flexível, pré-estabelecido, com perguntas abrangentes e dissertativas (FREITAS, 2006), capazes de favorecer uma melhor descrição, explicação e compreensão dos fenômenos sociais relatados: sobretudo considerando a interpretação dos próprios interlocutores, imersos em suas conjunturas pessoais e familiares (TRIVIÑOS, 1987, p. 121).

Conquanto as perguntas tenham partido de objetivos mais específicos, em minhas entrevistas procurei não excluir situações espontâneas, experiências que propiciaram uma abertura para novas indagações, revelando assim o caráter flexível das entrevistas, de acordo com a aceitação e fluidez das conversações que pude estabelecer com meus interlocutores.

Prefiguro que os resultados obtidos a partir das falas dos sujeitos pesquisados foram analisados à luz dos aportes teóricos utilizados neste trabalho, na tentativa de compreender a “teia de significados” (GEERTZ, 2008, p. 8) na qual estão emaranhadas as diversas manifestações de sentidos e símbolos que as famílias atribuem às suas práticas passadas e presentes. Para o registro das entrevistas, houve casos em que alguns interlocutores pediram que seus relatos não fossem registrados pelo gravador de voz, por razões que eles não revelaram, de modo que nesses casos, optei pelas anotações no diário de campo.

Em parte, considero que as anotações no diário não permitem um total aproveitamento dos depoimentos, se compararmos com a captação dos relatos registrados via gravador. Entretanto, vale frisar que o diário é uma importante ferramenta e foi crucial para anotações de fatos observados em campo, na realização de descobertas importantes que em um primeiro momento, pareciam irrelevantes para os fins da pesquisa, mas, assim como na feitura de uma “colcha de retalhos”, que isoladamente e a princípio parecem recortes desconexos e imprecisos, ao se congregarem, tornam-se um todo coerente e conexo.

À vista disso, vale lembrar que Malinowski (1978), ao tratar da pesquisa de campo, aponta para um dos instrumentos metodológicos que deve ser incorporado pelo pesquisador: o diário etnográfico para o registro de acontecimentos diversos, ainda que estes pareçam irrelevantes numa primeira vista.

Á inserção do supracitado considero pertinente refletir aqui acerca da dimensão limitada do discurso do pesquisador, pois é somente a partir da análise dos discursos do objeto que se faz possível realizar uma projeção do “real”. Assim como propõe a concepção weberiana sobre o tipo ideal que considera sistemas analíticos limitados diante das várias possibilidades que nos impõe as realidades apresentadas. Michel de Certeau (1994) afirma que um dos papéis primordiais do pesquisador é se dedicar à “arte de fazer”, lançando luzes sobre aspectos antes não percebidos, obscurecidos ou inusitados relacionados ao tema pesquisado.

Prefiguro que no processo de gênese do meu trabalho de pesquisa, considerei importante realizar um levantamento bibliográfico em instituições especializadas sobre a questão judaica, como o “Arquivo digital Nacional Torre do Tombo” e o “Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco” (infelizmente não pude visitá-lo em razão da pandemia Covid-19). Consequente, procurei realizar intensas buscas em obras literárias (brasileiras e internacionais), manuscritos primários, jornais, revistas, cartilhas, assentos de batismo, casamentos e até mesmo em obituários. Por outro lado, ressalto que foi justamente no campo de pesquisa onde pude assumir o papel de pesquisadora: podendo elaborar um inventário de ideias, planejando como se daria a coleta de dados, fazendo a seleção dos entrevistados e delimitando assuntos a serem tratados na prática da escrita.

Atinente a isso é importante enfatizar que a escolha dos entrevistados foi direcionada, em grande parte, para os descendentes de cristãos-novos que selecionei previamente, levando em conta a linhagem familiar, supostamente judaica. Considerei as próprias indicações dos entrevistados acerca de novos colaboradores. Enquanto os outros personagens, pude conhecer, espontaneamente, em momentos variados de minhas incursões ao campo. Os colaboradores têm idades que variam entre 50 a 97 anos, sendo homens e mulheres

que foram escolhidos ou que optaram em auxiliar-me, no transcorrer de minhas aproximações ao campo empírico, que abrange, especificamente, a microrregião de Sobral, especialmente, o município de Groaíras, antigo “Riacho Guimarães”. Contudo, houve situações pontuais em que entrevistei pessoas que não eram necessariamente de origem cristã-nova, além de colaboradores de outras faixas etárias diversas das referidas anteriormente.

Em síntese, percebendo a dinâmica das transformações sociais ocorridas em campo, e considerando a cosmovisão dos sujeitos sociais envolvidos, é notória a variedade de discursos de um entrevistado ao outro: cada um buscando proporcionar, de um lado, suas visões subjetivas e, de outro, suas percepções coletivas da realidade na qual estão inseridos (Cf. BEAUD & F. WEBER, 2007). Em muitos casos, percebi que as disposições pessoais de alguns interlocutores não correspondiam com os elementos que fundamentaram as escolhas feitas por mim, quando ainda iniciava esboços para elaboração do meu projeto de pesquisa.

Por sua vez, considerando as mudanças espontâneas e inevitáveis do campo de estudo, hoje considero precipitado pontuar objetivos prévios de forma rígida: o planejamento de algo só demonstra eficácia quando não está engessado em “como as coisas devem ser”, mas em como elas ocorrem “de fato”, ou seja, com a menor interferência consciente de agentes externos. Assim, as questões elencadas só puderam ser colocadas em prática à medida que surgiram em formato de experiências, ao longo das visitas e entrevistas que realizei em campo, a depender das relações construídas entre a pessoa do pesquisador e a pessoa do pesquisado. No campo das ciências humanas não se pode deixar de considerar a fragilidade, a flexibilidade e a inconstância dos seres envolvidos no processo social, sendo difícil traçar com precisão o que só pode ser construído e aperfeiçoado na prática das relações.

Dado o exposto, para a consecução dos objetivos da pesquisa, utilizei a abordagem qualitativa. Assim, o olhar foi construído através de aspectos não possíveis de serem tabulados em uma expressão ou conta numérica, pois lidamos com algumas situações que implicam à subjetividade profunda dos atores sociais, como pressuposto primordial: “gente em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças...” (MINAYO, 1994, p. 22). Nessa busca pela compreensão do universo do objeto de estudo em questão, a pesquisa de campo foi minha guia, definidora de cada passo dado. É nesse momento do processo que o pesquisador entra em contato direto com os sujeitos de uma dada realidade, escolhida por ele para compreender e questionar, embasado por teorias sobre o objeto de estudo, estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática.

Dentro destes termos, acrescento que as reflexões teóricas constituíram um requisito primordial para o que pude trazer da observação em campo. Como afirma Evans Pritchard (1978, p. 300): “o que se traz de um trabalho de campo depende muito do que se leva para ele”. Os resultados obtidos a partir das fontes documentais, historiográficas e orais foram analisados à luz dos aportes teóricos utilizados ao longo do trabalho. Para isto me acerquei dos autores: Novinsky (2015), Lira (1981), Grinberg (2005) e Wachtel (2003), estudiosos da temática dos cristãos-novos, na tentativa de compreender a sociogênese da formação de determinadas famílias cearenses e as implicações na vida social, cultural, política e econômica, no Ceará.

Nessa trajetória, o modelo teórico utilizado por mim foi fundamental para produzir um *script* de realidade, especificamente da realidade como objeto socialmente construído e, portanto, relacional. Nesse sentido, a memória é mais performativa, não sendo apenas o acúmulo de tudo aquilo que aconteceu no passado. Ela funciona como um dispositivo de sobrevivência na tentativa de perseverar um elo originário, a mensagem de um grupo em relação ao futuro, como indica meu tema de pesquisa sobre as raízes judaicas.

Para Pierre Bourdieu (1989), as histórias de vida não são um projeto que tem um deslocamento linear, unidirecional, com um começo, etapas e fim. O real é descontínuo, formado de elementos justapostos, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos, porque surgem de modo aparentemente imprevisto, fora de propósito e aleatório. Contudo, não é impossível trazer à tona as histórias de vida ao tratar da memória e identidade social, pois ao ser pensada, ou mesmo recordada, a memória de um grupo, certamente, apresentará características comuns e recorrentes no que remete ao seu passado vivido.

Por seu turno, o estudioso Pollak (1989, p. 200), sobre a reconstrução de acontecimentos vividos na produção de identidades, diz ser perfeitamente possível por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorrer um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Por outro lado, a crítica sobre o suporte da história oral ancorado na memória é problematizada pela fragilidade de tal método não dar conta da reconstituição do passado, mas apenas de produzir representações, pautadas em fontes primárias. Ainda, segundo Pollak (1989, p. 200), “... se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é”. Para o autor, não existe diferença entre fonte escrita e oral, desde que contemple as parcialidades e limitações. Nem a fonte oral, nem a escrita pode ser apreendida como expressão do real. O real seria algo inacessível sem as técnicas de observação, e essas técnicas não devem

ser “ingênuas”, no sentido de que a técnica não é teoricamente neutra, mas teoricamente orientada. O que está em foco é o enquadramento da memória, em que um grupo constrói uma narrativa sobre o passado que deve ser socialmente legitimado, a partir de uma rememoração possível.

Em linhas gerais, o conceito de identidade pode ser visto como a busca de um lugar no mundo para nos identificarmos, com suas peculiaridades e referenciais, ancorados de maneira estável, bem como seguros em meio à fluidez. Diante do exposto, compreendemos que a identidade é relacional, espacial e histórica. Mas também, poderá ser normatizadora, dominadora e restritiva; assim, a vida social buscará consolidá-la, dando-lhe concretude, estabelecendo pontos de referência para construí-la e mantê-la.

1.1 Um exercício sociológico de retrospectiva histórica

O advento da Inquisição no Brasil ocorreu por volta de 1591, com a primeira visitação do Tribunal de Lisboa a Pernambuco e Bahia, motivada pela chegada de um número relativamente expressivo de cristãos-novos ao Brasil, impulsionados na grande maioria pela florescente economia açucareira em vertiginosa ascensão. Considerando prováveis exceções, podemos afirmar que o período em questão foi, inicialmente, marcado por relativa tranquilidade, quando judeus e cristãos-novos conseguiam professar sua fé em sinagogas domésticas improvisadas, de modo que estes podiam contrair matrimônio, abertamente, livres das rigorosas punições e restrições relativas à poluição ritual e contaminação sanguínea³, comumente impostas por setores religiosos mais rígidos e por camadas conservadoras da população.

Pode-se, portanto, afirmar que o relativo cenário de calma e “livre” profissão de fé experimentado por alguns, transcorreu com alguma sensação de liberdade, sobretudo usufruída pelos novos judeus convertidos ao cristianismo, como também por outros que não estavam interessados em professar o judaísmo, apenas almejavam um lugar tranquilo para viver do outro lado do Atlântico.

³ Acerca da temática de “poluição ritual” na perspectiva místico-religiosa, vale a pena destacar aqui a preciosa obra da antropóloga Mary Douglas (2014), denominada “Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu”, originalmente lançada em 1966.

Por conseguinte, os visitantes do Santo Ofício, que naquele contexto histórico estavam com seus olhares voltados, particularmente, para o Atlântico hispano-português, chegaram por estas terras, introduzindo rigorosas técnicas persecutórias e de vigilância.

Dessa forma, o cenário aparentemente pacífico então se desfez, de modo que o cotidiano e a vida das pessoas foram profundamente afetados. Os efeitos da visitação provocaram um legado social considerado bastante negativo, pois incitaram o rompimento de laços de urbanidade e confiabilidade partilhados por cristãos-novos e velhos na colônia.

Nesse cenário, foram construídos os alicerces para acontecimentos futuros, pautados na intolerância religiosa e ódio socialmente fomentados pelo clero e Coroa Portuguesa, com a introjeção de sentimentos antissemitas que pareciam mover parcela considerável da população contra cristãos-novos, impulsionados tanto pela ideologia das diferenças culturais e raciais, quanto pelos códigos de limpeza de sangue.

Registra-se que ao longo do século XVII foram registradas novas incursões dos agentes do Santo Ofício ao Brasil colonial, sendo importante salientarmos a forma como a Inquisição Moderna, concentrada em Portugal e na Espanha, apresentou características peculiares, pois diferentemente da Inquisição Medieval, contava com uma estrutura fixa, um sistema organizado e hierarquizado de agentes em permanente atividade, aparelhados com estratégias impiedosas. Nos séculos XVII e XVIII se deu o ápice das perseguições inquisitoriais em Portugal e no Brasil colonial.

Os agentes do Santo Ofício eram capazes de fazer determinados indivíduos delatarem qualquer pessoa, sejam filhos, pais, avós, irmãos, amigos ou desafetos.

Quando os cristãos-novos confessavam na Inquisição terem sido hereges e denunciavam aquelas pessoas que lhes eram queridas – mães denunciando filhos; filhos denunciando pais – a mentalidade de sobrevivência estava em funcionamento. Quando alguns deles revogavam suas denúncias – com medo de terem prejudicado os filhos, a sobrevivência era – por alguns dias – superada pelo sentimento.
(GORENSTEIN, 2012, p. 06).

Esta prática de denunciação entre parentes e amigos era instigada pelo Santo Ofício, pois causava o desfazimento dos laços conviviais e insuflava a punição aos considerados “hereges”: sendo, em suma, pessoas que tinham a marca do “sangue impuro”, do “sangue judeu”. Diante desse contexto, qualquer rumor acerca da origem judaica de alguém já era o bastante para sentenciar sua culpa herética.

Logo, nestes casos, a “catolicização” e o comportamento cristão do acusado não suplantavam a marca do sangue envenenado.

Aqueles que tivessem qualquer parte de “sangue infecto”, de “sangue judeu” estavam sujeitos a qualquer momento a serem presos e enviados para Lisboa para serem julgados pelo crime de heresia judaica. Crime do qual poderiam ou não ser culpados – o Santo Ofício estava mais interessado em prender cristãos-novos do que hereges – , se conversos, certamente culpados – o judaísmo, para os Inquisidores, era transmitido pelo sangue. O Tribunal “precisava de testemunhos”, precisava de longas filas de réus nos autos de fé para, como afirmou D. Luís da Cunha, justificar o miserável estado do Reino português. (GORENSTEIN, 2012, p. 01).

Os variados métodos de perseguição, opressão e vigilância, financiados pela máquina estatal (Coroa portuguesa) e igreja católica (Tribunal do Santo Ofício luso), estimularam uma construção social do inimigo considerado inevitável (Cf. ECO, 2011)⁴, que surge como um antagonista central de determinada visão “hegemônica” de mundo, que naquele contexto estava mais profundamente arraigada às raízes ocidentais cristianizadas: nos limites dos embates simbólicos travados entre os segmentos católicos e protestantes.

Não se sabe ao certo em que momento crucial a imagem do judeu começou a ser deturpada e estigmatizada, num processo de antisemitismo que certamente se desenvolveu lentamente ao longo de milhares de anos. Tal processo fundamentou-se, em grande parte, na ideia de uma distinção intrínseca entre cristãos e judeus, como pode ser constatada nas escrituras sagradas do Novo Testamento da Bíblia Cristã. Os judeus, portanto, não se enquadravam facilmente aos segmentos cristãos (predominantemente católicos) em ascensão, que se tornavam cada vez mais hegemônicos, opressores e dominantes.

Por muitos séculos, as consequências de tais inadequações acabaram carregando o povo judeu a um sofrimento similar ao de muitos povos originários, em seus diferentes momentos históricos. Com o passar do tempo, vale lembrar que os judeus se tornaram inimigos centrais de ideologias de ódio racial e de sangue que culminaram em insanidades como o nazismo.

Essas formações ideológicas parecem se formular em torno de preconceitos não apenas étnicos – de cunho essencialmente racista – como também religioso, reunindo elementos que estão diretamente relacionados a uma construção sócio histórica aprofundada ao longo de muitos séculos. Aqui é possível imaginar uma sociogênese dos “estabelecidos e outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000), representados pela oposição entre os considerados “íntimos, domésticos, de casa” e os “estrangeiros, invasores, indesejáveis”.

⁴ Acerca de tal temática, vale a pena conferir o texto “Construir o inimigo e outros escritos ocasionais”, de Umberto Eco (2011, p.7-35).

Ao longo da história humana, é notável como os povos nômades foram os que provavelmente mais sofreram perseguições e violências inenarráveis, justamente por serem sempre considerados “como estranhos em terra estranha” (Cf. SIMMEL, 2005), grupos de pessoas sem pátria reconhecida mundialmente, sendo a vida uma eterna fuga para onde é “menos ruim”.

Além dos judeus, muitos outros povos foram vítimas de construções sociais negativas, como ocorre ainda hoje com homossexuais, afrodescendentes, ciganos, indígenas, árabes e orientais. Por outro lado, observo que as histórias narradas, escritas e produzidas por determinado povo constituem a marca de uma duração, o símbolo de uma peleja, de uma trajetória de hábitos, gestos, habilidades e estéticas que transcendem as contrariedades do tempo e espaço, como também representam o sangue e o suor que cada raiz humana insiste em imprimir no mundo, apesar dos contrários (Cf. BUTLER, 2015).

Retomando a narrativa histórica anterior, para os delatores e o Tribunal do Santo Ofício, imersos na lógica violenta das perseguições, quando não existiam elementos reais que justificassem uma denúncia formalizada, eles fabricavam, facilmente, peças acusatórias, baseadas em engenhosas formas de punição, desenvolvidas ao longo de vários séculos e trazidas diretamente da Europa (Cf. FOUCAULT, 1987).

As condenações, aos considerados de “sangue impuro”, variavam entre o “relaxamento à justiça secular” ou sair “sambenitado”⁵. “Relaxar à Justiça secular”: consistia em condenar o réu a morte na fogueira. Aos “relaxados” era oferecida a sublime graça de escolher se queriam morrer na Lei de Moisés ou na Lei de Cristo. Para aqueles que escolhiam a primeira opção era imposta uma morte lenta e dolorosa na fogueira. Já o condenado que aceitasse morrer na Lei de Cristo, era concedida uma morte rápida por garrote (esganadura) antes de ser efetivamente queimado na fogueira. Além dessas penas, o Tribunal exigia que o réu pagasse as custas processuais; sequestravam seus bens, configurando a forma mais praticada, que despertava maior interesse dos inquisidores por abastecer os cofres, tanto da coroa quanto da igreja.

⁵ Era uma espécie de vestimenta, tipo um poncho com uma cruz vermelha em forma de “X”, que a Inquisição forçava os condenados a usar como uma forma de punição e difamação pública. O desenho das roupas e a cor variavam com o “crime” cometido ou a punição aplicada. As vítimas da Inquisição usavam esta vestimenta durante as audiências nos Tribunais do Santo Ofício e até o momento de sua execução nas fogueiras. (Disponível em: <http://www.museudainquisicao.org.br/acervo/sambenito/>. Acesso: 23/09/2021.)

Em linhas gerais, o *modus operandi* do tribunal inquisitorial seguia uma lógica de construção da verdade que negava o princípio do contraditório e da ampla defesa aos cristãos-novos acusados de “judaizarem a fé cristã”, resultando na sua criminalização ao pagamento de duras penas, ou até mesmo na condenação à morte. Segue abaixo reproduções de vestimentas usadas pelo suposto réu (lado esquerdo) e pelo inquisidor (lado direito), durante os julgamentos do Tribunal Inquisitorial.

Imagem 1 - Vestimentas do réu e inquisidor.



Fonte: Foto: Kaio Veloso/Agência Primaz.

Basicamente, a Inquisição estava ancorada em três pilares: perseguir, julgar e punir. E a caça às bruxas, aos hereges, era extensiva até mesmo àqueles que publicamente professavam o catolicismo. Dessa forma, os recém convertidos estavam na mira da inquisição, por ainda despertarem suspeitas. Qualquer atitude, ainda que espontânea e dissociada do judaísmo, poderia ser mal interpretada, servindo de justificativa para o início de um processo acusatório. Ao analisarmos o conteúdo das denúncias, oferecidas pelo Tribunal da Santa Sé, verificamos que eram bastante frágeis e superficiais, pois alegavam muitas situações infundadas (WACHTEL, 2009, p. 34). Com isso, a punição e penitência aos delatados era concretizada apenas com base no julgo e sentença de agentes do Santo Ofício⁶ e de Inquisidores fixos.

⁶ O termo “agente da Inquisição” é aqui empregado para designar os comissários, familiares e outros servidores do Santo Ofício, de modo a diferenciá-los dos oficiais fixos da instituição e indispensáveis ao seu funcionamento, como os

Vejamus a transcrição literal do sofrimento infligido ao corpo e mente da ré Beatriz de Sousa, processada pelo Tribunal Inquisitorial lusitano.

Nasceu em Pernambuco, em 1586. Foi presa em Olinda por denúncias de práticas judaizantes em 14 de janeiro de 1599, aos 13 anos. Foi remetida a Lisboa e viajou na mesma embarcação de sua mãe, de sua irmã, Ana de Sousa, acompanhadas do pai. Deu entrada em Estaus em 16 de dezembro de 1599. Na formação de culpas contra esta criança de 13 anos, Beatriz de Sousa, a denúncia única foi da tia Beatriz Fernandes, débil mental, que levada a sessões de torturas, confessou o que os inquisidores bem queriam. E na terceira sessão de tortura diz que Andreza Jorge em companhia de suas filhas Maria de Souza e Beatriz de Souza, declararam todas que criam na Lei de Moisés e que pela dita Lei guardavam os sábados. Na primeira sessão de Genealogia, em 13 de abril de 1600, diz que é batizada e crismada em Pernambuco. Não sabe em que igreja, nem por quem e nem quem foram seus padrinhos. Lembra que sempre ia às missas e pregações. Confessa-se e comungava quando mandava a igreja. Ajoelhou-se e disse o Padre Nosso, Ave-Maria, o Creio em Deus Padre, a Salve Rainha e os Mandamentos da Lei de Deus. Negou qualquer prática de judaísmo. Por ser menor de idade foi-lhe dado como curador Gaspar Molina da Cunha, alcaide dos cárceres do Santo Ofício em Lisboa. Continuou negando toda e qualquer prática da Lei de Moisés, como, também, resiste em delatar qualquer pessoa por judaizar. Em 30 de maio de 1602, após ouvirem de Pernambuco testemunhas de uma 1ª inquirição sobre a fidelidade da ré à Igreja Católica e testemunhas da 2ª inquirição sobre a incapacidade mental da acusada, e a tia da ré, Beatriz Fernandes, o processo fica conclusivo. Apesar da firmeza das testemunhas em defender Beatriz de Souza e em afirmar a incapacidade mental da tia, decidem levar a ré a tormento. Mesmo aí a ré nega qualquer culpa. Em 11 de junho de 1602, é levada à sala de tormento, onde tiram toda roupa. Deixam esta pobre mocinha de 16 anos, e presa já há três anos, totalmente nua sob os olhares pervertidos e sádicos dos senhores inquisidores. Sentaram-na nua no polé. Ataram-lhe a correia nos pulsos, com os braços amarrados nas costas e mãos viradas, uma para outra. Por cima da dita correia, que lhe fixava os punhos, amarrado um cordel, na forma costumeira, e este amarrado no calibre (roldana) com o que, ela havia de ser levantada, todo o corpo, sendo puxada por um cordel amarrado nos pulsos com as mãos amarradas para trás. Levantaram o corpo da moça em flor até a altura do teto da sala de tortura. Mesmo aí negou qualquer culpa. O processo consistia em deixa-la então cair, em queda livre, e tracionar o cordel quando tivesse o corpo próximo a tocar o solo. De maneira brusca os pulsos amarrados as costas, eram tracionados pelo cordel, e assim sustentado todo o corpo que não deveria tocar o solo. Em 11 de novembro de 1602 os senhores padres inquisidores concluem que a ré purgou suas culpas nos mais de 3 anos de cárcere e na tortura. Decidem que ela vá ao Auto-de-Fé na forma costumeira, vestida com o sambenito que a caracterizava como judia condenada pelo Santo Ofício, com a vela acesa na mão. Que fizesse abjuração de Levi, suspeita na fé. Que tivesse cárcere a vontade dos inquisidores e finalmente, que cumprisse as penas espirituais, que se instrua nas coisas da fé católica, além de pagar as custas de todo processo, incluindo as despesas de carceragem e das inquirições, ou outro qualquer custo que houvesse tido o Santo Ofício com a cliente, calculados em 30 cruzados. O auto-de-fé a que a ré compareceu foi o de 03 de agosto de 1603, onde ela fez abjuração de Levi, suspeita na fé. (KOREN, 2010, p. 299).

inquisidores, promotores, carcereiros etc. Com efeito, as pessoas que ocupavam nominalmente os cargos de “agente local da Inquisição”, o faziam voluntariamente. Presença Inquisitorial na Região Pernambucana, Fim do século XVI – 1750. (FEITLER. 2007, p.83,84).

As visitas do Tribunal do Santo Ofício ganharam novos e maiores contornos no século XVIII, período que assinala a consolidação de uma rede de familiares, comissários, além da justiça eclesiástica, os quais, conjuntamente, foram corresponsáveis por realizar uma verdadeira “caça às bruxas” contra suspeitos de heresia. O historiador Ronaldo Vainfas (2011, p.10) faz o seguinte balanço do rastro deletério dessa intensa perseguição aos considerados “hereges”,

1.074 presos, sendo 776 homens e 298 mulheres; 48% deles e 77% delas eram cristãos-novos acusados de judaizar; a grande maioria dos homens presos (62%) morava na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, enquanto a maioria das mulheres (54%) vivia em terra fluminense, seguida de longe pelas mulheres da Bahia (14%). O auge da ação inquisitorial ocorreu na primeira metade do século XVIII (51% dos presos). Vinte homens e duas mulheres da Colônia foram queimados em Lisboa, todos por judaizar. Dentre eles, o dramaturgo carioca Antônio José da Silva (1739) e a octogenária Ana Rodrigues, matriarca do engenho de Matoim. A velha sinhá embarcou para Lisboa acompanhada de uma escrava e morreu no cárcere em 1593. Nem assim ela escapou da fogueira. O Santo ofício desenterrou seus ossos para queimá-los em auto de fé, no Terreiro do Paço. (VAINFAS, 2011, p.10).

Aqui, no Brasil, nenhuma fogueira santa queimou qualquer herege, considerando que não tivemos autos de fé, uma vez que os casos ocorridos, no Brasil, eram remetidos ao Tribunal de Lisboa. É sabido que os réus eram levados até Portugal e, de lá, muitos jamais retornaram. Calainho (2011) nos apresenta um panorama da tipificação dos crimes condenáveis pelo Tribunal do Santo Ofício em Portugal e no Brasil Colônia:

Dentre os delitos heréticos do foro da Inquisição, a feitiçaria foi um dos menos perseguidos, tanto no Brasil como em Portugal, representando apenas cerca de 3,6% os acusados deste crime nos séculos XVII e XVIII. [...] A maioria dos que subiram aos cadafalsos portugueses era de cristãos-novos supostamente judaizantes, ou seja, judeus convertidos ao cristianismo suspeitos de professarem sua fé original em segredo, alvo principal do Tribunal. As outras penas inquisitoriais não eram menos atroz: degredos para regiões inóspitas em Portugal, Brasil ou na África; trabalhos forçados nas embarcações do rei; confiscos de bens, levando muitos à pobreza e à miséria, e ainda penas socialmente humilhantes e infamantes, como açoites públicos, uso de trajes típicos de condenados pela inquisição e exposição à porta de uma igreja com uma vela na mão. (CALAINHO, 2011, p.7).

Em geral, os cristãos-novos acusados de “judaizarem a fé cristã”, eram punidos até mesmo pela associação de hábitos cotidianos a práticas consideradas heréticas, dentre elas; todas às sextas-feiras, à tarde, espanavam as paredes, limpavam a casa e lavavam a louça; nos sábados vestiam camisas limpas e se enfeitavam com os melhores trajes de festa, sugerindo o ritual velado do Shabat; a recusa em comer cação, polvo e arraia; limpeza nas sextas-feiras dos candeeiros, colocando pavios torcidos novos e azeite limpo; a descrença na Virgem Maria como santa e mãe de Jesus, dentre outros rituais comuns que eram enquadrados como “práticas

judaicas”. Mas nem todas as práticas condenáveis pelo tribunal inquisitorial tinham o mesmo significado para os acusados: por exemplo, não comer carne de porco poderia ser apenas uma questão de paladar, principalmente se o acusado fosse um estrangeiro europeu.

Dentro destes termos, com base na mentalidade do opressor qualquer atitude faria um suspeito. As pessoas também eram orientadas a se autodeclararem culpadas diante da forma que o tribunal atuava em Portugal. Os cristãos-novos processados pelo Tribunal eram obrigados a assinarem o “termo de segredo”, exigência àqueles que haviam sido presos. O segredo perpassava e encobria todos os passos do processo. A esse respeito, escreve o diplomata português D. Luís Cunha:

Já disse que as abertas e publicadas não deviam fazer prova, e agora acrescento que se não de ter ou por falsas ou suspeitosas. Os que se vão apresentar ao Santo-Ofício não o fazem por arrependidos; mas quando ouvem que algum seu amigo ou parente foi preso e o poderá acusar, porque ignora que outros o tenha feito, vai pedir perdão, nomeando tôdas as pessoas que conhece, ou lhe vem a cabeça, de maneira que sendo inválido seu testemunho, não ficaria no secreto as pessoas para fazerem prova contra outras; e assim conviria que o tal apresentado fôsse recolhido na Inquisição, para sair no acto da fé como os mais. (CUNHA, 1976, p. 84/85).

Diante desse arcabouço de reflexão, quando ficavam sabendo que um amigo ou familiar havia fatalmente caído nas malhas da inquisição e, certamente, poderiam acusá-los, logo tratavam de apresentar-se diante dos inquisidores para se autodeclararem culpados, mesmo sendo inocentes, na maioria dos casos. Por sua vez, o indivíduo com “sangue impuro”, deveria se antecipar e apresentar ao Tribunal uma listagem de todos os conhecidos que poderiam tê-lo acusado de judaizar, isto para não ser considerado diminuto, negativo.

Aos "negativos" (os que se negavam a confessar) era atribuída pena máxima - a morte na fogueira - pronunciada pela Justiça comum. Os réus que se mostrassem arrependidos, em única oportunidade, "reconciliavam-se" com a Igreja. Para estes, as punições variavam de prisão perpétua a banimento ou a confinamento em uma pequena localidade, por toda a vida. Os sentenciados usavam, obrigatória e perpetuamente, o "sambenito", traje confeccionado com dizeres infamantes que serviam de exemplo para a população e como reforço nos estereótipos perseguidos.⁷

Com base na lógica inquisitorial, alguns crimes conferiam maiores riscos ao modelo de sociedade constituído à luz da doutrina católica e da coroa cristã. Os crimes que representavam o principal alvo do Tribunal do Santo Ofício, destacaram-se: ser “cristão-novo”, recém-convertido ao catolicismo, acusados de judaizarem secretamente; “bigamia”, quando

⁷ Hansen, G. L., Ventura Corrêa, J. R., & Corrêa Lopes Filho, O. (2012). A tradição inquisitorial brasileira. *Confluências / Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 13(2), 55-74. <https://doi.org/10.22409/conflu13i2.p304>, p:64.

alguém se casa pela segunda vez e o cônjuge do primeiro casamento ainda está vivo; “blasfêmia”, afirmar algo inconveniente sobre Deus ou atribuir a alguém propriedades divinas; “curandeirismo”, praticado por alguém que afirma ter o poder de curar valendo-se de diferentes entidades religiosas; “feitiçaria”, práticas em que eram utilizados objetos aos quais se atribuíam poderes mágicos, e que visavam à obtenção de alguma vantagem; “heresia”, erros cometidos contra a fé católica, incluindo desvios sexuais e morais; “solicitação”, crime cometido por padres que assediavam fiéis no ato da confissão; e, por fim, “sodomia”, a prática de cópula anal entre pessoas do mesmo sexo ou entre heterossexuais.

É importante destacar que a Inquisição teve duas versões, a Medieval e a Moderna. Em sua primeira fase, abrangendo a Itália, França, Alemanha e Portugal, a inquisição medieval, contava com penas relativamente “mais leves” em comparação com horrores observados em épocas históricas posteriores, sendo mais comum a excomunhão, embora a tortura já fosse largamente praticada e autorizada pelo papa, como instrumento para arrancar confissões desde 1252. Na sua segunda configuração, a Inquisição moderna funcionou entre os séculos XV e XIX, principalmente em Portugal e na Espanha. Esses países criaram métodos particulares de investigação, vigilância e tortura.

Diferentemente do período medieval em que os inquisidores eram nomeados pelo Papa, para combater a movimentos contrários aos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana. No Brasil, os inquisidores eram nomeados pelo Rei de Portugal e atuavam por intermédio do Tribunal de Lisboa. Nesta linha, percebemos a clara intervenção política no mecanismo de persecução inquisidor.⁸

Com o apoio dos reis católicos da Espanha a Inquisição se tornou uma atividade muito rentável para a Igreja Católica. Além da prática de atos extremamente violentos, com métodos de tortura extremamente lancinantes, os quais deixavam sequelas físicas e psíquicas irreparáveis. Igualmente, é certo que a Inquisição portuguesa seguiu os mesmos métodos da congênere espanhola no seu período e contexto vivido.

1.2 Judeus sefarditas: diáspora do velho ao novo mundo

Os judeus não são um povo histórico, nem sequer um povo arqueológico. Os judeus são um povo geológico. Com fissuras e desabamentos. E estratos e lava incandescente. Seus anais devem ser medidos numa escala de medida diferente.
“Os Judeus”, Yehuda Amichai. (OZ, 2015, p. 121).

⁸ Hansen, G. L., Ventura Corrêa, J. R., & Corrêa Lopes Filho, O. (2012). A tradição inquisitorial brasileira. *Confluências / Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 13(2), 55-74. <https://doi.org/10.22409/conflu13i2.p304>, p:62

Para continuarmos adentrando na história dos Judeus sefarditas no Brasil durante a passagem do século XVII ao século XVIII, recuaremos ainda mais no tempo, de modo a enfatizarmos certos acontecimentos que transcorreram na antiga Península Ibérica e que concorreram para o desfecho e vinda de levadas de judeus ao Brasil colonial.

Retratamos a atuação e influência do Tribunal do Santo Ofício, em momentos distintos, na Península Ibérica. Vale lembrar que, as inquisições espanhola e portuguesa tinham por principal objetivo eliminar as heresias e preservar a ortodoxia do catolicismo apostólico romano.

No limiar do século XV e após o Édito de Alhambra⁹ de 1492, os judeus sefarditas sofreram perseguições por parte da Inquisição espanhola, o que obrigou judeus a se refugiarem em Portugal, especialmente, pela promessa de uma lei que garantiria o direito a seguridade social e a liberdade religiosa aos apátridas em terra lusa.

Com a união dos reinos de Leão e Castela e, mais tarde, com Aragão, àqueles que não professavam o catolicismo, como árabes (mulçumanos) e judeus, foram obrigados a decidir entre a saída da Espanha ou a conversão forçada ao cristianismo. Contudo, até mesmo a condição de “convertido” era vista com desconfiança pelo Estado católico, que estava sempre vigilante e atento a qualquer desvio e recaída do novo cristão a fé judaica. De acordo com Vainfas e Hermann (2005, p. 28):

Desde 1469 se haviam unido em matrimônio Fernando de Aragão e Isabel de Castela, assumindo um reino multifacetado nas leis, nas línguas, nos sistemas jurídicos e também nas religiões. A Espanha ainda era a Espanha das três religiões, pois era numerosa a comunidade judaica residual, assim como a dos mudéjares, sem mencionar a persistência do reino mulçumano de Granada, no extremo-sul da península. No entroncamento das três religiões despontavam os conversos: agentes naturais da heresia que traziam no sangue, para usar a linguagem da época. Assim surgiu a Inquisição espanhola unificada, instituição que cumpriu o duplo objetivo de ancorar o processo de unificação política e de iniciar o processo de purificação da fé naquele país. (VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 25).

Os autores, acima descritos, compreenderam que a expulsão dos judeus da Espanha, ocorrida em 31 de março de 1492, pelos reis católicos Isabel e Fernando, teve por principal objetivo, a unificação política do estado por meio da oficialização e hegemonia absoluta da

⁹ É importante salientar que o Decreto de Alhambra, também conhecido como Édito de Granada e Édito de Expulsão, foi um decreto régio promulgado pelos Reis Católicos, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, ordenando a expulsão ou conversão forçada da população judaica de Castela e Aragão, e levando à fuga e dispersão dos sefarditas (judeus ibéricos) pelo Magrebe, Médio Oriente e sudeste da Europa. Foi escrito por Juan de Coloma, o secretário real, e assinado em Alhambra, Granada, a 31 de março de 1492.

religião católica; em contrapartida, marginalizaram e proibiram qualquer outra profissão de fé, inviabilizando assim a diversidade religiosa no país.

Diante desse cenário sombrio, muitos judeus e cristãos-novos começaram a temer pela própria sobrevivência e de sua família num país marcado pelo antissemitismo. Nesse caso, o êxodo de judeus sefarditas¹⁰ para Portugal foi massivo, depois de um período oscilante entre a resistência e a aculturação ao catolicismo. Posteriormente, com a instauração da Inquisição Espanhola pelos reis católicos e aprovada pelo Papa, em 1478, o objetivo real era pressionar, cada vez mais, àqueles judeus conversos que foram forçados a condições de vida deploráveis.

Era a época do temido frade Tomás de Torquemada¹¹, inquisidor-geral da inquisição hispânica; sendo importante enfatizar que há números espantosos de milhares de judeus processados pelo Santo Ofício, de modo que muitos foram exilados ou convertidos e, outros foram relaxados ao braço secular. É importante destacar que a Espanha, que era comumente conhecida como um lugar de tolerância até o estabelecimento do tribunal inquisitorial, transformou-se então num verdadeiro limbo infernal para a população judaica, e sobretudo para os conversos, que eram ainda mais vigiados pelos delatores. O entendimento geral era de que os judeus só caíam efetivamente nas malhas da Inquisição quando era possível provar que eles haviam agido, efetivamente, para corromper os cristãos conversos, fazendo-os retornar às práticas judaizantes.

Contudo, foram oferecidas algumas garantias aos judeus recém-convertidos ao catolicismo pelo estado espanhol:

... podiam gozar de todos os direitos, como os cristãos, e as restrições solicitadas pelos Concílios não tinham neste caso nenhum vigor. Todos os caminhos que levavam à ascensão social podiam ser galgados pelos judeus convertidos ou cristãos-novos. Suas transações econômico-financeiras com outros países ativaram-se e aumentou sua área de influência junto às cortes. Pertencentes ao grupo dos raros letrados, competiam com o alto clero católico nos cargos oficiais, e gozavam de enormes privilégios. Através do casamento, muitos desses conversos mesclaram-se com a mais alta nobreza, e no correr do século XV o número dos judeus assimilados aumentou consideravelmente. (NOVINSKY, 1982, p. 26).

¹⁰ Sepharad, palavra do hebraico tardio, é o nome pelo qual os judeus da península ibérica passaram a chamar a Hispânia. Algo próximo à “Terra Prometida”, como fora Sion ou Sião, na Palestina, lugar onde os antigos hebreus haviam erigido o Templo de Jerusalém, segundo a narrativa do Antigo Testamento. A Espanha foi mesmo, por muito tempo, a grande Sepharad dos hebreus após a guerra judaico-cristã do século I e da segunda destruição do templo, no ano 70 da era cristã, marco histórico da Diáspora. [...] Mais que um nome, uma identidade, marcada pelo dialeto ladino, por certas tradições alimentares, algumas especificidades rituais e aqui não convém examinar, as quais diferenciam bastante os judeus ibéricos dos congêneres asquenaze da Europa centro-oriental. (VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 17).

¹¹ O frade Tomás de Torquemada ou “O Grande Inquisidor”, foi o inquisidor-geral espanhol, descendente de conversos dos reinos de Castela e Aragão no século XV e confessor da rainha Isabel, a Católica.

Na prática, o Estado espanhol e a igreja católica sempre suspeitavam de uma iminente conduta herética dos judeus conversos ao catolicismo. Os judeus não conversos eram julgados com mais brandura e na maioria das vezes o julgamento era de competência do rabinato, assim como os casos de desvios de práticas que, eventualmente, seriam profanadoras do judaísmo. Com a intensificação das perseguições perpetradas pela Inquisição hispânica, os discursos de ódio contra judeus sefarditas só aumentavam. Ocorreu uma forte pressão do clero e da nobreza pelo receio que tinham dos judeus resistentes à conversão, influenciarem aqueles que, supostamente, desfrutavam de uma conversão plena e de coração ao catolicismo. Em suma, temiam que o sentimento de pertença, as sociabilidades, laços parentais e fraternos, fossem mais fortes do que o medo da terrível perseguição institucionalizada.

De maneira geral, os métodos de vigilância e punição perpetrados pelo braço secular e pela igreja católica, causaram um efeito deletério na vida de muitas pessoas, sobretudo dos judeus. Tais efeitos foram ainda mais danosos às relações familiares, causando fissuras profundas. É importante destacar aqui, por exemplo, o aparecimento de identidades dúbias e vulneráveis, em que muitos indivíduos se viam divididos entre a religião oficial do estado e a dos seus antepassados. Esse cenário de polarização desencadeou o ódio no seio de famílias divididas, entre adeptos do judaísmo e do catolicismo. Assim, foi estabelecido um dilema identitário, sobretudo para o judeu converso, pois para os católicos ele era naturalmente um judeu, e para os judeus ele era um homem de pouca fé, infiel ao judaísmo. Nesse sentido, um cristão-novo convertido espontaneamente ao catolicismo, portanto, vivia um duplo estigma em sua própria pele, sofrendo uma rejeição “de dentro e de fora”.

No ano de 1492, os reis católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão, decretaram a expulsão compulsória de todos os judeus de territórios pertencentes à Coroa. Inclusive, estabeleceram um prazo considerado curto para a retirada de seus bens e a consequente entrega das propriedades ao fisco. Essas expulsões resultaram na primeira diáspora sefardita, quando a Espanha experimentava um crescente e completo esvaziamento de judeus, embora ao longo do século XVI o número de conversos tenha sido elevado. A outra opção oferecida aos judeus e cristãos-novos, que “escolheram” permanecer na Espanha, era a conversão irrestrita e massiva ao catolicismo e de todos os seus familiares. Nesse contexto, que abrange o ano de 1492, pesquisas estimam que cerca de 120 mil sefarditas foram morar em Portugal.

Por volta de 1496, o monarca português Dom Manuel é forçado a fazer um decreto nos mesmos moldes do decreto dos reis católicos da Espanha, vislumbrando o fortalecimento da aliança entre os dois países, sendo celebrado e sacramentado com o casamento de Dom

Manuel, rei de Portugal, com a infante filha dos reis católicos espanhóis. Mas Dom Manuel como um bom estrategista, não via com satisfação a ideia de perseguição e expulsão dos judeus de Portugal. A grande maioria já tinha obtido a nacionalidade portuguesa por naturalização, eles também contribuía para a Coroa Portuguesa com seu capital intelectual e financeiro.

Dom Manuel não era um legítimo “filosemita” e nem tão pouco um combatente incansável na luta contra a inquisição, como foi o Padre Antônio Vieira. Mas é notável que ele tinha plena consciência da importância do povo judeu para o progresso e sustentação do país em todas as esferas, considerando que já naquela época grandes gênios das ciências naturais, letras e humanidades eram provenientes de famílias de origem judaica. De toda forma, apesar da manutenção do decreto em desfavor dos judeus sefarditas em terra lusa, aconteceu ali uma blindagem velada aos judeus, sobretudo pela “proteção” oferecida por Dom Manuel.

Para Vainfas e Hermann (2005), os judeus sefarditas espanhóis, a princípio, acreditaram na promessa de que encontrariam em Portugal um ambiente mais amistoso e seguro à sua estadia. Entretanto, a idealização desse cenário romântico não durou muito tempo no reino português:

Portugal estava até então relativamente à margem do problema judaico e converso que marcava a Espanha desde fins do século XIV. Ali não haviam ocorrido perseguições, nem conversões massivas, nem muito menos se havia estabelecido qualquer espécie de Inquisição. Em Portugal, os judeus viviam, em certa medida, uma pequena “idade de ouro”, engajados na expansão atlântica, no cenário intelectual, na corte. A entrada de milhares de Judeus espanhóis no reino português mudaria completa e drasticamente a situação da comunidade sefardita lusitana. A história dos judeus se repetiria, doravante, em solo português, com uma diferença. Decretar-se-ia primeiro a conversão forçada, já no reino de D. Manuel, em 1496-1497, e somente no reinado de D. João III, cerca de 40 anos depois, é que seria estabelecida a Inquisição portuguesa nos mesmos moldes da congênera de Espanha e com os mesmos propósitos e fins. A história dos sefarditas da Espanha se repetiria, assim, em Portugal, um tanto como tragédia, outro tanto como farsa. (VAINFAS & HERMANN, 2005, p. 28).

Seguindo adiante na linha do tempo, no ano de 1497, ocorreu uma reviravolta com a fundação dos pilares da futura Inquisição portuguesa, a qual ganharia maiores contornos no reinado do sucessor de Dom Manuel¹², o monarca Dom João III. Contudo, antes de encerrar seu reinado e após muitas pressões, D. Manuel decide fazer a inauguração de um novo mecanismo de controle e abjuração da fé, os chamados batizados em pé. Mais uma vez, para os judeus resistentes, tudo que restava era apenas a expulsão ou conversão forçada.

¹² Entretanto para cumprimento da pactuação selada pelo casamento com Maria de Aragão e o Reino Espanhol, o monarca português, D. Manuel I faz formalmente pedido de instalação da Inquisição em terras lusa. Porém, somente depois de sua morte, durante o reinado de D. João III o Papa Paulo III oficializou sua fundação em idos do ano de 1536 em Portugal.

De acordo com Paiva (2011), “Por mais paradoxal que pareça, aquela que nos dias de hoje conta o maior número de registros, a Inquisição portuguesa, é a que menos se conhece”. Ocorreram longos períodos oscilantes nas políticas de Estado e do Clero português, que ora marginalizavam, ora flexibilizavam a vida cotidiana de judeus, cristãos-novos, tendo na maioria das vezes interesses escusos, alheios ao real bem-estar da gente da nação.

Os autores, Vainfas & Hermann (2003), ao analisarem a Inquisição em Portugal, apresentam-nos os custos da paz em terra lusa:

Mas a oscilação que marcaria a relação dos monarcas portugueses com os judeus até a expulsão e a conversão forçada em 1497, mantendo-se mesmo, em alguns momentos, frente aos cristãos-novos, fez com que, já no reinado seguinte, Sancho II (1211 – 1223) voltasse a nomear judeus para cargos públicos, apesar do estabelecido pelo IV Concílio de Latrão (1215) sobre a obrigação de os judeus usarem vestuário que os distinguisse dos cristãos, e da bula *Ex-Speciali*, que advertia o monarca português para que não desse aos judeus cargos nos quais tivessem autoridade sobre os cristãos. [...] As pressões sazonais, da Igreja, da nobreza e mesmo do povo, não alteraram, no entanto, o comportamento predominantemente protetor dos monarcas em relação à gente judia. Segundo Ferro Tavares, esta era exclusivamente do soberano, para o qual pagavam elevados impostos em troca do direito de manter suas leis, eger seus magistrados e conservar sua língua, religião e cultura. (VAINFAS & HERMANN, 2003, p. 29 - 30).

Os tribunais inquisitoriais tinham por propósito investigar e julgar os crimes de heresia, baseado no sistema jurídico da Igreja Católica Apostólica Romana. A Igreja incluía no rol dos crimes heréticos; as práticas de feitiçaria, ocultismo, magia, esoterismo e misticismo de cunho judaico, incluindo ainda hábitos sexuais considerados condenáveis, como a homossexualidade, a bigamia, o adultério e a sodomia (Cf. FOUCAULT, 2010). Porém, os principais perseguidos eram os cristãos-novos, pois acreditava-se que mantinham, às escondidas, a prática dos ritos tradicionais judaicos. Com a vinda dos judeus sefarditas espanhóis a Portugal, eis que ocorre uma mudança no trato cordial dos portugueses com a gente da nação. À proporção que aumentava a população judaica em Portugal, iam sendo ampliadas ou criadas leis extremamente severas, que minavam a política da “boa vizinhança”, postura, até então, praticada pelos monarcas portugueses.

Na tela imortalizada por Roque Gameiro, de 1917, intitulada “A Expulsão dos Judeus”, retrata a expulsão dos judeus de Portugal, episódio regulamentado em decreto datado do dia 05 de dezembro de 1496, no qual Dom Manuel sancionou a lei que previa a expulsão dos hereges, concedendo-lhes um prazo final, até 31 de outubro de 1497, para que deixassem o país. Restava-lhes a morte ou água benta!

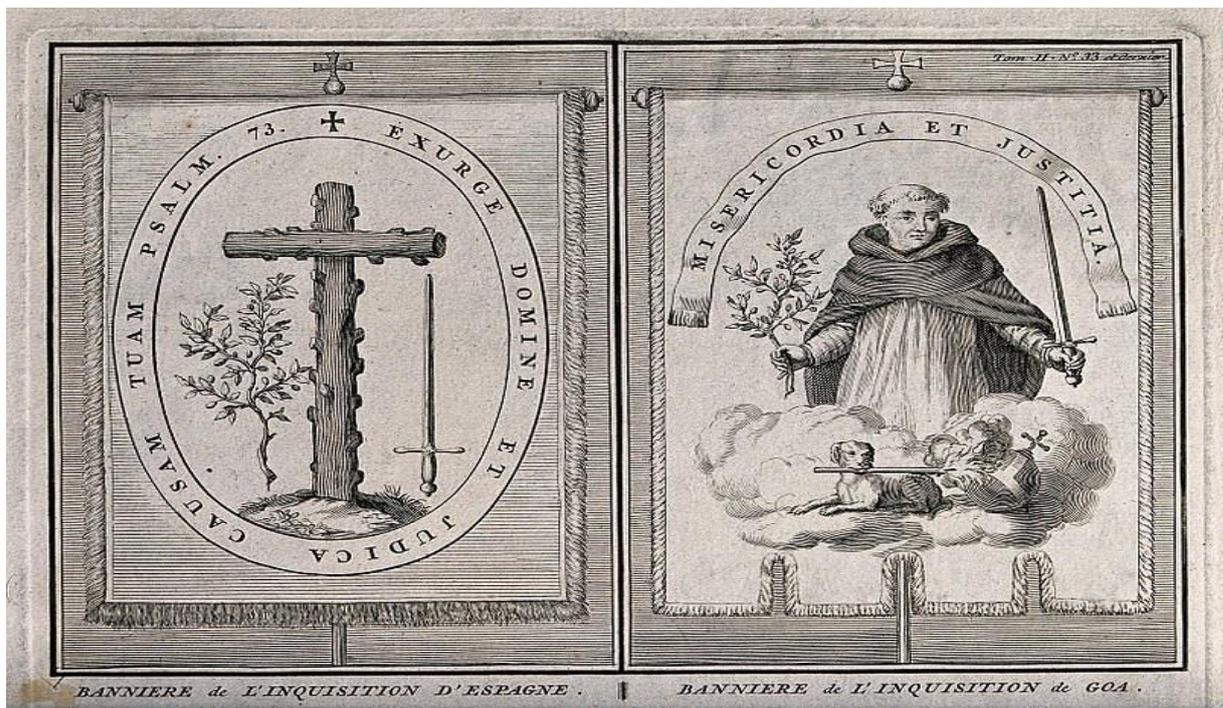
Imagem 2 - A Expulsão dos judeus.



Fonte: WIKIPÉDIA.

Na próxima imagem, destacamos, à esquerda, estandartes da Inquisição Espanhola (1571).

Imagem 3 - Estandartes da Inquisição Ibérica.



Fonte: WIKIPÉDIA.

Ladeando a cruz, a espada, símbolo do castigo aos hereges; de outro lado, o ramo de oliveira, símbolo da reconciliação com os arrependidos. Em latim, a inscrição “*Exurge Domine et judica causam tuam. Psalm*” (“Levantai-vos, ó Deus, e defendei a vossa causa”, Salmos 73:22). À direita, o estandarte da Inquisição Portuguesa, utilizada pelo Tribunal de Goa, tendo a figura de São Domingos de Gusmão com o lema “Misericórdia e Castigo”, trazendo, em sua mão direita, um ramo de oliveira, e, na mão esquerda, uma espada simbolizando a justiça.

Para a historiadora Anita Novinsky (2009), a Inquisição portuguesa foi assim como a congênere espanhola: algo terrível para os perseguidos – igualmente violenta, arbitrária, cruel e devastadora. Ao ser instituído o tribunal inquisitório Luso, foi inaugurada também novas modalidades de perseguições e flagelos aos judeus, seja pela etnicidade judaica ou profissão de fé na Lei Mosaica:

A expulsão dos judeus da Espanha pelos reis católicos, em 1492, levou cerca de cem mil refugiados para Portugal, onde experimentaram ainda mais amargas vicissitudes do que na pátria. Foram forçados, em 1497, por ordem do rei D. Manuel, juntamente com os judeus seus correligionários portugueses, a se converterem ao cristianismo, fenômeno que deu origem à era dos cristãos-novos. Em 1536, sob o reinado de D. João III, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição foi estabelecido oficialmente em Portugal. Tratava-se de uma corte de justiça liderada pela igreja e pelo estado, com a finalidade aparente de extirpar as heresias, mas teve um sentido muito mais profundo e abrangente. Funcionou durante 285 anos, sendo eliminada apenas em 1821. (NOVINSKY, 2009. p.21).

No século XVI, a imigração ao conhecido “novo mundo” – moldado sobre preconceitos milenares – representou um novo êxodo, mais uma vez motivado pela intolerância religiosa e as oscilantes reviravoltas no posicionamento político dos monarcas e nobres lusos, com a implementação de uma série de medidas antissemitas. Dentre elas: a restrição da liberdade de culto, o confisco de bens e o uso obrigatório do “sambenito”, um traje que definia a condição de “herege”. Observa-se ainda a prática de torturas físicas e psíquicas, que em alguns casos culminavam no suplício do prisioneiro durante os “autos de fé” na fogueira. Nesse período sombrio, inúmeros judeus sefarditas foram massacrados e expulsos de Portugal, em meados do século XV e começo do século XVI.

A vinda para o Brasil dos Cristãos-novos Ibéricos, advindos da Espanha e Portugal, segundo Grinberg (2005) faz parte da história do Brasil desde o “descobrimento”. Do ano de 1500 até a segunda metade do século XX, os judeus e os cristãos conversos, muitos dos quais foram convertidos à força ao Catolicismo em seus países de origem, elegeram o Brasil como seu novo lar. Sobre o referido contexto, faz-se pertinente destacar os seguintes dados:

Os emissários, que desembarcaram no Brasil entre 1591 e 1767, condenaram cerca de 400 brasileiros, sendo que 30 foram queimados em Lisboa – embora seja o castigo mais conhecido, a fogueira, pelo que consta, não era banalizada, ao menos quando se tratava dos inquisidores portugueses. Contudo, o número é apenas menor do que quando comparado com os dados da Espanha, mas não significa que a piedade era o ponto forte: 40 mil foram perseguidos e 3 mil foram mortos em Portugal. Já na Espanha, 250 mil pessoas foram condenadas e 10% delas queimaram na fogueira.¹³

Por sua vez, ao tratar das diásporas e suas possíveis implicações psíquicas e no campo material, (Kaufman, 2003, p. 5) nos diz que:

Nos fenômenos migratórios, as implicações psicossociais de uma mudança imposta como medida de sobrevivência deixam, em geral, pouca margem para a recriação concreta do mundo anterior. Há uma tendência à desintegração das estruturas preexistentes dos grupos que se transladam. Fragilizadas em seus vínculos tradicionais, essas estruturas ficam permeáveis à absorção de novos elementos que interagem com os antigos referenciais, provocando mudanças. Considera-se que essa é a base fundamental da “continuidade” do mundo judaico.

Rememorando as reflexões de Norbert Elias (1994), nem indivíduo nem sociedade existem como objetos *a priori*, considerando que ambos não surgem isolados, mas apenas como aspectos complementares de uma imagem mais ampla. O indivíduo impacta tanto uma sociedade quanto uma sociedade é capaz de impactar um indivíduo. Portanto, é interessante estabelecermos um elo entre o passado e o presente, para explicarmos fenômenos de ressurgências que transbordam as tradições ancestrais, mesmo em contato com outras culturas: “[...] afinal esses destinos singulares cruzam-se, misturam-se, convergem e divergem, entrelaçam-se, conjugam-se e disjuntam-se num formigamento de inter-relações partilhadas ou opostas, de solidariedade ou traições” (WACHTEL, 2009, p. 33).

Ainda seguindo a linha do pensamento de Elias (1994), torna-se pertinente destacar a reflexão do autor acerca da “sociogênese” do processo de integração social dos grupos, assim como da resistência do indivíduo à fusão da identidade “eu-eles”: que impõe uma incorporação forçada de sua identidade “eu-nós”, resultando no desaparecimento das tradições culturais do grupo encapsulado. Essas diferenças na estrutura social da personalidade das pessoas analisadas podem afetar o avanço da individualização, assim como o direito à liberdade, independente do uso e imposição da violência.

¹³ BBC History Brasil. Inquisição: Por que a Igreja Católica perseguiu, matou e tomou os bens de inocentes. Ano 1, Nº 4, 2014.

O problema central, como talvez se possa perceber, reside numa peculiaridade da transição de um nível de integração para outro. No período transicional, é frequente haver uma longa fase em que o grupo de nível inferior sofre o que seus membros sentem como grave perda do sentido do grupo-nós, enquanto o grupo de nível superior ainda não é capaz de assumir uma função de grupo-nós que lhe confira um sentido emocional. (ELIAS, 1994, p.184).

E, ainda, de acordo com Elias (1994, p. 189),

Talvez ainda não se tenha afirmado com suficiente clareza que os direitos humanos incluem o direito à liberdade de não fazermos o uso da força física, ou mesmo da ameaça de força física, e o direito de nos recusarmos a utilizar ou a ameaçar utilizar a força bruta a serviço de terceiros. O direito de uma pessoa ou de sua família à liberdade de não utilizar ou ameaçar utilizar a violência mostra, mais uma vez, que a transição para um nível novo e mais elevado de integração também implica a transição para uma nova posição do indivíduo perante sua sociedade.

O autor da obra “*Mémoires Marranes*” (2011), Nathan Wachtel¹⁴, ao abordar a memória genealógica dos judeus marranos da região nordeste do Brasil, formula questões importantes, a partir de várias incursões antropológicas:

Nas entrevistas que fiz no Brasil, em São Paulo, no Rio, em Recife, em Natal ou no sertão havia muitos temas recorrentes como esses. O mais recorrente deles era o fato de os entrevistados pertencerem a famílias cristãs, mas famílias com algo particular, com costumes particulares. Que costumes são esses? Proibições de alimentação, de comer porco, ou costumes funerários particulares, como o de enterrar os mortos em terra limpa com a mortalha (algo bem difundido até os anos 1980, em todo o sertão do Nordeste). E muitos cumprem o mesmo itinerário, por várias razões (de estudo, de trabalho, de saúde): migram para a cidade e se dão conta de que esses costumes familiares, que pensavam ser totalmente cristãos, não são recomendados pela Igreja. Então, tomam consciência de uma diferença e, em outro meio, começam a se perguntar, a investigar, a tratar de dar uma resposta a isso. E a resposta mais verossímil é que há algo de "judaico" nesses costumes. Em suma, um dia tomam consciência, de uma maneira por vezes repentina, de que há uma origem judaica de suas práticas. Essa revelação daquilo que já era sabido ("tomei consciência de algo que já sabia"), essa memória semiconsciente, é algo recorrente nessas histórias. E, depois, a maneira de reagir a essa tomada de consciência pode desencadear muitas escolhas, seja regressar ao judaísmo, seja continuar com os costumes familiares como eram ou, em muitos casos, até mesmo converter-se ao evangelismo. Em todo caso, esses itinerários são recorrências de uma memória coletiva.¹⁵

¹⁴ É professor honorário do Collège de France, onde ocupou, entre 1992 e 2005, a Cátedra de História e Antropologia das sociedades meso e sul-americanas. Sua primeira obra de grande repercussão foi *A visão dos vencidos* (1972). Como diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, a partir de 1976, dedicou-se ao Centre de Recherches sur les Mondes Américains (CERMA), de que é hoje, igualmente, membro honorário. É autor de *Le retour des ancêtres* (1990), *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes* (2001); *La logique des bûchers* (2009); *Mémoires marranes* (2011); e *Entre Moïse et Jésus* (2013).

¹⁵ Hugo Guerreiro, « WACHTEL, Nathan, A Fé da Lembrança. Labirintos Marranos », *Cultura* [Online], Vol. 24 /2007, posto online no dia 10 outubro 2013, consultado a 25 agosto 2020.
URL: <http://journals.openedition.org/cultura/905>

As autoras Grinberg e Novinsky, estudiosas da mentalidade do “marranismo no Brasil”, retomam o pensamento de Wachtel e confirmam os resquícios indelévels da presença judaica na região nordeste brasileira, evidenciando as práticas e tradições de Cristãos-Novos e Marranos, no dia a dia de descendentes que as mantiveram guardadas nos subsolos da memória. Em geral, suas práticas remontam aos feitos de seus ancestrais, recriando memórias que foram silenciadas, ressignificadas, de modo que algumas sobreviveram ao esquecimento e permaneceram presentes nos resíduos de representações marranas. Esses traços do passado nos transportam para o presente, estão em conexão, num processo constante de transmutação ou remissão. Sobre os cristãos-novos e marranos, Anita Novinsky (2005), nos diz que:

O marranismo entre os portugueses do Brasil era em grande parte uma atitude mental, um sentimento, uma visão da vida, mais do que uma observância religiosa. Se um número substancial de Cristãos-Novos conseguiu superar as barreiras étnicas, sociais e religiosas e ingressar na sociedade ampla, outra parte permaneceu leal as tradições herdadas de seus ancestrais. (NOVINSKY, 2005, p. 177).

Para a autora, um grupo significativo de Cristãos-Novos teria com o tempo esquecido suas memórias coletivas, assim como a razão de suas práticas visivelmente judaicas. Outros, embora em menor número, conseguiram guardar e reproduzir ritos tradicionais judaicos, geração após geração, ocultamente em seus lares, formando uma minoria plenamente consciente que se configurou ou foi sendo turvada (Cf. CORDEIRO, 2004).

Sob este prisma, Novinsky (2005) enfatiza que uma grande parte dos Cristãos-Novos conseguiram a difícil tarefa de desapegar-se de seus próprios valores morais, étnicos e religiosos, fundamentados na crença proibida, numa estratégia de sobrevivência em face da realidade forjada pelos verdadeiros donos do poder, os quais doutrinavam as minorias num processo de introjeção forçosa da doutrina católica, que se dava em casos de negação, por meios arbitrários e punitivos, profundamente desumanos.

Os cristãos-novos sofreram um processo assimilativo dos preceitos doutrinários do cristianismo de modo a professar o catolicismo sucessivo, gradual e cumulativo. Nesse sentido, a devoção ao catolicismo reverberou nos âmbitos privado e público, seja por medo, por razões políticas, financeiras ou por livre arbítrio.

Complementa Vainfas (2010) sobre os meandros da fé católica pelos cristãos-novos:

Antes de tudo, é muito discutível essa essência judaica que alguns atribuem aos cristãos-novos ibéricos. Se é verdade que muitos cristãos-novos mantinham alguns vínculos emocional ou ritual com o passado judaico de seus avós (a guarda do sábado, por exemplo), outros tantos se tinham afastado do judaísmo e adotado sinceramente a fé católica. A fé da lembrança, para usar a expressão de Natham Wachtel, não era compartilhada por todos os cristãos-novos portugueses - netos ou bisnetos dos convertidos em 1497, os batizados em pé por ordem de Dom Manuel. Entre o cripto judaísmo consciente e a assimilação católica, havia gradações sutis e variadas no seio da população cristã-nova. (VAINFAS, 2010, p.38).

Para fechar o presente tópico, destacamos que, para Vainfas, a essência judaica é algo variável e passível de gradações que vão desde a ausência completa de vínculos com a tradição ancestral judaica, até a assimilação plena e espontânea por parte de outros, sobretudo, por parte daqueles núcleos sociais que preservaram determinados símbolos, preceitos, gestos, hábitos, posturas e costumes marranos, apesar do elo perdido com antigas raízes judaicas. Em suma, os Cristãos-Novos eram considerados marranos quando assumiam o catolicismo apenas de “fachada”, vivendo de aparências. Vale ressaltar que os observadores mais fervorosos da fé mosaica a professavam na intimidade e resguardo do seio familiar, sendo então chamados “Criptojudeus”, os quais derivam os marranos ibéricos. O termo Criptojudeus e/ou judaizantes diz respeito àqueles que guardavam tradições tipicamente originárias na fé e cultura judaica, vivendo autêntica ambivalência nos costumes e crenças.

1.3 Conversão ou “judiação”: a Santa Inquisição e o suplício do povo judeu

Têm-se, pela ordem dos crimes julgados e sentenciados, pelo Tribunal do Santo Ofício no Brasil colônia, as três maiores quantidades de pecados confessados: blasfêmias, sodomia, distorções ou omissões de práticas litúrgicas; o que envolve comer carne em dias proibidos ou se alimentar antes da eucaristia. Fato curioso é que o judaísmo só aparece na terceira posição. Tudo indica que, embora a crença na religião judaica não configurasse o crime mais citado pelos acusados, observamos indícios de que, professar ou praticar o judaísmo, correspondia ao maior número de condenações, dentre todos os crimes investigados pelo Tribunal Inquisitorial, este era o delito mais registrado.

E quanto as técnicas excruciantes utilizadas pelos inquisidores para “arrancar” confissões através da tortura dos apenados, apresentamos a descrição dos instrumentos usados para o suplício:

“**A roda**”: a figura do herege atado a uma roda é bastante popular. Com as mãos e os pés amarrados ao terrível aparelho, o acusado girava quando o carrasco acionava uma manivela. O sistema por si já era extremamente desconfortável, mas toda aquela experiência se tornava ainda pior, quando lanças ou brasas eram colocadas logo abaixo do torturado. Dessa forma, cada vez que a roda girava, o acusado tinha o corpo queimado ou ferido;

“**A gaiola**”: os condenados eram colocados dentro de gaiolas e lá simplesmente pereciam sem comida e sem água, sujos e ao relento. Para agravar a situação, qualquer transeunte podia jogar pedras no acusado, que permanecia na gaiola até morrer;

“**O caixão**”: era utilizado mais para torturar mulheres, de modo que a acusada era colocada dentro de um caixão (como o próprio nome já diz) revestido por lanças. É possível imaginar o terror do que acontecia, uma vez que o carrasco acionava um mecanismo em que as lanças perfuravam o corpo inteiro de quem estivesse dentro da caixa;

“**O garrote**”: Sentado em uma cadeira, o herege era adornado com uma coleira de madeira. Um mecanismo era acionado manualmente, de modo que a coleira ia lentamente sufocando o acusado;

“**O pêndulo**”: O destinado à morte tinha seus braços amarrados para trás, como se estivesse preso por uma algema. A corda que atava os pulsos do herege era amarrada a um eixo, que quando era violentamente puxado por um ou mais carrascos, deslocava os ombros e machucava os braços do torturado. A vítima era então içada a um ponto muito alto, e depois era “solta” em direção ao solo, de modo que quando estava quase tocando o chão, a queda era suspensa abruptamente, resultando em fratura dos ossos e das articulações.

Representação da estrutura organizacional e hierárquica da máquina da fé Inquisitorial

continua

INQUISIDOR GERAL	PROCURADOR	PORTEIRO
Autoridade máxima do Tribunal. O cargo chegou a ser ocupado pelo próprio rei de Portugal no final do século XVI.	Era escolhido pelo réu para fazer sua defesa. Indicava as testemunhas para contestar o processo.	Controlava a entrada e a saída nas audiências. Cuidava dos livros onde eram registrados os trâmites dos processos.
INQUISIDOR	QUALIFICADOR	SOLICITADOR
Despachava os processos, emitia ordens, decretava prisões. Em geral, havia mais de um inquisidor, e eles dividiam os afazeres do tribunal.	Avaliava os tipos de crimes propostos pelo Conselho Geral ou pela Mesa da Inquisição. Podia confirmá-los ou censurá-los.	Investigava a vida dos fiéis para saber se tinham algum “desvio”, que era informado ao inquisidor. Verificava se os condenados cumpriam suas penas.

Representação da estrutura organizacional e hierárquica da máquina da fé Inquisitorial

conclusão

VISITADOR	COMISSÁRIO	DISPENSEIRO
Percorria o território para averiguar se os preceitos da fé católica estavam sendo observados.	Mantinha os Inquisidores informados sobre os crimes cometidos pelos fiéis. Fazia devassas, prisões, sequestros de bens, e enviava os réus para os cárceres.	Cuidava dos mantimentos a serem dados aos presos.
DEPUTADO	VISITADOR DAS NAUS DOS ESTRANGEIROS	MÉDICO
Instruía e orientava as audiências com os presos, advertia sobre a maneira como deveriam ser tratados. Fazia perguntas aos réus quando eles se dirigiam à Mesa da inquisição.	Verificava se as naus que ancoravam nos portos não traziam livros e imagens proibidas.	Cuidava dos presos, dos inquisidores e das suas famílias. Informava sobre a saúde dos detentos e, em caso de morte, sobre a sua causa. Acompanhava a tortura e dizia até que ponto o réu era capaz de suportar.
PROMOTOR	MEIRINHO	CIRURGIÃO E BARBEIRO
Apurava a veracidade das acusações. Devia evitar que denúncias falsas chegassem a julgamento.	Prendia os acusados com autorização do inquisidor. deveria manter os presos isolados e garantir-lhes um bom tratamento. Solicitava o inventário dos seus bens.	Fazia sangrias e cuidava da assepsia do preso.
NOTÁRIO	HOMENS DO MEIRINHO	FAMILIAR
Anotava as perguntas feitas pelo Inquisidor e as respostas dadas pelos réus durante as audiências.	Auxiliavam os meirinhos em suas tarefas.	Identificava e delatava as heresias. Devia provocar a confissão por meio de pressão psicológica e até mesmo do emprego de força física. Era um título que conferia enorme prestígio ao seu possuidor.
ALCAIDE	GUARDA	
Acompanhava os visitantes dos presos nos cárceres. Atendia os presos sempre que solicitado, acompanhava sua entrada e saída da cadeia e informava quando algum adoecia.	Vigiava os presos nos cárceres.	

Fonte: Pesquisa e texto de Gefferson Ramos e Rodrigo Elias

O Tribunal Inquisitorial seguia trâmites judiciais independentes e arbitrários, sobretudo na forma de investigação, punição e sentença. O regimento Inquisitorial era sigiloso para o público, até para os réus e seus advogados, ou seja, só quem tinha acesso às suas determinações eram os próprios juízes inquisitoriais. Os denunciados desconheciam seus delatores, os “advogados” não tinham acesso aos processos de seus clientes, inclusive, aceitavam denúncias feitas por pessoas inimigas, apesar da maioria dos casos serem motivados por vingança, a tortura era utilizada como método de confissão. Proibiam o contato de prisioneiros e o envio de recados para qualquer pessoa no exterior do cárcere. A respeito dos denunciantes, no Tribunal Inquisitorial, Saraiva nos revela,

Todas as denúncias eram recebidas fosse qual fosse a idoneidade dos denunciantes. É este um dos pontos em que o processo inquisitorial se distingue do processo comum, que não admitia os depoimentos de escravos, pessoas infames, excomungados ou condenados de direito comum. Na Inquisição aceitavam-se inclusivamente as denúncias por carta por carta anônima (SARAIVA, 1985, p. 59).

Na Inquisição, o denunciado não tinha o direito de conhecer o nome dos seus delatores, nem o local e o período onde o crime teria acontecido. Entretanto, há registros em que os guardas aceitavam subornos para facilitarem a troca de bilhetes entre os prisioneiros e o mundo externo. Isso demonstra que, mesmo com toda censura imposta, vazavam informações de dentro do Palácio dos Estaus, comprovando que nem tudo foi possível esconder. Além disso, os próprios documentos produzidos pela máquina de perseguição são provas contundentes dos abusos e crimes cometidos pelos agentes envolvidos na trama. É importante relembrarmos, mais uma vez, que é dado consolidado pela historiografia da inquisição, que à época do funcionamento do tribunal Inquisitorial, ter origem judaica era sinônimo de presumida culpa. “... sempre foram suspeitos de heresia porque, de acordo com o preconceito, o judaísmo fora incorporado pelo leite materno, não pela escola, pelos livros ou pela tradição”¹⁶.

Complementa ainda GORENSTEIN, sobre a mentalidade preconceituosa contra cristãos-novos e as péssimas condições que eram submetidos,

¹⁶ Lina Gorenstein é pesquisadora do laboratório de estudos sobre intolerância da Universidade de São Paulo e autora de *A Inquisição contra as mulheres* (associação editorial humanitas, 2005).

Quando processados, os cristãos-novos eram obrigados a confessar e admitir culpas, fossem verdadeiras ou não. Aquele que não confessasse a crença na Lei de Moisés em algum momento de sua vida era considerado “negativo”, pois não reconhecia seus erros. O processado precisava recorrer à memória e aceitar as denúncias de que era alvo, em uma estranha dinâmica inquisitorial na qual as denúncias eram mantidas em segredo. Aquele que não conseguisse citar todos que o tinham denunciado seria considerado “diminuto”. Ser condenado como negativo e diminuto equivalia à pena capital. (GORENSTEIN, 2011, p. 5).

O terrorismo estatal e da igreja católica lisboeta, mesmo com todo o seu arsenal a serviço da caça e punição aos supostos judaizantes, não conseguiram romper os laços de solidariedade entre cristãos-novos e judeus. Eles preservavam alguns princípios éticos, no caso, recebiam os fugitivos e os acolhiam em suas residências, davam terras para trabalharem, assim, garantindo a sobrevivência dos despossuídos. Em certos momentos parte da população brasileira cristã-velha também se negou a compactuar com os agentes da inquisição numa tentativa de reestabelecimento dos laços sociais e afetivos, apesar do estigma do sangue infecto.

Agentes do Tribunal do Santo Ofício com atuação no Ceará

continua

Nome	Cargo no TSO	Outros cargos Habilitações/ atividades
Alexandre de Proença Lemos	Familiar (carta não expedida por ter falecido)	Bacharel, juiz de fora das Vilas de Penela e Lousã, sétimo ouvidor da Comarca do Ceará Grande, superintendente das Minas do Cariri
Antônio Francisco Bastos	Familiar	Negociante
Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca	Familiar	Alcaide-mor das vilas de Igarassu e Goiana, tenente-coronel de Infantaria do Recife, Capitão-mor e governador da Capitania do Ceará Grande (1765-1781), Cavaleiro da Ordem de Cristo, irmão da Santa Casa de Misericórdia de Olinda, Membro da Academia Brasílica dos Renascidos, de Salvador
Antônio Lopes de Macedo (pai)	Familiar	Padre, secretário do bispo dom Frei Luiz de Santa Tereza, cura da freguesia dos Cariri Novos.
Antônio Lopes de Macedo(filho)	Familiar	Padre, cura da freguesia dos cariris Novos.
Antônio Pinto Martins	Familiar	Negociante, charqueador
Bernardino das Entradas	Qualificador	Frei, recebeu denúncias quando em viagem pela capitania do Ceará Grande.
Bernardo Pinto Martins	Familiar	Vereador
Félix Saraiva Leão	-	Vigário Geral Forâneo da capitania do Ceará Grande
Francisco Moreira de Souza	-	Pároco de Almofala
Gonçalo Ferreira de Anthas	(?)	Promoveu, na vila de Santa Cruz do Aracati, a diligência da habilitação de Luís da Costa Peniche
João Coelho Basto	Familiar	Negociante, senhorio da embarcação, comerciante de importação e exportação, capitão

Agentes do Tribunal do Santo Ofício com atuação no Ceará

continua

Nome	Cargo no TSO	Outros cargos Habilitações/ atividades
João Fidelis Barroso de Mello	Familiar	Negociante, tenente-coronel da 8ª Companhia do Regimento de Milícias das Marinhas do Ceará e Jaguaribe
João Francisco Carneiro Monteiro	Familiar	-
João Francisco de Sampaio	Familiar	Negociante, vivia de loja de fazenda
João Guedes	Familiar	Frei com atuação nas cercanias da Serra da Ibiapaba
João Pinto Martins	Familiar	Capitão-mor da Barra do Rio da Vila do Aracati, comerciante, charqueador
João Ribeiro Pessoa	Familiar, notário	Cura e vigário das freguesias de Caiçara (Sobral) e Amontada
Joaquim Marques de Araújo	Comissário	Para capitania de Pernambuco e anexas
José Coelho Bastos	Familiar	Homem de negócios, charqueador
José Fidelis Barroso de Melo	Familiar	Juiz ordinário da vila de Aracati, negociante
José Joaquim da Rocha	Comissário	Visitador pastoral em Granja, em 1782, cavaleiro da Ordem de Cristo
José Pinto Martins	Familiar	Capitão-mor da Barra do Rio da Vila do Aracati, charqueador
Luís da Costa Peniche	Familiar (parecer para expedição da carta é dado em 8/3/1766, quando o solicitante já é falecido há cerca de 1 ano)	Capitão-mor e juiz ordinário na vila do Aracati
Luiz Manoel de Moura Cabral	Juiz dos Feitos da Coroa e Execução da Real Fazenda, Fisco Real e das Confiscadas pelo Santo Ofício	Ouvidor geral do crime e do Cível na Capitania do Ceará Grande, Corregedor da Comarca, provedor dos Bens e Fazendas de Defuntos, Capelas e Ausentes, Resíduos e Órfãos, Deputado da Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda, Juiz privativo para as causas das Pendências das Judias, por especial decreto, Auditor e Vedor da Gente de Guerra, Intendente da Polícia, Juiz da Judia e Minas e das Justificações com Alçada em Tudo, governador interino.
Manoel Antônio da Rocha	Comissário e familiar	Visitador pastoral e cavaleiro da Ordem de Cristo
Manuel da Cunha Soares	Familiar	-
Manuel Rios	Familiar	Sargento-mor, capitão, comerciante, responsável pelo controle fiscal dos contratos reais no Recife, viveu muitos anos em Sobral
Manoel Rodrigues Xavier	-	Padre
Manuel da Cunha Soares	Familiar	-
Pedro José da Costa Barros(pai)	Familiar	Negociante, senhorio de embarcação, comerciante de importação e exportação, Mestre em campo, coronel, camarista

Agentes do Tribunal do Santo Ofício com atuação no Ceará

continua

Nome	Cargo no TSO	Outros cargos Habilitações/ atividades
Pedro José da Costa Barros(filho)	Familiar	Sargento-mor de Infantaria adido ao Estado Maior do Exército, Tenente-coronel de Artilharia de Marinhas, Oficial do Cruzeiro, Mestre de Campo do Terço de Infantaria Auxiliar da Marinha do Ceará e Jaguaribe, primeiro presidente da Província do Ceará (de 15 a 29/4/1824 e de 17/12/1824 a 13/1/1825)
Salvador de Souza Braga	Familiar	Comerciante, dono de fazendas de gado, charqueador, piloto de embarcação
Salvador de Souza Braga Barros	Familiar	Capitão do Terço de Auxiliares do Estado do Brasil
Veríssimo Rodrigues Rangel	-	Visitador
Vicente da Silva Fialho	Familiar	Comerciante nos sertões de Pernambuco

Fonte: Informações do jornalista Dr. Nilton Melo Almeida.

Com base na tabela apresentada acima, verificamos que o Tribunal Inquisitorial instalou no Ceará uma rede de familiares da Santa Sé. Houve um número significativo desses familiares com intensa atuação persecutória contra cristãos-novos, embora o Ceará estivesse situado em terras inóspitas, distante do Tribunal Central em Lisboa e dos grandes centros comerciais da própria colônia. Num estudo relevante, Vieira (2008) na obra: “A Inquisição e o Sertão: ensaios sobre ações do Santo Ofício no Ceará”, retrata a presença dos familiares do Santo Ofício, inclusive, apresenta um caso de bigamia ocorrido, em Sobral, investigado e julgado pelo Tribunal Inquisitorial que, apresentaremos adiante. Dentre os familiares que atuaram no Ceará, destacamos o Padre João Ribeiro Pessoa, natural da Vila pernambucana de Iguarassu, sendo habilitado como familiar do Santo Ofício no ano de 1771.¹⁷

O Padre João Ribeiro Pessoa foi vigário em Sobral durante os anos de 1762 a 1784, permanecendo no Curato de Sobral por vinte e dois anos ininterruptos. Padre João Pessoa se envolveu em ações concretas do Tribunal Inquisitorial no Ceará, inclusive, na formulação de uma denúncia contra um bigamo que viveu na antiga freguesia da Caiçara (Sobral) por volta do ano 1770. O alvo da denúncia, Polinardo Caetano César de Ataíde, nasceu na Ilha da Madeira, Funchal em Portugal, no ano de 1741.

¹⁷ Passara a exercer o curato na Paróquia de Sobral. Na sua família, não era o único membro do Tribunal, já havia precedentes de habilitados; mais especificamente um irmão, que também era padre.

Estudou leis, na Universidade de Coimbra, por quatro anos, era filho de um nobre e endividado contratador real do Funchal. As dívidas do pai podem ter favorecido a vinda de Polinardo ao novo mundo. Meses depois de aportar em Recife, Polinardo constituiu família e estabeleceu-se como comerciante. Possuía uma loja na rua da Praia, adotou um nome falso, José Luis Pestana, casou-se em primeiras núpcias com Maria de Nazaré Lopes e desse consórcio nasceram dois filhos.

Depois da morte do sogro, Polinardo perdeu seu mantenedor, o responsável por patrocinar todas as despesas do “genro boêmio”, inclusive as suas dívidas corriqueiras em jogatinas. Com o volume crescente das dívidas, sem meios para quitá-las e os credores na porta cobrando, Polinardo resolve fugir para Pajeú, na Bahia, deixando filhos e esposa abandonados à própria sorte, como consequência, tempos depois, tinham sua real identidade descoberta pelos familiares, da atual noiva, que ameaçam matá-lo. Polinardo foge do Pajeú, em direção a freguesia de Caiçara (Sobral)¹⁸, local onde conseguiu notoriedade; fez fortuna, ocupou cargos públicos, graças a um segundo casamento com a filha de um rico fazendeiro e homem público sobralense, natural de Lisboa. Com a união selada, sob as bênçãos de Deus, e, da aprovação do novo sogro, com o qual caiu nas graças e na farsa do genro: um autêntico lisboeta, alvo, refinado e douto em Direito.

Polinardo recebe do novo sogro o dote e o direito de administrar os bens da esposa, bem como outras regalias. Transcorreram mais de nove anos, até a mentira começar a ser desmontada, após denúncias de familiares da primeira esposa do investigado a uma rede de familiares do Santo Ofício que atuavam em Sobral e Recife. Polinardo teve sua prisão decretada pelo Tribunal do Santo Ofício, no dia 24 de janeiro de 1780, sendo remetido ao cárcere secreto, em Portugal, para receber sua sentença, na presença do Inquisidor, Antonio Larre. Sendo que, essa sentença resultou no degredo de Polinardo para Angola.

¹⁸ “Lembrava Polinardo que chegara em Sobral, então conhecida como freguesia de Caiçara, por volta do ano de 1770. Vinha de uma longa jornada pelo Sertão, percorrida a cavalo. Do Pajeú, sertão pernambucano, lugar onde quase perdeu a vida, cavalgou até Quixeramobim, povoação do Ceará. Entrou na capitania cearense pela bacia do Jaguaribe, atravessara o Riacho do Sangue – onde, segundo a voz geral, a água havia sido tingida pelo sangue dos que lutaram pela posse da terra. Cruzou, também, o rio das Pedras e trilhou as margens do rio Banabuiú até chegar a outro rio, o Quixeramobim – percorrendo a chamada Estrada Nova da Boiada. Enfrentara um caminho com muitos infortúnios; desabitado, com pouco pasto e água salobra. Dormia nas raras casas existentes ao longo da estrada, ou mesmo ao relento. Procurava sempre pernoitar junto aos vaqueiros que vinham em sentido contrário, tangendo rebanhos, à procura de um melhor pasto ou para vendê-los nas feiras de Goiana e Iguarassu, em Pernambuco. Enquanto se juntava às tropas, reunidas ao redor de fogueiras, entre tragadas de cachaça, colhia informações mais detalhadas sobre a região – no fundo buscava um lugar distante e isolado, onde estivesse ao abrigo de olhares conhecidos. Chegando em Quixeramobim deparou-se com um caminho bifurcado. Orientando-se pela fala dos vaqueiros, escolheu seguir a estrada da Caiçara, para alcançar o povoado do mesmo nome. Segundo sondou, pouco conhecido. O comércio era precário e lá os braços e olhos de recifenses só chegariam com dificuldades – previsão, que, para seu azar, não se concretizou. Pelas caatingas de Santa Quitéria alcançou a Caiçara”. (VIEIRA JUNIOR, Demócrito Rocha, 2008, p. 52).

O sentimento antissemita ganhou força na ação concreta dos espíões do Santo Ofício, tendo maior visibilidade no Ceará durante o século XVIII. Vieira Jr (2008) considera que a vigilância aos Cristãos-Novos na capitania do Ceará, por volta do século XVIII foi realizada primordialmente por uma elite denominada familiares do Santo Ofício, os quais recebiam o título do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. A vigilância realizada pelos familiares foi sistematizada no Ceará por ser um lugar ermo, distante do Tribunal central em Lisboa, sendo necessário delegar o papel a habitantes locais, isto por favorecer o olhar cotidiano, constante e silencioso.

Das muitas condições para se tornar um familiar: seria a comprovação de não ter sangue judeu, mouro ou mulato; nem mácula moral no seu passado, além de ter uma situação financeira abastada.

O tribunal não queimava apenas com a fogueira: queimava com o olhar. Um olhar que criava sensações constantes de vigilância, que legitimava socialmente os diligentes observadores. Na luta entre vigilantes e vigiados, hierarquias de poder foram tramadas, e a busca pela distinção social se efetivava. Assim, a capitania do Ceará, no Brasil, mesmo afastada da execução do espetáculo, que era o auto-de-fé, não se livrava da sanha meticulosa dos tentáculos da Inquisição. (VIEIRA, 2008, p, 52).

Consoante o autor enfatiza, a Inquisição Lusitana, através do seu ritual característico, o chamado “auto-de-fé”, destinava-se a castigar o herege, supliciar seu corpo até a morte, num horrendo espetáculo público. O auto-de-fé no Ceará foi inviabilizado, cabendo aos familiares remeter a denúncia e o acusado ao tribunal central em Lisboa para este prosseguir com os trâmites necessários, a saber, a averiguação das acusações realizadas pelo braço repressor local e a aplicação do castigo de acordo com a sentença proferida pelos inquisidores.

Os cristãos-novos independentemente de judaizarem, eram obrigados a pagarem as fintas, isto ocorreu até pouco mais de duzentos anos atrás, exclusivamente por serem descendentes de judeus e cristãos-novos. Esse imposto cobrado pela coroa portuguesa só foi abolido na segunda metade do século XVIII, em 1773, a partir da Lei homologada pelo Marques de Pombal¹⁹, Secretário de Estado português. A Lei passou a proibir a distinção entre Cristãos-Novos e Cristãos-Velhos.

¹⁹ Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras foi um nobre, diplomata e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas.

Sobre o tema em questão, o soneto à lei de 25 de maio de 1773, que aboliu a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, pelo qual é referido que os judeus teriam comprado a lei por 500 mil cruzados, diz:

Quem diz mal dos Judeus nega a Escritura
E não sabe o que leu, co'a lei alego,
Pois não distingue Deus judeu nem grego
Para lhes dar no céu alta ventura.

Se a Igreja, que é do céu clara figura,
Lhes não denega todo o honesto emprego,
Como intenta de alguns o furor cego
Avivar-lhe outra vez a mancha impura?

Se eles, por lei de Deus, são atendidos,
E pela lei real habilitados,
Sem dúvida que estão bem admitidos.

Ninguém se lembre já dos seus pecados,
Que eles estão de todos arrependidos,
Mas é de dar quinhentos mil cruzados!

(ANTÓNIO LOBO DE CARVALHO²⁰)

Com a vigência da lei, que pôs fim a distinção entre cristãos-novos e velhos, pararam de registrar quem era cristão-novo. As listas, com os nomes e outros dados dos cristãos-novos e seus descendentes, no Brasil Colonial, tinham por principal objetivo, o monitoramento e controle de todos os cristãos-novos, visando à cobrança de impostos pelo Estado aos de sangue impuro. O desaparecimento dessa lista, em parte, foi fundamental para mudanças na forma do trato com o povo judeu e/ou cristão-novo. Contudo, para pesquisadores do tema cristãos-novos no Brasil, há grandes dificuldades para historicizar essas trajetórias, principalmente em virtude da destruição dos arquivos oficiais e da memória. Nesse sentido, é de suma importância o estudo da historiografia genealógica soterrada, para confrontarmos e contribuímos com a história oficial. Além disso, o aporte desses conhecimentos contribui para o processo de autoconhecimento e da história dos nossos antepassados cristãos-novos.

²⁰ A Lei de 25 de maio de 1773 teve um enorme impacto no País, como se pode ver pela admiração que demonstra o texto de Simão da Luz Soriano transcrito a seguir. A “má língua” da época disse logo que os cristãos novos tinham comprado a Lei por 500 000 cruzados, como é referido num soneto de António Lobo de Carvalho.

Pouco sabemos sobre quem são os descendentes de cristãos-novos, exceto casos específicos, depois de um intenso e árduo trabalho de pesquisa em arquivos e documentações públicas e privadas. Porém, é indelével as marcas do ponto de vista histórico, religioso, cultural e racial.

O único facto demonstrável é os cristãos-novos possuírem uma religiosidade e crença muito próprias não coincidentes com a ortodoxia judaica ou cristã. Neles dá-se a intercepção das duas religiões que são entre si permeáveis. Por um lado, assumem a sua parte da aliança ao adorar o Deus de Israel e, por outro, aceitam a Santíssima Trindade e Jesus como messias. Guardam o Sábado conforme o Pentateuco e o Domingo de acordo com a Igreja. Celebram as festividades judaicas em privado e as católicas em público. O cristão-novo fica desse modo numa zona de charneira em termos religiosos. (FRADE, 2006. p.70).

O modelo persecutório adotado pelo catolicismo contra o judeu, seguia esta linha geral da interpretação da cultura criptojudaica na Diáspora Atlântica, fomentando a formação de uma autêntica ambivalência religiosa dos judeus novos, pois dependendo das circunstâncias, ora eram católicos, ora seguidores da lei de Moisés. Esse hibridismo religioso, reflexo das perseguições, desencadearam desajustes na fé do povo; era proibido ao judeu professar o judaísmo, desconfiava-se da sinceridade do novo converso ao catolicismo e não se admitia o indivíduo sem religião. Esse contexto foi gerador de uma realidade sincrética, e, ao mesmo tempo, intolerante, a qual serviu de gérmen para a constituição da sociedade brasileira.

Assim como no passado, nos dias atuais ainda nos deparamos com resquícios do totalitarismo religioso e intolerância às religiões de matriz afrodescendente, Kardecistas, judaísmo, demonstrando que o passado ainda reverbera no presente. Em contrapartida, o catolicismo ainda mantém sua soberania na sociedade brasileira sem maiores contratemplos para se autoafirmar. Entretanto, observamos que o estado laico garantiu a livre profissão de credo religioso, amparado na Constituição Federal, diferentemente do passado. Esse amadurecimento deu-se com base em um longo e traumático processo histórico, mas ainda, parece muito frágil diante de tantos reveses e retrocessos que imaginávamos já serem pautas superadas.

Por todas as razões anteriormente expostas, a realidade do cristão-novo não pode ser analisada tendo como modelo o Cristianismo ou o Judaísmo, pois extravasa qualquer um deles. Para além disso faltariam sempre categorias classificatórias onde o colocar, ou então seria analisado como alguém a quem faltam determinadas características consideradas essenciais para ser incluído numa qualquer categoria ou ainda como alguém possuidor de outras especificidades não inventariadas. Isto favorece que o fenómeno cristão-novo ainda seja visto como algo que não encaixa nos modelos preestabelecidos e fomenta a sua discriminação face a outros grupos sociais e religiosos quando é analisado como um fenómeno judeu ou como uma realidade cristã. Os vários autores tomaram, voluntariamente ou não, posição nas correntes descritas sublinhando a faceta religiosa do indivíduo. (FRADE, 2006, p. 70,71).

De facto a religião tem uma grande influência na própria formação da identidade, mas também o espaço, as vivências e a personalidade de cada um, tal como a cultura e a tradição ou mesmo o sentimento de pertença contribuem para essa identidade. Resumir o fenómeno cristão-novo à religião, falta dela ou ainda as suas falhas em relação a ela, é escamotear toda a complexidade de correlações existentes entre as várias facetas dum indivíduo, que é também um homem religioso, e dele com a sociedade que o rodeia. (FRADE, 2006, p. 70,71).

Complementa-se diante do exposto que devemos continuar vigilantes para que atrocidades não sejam jamais praticadas contra pessoas pelo credo religioso, gênero, grupo étnico ou raça. Para isso, é importante que sejamos conhecedores de parte fundamental da história de formação da sociedade brasileira, propositalmente, levada ao esquecimento, soterramento. Conforme Novinsky, em sua tese central sobre cristãos-novos no Brasil, ela afirma que “não foi a prática religiosa que motivou a perseguição inquisitorial ou a discriminação racial, mas a velha tradição antissemita do mundo ocidental, reelaborada de forma contínua e sistemática”.

2 INFLUÊNCIAS DA CULTURA JUDAICA NA FAMÍLIA FEIJÃO: MEMÓRIAS, PRÁTICAS E SIGNIFICADOS

Os Cristãos-novos que vieram de Portugal povoar a região Nordeste do Brasil colonial, especialmente, Pernambuco e Bahia, gozavam de uma relativa liberdade religiosa, após o Marquês de Pombal homologar a lei que trazia em seu texto a proibição de distinção entre Cristãos-velhos e Cristãos-novos, essa distinção havia perdurado até meados do século XVIII. Contudo, mesmo após a oficialização dessa importante lei para os judeus, na prática, não mudou a mentalidade antisemita de algumas camadas sociais. Diante desta afirmação, Novinsky diz que:

A distinção entre Cristãos-Novos e Cristãos-Velhos existiu até 1773, quando o Marquês de Pombal a aboliu, por meio de uma lei. A memória judaica então foi se dissolvendo, até praticamente desaparecer no consciente dos antigos Cristãos-Novos e de seus descendentes. Porém, alguns traços da cultura cristã-nova permaneceram vivos na mentalidade e mesmo em nosso cotidiano, especialmente no Nordeste. Foi ali que os primeiros cristãos-novos se estabeleceram, trazendo uma memória mais forte e mais recente do judaísmo (NOVINSKY, 2005, p. 156).

Em linhas gerais, na compreensão da autora, essas sociedades subterrâneas existiram de forma mais latente durante os trezentos anos que a Inquisição funcionou no Brasil Colônia. Sobre os indícios²¹ da presença judaica no Brasil, na região Nordeste, conjectura-se que se instalaram primeiro em Pernambuco e, em dado momento e circunstância, precisaram imigrar para o sertão cearense. Kaufman (2003) esclarece que,

Pesquisas recentes têm revelado que, em regiões do interior de vários estados do Nordeste, alguns grupos apresentaram indícios de terem origem judaica. Embora sejam obscuras as informações sobre a presença de judeus, cristãos-novos ou cripto-judeus em Pernambuco, no período da expulsão dos holandeses e meados do século XIX, as pistas encontradas poderão ser objeto de proveitosos estudos.” (KAUFMAN, 2003, p. 28).

Pesquisas recentes sugerem que as tradições originárias no judaísmo foram preservadas, ainda que inconscientemente, ao longo das gerações e estão presentes no cotidiano de muitas famílias cearenses, apesar do próprio fator circunstancial e contextual. Os descendentes de Cristãos-novos na contemporaneidade guardaram tradições tipicamente

²¹ Diz respeito aos achados de sinagogas e um cemitério judaico que remonta ao período da colônia neerlandesa no Recife, sob a batuta do governador João Maurício de Nassau.

originárias na fé e cultura mosaica²², sem que eles soubessem o porquê de viverem uma autêntica ambivalência em seus percursos culturais e identitários.

Com base nos depoimentos realizados com membros da família Feijão, verificamos que alguns hábitos e costumes ancorados em um passado ancestral, dialogam e estabelecem forte elo com as novas gerações. Esses costumes têm suas reminiscências originárias na cultura judaica e foram introjetados no dia a dia de alguns descendentes analisados de modo óbvio e inquestionável, sendo recorrente nos depoimentos da maioria dos descendentes, absoluto desconhecimento acerca da semelhança desses hábitos com a cultura judaica.

Novinsky (2005) diz que a alternância entre vidas, assumidamente, judaicas e marranas, praticantes do judaísmo em segredo, com percursos culturais e identitários híbridos, geraram comportamentos e costumes (abrangendo tradições, ritos, superstições, crenças populares etc.) que se enraizaram na cultura nacional. A maioria da população desconhece que muitos hábitos e crenças, que fazem parte da cultura brasileira, têm sua origem em práticas marranas.

De acordo com os costumes retratados por membros da família Feijão, assimilados do judaísmo, existe uma superstição que proíbe apontar ou contar as estrelas do céu, pois o castigo ao transgressor seria o surgimento de muitas “verrugas” nos dedos das mãos. Menda (2008) nos concede informações de que essa superstição tem relação com a preparação do Shabat²³ que começa com o pôr do sol das sextas-feiras, estendendo-se até o sol se pôr no sábado. Entre os judeus, um dia a cada sete, todo o trabalho cessa, diferente dos Católicos que guardam o domingo para o descanso.

O calendário judaico é regido pela lua e o despontar da primeira estrela marca o início de um novo dia, especialmente se esse dia for o Shabat. Antes da expulsão da Espanha em 1492 e da conversão forçada de Portugal de 1497 era comum que as crianças judias, ao entardecer das sextas-feiras, ficassem procurando no firmamento o brilho da primeira estrela D’Alva, também conhecida como Vésper, mas que, na realidade, não é exatamente uma estrela, mas sim o planeta Vênus, que por brilhar com mais intensidade se destaca dos outros corpos celestes. (Disponível em <http://eduplanet.net/mod/forum/discuss.php>. Acesso em 25 de setembro de 2009).

²² Relativo ao profeta bíblico do Velho Testamento (Torá) Moisés.

²³ Pelo rito judaico, o Shabat sempre começa a ser celebrado ao anoitecer de sexta-feira e se estende até o pôr-do-sol de sábado. Em hebraico, a etimologia da palavra Shabat está relacionada com o verbo shvat, que significa “cessar”. Apesar de ser traduzida universalmente como descanso, uma tradução mais literal seria “cessação”, no sentido de parar o trabalho. Portanto, Shabat pode ser entendido como o dia em que D’us cessou seu trabalho de criação; deixando o conceito de descanso implícito. A palavra também é a raiz para o termo sábado, em português, e para a denominação desse dia da semana em muitas outras línguas. O termo sabático é outro que deriva do original em hebraico. Disponível em: <https://www.essemundoenosso.com.br/shabat-o-que-e-e-como-e-passar-a-data-em-israel/>. Acesso em 13 de junho de 2020.

Quem apontasse primeiro provavelmente ganharia a admiração dos mais velhos e, quem sabe até algum presente. De uma hora para outra esse gesto simples passou a ser denunciador da condição judaica e a primeira coisa que as precavidas mães fizeram foi assustar seus filhos com a possibilidade do surgimento de uma verruga. (Disponível em <http://eduplanet.net/mod/forum/discuss.php>. Acesso em 25 de setembro de 2009).

No período de atuação da inquisição, as mães criaram algumas estratégias para que as crianças, em sua inocência, não despertassem suspeitas de delatores ao apontarem as estrelas, pois poderiam entender que estariam aguardando o momento da celebração do shabat no seio familiar.

O medo de contar as estrelas, provavelmente, foi transmitido por cristãos-novos que viveram na antiga ribeira do Acaraú e praticavam, de modo camuflado, alguns preceitos da lei de Moisés. Foi relatado pela Sra. Maria Rodrigues, natural de Groaíras, comerciante, que na sua infância, tinha por paixão contar as estrelas. Achava que daria conta de precisar o número exato delas (as estrelas) no infinito firmamento. Até que seu tio a dissuadiu dessa prática, afirmando que isso faria um grande mal a ela, no caso, nasceriam verrugas em seus dedos, pois seus avós já teriam alertado sobre as consequências desse ato.

Nos rituais fúnebres de algumas famílias com descendência cristã-nova de Sobral e Groaíras, observamos também algumas semelhanças com a tradição judaica no modo de sepultamento dos mortos. Sr. Assis Feijão, agricultor, residente na Lagoa das Bestas, zona rural de Groaíras, relata que seu tio pediu aos familiares que o enterrassem em local de terra virgem, a exatos sete metros de profundidade, envolto numa mortalha e, em contato, direto com a terra, sem o uso da urna mortuária. E, assim, foi concretizado anos mais tarde por ocasião de seu funeral.

Sobre o tio, Sr. Assis Feijão, disse-nos o seguinte:

Eu tenho até irmão da mamãe que morrera agora há pouco tempo, há poucos anos...ele dizia, “quando eu morrer, é pra mim botar na terra, na terra virgem”. Aí os filhos fizeram o pedido dele, abriram a sepultura e botaram dentro. É costume já dos mais velhos, é sete palmo de chão. Se botava numas cordas e se descia bem direitinho...esse negócio de caixão e túmulo não existia. (ENTREVISTA REALIZADA COM ASSIS FEIJÃO, no dia 20.09.09).

Faz parte da tradição judaica ibérica, nos rituais fúnebres, sepultar o morto em uma cova com sete palmos de profundidade, numa terra virgem. “No Antigo Testamento, Gênesis 3:19 diz: No suor do rosto $\text{וְעָבַדְתָּ אֶת הָאֲדָמָה$ comerás $\text{לֶחֶם$ o teu pão עָד , até $\text{שׁוֹב אֶדְמָה$ à terra לִקְחָהּ , pois dela foste formado לִקְחָהּ ; porque tu אֶדְמָה és pó עָפָר e ao pó עָפָר tornarás שׁוֹב ”. O morto é

envolto numa mortalha²⁴ confeccionada com tecido de algodão ou linho. Tradicionalmente usavam uma mortalha simples, branca. A tradição segue o que diz o Livro de Eclesiastes: “assim como veio, assim irá”.

Sobre o rito de morte, Sra. Zita Maria Rodrigues, professora aposentada, residente em Groaíras, relatou sobre seu descontentamento por não ter sepultado o corpo de sua mãe envolto numa mortalha, igualmente ao do pai, José Vicente Rodrigues, anos antes sepultado como reza a tradição: vestido numa mortalha de linho branco, mangas compridas.

...eu fiquei preocupada porque esqueci de preparar a mortalha para vestir o corpo da minha mãe. É o costume entre as famílias... é uma veste apropriada para sepultar um morto, geralmente ela é branca ou marrom como o traje de São Francisco. (ENTREVISTA REALIZADA COM ZITA MARIA, no dia 20.09.09).

A Sra. Zita se refere a uma veste que lembra uma bata comprida, com mangas longas, confeccionada com tecido de linho e/ou algodão branco. Segundo a tradição judaica, os homens costumavam ser sepultados envoltos no *talit*, uma espécie de manto com franjas, utilizado nas cerimônias religiosas. De acordo com Tabosa (2008, p. 08), o Talit é o manto cerimonial utilizado pelos homens no Shabat e datas importantes.

Para o historiador e genealogista, Valadares (2001) apud²⁵, outro costume tipicamente judaico e muito comum no nordeste brasileiro era a prática de casamentos endogâmicos entre Cristãos-novos e, posteriormente, entre seus descendentes. Os Cristãos-novos vislumbravam com os casamentos entre primos, tios e sobrinhos, algo estratégico para a preservação de uma cultura livre de elementos “estranhos” às gerações vindouras, além de resguardar os segredos e assegurar o patrimônio familiar entre membros do próprio clã. Lembrando que à época vivia-se numa sociedade nos meandros da inquisição.

²⁴ De acordo com Kolatch, a prática foi instituída no ano 195 d. C. por Rabin Gamliel. Para ele, ao enterrar todos do mesmo modo, fica claro que pobres e ricos são iguais diante de Deus. Chamadas tachrichim, em hebraico, as mortalhas são um conjunto de sete trajes separados e vestidos no falecido. Em coerência com a proposta de simplicidade, o material usado não podia ser caro ou dispendioso como, por exemplo, musselina, linho ou algodão. Nos dias atuais, percebe-se uma preferência por um tipo de tecido chamado murim. Algumas pessoas responsáveis pela confecção dos trajes com os quais conversei durante pesquisas de campo informaram que as mortalhas não podiam ter nós ou costuras para que, no encontro com Deus, o morto retorne à vida de forma mais rápida uma vez que não haveria amarras. As mortalhas também não têm bolsos. Isto representa um dos preceitos éticos dos judeus que diz que, desta vida, só se pode levar os ensinamentos da Torá, que podem ser colocados no caixão, assim como as boas ações. Nada material pode seguir com os falecidos porque nada estava com ele quando nasceu. Outro debate é a cor. O branco simboliza a pureza e, desde o começo, vem sendo identificada com a cor nacional dos judeus. Pesquisadores informam que ainda no período Talmúdico e pós-talmúdico, século III, várias cores eram usadas a exemplo do vermelho e do preto, mas, a partir do século XVI, o branco foi adotado. (PINHEIRO, 2012, p. 114).

²⁵ Referência da entrevista extraída do documentário em DVD: A Estrela Oculta do Sertão, de Elaine Eiger e Luize Valente. Distribuído pela Editora Fototema Ltda.

Durante o período colonial, os casamentos mistos entre cristãos-novos e cristãos-velhos foram mais recorrentes durante o Brasil quinhentista, antes da segunda visitação do Santo Ofício.

Veamos um breve panorama do contexto social e político do período em questão:

Na América portuguesa quinhentista, onde as bases da Igreja se encontravam pouco sedimentadas, e a Inquisição não representava ainda uma ameaça materializada, o convívio entre os cristãos separados pelo sangue enfrentava níveis de contato maiores e mais presentes do que na metrópole, como as ameaças de invasões dos piratas, pelo mar, ou dos indígenas, por terra; os animais ferozes e as doenças tropicais; a carência de víveres e a dificuldade de contato com o reino; a falta de ferramentas e as grandes distâncias. A noção de provisório dominava o quadro geral, tornando cristãos-novos e cristãos velhos aliados de primeira hora contra perigos e carências mais imediatas do que as questões de fé. Os “batizados de p ” aumentariam gradativamente a sua participação na empreitada colonizadora. Penetravam em diversos âmbitos da sociedade, chegando muitos deles a ocuparem cargos e posições de importância: ouvidores da Vara Eclesiástica, mestres de latim e aritmética, senhores de engenho, religiosos, profissionais letrados, médicos, advogados, vereadores, juízes, escrivães, meirinhos e almoxarifes. Os casamentos mistos eram freqüentes, e as trocas se mostravam bastante justas para ambas as partes: se aos homens de “sangue puro” interessava mulheres brancas, mesmo que   custa de um matrimônio com donzelas cristãs-novas, para a família neoconversa a filha servia de negociata na busca de uma diminuição da mácula da origem hebraica e das pressões sociais dela oriundas, conseguindo-se casamentos com pessoas influentes e de boa situação econ mica. Sem contar os grossos dotes que por vezes acompanhavam as filhas   procura de marido, tornando-as ainda mais atraentes. Evaldo Cabral de Mello confirma: “entre os indivíduos de origem portuguesa, prevalecia uma relação de 3,7 homens para cada mulher”. A conclusão é clara: “como seria de prever, as alianças de cristão-velho com cristã-nova tornaram-se três vezes mais numerosas do que entre cristão-novo e cristã-velha”.²⁶

A segunda visitação dos inquisidores   colônia brasileira no século XVII, deixou um rastro de hostilidade e medo pela instalação de mecanismos repressivos que proibiam os relacionamentos interpessoais entre cristãos-novos e velhos, sobretudo, os consórcios matrimoniais. Esse novo cenário provocou o desestímulo dos casamentos mistos e desencadeou o aumento exponencial dos casamentos endogâmicos.

Consoante isso, Sr. Batista Cassiano Feijão (in memoriam) ex-vice-prefeito de Groaíras, confidenciou-nos que sua avó, Sra. Libânia, amaldiçoou um dos filhos de sua numerosa prole por não aceitar seu noivado com uma jovem que, de acordo com a mentalidade vigente, possuía nódoas que a desabonavam ao enlace matrimonial; primeiro por não ter laço

²⁶ Excluídos pela impureza: convivência e conflitos sociais entre cristãos-novos e cristãos velhos no Nordeste açucareiro vistos a partir da documentação produzida pelas visitações do Santo Ofício da Inquisição - séculos XVI-XVII. Angelo Adriano Faria de Assis (Doutorando, Universidade Federal Fluminense). Acessado em: www.historia.uff.br/cantareira.

consanguíneo com a família do noivo e segundo pela cor da pele. Naquela época, os casamentos endogâmicos eram muito comuns, além da supervalorização da pele branca.

Sr. Batista diz-nos o seguinte:

Os casamentos entre primos eram comuns por causa do preconceito. Só servia se fosse da família. Teve um filho da Libânia minha avó... “ela (minha avó) era de família da Espanha, desses Aragão de lá, casou com meu avô de família de Portugal, era Feijão”. Pois é, um dos filhos deles casou com uma moça que não era da família e minha avó cismou com ela e amaldiçoou o casamento por que a moça não era da família e era mais morena, era assim da minha cor. (ENTREVISTA REALIZADA COM BATISTA CASSIANO, no dia 20.11.2009).

Lê-se agora uma versão contada pelo Sr. Adalto Feijão (in memoriam), aposentado, natural de Groaíras, sobre o enlace matrimonial de um jovem de família conservadora de Groaíras com uma índia indômita, capturada numa emboscada na localidade da Lagoa das Bestas, Groaíras/Ce.

A índia era mãe do Semprelice e Pergentino da Maria Querida, que já morreu. Essa índia se acostou num lote de animal brabo que se acostou ali pela Aroeira dos Maciel e toda noite ela vinha beber ali na Lagoa das Bestas em altas noites. Aí o pessoal viu essa arrumação dessa mulher vindo com esses animais. Aí foi por isso que colocaram o nome de Lagoa das Bestas, por que as bestas vinham beber na lagoa toda noite. Aí as pessoas começaram a fazer um cerco de ramada se encontrando um no outro que não desse pros animais passar. Era tudo animal grande. Aí fizeram e lá na Gangorra deixaram um buracão aberto, que era pra pastorem escondido, que índio tem faro, né. Pra quando eles passarem pra vir beber na lagoa, aí o pessoal tomarem e pegarem a índia. E aí, assim fizeram o cerco pela lagoa que naquele tempo tudo era mato, só passando os paus e arriana, aí quando os animais entraram mais e a índia, aí eles tomaram a embocadura que eles entraram, aí taparam, aí caíram dentro os animais e a índia. Aí essa índia foi criada pelo pai do velho Zé Cassiano, aí amarraram ela, aí amansaram ela, aí um irmão do velho Zé Cassiano quando ela tava mansa se apaixonou por ela e carregou ela pro Amazonas, aí lá tiveram esses dois filhos: O Pergentino e o Semprelice. Aí quando esse irmão do velho Zé Cassiano e a índia morreram, ficaram só eles dois, aí eles vieram de pé até chegarem aqui. Aí chegaram os dois rapaz. Aí um casou com a Maroquinha, filha do tio Antonio Feijão e o Pergentino casou com a Maria Querida, filha do Manel João. A Maroquinha é a mãe da Teresinha do Manel Pequeno. O irmão do Zé Cassiano, era irmão do pai do seu Batista Cassiano. A embocadura que fizeram foi lá na Gangorra, por isso colocaram o nome de Gangorra, mais pra baixo era a Lagoa das Bestas, que era a lagoa onde as bestas bebia. (ENTREVISTA REALIZADA COM ADAUTO FEIJÃO, no dia 23.11.2009).

É importante frisarmos que, no município de Groaíras, os casamentos entre parentes eram muito comuns entre as gerações passadas, inclusive, na contemporaneidade, é recorrente o uso da seguinte expressão: “Em Groaíras todo mundo é parente!”.

Durante uma sessão na Câmara de vereadores de Groaíras, o ex-vereador José Maria Feijão, (in memoriam), natural de Groaíras, justificou seu voto contra o projeto de iniciativa popular de combate ao “Nepotismo”, enfatizando: “Meu voto é não! Por que se for

aprovada essa lei nós não vamos mais ter quem contratar para trabalhar no nosso município. Aqui na nossa cidade todo mundo é parente”!

Um costume ainda muito arraigado por parte expressiva das famílias analisadas, diz respeito ao modo de “varrição” da casa. De acordo com a tradição, o piso deve ser varrido começando pela porta de entrada, não podendo atravessar com o lixo de dentro para fora da residência, ou seja, representaria um verdadeiro sacrilégio, resultando na “expulsão” da fortuna do agente da ação.

Sobre o modo de varrição das residências, a Sra. Rosa Feijão, in memoriam, aposentada, residente na localidade do Flamengo, zona rural de Groaíras, complementa o seguinte: [...] “pois é, tudim tem... “risos”, ninguém varria a casa de dentro pra fora, não, dizia os mais velhos que ofendia, fazia mal... eu só varro de fora pra dentro”. (Entrevista realizada com Rosa Feijão, no dia 13.10.2009).

Essa prática está ligada ao respeito pela Mezuzá,²⁷ era uma camuflagem ao símbolo religioso judaico. Mas, como hoje não existe mais a Mezuzá, ficou apenas a memória do costume ancorado no judaísmo. O preceito judaico foi ressignificado pelos cristãos-novos ao justificarem que não é recomendável varrer a casa de forma inadequada, espantando a própria felicidade ao transgredir uma tradição que remonta aos antepassados.

Uma outra prática comum, entre alguns munícipes de Groaíras e circunvizinhas, foi relatada por Francisco de Assis Oliveira, servidor público, residente em Groaíras. O costume diz respeito à prática de colocar pedrinhas nas sepulturas dos mortos²⁸, simbolizando o amor contínuo e forte dos familiares pelo ente desencarnado. Faz parte da tradição judaica colocar pedras sob a lápide de alguém querido, é uma demonstração de que o falecido recebeu visitas em seu jazigo.

Conta-nos o colaborador Francisco de Assis:

Sempre que eu ia pro rio Acaraú pela antiga estrada que dava acesso, eu sempre via nas proximidades da beira do rio vários montinhos de pedras em túmulos que tinham nas margens do caminho e lembro que as pessoas falavam que eram de crianças que haviam morrido pagãs. Eu sempre fiquei intrigado com aquilo, me chamava atenção. (ENTREVISTA REALIZADA COM FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA, no dia 13.11.2009).

²⁷ Pergaminho enrolado no qual estão inscritos os versículos VI, 4-9 e XI, 13-21 do Deuteronômio, e que, devidamente acomodado num estojo, é fixado no umbral direito da porta das casas judaicas.

Com base na cultura judaica, a pedra simboliza a perenidade; elas não passam, eternizam-se, ao contrário das flores usadas nas sepulturas de seus mortos pelos católicos, que murcham ao entardecer do dia, perecem de forma efêmera.

Abro espaço aqui para falarmos sobre o uso da expressão: “Deus de Israel”, por parte de alguns descendentes de cristãos-novos de Groaíras. É algo intrigante, por tratar-se de uma frase que direciona à doutrina judaica, sendo empregada por pessoas que são católicas de formação e prática. Segue abaixo a transcrição de um texto publicado, na rede social, do jornalista Vicente José Rodrigues pela celebração da aprovação do sobrinho em um vestibular para o curso de Medicina:

Mais um vencedor das famílias Paiva e Feijão e Farias! Esse rapazinho aí da foto é o Max Wolfgang Paiva, filho do meu sobrinho professor Dr. Márcio Luís Alves Paiva, e o neto do meu saudoso irmão Chico Paixão. A mãe do Max é a professora Ana Célia Farias, os quais aparecem aí na foto. Max Wolfgang Paiva passou em 1º lugar geral no primeiro vestibular do curso de medicina realizado em Tocantinópolis, no estado de Tocantins. Essa celebração da foto foi a entrega do jaleco ao nosso futuro médico da família! Parabéns, Max Wolfgang Paiva, por essa nova empreitada em sua vida e na batalha dos estudos. Que a Divina Providência de Deus de Israel, Jesus Cristo e os Anjos de Luz te protejam e iluminem seus caminhos. (ACESSADO DA REDE SOCIAL DE VICENTE JOSÉ RODRIGUES, publicado em: 01/10/2021).

No texto de Vicente José Rodrigues, jornalista, natural de Groaíras, os termos empregados pelo autor revelam doutrinas paradoxais entre si, a primeira ressalta a Deus de Israel do judaísmo, a segunda faz alusão a Jesus Cristo, o ser supremo do Cristianismo e a terceira expressão recorre aos anjos de luz, que estabelece relação com a doutrina espírita. O texto em questão consiste em um verdadeiro hibridismo religioso, sendo expressado de forma correlacionada. O autor, Vicente José Rodrigues, considera-se católico de formação, simpatizante da doutrina espírita e quanto ao Judaísmo, ele afirma que é leigo e desinteressado.

Numa segunda publicação postada por outro internauta, residente em Groaíras, observamos o uso da mesma expressão “Deus de Israel”. Depoimento publicado, na rede social, de Francisco Albuquerque, estudante, residente em Groaíras, referente à recuperação de um problema de saúde de sua avó. Segue a transcrição do depoimento de Francisco,

10 dias de luta, mais uma vez com a graça do nosso SENHOR JESUS CRISTO venceremos mais essa batalha, toda honra e louvor para nosso senhor DEUS DE ISRAEL, AMÉM.
(ACESSADO DA REDE SOCIAL DE FRANCISCO ALBUQUERQUE, publicado em 08/05/2022).

Por um lado, assumem a sua parte da aliança ao adorar o Deus de Israel e, aceitam a Santíssima Trindade e Jesus Cristo como o “Messias”, “salvador e redentor da humanidade”. Esse dualismo demarca, sobremaneira, a manifestação sincrética da religiosidade de algumas famílias, da região metropolitana de Sobral. Alguns vivenciam um autêntico hibridismo espiritual e cultural, misturam preceitos do Catolicismo e Judaísmo sem, supostamente, compreenderem a razão e o significado da natureza antagônica das divindades evocadas, apenas dizem reproduzir aquilo que aprenderam de seus antepassados. Nesse caso, a forma de relação com o sagrado, mesmo controversa do ponto de vista doutrinário, já está naturalizada no dia a dia dos entrevistados, a ponto de não despertar questionamentos quanto ao significado sincrético do conjunto de crenças e práticas fundamentadas no tradicionalismo devocional.

Dessa forma, embora existam traços comuns na essência dos costumes, das crenças e das práticas dos entrevistados que lembram a cultura judaica, ainda assim, há uma singularidade própria ao grupo, que se corporifica no processo de socialização numa sociedade multiétnica, afetando e sendo afetados. A propósito da “secularização do judaísmo religião” e a “sacralização do judaísmo cultura”, Kaufman (2003) diz,

O “ser judeu” na América portuguesa, nos primórdios do Brasil colônia e o “ser judeu” no Brasil contemporâneo possuem um fundamento comum: os cristãos-novos dos primórdios do Brasil português e judeus ibéricos sefarditas do período flamengo, assim como os judeus ashkenazitas dos séculos XIX e XX, para alcançarem a integração utilizaram como fórmula o deslocamento da essência do judaísmo: da religião para a cultura. Como não podiam institucionalizar a prática religiosa, buscavam nas referências culturais dessa religiosidade a concretização das aspirações do judaísmo. A “secularização do judaísmo religião” e a “sacralização do judaísmo cultura”, nos distintos períodos, foram utilizadas como recurso para possibilitar a integração na sociedade local. (KAUFMAN, 2003, p. 185).

Segundo Kaufman (2003), as trajetórias dos judeus, mesmo em sociedades e períodos históricos diferentes, apresentaram traços comuns. Para a autora, essas semelhanças tiveram por base e objetivo, uma total e harmoniosa integração na sociedade receptora, garantindo assim, a sobrevivência da identidade judaica, apesar das adaptações ao novo ambiente e das rupturas ao judaísmo. Nesse processo de integração com o novo meio social, cultural e religioso, ocorreram alterações, permanências e adequações do conjunto de crenças, costumes e valores étnicos, pertinentes ao sistema simbólico dos judeus e cristãos-novos.

Eles desenvolveram estratégias para a manutenção dessa identidade, por meio do deslocamento do núcleo religioso para o núcleo étnico-cultural do Judaísmo, conhecido como a “sacralização do judaísmo cultura” e “secularização do judaísmo religião”.

Para Kaufman, o deslocamento dessa “essência”, presente nos judeus e cristãos-novos da Península Ibérica, do Brasil colonial e do Brasil contemporâneo, é oriunda da proibição do judaísmo.

A introdução de uma nova mentalidade e essência cristã desenvolveu-se de forma deslocada do judaísmo ortodoxo. Isso originou a internalização de novos elementos ao “ser judeu” que provocaram a “sacralização do judaísmo cultura”. Contudo, essa essência foi ressignificada e camuflada com base em realidades adversas. Conforme Kaufman (2003, p. 85), a respeito da cultura, define como sendo “... o conjunto de criações e de formas que se articulam, sobrevivem e se reproduzem, que constituem a “cultura” de uma sociedade. Nesse processo de produção e elaboração dos costumes, conjunto de crenças, hábitos e valores éticos e morais, existe uma dinâmica que cria e recria o modo do homem de se ver e de estar no mundo em contato com outros homens, na busca de algo que o diferencie, sem cercear a integração social e a garantia das liberdades individuais e coletivas. Assim, verificamos que alguns costumes partilhados por algumas famílias, da região metropolitana de Sobral, guardam a essência do “ser judeu” problematizada por Kaufman.

2.1 Revisitando vestígios dos Cristãos-novos na Região Metropolitana de Sobral

Não é então possível falar dos costumes dos judeus em geral, sem entrar num grande detalhe e em distinções particulares. O judeu é um camaleão que toma por toda a parte as cores dos diferentes climas que habita, dos diferentes povos que frequenta, e das diferentes formas de governo sob as quais vive.
(ANTÔNIO CARLOS CARVALHO, 1999.)

Sobral é um município brasileiro, situado na mesorregião noroeste do Ceará, localizado a 235 Km da capital, Fortaleza, com uma população estimada em 188.233²⁹ habitantes. Os primeiros registros documentais da fundação de Sobral, datam de 1712. Por volta de 1720, há registros da presença do casal de colonizadores, Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus em terras sobralenses. Os referidos imigrantes erigiram às margens do rio Acaraú, a Fazenda Caiçara, considerada um marco arquitetônico e simbólico da ocupação de Sobral. A localização espacial da antiga fazenda Caiçara convergia com as rotas das boiadas em períodos áureos da comercialização da carne de charque.

²⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. (Censo 2010).

Ao redor da fazenda, foi edificada a igreja da Sé, conhecida como a matriz da Caiçara, além desta surgiu um pequeno povoado, o qual contava com 50 fogos no ato de criação da vila em 1773. O historiador Francisco Sadoc de Araújo (2005, p. 28), na sua obra *Origem da Cultura Sobralense*, aborda sobre a trajetória dos povoadores da ribeira do Acaraú, casal Quitéria e Antônio, conforme trecho a seguir:

Quitéria Marques de Jesus que foi a terceira proprietária da Fazenda Caiçara. Casouse, a 5 de março de 1733, com o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, natural do Natal dos Reis Magos, Rio Grande do Norte, filho legítimo de Luís de Oliveira Magalhães e Isabel Gonçalves. O casal, Antonio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus, residiram durante muito tempo no Siupé onde nasceu a maioria de seus filhos. Pelo ano de 1750, o casal se transferiu definitivamente para a fazenda Caiçara, berço de Sobral, onde fez doação de cem braças de terra em quadro para a constituição do patrimônio da capela de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira do Acaraú. Dona Quitéria faleceu a 31 de agosto de 1759 e foi sepultada na Matriz da Caiçara. (ARAÚJO, 2005, p.28).

A cidade de Sobral foi elevada à categoria de vila, em 1773, com a denominação de Vila Distinta e Real de Sobral. De acordo com Francisco Marialva Mont'Alverne Frota, ano 2005, p. 180, a formação do povoamento de Sobral foi composta, em parte, por migrantes que fugiram das presumíveis sanções decorrentes da expulsão dos Holandeses³⁰ do nordeste brasileiro pelos portugueses. O domínio holandês vigorou por 24 anos. Em 1654, ocorreu a derrubada dos neerlandeses e a reconquista do nordeste brasileiro pelos portugueses. A esse respeito, Frota (2015, p.85), revela-nos informações da ocupação de terras sobralenses por imigrantes de Pernambuco e da Bahia, em decorrência de perseguições e da guerra dos Mascates.

Lê-se a seguir:

³⁰ O colapso financeiro da Companhia das Índias impossibilitou a manutenção de um efetivo militar no Brasil que garantisse a manutenção da colônia holandesa. Deste modo, e face à inevitabilidade da vitória portuguesa, os holandeses procuraram negociar os termos de sua rendição e partida do Brasil, tendo sido representados na negociação por Gisberth de With, Hubrecht Brest e Wouter Falloo, que conseguiram de Francisco Barreto de Menezes, o general vencedor, comandante das forças luso-brasileiras, um prazo de três meses, a contar de 27 de janeiro de 1654, para que holandeses e judeus deixassem em paz o Brasil. O “acordo de rendição” determinava quais os bens que poderiam ser levados pelos holandeses e pelos judeus e assegurava aos que desejassem permanecer no Brasil, que receberiam “o mesmo tratamento dado aos estrangeiros residentes em Portugal”. Mais do que os holandeses, os judeus ansiavam por deixar imediatamente o Brasil, pois tudo fazia certo que o ressentimento acumulado ao longo do tempo, especialmente dos últimos 24 anos, inviabilizaria a permanência em paz de uma comunidade judaica em Pernambuco. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 17 de junho de 2020.

A hipótese mais harmônica entre os historiadores que abordam a curva evolutiva da Ribeira, é a de que o fluxo que ocorreu para as margens do Acaraú, liga-se à corrente do sertão, vinda de Pernambuco, sequiosa de afirmação agro-pastoril, acoçada que estava por perseguição política ou mesmo enxotada pelos terrores da guerra. Tocante a esse aspecto, da corrente migratória que se incrustou nas margens férteis do Acaraú é esclarecedor Antonio Bezerra, ardente peregrino das terras cearenses: “O que parece é que em consequência das vexações da guerra dos Mascates, diversas famílias da Bahia e Pernambuco procuraram o interior do Ceará, estabelecendo-se primeiramente nas margens do Jaguaribe, caminho obrigado dos exploradores de um país desconhecido, e daí passaram depois para o norte. Monsenhor Fortunato Alves Linhares, venerando pesquisador das tradições sobralenses e sócio correspondente da Casa do Barão de Studart tem nas preciosas mas suscintas, “Notas Históricas da Cidade de Sobral”, ponto-de-vista idêntico ao de Antonio Bezerra, ainda seja levado a identificar que foram as consequências da guerra holandesa o móvel que afastou diversas famílias da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte do litoral para o Vale do Jaguaribe e depois, para o Acaraú.³¹

Fontes historiográficas e orais que versam sobre a história da Vila de Sobral, no século XVIII, revelam que o Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa³², nasceu em 16 de setembro de 1722, no estado de Pernambuco, na cidade de Goiana. Filho de Inês de Vasconcelos Uchoa e de Francisco de Xerez Furna, veio residir em Sobral no século XVIII. Segundo Lira (1982, p.12) o seu processo migratório para o Ceará, teve como provável razão, a busca por um lugar seguro para comercialização e moradia, longe das perseguições de cunho antissemita.

³¹ Revista do Instituto do Ceará. Vila Distinta e Real de Sobral. Francisco Marialva Mont’Alverne Frota. p. 180.

³² “As sesmarias concedidas ao português Antônio da Costa Peixoto e ao olindense Leonardo de Sá, em 1702, pelo capitão-general de Pernambuco, dom Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, possibilitam o surgimento de um núcleo de atração, formando pequena povoação em volta da chamada fazenda Caiçara. Trata-se do embrião da atual Sobral cearense, enclavada à margem esquerda do rio Acaraú. Para lá, provavelmente entre 1731 e 1742, migra José de Xerez Furna Uchoa, descendente de judeus e de cristãos-novos, em decisão tomada depois de um “passeio” à caiçara. Agradando-se do lugar, resolve residir na então chamada vila da Januária, e torna-se dono de terras e detentor de largo prestígio. Nascida em Goiana, Pernambuco, rincão de onde saem muitos dos povoadores do Ceará, o filho do capitão e juiz de órfãos Francisco Xerez Furna e de dona Inês Vasconcelos Uchoa é escolhida, em cinco de abril de 1758, almotacé para servir na freguesia da ribeira do Acaraú, durante os meses de julho, agosto e setembro do mesmo ano. Eleito, em vinte e seis de julho de 1758, como oficial da Câmara de Fortaleza para a mesma ribeira, toma posse, em dezessete de agosto de 1758, no cargo de juiz ordinário da ribeira do Acaraú para servir no ano seguinte. Juiz de órfãos e vereador da Câmara, termina nomeado capitão-mor das Entradas do Acaraú e capitão-mor das ordenanças. Mas, em sua trajetória, ele acaba “acusado” por um desafeto “de ter sangue de cristão-novo por um de seus ascendentes, pelo que sua família não tinha o merecimento que ele pretendia”. É a pecha do sangue impuro, marca do racismo português além-mar. Em larga medida, o caso de José de Xerez reflete no Ceará setecentista a mentalidade resultante dos estatutos de limpeza de sangue vigentes no mundo ibérico de forma mais ampla. Com efeito, na segunda metade do século XVIII, ainda tem relevância em Sobral a “pureza de sangue” prevista nos regulamentos que criam implicações tanto na vida social, como na vida religiosa, econômica ou militar. Isso não quer dizer que haja obsessão em torno do problema, que vem à tona em situações mais pontuais e específicas. A questão da “limpeza de sangue”, que emerge nas relações sociais na velha Caiçara da capitania do Ceará Grande, evidencia intrigas e conflitos de interesses entre senhores do poder local, num lugar tão distante, quase perdido nos “sertões de fora”. Representa, assim, aspecto do fenômeno social e cultural consubstanciado na “fábrica” de judeus e de cristãos-novos gerada pela ideologia vigente do Santo Ofício, posto que José de Xerez, não obstante sua distante ascendência judaica (dez gerações) e cristã-nova (seis gerações), age como cristão sincero. Pelo menos é o que se percebe em sua vida pública e com base na documentação até agora conhecida. Essa perspectiva da vida portuguesa, presente no cotidiano das instituições e das pessoas enquanto perdura a distinção social forjada no “mito do sangue puro”, cruza os mares, instala-se nos territórios ultramarinos e envereda do litoral para os sertões”. (ALMEIDA, 2021, p. 169).

Embora não tenhamos como precisar o ano da chegada de Xerez a Sobral, sabemos que consta no termo de criação³³ da nova Vila de Sobral a assinatura de Xerez, datada aos cinco dias do mês de julho do ano de 1773.

É ainda sabido que em 23 de maio de 1757, quando o Capitão Antônio Rodrigues, fez a doação do patrimônio da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, José de Xerez Furna Uchoa, então Sargento-Mor, assinara como testemunha o termo de doação. Os documentos são provas contundentes de que Xerez já vivia em Sobral antes mesmo da elevação da Caiçara à Vila Distinta e Real de Sobral. Ao longo de sua trajetória na antiga Vila de Sobral, foi representante da Câmara de Vereadores, Juiz de Órfãos, Juiz Ordinário, Capitão-Mor de Ordenanças, Capitão-Mor³⁴ da Vila por mais de uma vez e proprietário do sítio Santa Úrsula, localizado na serra da Meruoca, distante 5 Km de Sobral. Nesse período, os donos de sítios em sua grande maioria eram detentores de títulos de terras e gozavam de relativo poder e prestígio social e político. Inclusive, sendo bem tênue a relação entre poder econômico e poder político, fato que fez desses latifundiários e homens de negócios a personificação do poder régio na região. (OLIVEIRA, 2015, p. 20).

Por volta de 1780, os moradores da Vila de Sobral confeccionaram e encaminharam uma carta-denúncia,³⁵ endereçada à rainha D. Maria I de Portugal, contra o capitão-Mor José de Xerez da Furna Uchoa, por conduta transgressora e em desacordo com o exercício de seu cargo público. O texto referia que Xerez não era confiável, justo e nem obediente aos ditames do poder régio, considerado infiel aos filhos de Portugal.

³³ FROTA, Francisco Marialva Mont'Alverne. Vila Distinta e Real de Sobral. Revista do Instituto Histórico do Ceará, Fortaleza, ano LXXXVII, p. 117-196, 1973.

³⁴ Além da atuação nas câmaras e nas irmandades, era comum o recebimento de patentes. Geralmente, para receber as patentes, os homens da elite escreviam cartas de requerimento e, por meio do Conselho Ultramarino, faziam os pedidos dessas patentes. Eram cartas de requerimentos e de confirmação dos cargos de capitães e coronéis. Como vimos no caso de José Xerez de Furna Uchoa, essas patentes podiam ser renovadas, ou esses homens poderiam receber outros cargos. Dessa forma, ia se moldando uma elite forte, que controlava a administração local e que recebeu o apoio da Coroa, representado nessas concessões. OLIVEIRA, Adriana Santos de. Pecuária, agricultura, comércio: dinamização das relações econômicas no termo da vila de Sobral (1773-1799) – 2015, p. 115. Publicado na dissertação de mestrado.

³⁵ Segundo, José Eudes Arrais Barroso Gomes, no artigo “Senhores de terras e de gentes: os poderosos senhores das armas na capitania do Ceará (Século XVIII)” em uma Carta Patente de 2 de setembro de 1778 nomeou José de Xerez Furna Uchoa como Capitão-Mor de Ordenanças da Vila Distinta e Real de Sobral, devido a Câmara o ter indicado por ser de família nobre e abastada. Contudo, dois anos após, em 5 de outubro de 1780, a rainha D. Maria I, recebia em Lisboa uma representação com reclamações de moradores da Vila justificando abusos e injustiças cometidas por José de Xerez no uso indevido das suas atribuições, inclusive agindo contra o Escrivão da Câmara, e o Tabelião da mesma Vila por estes não quererem ajuda-lo nem concordar com suas atitudes. Os autores da representação pediam a rainha que intervisse ou eles desertariam do local, expressão utilizada para relatar o abandono da Vila, o que acarretaria na diminuição da arrecadação dos impostos destinados a Coroa, nota-se logo que os moradores da capitania cearense reconheciam nos dízimos reais o interesse maior da sua real soberana. (Gomes, 2007: 296). Acesso: https://www.uece.br/anais/trabalhos_completos. Artigo: História de vida do Capitão-Mor José de Xerez a partir de documentos escritos. Sobral-Ce (1722-1797) Edcarlos da Silva Araujo1 Jaiana Kelly Rodrigues.

Num fragmento do texto, diz: “*ein Justiças por ser homem de Condição ferina e mal intencionado maior, mente contra os filhos de Portugal, sendo estes os primeiros descobridores e cultivadores destes Remontados Certoins para Augmento da Real Coroa de Vossa Magestade*”³⁶.

Nas linhas seguintes, buscarei compreender as circunstâncias e sentidos atribuídos àqueles que consideraram Xerez a personificação de um perigo latente à sociedade sobralense, ao poder local e à Coroa Portuguesa. Podemos partir da hipótese de que a intolerância e o repúdio a Xerez estavam embebidos de uma mácula moral, estigmatizante, que se sobrepôs em dadas ocasiões ao seu capital econômico e prestígio político e social. Em 1778, Xerez já havia sofrido retaliação por parte de membros do poder local sobralense em decorrência de sua radical objeção ao cumprimento de uma lei régia, que determinava a imediata incorporação de terras da serra da Meruoca e Uruburetama ao patrimônio da Câmara de Vereadores da Vila de Sobral. Xerez desobedeceu a autoridade régia ao se rebelar pela defesa do seu patrimônio, o sítio Santa Úrsula.

A lei de incorporação de terras³⁷ privadas pelo poder público também não foi bem aceita por outros donos de sítios, porém, diferentemente de Xerez, não sofreram as sanções infligidas a Furna Uchoa, no caso, prisão e degredo para o continente africano. Segundo Lira, a intervenção dos mais valorosos amigos não aplacou a pena aplicada a Xerez. Ele foi degredado para a África, onde passou sete anos sofrendo duros castigos. Somente findo esse período, seus amigos conseguiram livrá-lo através do pagamento de uma vultosa soma em dinheiro. Após a libertação do cárcere, retorna a Sobral, falecendo pouco tempo depois, provavelmente resultado das sequelas do degredo. Noutra hipótese aventada, o castigo contra Xerez não teria sido motivado pelo descumprimento de uma lei régia, ou seja, representou apenas uma cortina de fumaça para obscurecer a perseguição aos de sangue infecto.

A casa onde Xerez viveu em Sobral, situada do lado esquerdo da Igreja da Sé e às margens do rio Acaraú, tornou-se um Centro de Referência Cultural e Histórica - Casa do Capitão-Mor José Xerez de Furna Uchoa³⁸, sua edificação data do ano de 1772.

³⁶ Representação dos moradores da vila Real de Sobral à rainha (D. Maria I) em que se queixam dos vexames e injustiças cometidos pelo capitão-mor das Ordenanças da referida vila, José de Xavier Furna Uchoa. 5 de outubro de 1780. AHU_CU_Ceará. Cx. 09, doc. Nº 572.

³⁷ Livro de Provimientos da Câmara de Sobral. Provimiento 1. Sobre o estabelecimento de Patrimônio de Câmara nas terras das serras de Meruoca e Uruburetama. Núcleo de Estudos e NEDHIS/UVA.

³⁸ Inaugurada em julho de 2007 como um Centro de Referência do Patrimônio Histórico, a Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa abriga desde então uma exposição referente ao processo de ocupação e desenvolvimento urbano do município, bem como exemplares dos achados arqueológicos encontrados com a restauração, sendo ela um exemplar da arquitetura, dos materiais e das técnicas construtivas do século XVIII, o único remanescente deste período na cidade. (Disponível em: <https://secult.sobral.ce.gov.br/equipamentos/casa-do-capitao-mor>. Acesso em: 13 de junho de 2019).

Dessa maneira, observamos que existe um simbólico reconhecimento ao legado de Xerez na contemporaneidade, contrapondo-se ao período em que Uchoa viveu no sobredito lugar, perpassando sua trajetória por momentos de perseguições, acusações e culminando no degredo para a África.

É provável que algumas instituições sobralenses e de sua região metropolitana, tenham internalizado valores e crenças propagados pela Coroa Portuguesa e o Tribunal do Santo Ofício Luso, atuantes até meados do século XVIII em todo Brasil colônia. Urge ainda compreendermos fatos obscuros da trajetória de Xerez, especialmente em Sobral. Como ele concebeu e conduziu esses fatos e os ressignificou numa realidade desfavorável ao cristão-novo, judeu, num contexto de provável intolerância e punição? É importante analisarmos a postura negacionista e antisemita que Xerez por vezes adotou, certamente numa tentativa tática pela sobrevivência, ou até mesmo por entender que a origem judaica representava um grande fardo, um mal a ser expurgado à custa da autonegação de si, do apagamento do sentimento de pertença aos Cristãos-Novos.

Nos dados biográficos de Xerez lemos a seguinte confissão:

O Zelo que ele tinha pela distincção da família a que pertencia, e sobretudo as ideias do tempo em que vivia fizeram com que ele ligasse a maior importância ao que propalava um de seus desaffectedos: ter Xerez sangue de christão novo, por um de seus ascendentes, pelo que sua família não tinha o merecimento que ele pretendia. [...] Como mostra a leitura de suas memorias esforçou-se elle por não deixar de citar uma só pessoa da família ou com ella aparentada, pertencente ao clero, a alguma Irmandade ou Ordem religiosa, de preferêcia mesma a quaesquer outros títulos, porque parece que estas estavam acima de qualquer suspeita ou dúbida; por concessões ou privilégios que lhes fossem particularmente peculiares, enobrecendo o habito a quem vestia. Não queria elle descender de índio, mouro, judeu ou de qualquer outra raça reprovada em direito e considerada deshonorosa, declara elle. (Traços biográficos do Capitão-Mór. José de Xerez Furna Uchôa. O INTRODUTOR DO CAFÉ NO CEARÁ. DO INSTITUTO DO CEARÁ, p.70).

Num tom confessional e biográfico, Xerez escreveu sobre as memórias genealógicas de sua parentela, levando 12 longos anos de sua vida, numa pesquisa árdua, dispendiosa financeira e mentalmente, nos arquivos cartoriais de diferentes regiões da colônia, analisando assentos batismaes, assentos de casamentos, obituários, etc. Segundo Lira (1981, p. 34) Xerez, objetivava, ao descrever seus ascendentes, demonstrar que não havia nenhuma gota de sangue judeu na sua genealogia mais remota, evocando ao contrário, seus ancestrais pertencentes à cúpula do ‘alto clero’, no caso, (Papa Adriano VI), além de familiares membros de Irmandades ou Ordens religiosas.

Em seus dados, omitiu sua descendência e a de sua esposa Rosa de Sá Oliveira. Xerez descende do casal de cristãos-novos, Diogo Fernandes e Branca Dias³⁹, já sua esposa descende do casal de cristãos-novos holandês Arnaud de Holanda e de sua esposa Brites Mendes de Gois e Vasconcelos. Xerez negava com veemência descender de judeu, cristão-novo.

Para Lira (1981, p. 23) a manutenção do segredo foi uma estratégia utilizada pelos cristãos-novos de Sobral para a preservação da origem judaica, isso por representar mácula moral na conjuntura vivida à época, de modo a comprometer a integração efetiva e harmoniosa em sociedade.

Xerez tentou provar à sociedade sobralense e além Ribeira do Acaraú sua linhagem nobiliárquica associada ao alto clero, evidenciar que sua descendência é originária de “boa família,” limpa de sangue infecto. Provável que Xerez tenha adotado uma postura de superioridade da imagem e do ideal do nós de fora do grupo, decorrente do declínio da identidade eu-nós de dentro do grupo inferior. Seria essa postura de Xerez uma fragmentação do “eu-nós”? Para Elias (1994, p. 42), “A imagem do nós e o ideal do nós de uma pessoa constituem parte de sua autoimagem e seu ideal do eu tanto quanto a imagem e o ideal do eu da pessoa singular a quem ela se refere como “eu”.

Conforme Elias (1994), ao se dizer “não sou cristão-novo” ou “não sou judeu”, fica explícita uma imagem do eu e uma imagem do nós. Nesse caso, é pertinente compreendermos as implicações por pertencer a um grupo estigmatizado socialmente, entender seus efeitos numa sociedade de relações assimétricas, numa configuração que evidencia duas posições opostas numa escala valorativa entre superiores e inferiores.

Com base na leitura de Elias (1994, p. 24): “o estigma não deve ser compreendido de forma individual, mas no nível e no plano do grupo”. Nesta perspectiva, preconceito difere de estigma, visto que os estigmatizados são percebidos enquanto pertencentes a um grupo com tradição de marginalização, por outro detentor de um rótulo e tradição de superioridade, no que geralmente é suplantada a ideia que estabelece o preconceito encarnado, corporificado numa “pessoa-alvo”. Complementa Elias (1994, p. 22-23):

³⁹ Com uma existência entre história e lenda, considerada uma das heroínas do Brasil Colonial e de Pernambuco, Branca Dias foi, no Brasil do século XVI, a primeira mulher portuguesa a manter uma «esnoga» (sinagoga) em suas terras, a primeira «mestra laica de meninas» e uma das primeiras «senhoras de engenho». Denunciada pela mãe e pela irmã e presa pela Inquisição nos Estaus, em Lisboa. Branca Dias embarca para o Brasil com sete filhos, juntando-se ao marido, Diogo Fernandes, vivendo ambos entre Camaragibe e Olinda, onde tiveram mais quatro filhos (também educou uma enteada, Briolanja Fernandes). Com a primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil, em finais do século XVI, filhos e netos de Branca Dias são presos sob a acusação de reconversão ao judaísmo e enviados para Lisboa, onde foram igualmente punidos em autos-de-fé.

(...) O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsiders as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim (ELIAS, 1994, p. 22-23).

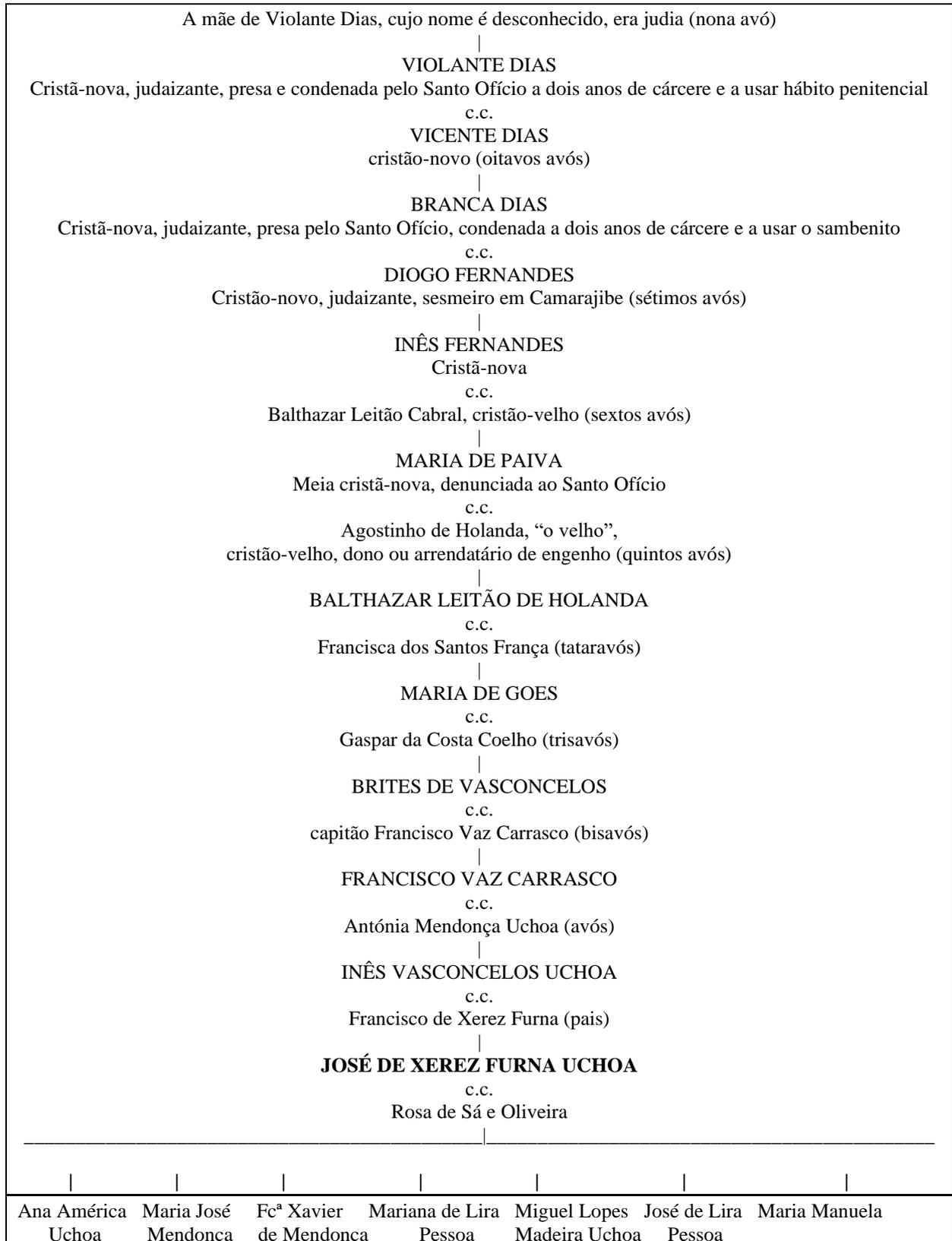
Segundo Elias (1994, p, 24) “Afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelo grupo superior – o mais poderoso penetra na autoimagem do grupo inferior para enfraquecer e desarmar”.

De acordo com Goffman (1891) o conceito de “estigma” é um atributo depreciativo, criado socialmente e, que implica no enquadramento daqueles indivíduos ou grupos considerados detentores de alguma “mácula” ou “marca” que denote “inferioridade”. Para isso, é preciso ainda haver parâmetros sociológicos que confirmem a suposta “normalidade” de outros indivíduos em determinado contexto social, fatores que direcionam à uma padronização individual e coletiva. Esses estereótipos, na concepção do autor, causam uma profunda mácula moral na pessoa que ocupa o lugar de “estigmatizado”. O estigma assume formas diferentes, tendo suas variações que resultam de vários fatores. A seguir, o autor destaca as possíveis definições do estigma:

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar a todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1891, p. 07).

Nesse sentido, o “estigma” constitui, para sua definição, um caráter social com dimensões mais abrangentes, pois uma pessoa com um estigma poderá, na sua identidade normatizada, ter outros atributos além daqueles indesejáveis, que se apresentam como inteiramente discrepantes das normas convencionais. Já pessoas consideradas adequadas às normas podem também apresentar na sua identidade condutas desviantes. Isso dependerá de como é vista e construída socialmente a identidade real e virtual de uma pessoa. Goffman (1891) atenta que os papéis de estigmatizado e normalmente não são simplesmente complementares, mas exibem ainda paralelos e semelhanças surpreendentes.

Árvore genealógica de José de Xerez Furna Uchoa



Árvore Genealógica: Ascendentes maternos até oitavo grau e descendentes em primeiro grau de José de Xerez Furna Uchoa. Fonte: Nilton Almeida de Melo. Cristãos-novos e seus descendentes no Ceará Grande: a Inquisição nos sertões de fora. Tese apresentada ao Curso de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, como requisito para obtenção do título de Doutor em História, especialidade em História Moderna no ano 2016.

2.2 Formação de figurações familiares: da Fazenda Caiçara ao Riacho Guimarães

Neste ponto, mostra-se pertinente comentar questões retrospectivas e de caráter metodológico, buscando enfatizar como se deu minha prática de campo, especificamente no período em que estive colhendo informações preliminares para a viabilização do trabalho de pesquisa. É importante ressaltar que eu já havia realizado visitas desde o processo de elaboração do projeto de pesquisa, quando ainda cursava a graduação em Ciências Sociais, entre os anos de 2004 a 2009 pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, conseguinte durante a especialização em Ensino de História do Ceará nos anos de 2011 a 2013 pela mesma Universidade.

Em minhas visitas a campo, quase sempre estive acompanhada de pessoas que, em momentos cruciais, contribuíram como “assistentes de pesquisa,” sobretudo por lidarem mais frequentemente com o público nos cargos que ocupavam na comunidade, a saber, os colaboradores Peter Oliveira (Conselheiro Tutelar) e Manuel Roriz (Professor e pastor da congregação religiosa Testemunhas de Jeová). Eles foram os mediadores em minhas visitas de campo, proporcionando uma melhor receptividade e confiança por parte dos entrevistados. Outros colaboradores, além da gentileza da conversa, em especial: Adalto Feijão, Batista Cassiano Feijão, Cândido Pinheiro Koren, Carlos Guimarães, Cecy Almeida, Ciro Moraes, Denis Guimarães, Francisco Aragão Dourado, Francisco Muniz Tabosa, Falb Feijão, José Ireland Menezes, Vicente José Rodrigues, Moacir Feijão Filho, Nelson Linhares, Nilo Feijão e Tarcísio Linhares compartilharam saberes, colaboraram com o empréstimo e doação de livros, disponibilizaram para consulta os documentos de família, fotografias e objetos simbólicos do acervo pessoal. Ao longo do trabalho de campo, priorizei a indicação dos próprios entrevistados na definição de novos colaboradores e para a produção de outras questões para a pesquisa. Dessa forma, eles além de indicar potenciais entrevistados, ainda facilitavam o acesso, fazendo a mediação para a conversação.

Nas prospecções ao campo de pesquisa, deparei-me com pessoas que, logo no primeiro momento da entrevista, diziam não saber informações relevantes sobre o tema proposto ou que teriam esquecido das “histórias contadas pelos mais velhos”. Alguns relatavam que desconheciam completamente fatos ocorridos em séculos ou décadas passadas referentes à origem judaica de suas famílias ou outras. Diante disso, eu direcionava a conversa para assuntos relacionados ao cotidiano, sobre os hábitos e crenças individuais dos entrevistados, com a finalidade de perceber semelhanças das tradições herdadas e praticadas em família ou pelos ancestrais, especialmente avôs e bisavôs com a cultura judaica.

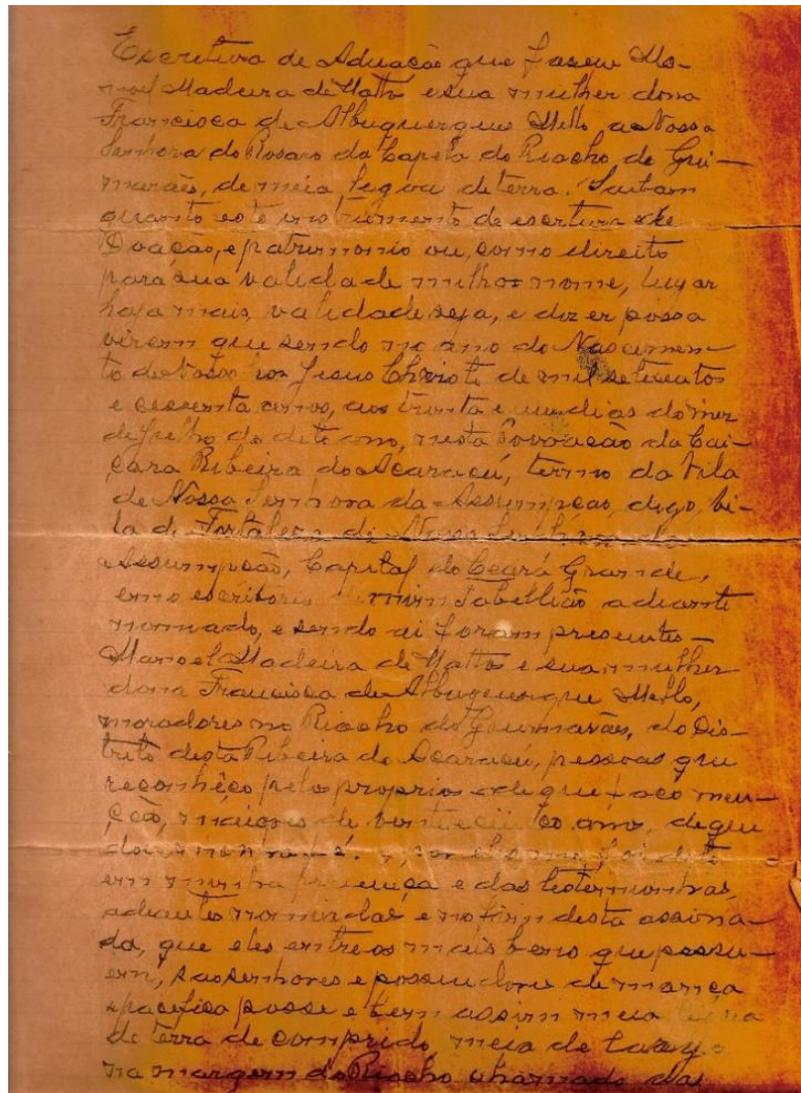
Como o leitor constatou na primeira parte deste trabalho, inicialmente expus meu objeto de pesquisa buscando caracterizá-lo de acordo com as problematizações que surgiam, sobretudo partindo de minhas experiências e dados coletados em campo. Paralelamente ao trabalho de campo, consultei obras sobre a história dos judeus, cristãos-novos e marranos na Península Ibérica⁴⁰, no período do Brasil Colônia até os dias atuais.

Com base em documentos, fontes historiográficas e orais que versam sobre a ocupação do antigo Riacho Guimarães, hoje Groaíras, em meados do século XVIII, sugerem aspectos instigantes por conta das especulações e versões atribuídas a um dos primeiros povoadores do sobredito lugar, o cristão-novo Manoel Madeira de Matos, do qual descendem algumas famílias de Groaíras atualmente. Ele se casou com uma filha de Antônio de Albuquerque Melo e de Luzia Guimarães de Albuquerque Melo e neta do intitulado fundador de Groaíras, o Açoriano Alferes Lourenço Guimarães, também cristão-novo.

Acresce que no acervo do Cartório de Ofícios e Notas e de Registros - Comarca de Groaíras/CE, consta documento de escrituração de uma doação feita pelo Manoel Madeira de Matos e sua esposa Francisca de Albuquerque Melo de meia légua de terras em quadro, num local chamado Lagoa de Santa Maria, na ribeira do Acaraú, pegando desse rio para a parte da nascente, além de sessenta vacas e sete bestas. A referida doação teve por objetivo o cumprimento da exigência de constituição do patrimônio da paróquia e futura instalação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no ano de 1884.

⁴⁰ A Península Ibérica compreende hoje, a Espanha e Portugal.

Imagem 8 - Documento de doação de terras por Manoel Madeira de Matos e esposa.



Fonte: Acervo: Augusto Martins.

Sobre a história de Manoel Madeira de Matos, Lira (1981) esclarece:

Logo após ao estabelecimento do Alferes Guimarães junto ao riacho que tomou seu nome, aparece na região, onde hoje é Groaíras o Sr. Manoel Madeira de Matos que, na opinião de Jarbas Cavalcante de Aragão, era de Coimbra e para escapar as perseguições do Marquês de Pombal trocara de nome e veio refugiar-se em Groaíras. Seu verdadeiro nome era José Policarpo de Azevedo Távora. (LIRA, 1981, p. 82).

O autor atenta para a real motivação de Manoel Madeira de Matos ao trocar de nome, sobrenome e ao escolher Groaíras para refúgio, indicativo de uma provável saída para escapar dos agentes inquisitoriais.

É revelado que Manoel Madeira de Matos encontrou acolhida na residência de Antônio de Albuquerque Melo, seu futuro sogro. Ainda sobre a questão envolvendo Madeira de Matos, Ibiapina Filho (2003), diz:

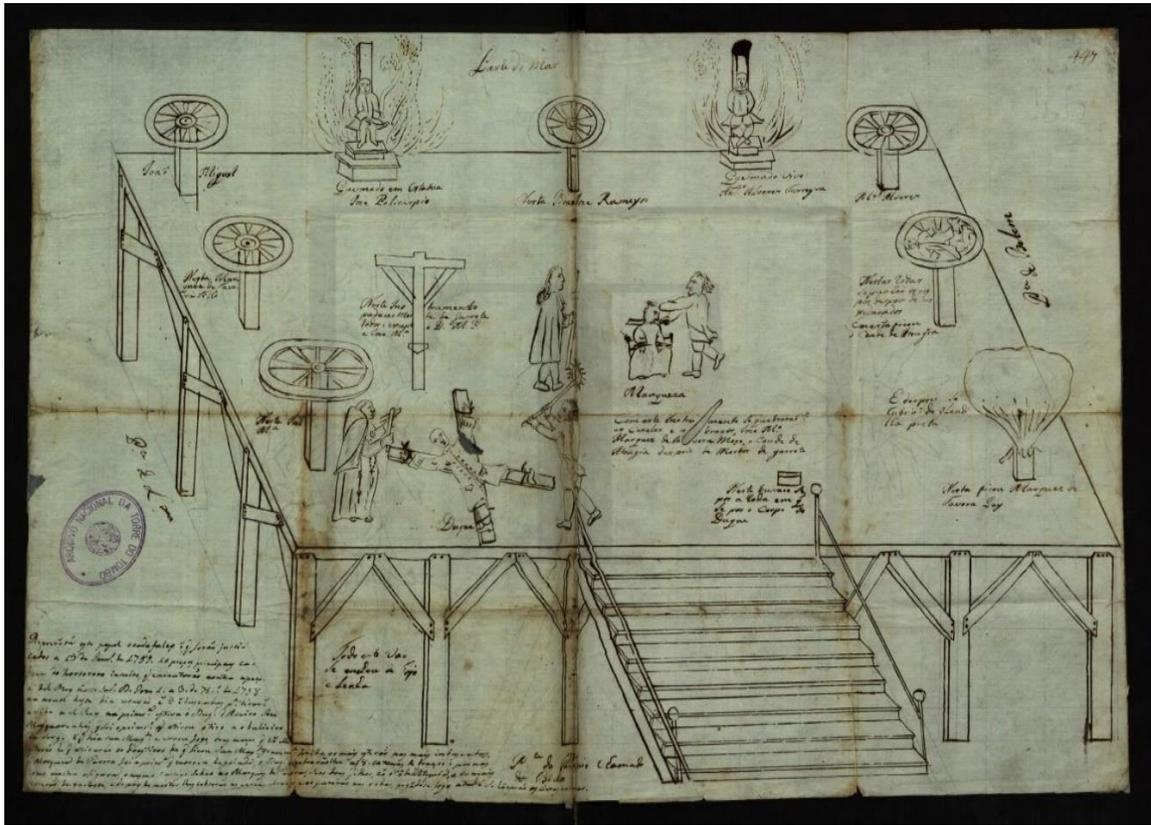
“O conde de São Vicente, Manuel Carlos da Cunha Távora sendo perseguido pelo Marquês de Pombal, em virtude do atentado contra o rei D. José, veio para o Brasil (Bahia) onde com boas relações do Governador Conde da Ponte, mas sendo este substituído pelo Conde dos Arcos, inimigo de sua família, foi para o Rio Grande do Norte, onde queimou o rosto com pólvora e tomou o nome de Manuel Madeira de Matos. Algum tempo depois veio residir no Ceará, no lugar Riacho dos Guimarães, onde faleceu, encontrando-se, ente os seus documentos, o título e foros de fidalgo”. (IBIAPINA FILHO, 2003, p. 308).

Com relação à identidade de Manoel Madeira de Matos, existe mais de uma versão nos documentos que tratam da questão, sendo obscuro e arriscando fazer qualquer conjectura conclusiva acerca da verdadeira identidade de Manoel Madeira de Matos. Entretanto, os cronistas, mesmo divergindo em alguns aspectos, são unânimes quanto à narrativa de que Madeira de Matos veio de longe para o antigo Riacho Guimarães, Groaíras, na condição de fugitivo e trocou de nome e sobrenome.

Sobre os curiosos fatos descritos, é dito ainda que em seu leito de morte foram encontrados em meio aos seus objetos pessoais, documentos que comprovariam a fidalguia de Madeira. Os títulos de fidalgo ficaram aos cuidados de Félix José de Souza Oliveira, genro de Anacleto Francisco Ximenes de Aragão e pai do desembargador Francisco Urbano da Silva Ribeiro, tetraneto de Manuel Madeira de Matos e ex-secretário da Câmara Municipal de Sobral.

No dia três de setembro de 1758 ocorreu um atentado contra a vida do Rei D. José I. O episódio foi delatado por uma única testemunha que declarou ter presenciado o crime. Após um processo sumário, a sentença final, proferida a 12 de janeiro de 1759 no Palácio da Ajuda, considerou o veredito que todos os réus eram culpados. Os acusados foram executados pelos crimes de lesa majestade, rebelião e alta traição, exceto José Policarpo de Azevedo, declarado foragido.

Imagem 9 - Esboço do cadafalso em que foram executados os Távora pelo atentado ao Rei D. José I.



Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

A imagem acima representa o cadafalso montado na Praça de Belém, Portugal, no dia 13 de janeiro de 1759 para execução de sentença em desfavor de D. Francisco de Assis de Távora e Dona Leonor (marqueses de Távora), José Maria de Távora, Luís Bernardo de Távora (filhos dos Marqueses de Távora), D. José de Mascarenhas (duque de Aveiro), D. Jerónimo de Ataíde (conde de Atouguia), Manuel Alvares Ferreira (guarda roupa do duque de Aveiro), Brás José Romeiro (cabo da Esquadra da Companhia do Marquês de Távora), João Miguel (moço de acompanhar o duque de Aveiro) e José Policarpo de Azevedo (provavelmente jardineiro do duque de Aveiro), queimado figurativamente em estátua, porque estava foragido.

Vejamos outra versão sobre o fato envolvendo José Policarpo de Azevedo, proposta por Almeida:

A José Policarpo de Azevedo, um dos doze acusados de participar, em 1758, do atentado contra dom José I, teria cabido a responsabilidade de, após o primeiro tiro disparado contra el-rei, “terminar a obra com as pistolas”. Tentativa malograda, José Policarpo teria fugido e se escondido em África, transferindo-se posteriormente para o Brasil, onde teria se fixado com o nome de Manoel Madeira de Matos, primeiramente no Piauí e depois, no Riacho dos Guimarães.

Para além da ideia de lugar propício para se esconder, esse caso, em particular, não passa de equívoco reforçado por diversos autores. O primeiro erro consiste em chamar José Policarpo de Azevedo de José Policarpo de Azevedo Távora, e o segundo, dizer que esse tal José Policarpo de Azevedo Távora é filho do Marquês de Távora. José Policarpo de Azevedo, na verdade, é criado de dom José Mascarenhas, duque de Aveiro. Os filhos do Marquês de Távora chamam-se José Maria e Luís Bernardes. (ALMEIDA, 2021, p. 172).

Segundo a versão de Almeida, José Policarpo de Azevedo, não poderia ser um dos filhos do Marquês de Távora, também não era um fidalgo, por não constar como filhos herdeiros do Marquês de Távora, ninguém com essa alcunha. Eram herdeiros do marquês apenas dois rapazes que se chamavam, respectivamente, José Maria e Luís Bernardo. Para Almeida, Policarpo de Azevedo ou Manoel Madeira de Matos era serviçal do duque de Aveiro. Entretanto, ele reconhece que tais informações equivocadas foram originárias da própria divergência entre autores, apresentando distorções.

Analisamos a documentação encontrada no acervo da Torre do Tombo e constatamos que no processo contra os Távora, o nome do réu José Policarpo de Azevedo, é citado sem o sobrenome Távora, também não faz menção de que Policarpo seria um fidalgo ou filho do Marquês de Távora. Mas é dito que foi declarado fugitivo da Coroa. Contudo, jamais o encontraram, mesmo com várias buscas orquestradas por décadas depois do incidente. Além disso, é mesmo provável que sua relação com a família do duque de Aveiro fosse de prestação de serviços na condição de jardineiro.

Conforme (KOREN, 2016), Manoel Madeira de Matos e sua esposa Francisca de Albuquerque Melo, tiveram uma filha chamada Teodora Maria de Jesus Madeira, batizada em 1740, casou-se em 1765 com Félix José de Souza Oliveira, natural do Rio Grande do Norte, escrivão da Câmara de Sobral. Desse enlace nasceu o neto de Manoel Madeira de Matos, Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque⁴¹.

⁴¹ “(...) foi o nome de batismo do Padre Mororó, que nasceu no dia 24 de julho de 1778, no Riacho dos Guimarães, atual Groaíras, município Cearense. Faleceu em Fortaleza, em 30 de abril de 1825. Iniciou seus estudos no interior do Ceará, partindo, aos vinte e dois anos, para Pernambuco, onde se matricula no curso de Teologia. Ordenou-se sacerdote em 1802, no Seminário de Olinda. Exerceu a atividade religiosa em várias cidades do interior do Ceará, onde chegou a pregar contra a Revolução de 1817. Aos poucos, porém, começou a ter contato com as ideias liberais, graças à leitura do jornal Correio Brasiliense. Quando soube da notícia do fechamento da Constituinte de 1823, liderou o repúdio de Quixeramobim ao autoritarismo de D. Pedro I. Formou-se, então, o movimento que culminaria na Confederação do Equador. Utilizou como veículo de comunicação dessas ideias o Diário do Governo do Ceará, o primeiro jornal publicado no estado, cuja redação e direção couberam ao Padre Mororó. Com o fracasso do movimento, foi preso e condenado à morte pela força. Entretanto, a pena foi convertida em fuzilamento já que ninguém se prontificou a exercer a vil tarefa de ser o carrasco.

Segue parte da genealogia de Manoel Madeira de Matos referente à linhagem de sua filha Teodora Maria de Jesus Madeira, trecho extraído da obra de (Koren 2016),

(Capela do Riacho em 1765)

Félix José de Souza Oliveira
Escrivão da Câmara de Sobral

c.c

|

Teodora Maria de Jesus Madeira
Nasceu em Sobral em 1740.

|

Manuel Madeira de Matos
Natural de Coimbra

c.c

|

Francisca de Albuquerque Melo
Natural de Serinhaem-Pe. Descendente do patriarca Jerônimo de Albuquerque

|

José de Madeira

c.c

|

Águida Matos

Naturais de São Bento de Angra-Portugal

⁴¹ “Assim, o Padre Mororó foi executado no antigo Campo dos Mártires, hoje chamado Praça dos Mártires ou Passeio Público (Paíol da Pólvora). A cena do crime foi a seguinte: na manhã do dia 30 de abril de 1825, em uma manhã ensolarada, a Igreja do Rosário estava lotada para a macabra missa fúnebre de corpo presente. Dois rebeldes confederados assistiam à cerimônia de encomenda dos seus corpos que logo mais seriam crivados de balas. O ritual macabro possuía roteiro de um teatro de horrores: encomenda prévia da alma com os “eleitos” presentes, degradação das honras, formação do aparato militar e fuzilamento público para uma plateia sedenta de sangue. Mas, afinal, quais os sonhos dos rebeldes tropicais da Confederação do Equador? Padre Mororó foi condenado à morte por crime de lesa-majestade. Contra ele pesavam três crimes: 1) Ter proclamado a república em Quixeramobim; 2) Ter servido de secretário do Presidente da República no Ceará, Tenente-Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe; 3) finalmente, ter sido o redator do Diário do Governo do Ceará, órgão dos Republicanos. Ao findar a missa, o Padre Gonçalo de Loiola Albuquerque, ou melhor, Padre Mororó, e o coronel João de Andrade Pessoa Anta caminharam sem pressa pela Rua dos Mercadores (hoje Conde D’Eu), seguiram pelo trecho da hoje Rua Guilherme Rocha, dobrando à Rua Major Facundo e prosseguiram até o Campo da Pólvora. Não estavam sós. Populares e soldados acompanharam o cortejo. Alguns dependurados nos galhos das árvores. Quando um dos galhos quebrou, parte do populacho foi ao chão como frutas podres que despencam em meio à zombaria geral. Mororó até esboçou um sorriso, mas o enredo era trágico e não cômico. O povo, que os rebeldes confederados queriam libertar, pouco ou nada sabiam sobre as causas daquele movimento. Diante do pelotão de fuzilamento Padre Mororó recusa a venda nos olhos e pede que não lhe ponham no peito a fita que indicava o local da mira, coloca a mão direita sobre o coração e corajosamente diz para o pelotão: “camaradas, o alvo é este. Tiro certo para que não me deixem sofrer muito”. O sangue do padre banhou o baobá, muitos outros tombaram porque ousaram sonhar com um Nordeste Independente do resto do Brasil, um país tropical livre e republicano contra o absolutismo de Dom Pedro I. Hoje, o local se chama Praça dos Mártires, ou Passeio Público, e os fantasmas rebeldes confederados nos cobram a memória do passado e os compromissos de luta do presente. Mororó é o patrono da imprensa do Ceará”. (LIMA, 2016, p. 230).

Quanto a este indicador, daremos novamente destaque a alguns fatos ocorridos na região metropolitana de Sobral. Na contemporaneidade, é notório o receio de alguns colaboradores ao falarem da questão judaica na formação de algumas famílias da ribeira do Acaraú. Nesse tocante, houve uma situação reveladora, na qual um funcionário do Museu⁴² de Sobral relatou que um estudioso da questão judaica local doou um candelabro de sete pontas que pertenceu a uma família de Groaíras (município pertencente à região metropolitana de Sobral). Essa família que doou o objeto, condicionaram a doação ao total sigilo quanto a identidade dos doadores, isto por temerem represálias na comunidade onde viviam. Atualmente o candelabro está exposto no Museu Dom José, localizado na cidade de Sobral, no Ceará. Entretanto, nos dados da catalogação não mencionam a origem da Menorá⁴³, ou seja, não foram autorizados a revelarem quem doou e nem de onde veio.

⁴² O sigilo acerca da identidade do meu entrevistado se deve ao seu desejo de ficar no anonimato. Ele argumentou que em respeito à família do mencionado estudioso, na qual existem parentes vivos e que certamente não gostariam de saber desses comentários sobre a questão judaica, envolvendo um membro de sua família. Inclusive, o senhor ocupa um cargo que segundo ele impõe uma conduta ética e respeitosa para com seus superiores que não se agradariam que a origem do candelabro fosse publicizada. Seria um desrespeito aos doadores que solicitaram sigilo. Mas sabemos por fontes confiáveis e extraoficiais que o objeto foi entregue a Padre Lira por uma família de Groaíras, Ceará. Lira de posse do candelabro, doou ao Museu D. José, mediante garantia do anonimato.

⁴³ Na menorá, há sete braços ao todo. Naturalmente, o fogo e a iluminação sempre tiveram um papel muito importante. Quando o templo foi destruído, a menorá tornou-se principal símbolo artístico e decorativo da fé judaica. A menorá foi reintroduzida em 1948 (proclamação do Estado de Israel) como símbolo nacional do povo judeu e da identidade de Israel.

Imagem 10 - Menorá



Fonte: Acervo Museu Diocesano de Sobral.

O historiador João Mendes Lira, em 1981, acerca da presença judaica em Sobral e circunvizinhanças da região norte do Ceará, revelou vários outros indícios dessa presença judaica em Sobral (Várzea do Pinto, Bonfim) e Groaíras. Dentre os fatos apresentados, o historiador faz menção a uma sepultura no cemitério de Groaíras contendo inscrições em hebraico. No ano de 1980, Lira visitou o local e confirmou sua veracidade. Na atualidade, verificamos que a referida sepultura não mais existe por conta do próprio desgaste provocado pela ação do tempo. O senhor Batista Cassiano, notório conhecedor da história de Groaíras, corroborou com as palavras de Lira a respeito das inscrições em hebraico, presentes na sepultura de Pompílio Machado Freire.

Eu via sempre que passava em frente ao cemitério conhecido como dos Machado Araújo no túmulo do Pompílio Machado Freire, casado com Filomena, irmã do Major Araújo. Eu via umas letras que eu não conhecia. Não eram em Português, eram diferentes. (ENTREVISTA REALIZADA COM BATISTA CASSIANO FEIJÃO, no dia 08.10.2009).

Frente a isso, Lira (1981) menciona que resolveu ampliar seus estudos sobre a presença judaica em Sobral e cidades vizinhas, a partir da análise do livro de óbitos da Igreja Matriz de Sobral, onde constava o registro de falecimento do francês alsaciano Samuel Weil (1835 - 1901) na vila de Sobral, além do registro de muitos outros cristãos-novos que viveram na ribeira do Acaraú. Na ocasião do enterro de Weil, compareceram um grupo de judeus, os quais rezaram a Torá, indicando que à época havia uma provável comunidade judaica vivendo na dita vila.

Imagem 11 - Na lápide de Samuel Weil consta uma inscrição em hebraico e em francês, localizado no Cemitério São José em Sobral – Ceará. Na lousa de mármore lê-se o seguinte: “Samuel Weil né tzenheim (Alsase) 27 Juillet – 1887 + 28 Octobre 1901. *A mon cher et regretté Epoux. A notre Père bien aimé. As vouve et ses enfants eplorés.*”



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Na ocasião, o sepultamento de Samuel Weil, repercutiu negativamente na sociedade sobralense, pois, de acordo com o direito canônico, era proibido sepultar judeus em cemitérios reservados aos católicos. Tal impasse resultou na interdição do respectivo cemitério pela Diocese de Sobral, durante um período de três meses, sendo só depois de muita polêmica revogado tal interdito (LIRA, 1981).

Por volta do século XIX, ocorre uma notável imigração de judeus da Alsácia-Lorena para o Ceará. Na tabela abaixo, apresentamos informações referentes à identidade dos judeus, a região da França que provinham e a cidade do Ceará que fixaram morada.

Tabela de judeus que migraram para o Ceará no século XIX.

País	Cidade/Região	Nomes/Destino
França	Chambrey (Lorena)	Adrien Boris (Fortaleza)
França	Ingwiller (Alsácia)	Aron Braun (Fortaleza)
França	Marmoutier (Alsácia)	Myrtil Meyer (Aracati)
França	Mulhouse (Alsácia)	Gerson Gradvohl (Fortaleza)
França	Mulhouse (Alsácia)	Jules Bloch (Fortaleza)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Albert Kahn Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Henri Kahn Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Jacques Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Samuel Weil (Sobral)
França	Osthophen (Alsácia)	J. Robert Dreifus (Fortaleza)
França	Soutz-sous-Forêts (Alsácia)	Josephine Levy (Fortaleza)

Fonte: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior, Dissertação: "Uma Ponte Sobre o Atlântico: Imigração, Inserção e Comércio dos Franco-Judeus no Ceará (Aracati - 1870/1918)".

Os dados apresentados, mostram que os fluxos migratórios de judeus vindos da França para radicar-se no Ceará foram expressivos, inclusive, Alvarenga (2018) sugere que os referidos judeus foram agentes fomentadores da economia local, com suas atividades laborais voltadas para a realização de atividades mercantis, a partir de redes comerciais que fomentavam a importação e exportação de produtos no mercado local e internacional. O judeu alsaciano Samuel Weil, radicado em Sobral, compôs o grupo de Alsacianos apresentados na tabela acima. Sobre Shmuel Ben Mordechai (Samuel Weil), ele exercia a função de gerente comercial na empresa Gradvohl Frères⁴⁴.

⁴⁴ Gradvohl Frères, casa comercial fundada em 1872, administrada por Gerson Gradvohl e seus irmãos, [...] a referida firma funcionava em Paris desde 1868, pelo menos no comércio de tecidos e artigos de armarinho, sua única filial foi estabelecida na província do Ceará, inicialmente na cidade de Aracati e, em seguida em Fortaleza. Publicado na Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE. Fortaleza, Vol. VI, Nº 12 – julho -dezembro, 2018. A Estrela Oculta: As Problemáticas do Judaísmo no Ceará Oitocentista (Aracati e Fortaleza, Segunda Metade do Século XIX) Autor: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior.

Segundo Almeida (2016), a única referência a sepulturas de judeus no Ceará, registrada nas pesquisas realizadas pelos escritores alemães Egon Wolff e Frieda Wolff, só faz menção ao túmulo de Samuel Weil, certamente devido à crença de que no Ceará não existiam judeus (ALMEIDA, 2016, p.27). Tal fato revelou-se falso, especialmente com base no mapeamento de túmulos de judeus realizado pelo próprio Almeida em pesquisas recentes.

Um achado inusitado e que remete ao legado deixado pelos Cristãos-Novos na região metropolitana de Sobral, no município de Groaíras, provavelmente à época de Riacho Guimarães, e da presença judaica, diz respeito a uma colher de bronze ornamental com uma gravura do leão da Tribo de Judá, com os dizeres Holland e logo abaixo está inscrito algo ilegível que se assemelha ao registro de uma determinada data e um brasão de família. O objeto estava soterrado no quintal da Senhora Franciane, caseira na Fazenda Melodias, propriedade do Sr. Tarcísio Dias⁴⁵, localizada nas imediações do rio Acaraú, em Groaíras.

⁴⁵ De acordo com o atual proprietário da fazenda Melodias, onde a colher de bronze foi encontrada, o dono anterior foi o seu sogro, Senhor Cesário Melo. Contudo, o Senhor Tarcísio Dias, mencionou um antigo morador da fazenda chamado Edmundo Ripardo, que faleceu com cem 100 anos, tendo por filhos Neusa Ripardo e Zezinho, residentes em Aroeiras, Cariré. Entrevista com Tarcísio Dias por telefone, em 2013.

Imagem 12 - Colher de bronze Holandesa



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Apresentamos a publicação do jornal “O Povo” sobre a colher holandesa. Vale salientar, que na matéria houve uma distorção quanto ao verdadeiro lugar que o objeto foi encontrado, a saber, Fazenda Melodias, às margens do rio Acaraú, na cidade de Groaíras, Ceará e não no distrito de Bonfim como indicado no periódico.

Imagem 13 - Os Farrapos de Olhos Azuis



Fonte: Publicado no Jornal O Povo, Fortaleza, 14 de julho de 2010.

Sobre os indícios⁴⁶ da presença judaica no Brasil, na região Nordeste, especificamente em Pernambuco, donde inicialmente instalados, conjectura-se que muitos imigraram para o sertão Cearense. Kaufman esclarece que:

Segundo dados dos "Anais Pernambucanos", após o retorno de João Maurício de Nassau à Amsterdã, em 1644, aqueles judeus que conseguiram liquidar seus negócios, regressaram à Holanda ou partiram para lugares diversos da Europa, enquanto outros espalharam-se pelas ilhas do Caribe. [...] Com os acontecimentos que resultaram na partida dos holandeses e a consequente mudança de status dos judeus, é possível admitir que aqueles que não conseguiram escapar tenham optado por permanecer no sertão, onde dificilmente seriam alcançados pelos agentes da Inquisição. (KAUFMAN, 2003, p. 27).

⁴⁶ Diz respeito aos achados de sinagogas, no caso, símbolos, artefatos, ícones judaicos e um cemitério judaico em Recife do período do nordeste holandês, sob a batuta de João Matos Maurício de Nassau.

Para Lira (1988), os judeus que povoaram a ribeira do Acaraú preferiram ocultar seu lócus de nascimento, seus verdadeiros nomes e a procedência judaica. Nesse sentido, no transcorrer dos anos, passaram a adotar apelidos comuns aos Cristãos-novos, como Machado, Araújo, Farrapo, Frota, Arruda, Linhares, Madeira, Guimarães, Feijão e Gonçalves, entre outros sobrenomes extremamente populares, não apenas no Nordeste, mas praticamente em todo território brasileiro, considerando que ao longo de vários anos as referidas raízes familiares se espalharam por todo o país.

Por seu turno, Lira (1988) comenta que um homem idoso, natural do município de Groaíras o confidenciou um segredo mantido em família, algo que só fora revelado por seu avô aos filhos, netos e bisnetos no leito de morte. Os familiares foram advertidos pelo enfermo que a revelação da origem judaica deveria ser preservada entre eles e transmitida somente dentro do seio familiar. Para o autor, a manutenção do segredo foi uma estratégia utilizada pelos Cristãos-novos do município de Groaíras, a fim de ocultar a origem judaica. Tais “encobrimentos” ocorreram justamente por considerarem que a identidade judaica representaria uma mácula moral na referida conjuntura histórica, comprometendo a integração efetiva em sociedade.

2.3 Peculiaridades do padre e historiador João Mendes Lira pelas lentes de sua sobrinha

Destacamos a seguir, as memórias da senhora Cecy Almeida, sobralense, sobrinha do Padre João Mendes Lira. Durante nossa conversação, ela rememorou a trajetória de Lira, alguns acontecimentos que o marcaram de forma indelével e aos familiares. Lira é o primogênito de uma prole de oito irmãos. Cecy nos apresentou alguns objetos que herdou do tio, após sua morte, dentre eles, uma fotografia de Lira ainda muito jovem sentado sob uma pedra com um símbolo judaico talhado. Lira, em sua pesquisa exploratória a respeito da questão judaica em Sobral e circunvizinhanças, disse tratar-se do símbolo de “Cinco Salomão”.

Imagem 5 - Lira numa pedra talhada com símbolo judaico. Pedra esculpida com o símbolo “Cinco Salomão”⁴⁷



Fonte: Acervo pessoal de Cecy Almeida.

A pedra em questão está localizada nas imediações da fazenda Sobradinho, propriedade das tias do Sr. Sebastião Albuquerque, comerciante, residente em Sobral. Em sua pesquisa exploratória, Lira também retratou a fazenda Sobradinho, no Bonfim,⁴⁸ distrito de Sobral. Na referida pedra está esculpido o “Cinco Salomão”, simbologia associada ao cripto-judaísmo praticado na região nordeste do Brasil a época.

⁴⁷ “A princípio, o Selo de Salomão surge no judaísmo como representação do poder de Deus sobre todas coisas. É por isso, portanto, que o rei teria direito a acessar tanto poder, já que mantinha essa suposta conexão direta com o divino. Em tempos mais remotos, o selo aparecia nas sinagogas na companhia da Estrela de Davi, mas passou a ser menos comum. Apesar disso, a teoria de que o símbolo representa o poder de Deus nunca perdeu força, passando por uma série de teses ocultas. A relação do número com os cinco livros fundamentais da Bíblia, por exemplo, é um dos pontos que ajuda a defender o significado espiritual. Ainda que o selo principal tenha seis pontas, uma versão cinco é comumente utilizada em combinação. A partir dos cinco livros, representado pelas cinco pontas, seria possível entender o poder de Deus e, possivelmente, utilizá-lo.” (Fonte: <https://segredosdomundo.r7.com/selo-de-salomao/>. Acessado em: 12 de junho de 2020).

⁴⁸ Bonfim é um distrito do município brasileiro de Sobral, no interior do estado do Ceará. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população no ano de 2010 era de 1 110 habitantes, sendo 560 homens e 550 mulheres, possuindo um total de 449 domicílios particulares.

Durante as visitas realizadas em campo, observamos que os moradores mais antigos da localidade de Bonfim têm desenhado nas portas de suas casas a estrela de cinco pontas. Para eles, o símbolo é visto como um amuleto de proteção e boa sorte, repelente contra energias negativas.

Depois dessa revelação abrimos o leque para lembranças mais íntimas de Pe. Lira a luz de Cecy. Ela nos contou sobre o constrangimento que sua família esteve exposta em virtude de Lira supostamente negligenciar a higienização pessoal, geralmente vestia-se com a única batina usada em todas as ocasiões, tanto em locais públicos e privados. A batina era facilmente identificada por apresentar marcas de uso, no formato de um círculo na área das costas, resultado do acúmulo de suor, por permanecer horas a fio dedicando-se ao magistério, nas celebrações eucarísticas ou na produção de suas pesquisas.

Segundo Cecy, alguns sobralenses confabulavam que a falta de zelo do Lira, devia-se ao descuido dos familiares. Mas ele era muito reservado, pouco sociável e irredutível em seus hábitos e ideias. Contudo, achamos o fato irrelevante, diante da sua grandiosidade.

No início do seu trabalho sacerdotal, Lira foi enviado pela Diocese de Sobral para assumir a paróquia da cidade de Frecheirinha. Conseqüente, exerceu por décadas a função de capelão do colégio Santana em Sobral, local que dedicou grande parte de sua vida aos trabalhos espirituais e educacionais que exerceu com dedicação e esmero. Decorridos alguns anos, Lira foi exonerado de forma arbitrária e não consensual pela direção do colégio. Para Cecy, provavelmente o afastamento teria se dado em represália ao ato involuntário, no qual Lira teria urinado na própria roupa durante uma celebração eucarística na capela do colégio. Por sua vez, enfatizou que, à época do ocorrido, Lira gozava de suas faculdades mentais, tinha uma memória preservada. Certamente o incidente tenha se dado por causa de alguma disfunção da bexiga.

Contudo, a maneira que conduziram o processo de expulsão de Lira, representou um verdadeiro desastre na vida do zeloso capelão, o afetando profundamente, servindo de gatilho para o surgimento e/ou “aceleramento” de enfermidades físicas e especialmente psíquicas. O desligamento de Lira do Colégio Santana ocorreu na sua velhice, num momento de maior vulnerabilidade. É fato notório que não houve a devida reparação histórica e reconhecimento ao legado de Pe. Lira, nem em vida e nem postumamente.

A expulsão do colégio Santana afetou diretamente a cabeça dele, a falta de memória. Inclusive, a mamãe ficou muito sentida com a Mestra Anísia, mas eu sei que a mestra Anísia não podia dar palpite sobre isso. Eram umas freiras mais novas lá do colégio que decidiam as coisas, mestra Anísia era só uma secretária, não podia fazer nada. Ele teve o Alzheimer acelerado, a minha mãe ficou muito magoada. Ele gostava muito de rezar o terço, mesmo depois de debilitado. Ele confessou até perto de morrer, às vezes ele estava comendo, deixava o prato na mesa e ia confessar, não deixava ninguém esperar. Os carismáticos sempre o procuravam em casa para confessar. (CECY ALMEIDA, em 26.07.2021).

Mestra Anísia era amiga pessoal da irmã do Lira, eventualmente tomavam o café da tarde juntas. Contudo o episódio envolvendo a expulsão do colégio, magoou bastante a irmã de Lira, que culpabilizou a mestra Anísia por não ter intervindo em favor do seu irmão. Já a sobrinha, Cecy Almeida, entende que a mestra não tinha autonomia para contestar uma decisão tomada pelas irmãs, pois a época já não fazia parte do quadro gestor do colégio. Nesse período, a mestra Anísia era responsável por redigir o livro de notas à mão, mas quando a tecnologia ganhou espaço, ela se tornou uma mão de obra obsoleta na instituição. Desde então, ficou apenas incumbida do preenchimento do livro de pontos dos funcionários.

Há alguns anos, mestra Anísia me recebeu em sua saleta nas dependências do Colégio Santana para conversarmos sobre Padre Lira. Pedi que a mestra me falasse dele, suas lembranças da longa convivência que tiveram, especialmente sobre livros da pesquisa exploratória relacionada à presença judaica em Sobral e adjacências. A esse respeito, percebi que a mestra fez uma longa pausa na fala, também mudou a expressão da face. Repentinamente, levantou-se de sua poltrona, caminhou até a biblioteca, situada ao lado da sala que estávamos e retornou com alguns livros de autoria de Lira, exceto o livro solicitado acerca da presença judaica em Sobral.

Para minha surpresa, ela separou um livro de Ana Rosa Gattorno, sobre as filhas de Santana para me presentear. A partir daí a conversa tornou-se um monólogo da mestra em torno da irmandade de Santana. Ao final da visita, ela me pediu para que nunca casasse, mas que estudasse sempre e fizesse votos futuros para ser uma filha de Santana. E nada disse sobre Lira e sua obra. Na minha saída, não contive a curiosidade e decidi indagar às funcionárias da recepção a respeito da saúde física e psíquica da mestra, ao que responderam que estava mais lúcida do que todas elas.

Retomando sobre a questão judaica, Cecy nos conta que o interesse do Lira pela referida temática, foi despertado após o achado de um precioso acervo de livros que versavam sobre a história de Sobral e outros. Lira, fez o achado num certo dia do ano de 1978 ao caminhar pela calçada de uma antiga casa abandonada. Ao olhar pela janela deteriorada pelo tempo, notou no interior do imóvel um amontoado de livros empoeirados, alguns extraviados, consumidos

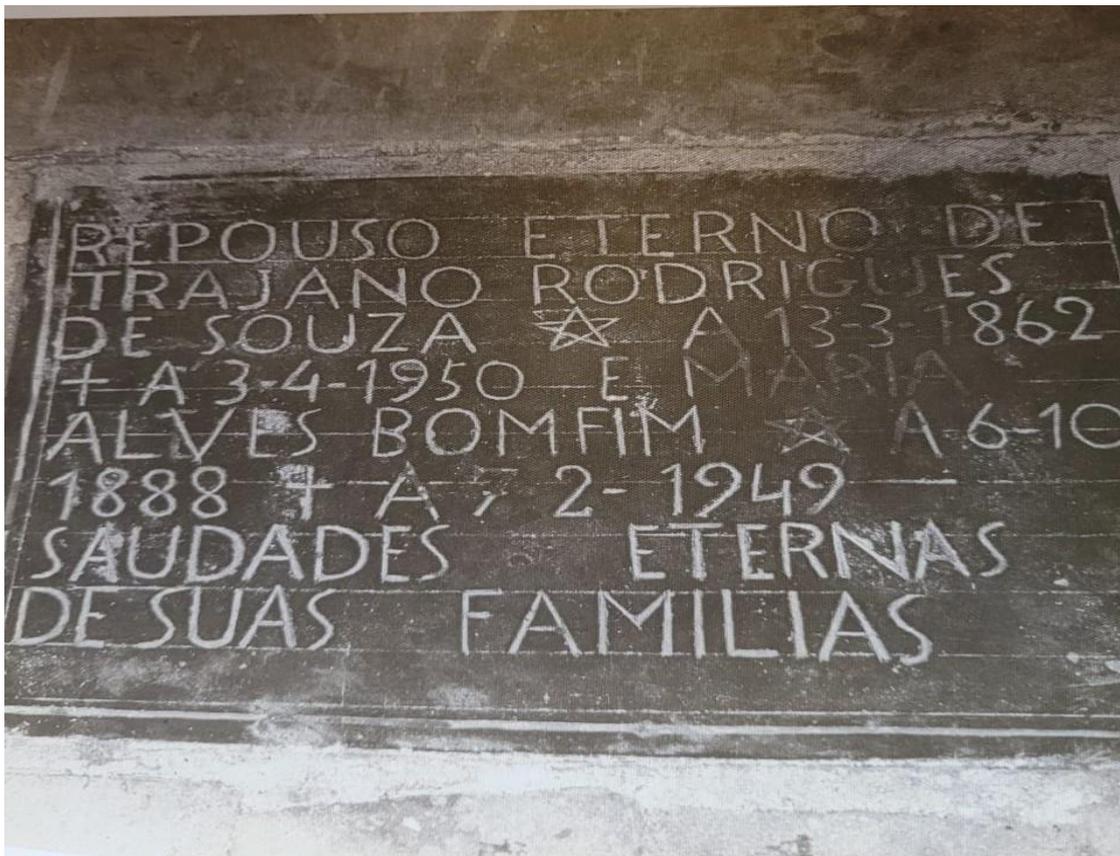
pelo cupim. Mas Lira, sabedor da importância do acervo, decidiu levá-los consigo para a realização de pesquisas e produção de conhecimentos. Com base nesse material nasce a obra: “A presença dos judeus em Sobral e circunvizinhanças e a dinamização da economia sobralense em função do capital judaico”, datado de 1988. Sabe-se que a casa abandonada e os livros em questão pertenceram a José Xerez de Furna Uchoa. Na atualidade, a antiga casa de Xerez abriga o Museu Casa do Capitão-Mor, construído em sua homenagem.

Lira morou alguns anos num lar para idosos, até que uma pneumonia o acometeu gravemente, além do começo de um processo de demência. Essas enfermidades provocaram sua saída do asilo para viver na casa de uma sobrinha. Mesmo durante sua estada no asilo e, posteriormente, sob os cuidados de seus familiares, Lira fazia visitas corriqueiras a sua residência, situada na rua Dr. Monte, em Sobral. A casa permaneceu intocada, servindo de refúgio para Lira durante algumas ocasiões. O local também abrigava seu bem maior, sua biblioteca, contendo livros sobre a presença judaica, assim como documentos e outras preciosidades, os quais ninguém jamais obteve permissão de acessá-los, até seu falecimento, aos 82 anos de idade.

Com a partida de Lira, a família teve acesso a sua casa e biblioteca, tudo estava muito empoeirado, livros raros deteriorados quase integralmente pelos cupins, já outros ainda em bom estado foram doados ao Museu Dom José de Sobral. Atualmente o acervo particular do Lira está exposto numa sala exclusiva do referido Museu.

Abordaremos novamente indícios da presença judaica na localidade de Bonfim, em Sobral. Na lápide de Trajano Rodrigues de Souza (13/03/1862 a 03/04/1950) e sua esposa Maria Alves Bonfim (06/10/1888 a 07/02/1949) está gravado o símbolo de “Cinco Salomão”. O casal está enterrado na capela do distrito de Bonfim. No ano de 2006 estive na comunidade de Bonfim, conversei com alguns moradores, visitei a capela com o intuito de coletar mais detalhes acerca da lápide de Trajano, citada no livro de Lira, Presença judaica e a dinamização da economia sobralense.

Imagem 6 - Lápide do cristão-novo Trajano Rodrigues



Fonte: Acervo pessoal de Cecy Almeida

Nada obstante, a capela havia passado por uma reforma e mudaram o seu piso, além disso, não reproduziram na nova lápide mortuária o texto original por completo, ocultaram o símbolo de “Cinco Salomão”. Conversei com uma senhora de 95 anos que dizia ser filha de um antigo caseiro da fazenda de Trajano Rodrigues. Segundo ela, Trajano era um homem muito ruim, não era católico, nem obediente aos preceitos de Jesus Cristo, era um “judeu errante”, responsáveis pela morte de Jesus Cristo. De acordo com a entrevistada, Trajano havia doado o terreno da capela, local em que foi sepultado, somente para disfarçar sua verdadeira face pecaminosa e herética.

Imagem 7 - Lira ao lado da lápide de Trajano Rodrigues no ano de 1980.



Acervo pessoal de Cecy Almeida

A versão da colaboradora acerca da conduta repreensível de Trajano Rodrigues, empregador dos seus pais, era atribuída à heresia e à ruindade dele. Segundo ela, a sua aversão ao Trajano era motivada por seu desprezo velado à religião católica, pois, para ela, “não existe salvação fora da verdadeira igreja de Cristo, filho de Deus pai”. A senhora em questão disse ser católica de formação, mas atualmente não participava dos ritos na igreja por se encontrar enferma, condenada a viver confinada a uma cama e necessitando de cuidados especiais. Dizia ser consciente que a qualquer momento poderia desvanecer.

No entendimento de João Mendes Lira, que consta em sua obra sobre a presença judaica em Sobral, Trajano seria filho de cristãos-novos, naturais de Portugal e vieram povoar as terras inóspitas de Bonfim por vislumbrarem uma vida mais digna e livre de perseguições raciais, étnicas ou religiosas.

2.4 História Oral: Padrim Chico na narrativa dos netos

Daremos ênfase, agora, à história de vida de “Francisco Gonçalves Feijão, mais conhecido como o Padrim Chico (1848 – 1944), era natural de Groaíras, Lagoa das Bestas, no Ceará, agropecuarista. Casou-se em primeiras núpcias com Teresa Guarino Feijão, com quem teve oito filhos e em segundas núpcias com Guilhermina Alves Bezerra, tendo deste consórcio nascido seis filhos”⁴⁹. A referida história é rememorada pelos netos que conviveram pessoalmente com ele até o seu falecimento aos 96 anos de idade.

Os netos de Francisco Gonçalves Feijão relataram com peculiar fascínio algumas lembranças do avô em comum. Segue abaixo as narrativas dos senhores Júlio Feijão, aposentado, natural e residente na localidade do Flamengo, Groaíras, Ceará e de Adalto Feijão, aposentado, natural e residente em Groaíras, Ceará.

Sr. Júlio Feijão faz menção a um período histórico que castigou o nordeste brasileiro durante a seca de 1888⁵⁰, diz-nos:

Padrim Chico tinha os olhos que era umas pedras de anil. Padrim Chico criava a tia Rosena – naquele tempo o povo tinha muita fome e andavam no mundo, iam pro Maranhão, eles levavam umas crianças, onde tinha a tia Rosena, que foi a filha mais velha do Padrim... Padrim Chico chamava uma irmã de Gertrudes, uma moça velha, e ele pediu ela pra vender as rês na época de uma seca grande. Os outros irmãos foram embora pro Piauí e Maranhão escapar de uma seca grande. A irmã do Padrim Chico era muito segura. Ele dizia, fulana vamos vender umas rês dessas tuas, pode ser que não pode escapar. Ela dizia, eu não vendo, não. E ele dizia: “pois o urubu vai comer”. Por que nós não tem com que escape. Parece que da tia Gertrude ele escapou duas reisinha e dele também escapou outras. Perguntavam pro Padrim Chico porque agente é Feijão! Feijão não é o que plantas? (JÚLIO FEIJÃO, em: 13.09.2009).

⁴⁹ Dados biográficos do arquivo pessoal de Raul Hélio Feijão, extraídos do blog Motinha Mota. Acessado em 30.07.2022.

⁵⁰ “A famosa “seca dos três oitos”, foi a segunda grande estiagem que assolou nossa região; dizimou praticamente a criação e a lavoura, e provocou grande êxodo rural. As primeiras providências tomadas pelo governo provincial mostraram-se insuficientes e a farinha não era o bastante para aplacar a fome. A imprensa denunciava a sua iminência e cobrava soluções, nestes termos: “ À hora presente a água falta quasi de todo nos sertões da província, a vegetação desapareceu e o solo abrasado parece ter sido presa de fogo maldicto, que, uma a uma, lhe vai extinguindo as forças produtivas”. (GAZETA DO SERTÃO: 21/09/1888).

Fonte: <http://cgetalhos.blogspot.com/2013/01/a-seca-dos-tres-oitos-1888.html>

Esse apelido Feijão outras pessoas colocaram. Padrim Chico era comprador de ovos quando começou a vida e quando falou em comprar a Lagoa das Bestas, diziam: “Esse compradorzinho de ovos comprar a Lagoa das Bestas”? Diziam que o dono da Lagoa das Bestas chamava um Paiva e o Padrim comprou por 200 mil réis dele. E a depois criou a família em riba da terra. Eles tinham outro nome e colocaram Feijão depois, os outros a depois. Não sei se quem colocou esse nome Feijão foi o irmão do Padrim Chico, o Vicente Segundo aí de Sobral. (JÚLIO FEIJÃO, em: 13.09.2009).

Sr. Adalto Feijão discorre sobre eventos pitorescos envolvendo Padrim Chico, abaixo:

O Coronel Chico Gonçalves Feijão é meu avô e só sei que ele era um homem muito rico, econômico – deixou a família toda bem aposentada e no final as mulheres dos filhos dele acabaram com tudo. A minha mãe foi uma que acabou tudo que meu pai tinha dando ao pessoal da família dela. Quando ele ia pra Sobral em cima de um burro ou cavalo e se ele visse um caroço de feijão no chão ele campeava e botava no bolso pra trazer pra casa. Ele era branco, dos olhos azuis, alto e muito trabalhador. Ele que mandava buscar o padre em Santa Quitéria pra vir celebrar a missa aqui na capela. Naquele tempo aqui não era uma paróquia, era uma capelinha lá onde hoje é a igreja. No tempo da festa o povo fazia um latadal de ramo – Ali naquela praça não tinha nada. Fazia a latada pra vender as coisas debaixo. Vendia palma, bolacha foga, aricuricu, ninguém via falar em bebida de geladeira. O aricuricu era colocado dentro de um pote de água – Ele era muito rezador, mas a festa aqui era só de ano em ano, porque os padre era difícil. No tempo da festa ele é que mandava meu pai e o tio Olavo, pai do Dr. Gilberto buscar o padre em Santa Quitéria a cavalo. Aí quando terminava ele mandava deixar o padre de volta. O leilão da festa quem arrematava tudo em quanto era ele. Quando ele vinha pro leilão trazia logo dois burro pra levar. Numa seca dos três oito, em 1888, foi uma seca muito grande. O pai dele tinha muito gado, aí arranhou uma arribada com esse gado e a família pro lado do Piauí, Maranhão, aí ele calado, ajeitando os bichos pra viajar, aí quando eles ajeitaram o gado e aí quando disseram, e aí e você Chiquinho, vai? E ele disse, vou não! Vou ficar aqui na casa velha que fica na Floresta. Ficou sozinho, era adolescente, como se diz hoje. Aí tinha duas bezerrinha muito fraquinha. Aí, ele disse assim: “Olhe, vocês deixe essas duas bezerrinha, que elas não botam nem ali no riacho do Flamengo, deixa as bichinhas aqui pra morrer na sombra”. Isso era na seca de 1888, num era nem nos novecentos que até que o pessoal chamava a seca dos três oito. Aí arribaram com o gado e as bezerrinhas ficaram por lá. Agora aqui ele também tinha os animais dele, o gadinho dele. Aí quando era bem cedo, didia, aí quando ele saia arrastava. Aí pegou uma das rês que tinha as carnes mais grossinha, matou, salgou e botou a carne pra secar e guardou pra ele comer – todo dia ele comia um pedacinho daquela carne assada. E sabe qual era o cuscuz? Carnaúba! Ele trazia os caroços de carnaúba pelo mato que ele andava tratando do gado, que naquele tempo não tinha casa, aí ele tomou de conta de todo juazeiro, juazeiro. Onde ele andava não tinha dono de terra. Tirava os caroços de carnaúba, chegava em casa, lavava e pisava no pilão pra fazer cuscuz. Só ele e Deus, era adolescente. (ADALTO FEIJÃO, em: 13.09.2009).

Segundo Sr. Adalto Feijão, o avô Francisco Gonçalves Feijão teria sobrevivido à seca de 1888 no antigo Riacho Guimarães, hoje Groaíras. Nesse contexto calamitoso, a família de Padrim Chico, precisou imigrar para outro estado ou região em busca de melhores condições de sobrevivência. Mas Padrim Chico escolheu permanecer em Groaíras e enfrentar a seca e as suas intempéries. Sr. Adalto Feijão, enfatizou que Padrim Chico era apenas um adolescente à época da grande seca e atravessou o período desacompanhado dos pais.

De acordo com o Sr. Gerardo Feijão, taxista, residente em Sobral, o seu pai era filho de Padrim Chico e se chamava Vicente Francisco Feijão,⁵¹ nascido no mesmo ano da seca de 1888. Com base na informação constatamos que Padrim Chico celebrou o nascimento do filho num contexto social e climático bastante caóticos aos 40 anos de idade. Inclusive, a permanência de Padrim Chico no antigo Riacho Guimarães, optando por não acompanhar sua família de retirantes ao longo da travessia até um novo lugar, talvez tenha relação com o nascimento do filho Vicente Francisco Feijão e do estado puerperal de sua primeira esposa, Teresa Guarino Feijão.

Eram recorrentes no relato dos interlocutores as reservas ao falar dos antepassados judeus, como se houvesse ali uma mácula, um fardo. Sr. Júlio Feijão, (in memoriam), aposentado, residente no Flamengo, Groaíras, nos falou a respeito do avô Francisco Gonçalves Feijão, conhecido também por Padrinho Chico, que viveu em meados do século XIX, deixando uma extensa prole, de que descendem muitas famílias de Groaíras, inclusive, todos os entrevistados tinham algum grau de parentesco com ele. Vários relatos descrevem esse senhor branco dos olhos azuis como anil, tendo marcas características a fé devotada em Deus, a obstinação pelo trabalho, o temperamento altivo e a introspecção.

Meu padrim Chico Feijão dizia que esse apelido Feijão foi colocado por outros depois. [...] Perguntavam... Padrim Chico, por que esse nome Feijão? era por que era lavrador? ...dizia assim, “não meu filho foi que colocaram essa firma, esse Feijão”... meu nome de batismo era Francisco Gonçalves. “Acho que foi o irmão do Padrim Chico, o Vicente Segundo de Sobral que botou esse Feijão... “padrim não falava quem botou esse apelido Feijão” (ENTREVISTA REALIZADA COM JÚLIO FEIJÃO, no dia 05.09.2009).

O entrevistado relata que o avô falava sobre a origem da alcunha Feijão, que seu nome de batismo era Francisco Gonçalves e só depois alguém que ele desconhece acrescentou o sobrenome Feijão. Mas Júlio, supõe que o apelido, cognome Feijão, teria sido uma criação de Vicente Segundo de Sobral. Complementa Zita Maria Rodrigues, professora, natural de Groaíras, a respeito da história genealógica da Família Feijão, com base nos relatos de sua genitora Rita Maria Ripardo, casada com José Vicente Rodrigues, filho de Vicente Feijão e neto de Francisco Gonçalves Feijão (Padrim Chico) o seguinte,

⁵¹ Vicente Francisco Feijão, filho de Francisco Gonçalves Feijão e de sua primeira esposa Teresa Guarino Feijão, residia na localidade do Flamengo, Groaíras/Ceará, nasceu em julho de 1888 e faleceu em 17/12/1975 aos 87 anos de idade. Casou-se a primeira vez com Vicentina Rodrigues Freire, natural de Groaíras e em segundas núpcias com Sebastiana Eugênio Farias, natural de Groaíras.

Minha mãe contava que o ancestral da família Feijão veio de Portugal, fugido. Ele, por ser muito branco de olhos muito azuis, seus amigos começaram a chamá-lo “olho de Feijão”. De tanto ser chamado assim, um certo dia Tomé Gonçalves Pereira substituiu o sobrenome Pereira por Feijão, passando a assinar-se Tomé Gonçalves Feijão, dando origem à tradicional família Feijão. Essa mesma história era também contada pelo Major Sabino Gonçalves Guimarães, descendente de Tomé Gonçalves Feijão. (ENTREVISTA REALIZADA COM ZITA MARIA RODRIGUES, no dia 10.10.2009).

De acordo com Zita Maria e Batista Cassiano Feijão é provável que Tomé Gonçalves Pereira tenha sido o antepassado que veio da Península Ibérica, provavelmente no século XVIII, em busca de refúgio em terras do Vale do Acaraú. Já de acordo com o relato de Batista, Tomé Gonçalves Feijão, era Tomé Gonçalves Pereira e/ou Tomé Gonçalves Madeira, visto que ele usava dois nomes. Para Sr. Batista, não era por ser mal intencionado, supõe ser uma estratégia para se camuflar dos seus perseguidores, visto que ele chegou por estas paragens na condição de desertor.

Sra. Maria Feijão (*in memoriam*), aposentada e residente em Groaíras, a respeito da vinda de jovens portugueses para o Mundo Novo, assim relatou:

Estavam dando fim nos rapazes em Portugal... vieram dois rapazes de lá juntos, um ancestral do Feijão e Melo juntos, mas o nome deles não era esse...vieram encaixotados em navios...dois rapazes muito importantes [...]eu não sei nada de judeus. Só sei que judiaram com nosso senhor Jesus Cristo. (ENTREVISTA REALIZADA COM MARIA FEIJÃO, no dia 10.05.2008).

Sr. José Maria Alves Feijão (*in memoriam*), vereador, residente em Groaíras, complementa sobre a chegada do ancestral da família Feijão, acompanhado de dois rapazes que originaram a descendência de outras famílias da antiga ribeira do Acaraú:

Meu pai e meu avô contavam que esses homens brancos e dos olhos azuis vieram de outro país e se fixaram na terra do Alferes Guimarães, como foi conhecida Groaíras naquele tempo. Os antigos não queriam ser chamados pelo nome que possuíam no outro país donde vieram. O sobrenome Feijão foi originado do apelido dado por nativos da época aos colonos portugueses por que tinham os olhos parecidos o do vegetal feijão que tinha o olhinho bem azulzinho... o verdadeiro nome deles ninguém sabe dizer[...] “risos...” eu lembro de um amigo que sempre brincava comigo dizendo que eu vim fugido, dizia, “ei, tu és fugitivo!”. (Entrevista realizada com José Maria Feijão, no dia 15.06.2008).

No depoimento de José Maria Feijão, ele enfatiza como se deram a chegada ao novo mundo e a troca de nome e sobrenome. Essas trocas de nomes eram um costume comum entre os Cristãos-novos para fugir das perseguições e se resguardar dos perigos em virtude do sangue infecto. Lira (1981) esclarece sobre o costume referente à mudança de nome feita por Cristãos-novos povoadores do Vale do Acaraú.

Segundo estudiosos de assunto judaicos no Brasil, todos os judeus portugueses que conseguiam escapar dos vexames da Inquisição e se refugiavam no interior do Brasil mudavam de nome e sobrenome acrescentando ao novo nome o sobrenome de Madeira, Matos, Feijão, Melo, Oiticica, Linhares. Era uma espécie de senha através da qual eram logo reconhecidos e recebidos num grupo judaico. (LIRA, 1981, p, 79).

Guimarães (2001) nos dá informações sobre a troca de nomes na Tradição Judaica realizadas pelos judeus Ibéricos.

Quando os judeus foram obrigados a adotar a religião católica, desapareceram os Isaac, Jacob, Judas, Salomão, Abeacar, Benefaçam, etc., e ficaram só nomes e sobrenomes cristãos. Tomaram nomes vulgares, sem nada que os diferenciasse da maioria dos cristãos velhos, a não ser por vezes a manutenção de algum sobrenome antigo judaico pelo qual o indivíduo era conhecido vulgarmente [...] Os locais de nascimento davam origem aos sobrenomes: A maior parte dos sobrenomes que circulam no Brasil é de origem Portuguesa e chegou aqui com os colonizadores. Alguns tinham origem geográfica, ou seja, no local em que a pessoa nasceu ou em que morava. Desta forma, Guilherme, nascido ou vindo da cidade Portuguesa de Coimbra, passou a ser, como seus parentes, Guilherme Coimbra. Assim, também Varela, Aragão, Cardoso, Araújo, Abreu, Lisboa, Barcelos, Faro, Guimarães, eram nomes de cidades ou regiões que identificavam os que lá nasceram, passando a funcionar, com o tempo, como sobrenomes.

(Disponível em: WWW.ENSINANDODESI.ORG.BR. Acesso em 20.05.2008).

O autor se refere à troca do prenome e sobrenome entre os Cristãos-novos, os quais adotavam os sobrenomes dos cristãos-velhos, geralmente eram os padrinhos de batismo dos novos conversos ao catolicismo, ou mais comumente adotavam o nome dos locais de nascimento ou de moradia atual, plantas típicas desses lugares, animais, etc. Nesse caso, os sobrenomes em hebraico dos Cristãos-novos entravam em desuso no ato da conversão forçosa ao Catolicismo.

Em conversa com Carlos Guimarães, servidor público, proprietário da Fazenda Paraíso em Groaíras, ele declara que seu bisavô, Major Sabino Gonçalves Feijão,⁵² trocou o cognome Feijão que serviu para ocultar a procedência genealógica judaica, pelo seu verdadeiro sobrenome de cristão-novo que era Guimarães, isto quando se certificou que não representava mais perigo ter sangue judeu na sua atual conjuntura social, cultural, econômica e política, em meados do século XIX. Carlos lembra ainda,

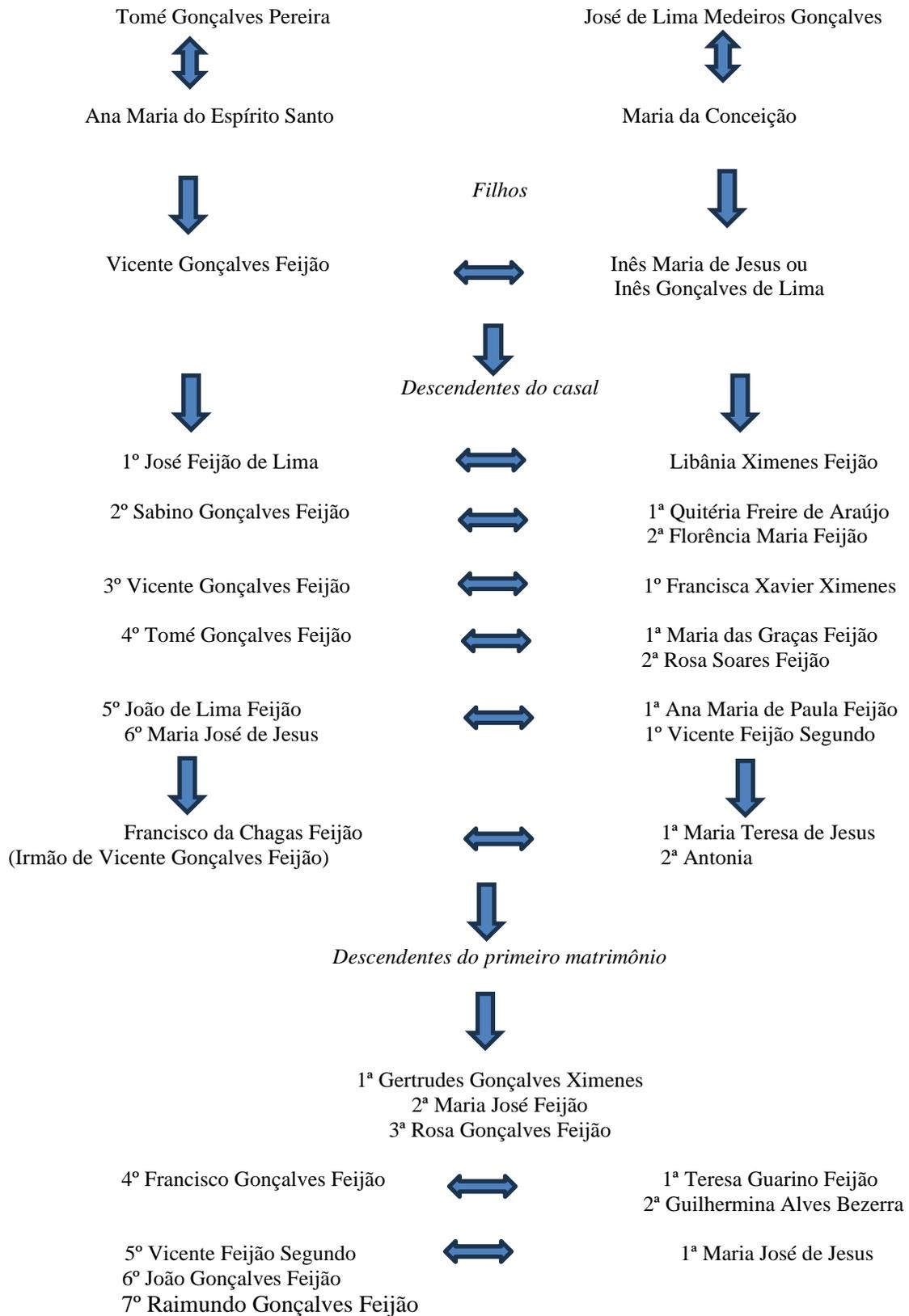
⁵² Major Sabino Gonçalves Feijão, oficial reformado do Exército e filho de Vicente Gonçalves Feijão e Inês Maria de Jesus, casado em primeiras núpcias, na vila dos Guimarães, hoje município de Groaíras, com Quitéria de Araújo Freire e em segunda núpcias com Florência Ximenes Feijão, sendo também primo em primeiro grau de Francisco Gonçalves Feijão. Major Sabino faleceu em 04 de agosto de 1939 com 94 anos.

Meu bisavô, Major Sabino Guimarães, tirou o cognome Feijão quando percebeu que não havia mais por que temer ser considerado descendente de judeu e também já estava com a vida bem estruturada, com prestígio e boa situação econômica. Já os outros Feijão, continuaram com o sobrenome, por serem analfabetos ou pelo medo não se preocuparam em tirar o Feijão e recuperar o verdadeiro sobrenome que era Guimarães. Meu avô como era mais esclarecido tirou o Feijão. Esse sobrenome Feijão inventado pelo ancestral da família que veio de Portugal se esconder no sertão como falavam sobre o Ceará... por que queriam ficar longe dos olhos do rei, dos delatores. Fugiram para Groaíras e Sobral pelas braças do rio... chegaram aqui pelo rio Acaraú. [...] eu sou espírita e eu sou descendente de judeu, não tenho a menor dúvida sobre mim e outros mais, me assumo com muita honra. (Entrevista realizada com Carlos Guimarães, no dia 10.05.2008).

Os relatos de Carlos Guimarães, José Maria, Júlio Feijão e Zita Maria, evidenciam a troca de sobrenomes pelos ancestrais das famílias analisadas. O sobrenome Feijão surgiu provavelmente pela necessidade de se manter anônimo no distante e isolado sertão da região norte do Ceará, camuflado para suspeitas sobre a ancestralidade judaica.

A partir de pesquisas realizadas nos arquivos públicos e privados, Moacir Feijão e Falb Feijão, sugerem que o autor dessa troca de sobrenomes para a incorporação do apelido Feijão foi o ancestral mais remoto da família, Sr. Tomé Gonçalves Pereira, português, que veio residir em Sobral no auge da Inquisição ibérica no país luso, era professor e trocou o seu sobrenome Pereira por Feijão, depois de estabelecido em terras da ribeira do Acaraú. Os filhos de Tomé foram em linha sucessória os primeiros a adotarem o sobrenome Feijão, a saber, Francisco das Chagas Feijão e Vicente Gonçalves Feijão.

Genealogia do Padrim Chico⁵³



⁵³ Documento do arquivo pessoal do artista plástico Ciro Moraes.

A árvore genealógica de Francisco Gonçalves Feijão e o diagrama abaixo representado da família Feijão são resultado do trabalho de pesquisa do Sr. Moacir Feijão, in memoriam, empresário, residente em Sobral. O material coletado foi editado e publicado postumamente pelo seu filho, Sr. Falb Feijão, in memoriam, empresário, residente em Sobral. Sr. Moacir Feijão dedicou vários anos ao estudo da origem de algumas famílias cearenses, sobretudo da família Feijão, pois o incomodava, assim como o intrigava, a falta de memória oral e documental da família em questão. Além do diagrama abaixo, Moacir Feijão também produziu um texto sobre a historiografia da família Feijão.⁵⁴

⁵⁴ “A família Feijão do Ceará originou-se de um ancestral chamado Tomé Gonçalves Pereira, que veio de Portugal no auge da Inquisição Portuguesa, na companhia de dois primos legítimos dos quais se originaram a família Melo e Paiva. Segundo a história os três desembarcaram na região onde hoje é o Estado de Pernambuco e de lá se deslocaram para o interior do Ceará, instalando-se principalmente em terras que hoje é a cidade de Groaíras, onde começou sua família ao se casar com Ana Maria do Espírito Santo. Desse casal descendem todos da família Feijão no Ceará e provavelmente do Brasil. Portanto é uma família única, todos descendem do mesmo tronco. Segundo a história contada por Moacir Feijão: Tomé Gonçalves Pereira era professor, e quando chegava a hora do almoço, ele falava para os alunos: Vamos que está na hora de comer o feijão. Por isso os alunos o apelidaram de Professor Feijão. O nome pegou, e assim ele ficou conhecido como Professor Feijão. Acostumado de ser chamado assim, resolveu registrar os seus descendentes com o sobrenome Feijão. Deste modo, nasce uma nova e única família: A Família Feijão que na realidade é Gonçalves Pereira. Do casal Tomé Gonçalves Pereira e Ana Maria do Espírito Santo nasceram dois filhos, os primeiros a terem o sobrenome Feijão, são eles Francisco das Chagas Feijão e Vicente Gonçalves Feijão”. (Disponível em: <http://sobralearte.blogspot.com/2012/01/familia-feijao.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2020).

Imagem 4 - Diagrama da Família Feijão.



Fonte: blog Sobrarte, publicado em 01/01/2012, por Falb Feijão.

Concluimos que a identidade adquire sentido quando se tenta reafirmá-la, buscando-a num imaginado passado perdido. Persegue-se nas “raízes” da identidade sua fixidez e essência. Segundo Silva (2000), ao reafirmar o pertencimento a uma pretendida identidade perdida, possam estar produzindo novas identidades ao invés de uma supostamente verdadeira e pura. Ou seja, são resquícios de uma identidade imaginada e construída socialmente. A identidade local não está dissociada de um contexto mais geral ou vice-versa. Marcus, (1991, p.133) esclarece nas suas palavras que “(...) a identidade local aparece como compromisso entre uma mistura de elementos de resistência à incorporação de uma totalidade maior a elementos de acomodação a esta ordem mais ampla”.

2.5 Concessão da cidadania portuguesa via ascendência sefardita

Outro aspecto analisado é a concessão da nacionalidade em países europeus aos descendentes de judeus sefarditas, mediante a comprovação da ascendência proveniente desse grupo étnico. A esse respeito, os governos de Portugal e da Espanha aprovaram leis voltadas a reparação de crimes cometidos contra judeus, expulsos da Península Ibérica no final do século XV e início do século XVI, em decorrência da Inquisição. As leis aprovadas tiveram por principal objetivo resguardar o direito à cidadania europeia via judeus sefarditas aos descendentes pleiteantes.

A lei outorgada pelo parlamento espanhol (Lei 12/2015 de 24 de junho) entrou em vigor no dia 1º de outubro de 2015, inicialmente com prazo de vigência de três anos, posteriormente foi prorrogado por mais um ano, perfazendo um total de quatro anos, findo o prazo em 1º de outubro de 2019. A lei em questão, assegurava o direito à cidadania espanhola aos descendentes de judeus sefarditas que foram expulsos do país em 1492. Estimava-se que a lei faria o devido processo de reparação em virtude de uma injustiça histórica a possíveis 3,5 milhões de judeus que no século XV foram obrigados a conversões forçadas ou exílio em decorrência de perseguições protagonizadas pelo Tribunal do Santo Ofício.

A legislação para a obtenção da cidadania espanhola era bastante criteriosa, impondo uma série de dificuldades à conquista desse direito pelos descendentes dos judeus sefarditas. Dentre os critérios, havia a obrigatoriedade de passar nos exames de língua espanhola e de sua história sociocultural, além da necessidade de visitar a Espanha a custos e tarifas exorbitantes e sem a garantia de aprovação da nacionalidade espanhola. Esses critérios rigorosíssimos inviabilizaram a entrada de um maior número de pessoas com processo de cidadania via judeus sefarditas na Espanha. Como mencionado anteriormente, o prazo para solicitação desse pedido expirou no ano de 2019, portanto a Espanha já não concede a naturalização via judeus sefarditas.

Em relação a Portugal, estima-se que a certificação da cidadania portuguesa pela Comunidade Israelita de Lisboa (CIL), seja concluída num prazo mínimo de seis meses. Após tramitado o processo na CIL, a documentação é enviada para a Conservatória dos Registos Centrais (CRC). A Conservatória faz a análise e caso aprovado o processo do solicitante, são enviados os dados para o Ministério da Justiça, que emite o assento de nascimento por naturalização via judeu sefardita.

O sobralense Tarcísio Filho obteve a certificação espanhola e portuguesa via judeu sefardita, mediante comprovação genealógica em ambos os processos.

Segue abaixo o documento da certificação espanhola de Tarcísio Filho:

Imagem 14 - “Certificado de origem sefardi”.



DON ISAAC QUERUB CARO, mayor de edad, provisto de DNI/NIF núm. **005004425**, en calidad de Presidente de la Comisión Permanente de la **FEDERACIÓN DE COMUNIDADES JUDÍAS DE ESPAÑA**, entidad religiosa inscrita con el número 015888 en la sección especial del Registro de Entidades Religiosas de España, provista de CIF núm. R-7.800.429-H

CERTIFICA:

Que analizados los distintos elementos probatorios aportados por el interesado y enumerados en el artículo 1.2 de la Ley 12/2015, de 24 de junio, en materia de concesión de la nacionalidad española a los sefardíes originarios de España, y habiendo utilizado todos los medios a nuestro alcance para aseverar la certeza y validez de dichas pruebas, podemos afirmar que don/doña **[REDACTED]** AGUIAR LINHARES FILHO, de nacionalidad BRASILEÑA y titular de pasaporte vigente de dicha nacionalidad número **5770440**, tiene la condición de **sefardi originario de España por descender de las familias que fueron injustamente expulsadas o forzadas a convertirse a la religión católica a partir de 1492**, de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 1.2.a) de la referida Ley 12/2015, de 24 de junio.

Y para que conste y surta los efectos oportunos donde proceda, expido esta certificación en Madrid (España), a 22 de Marzo de 2018.

Fonte: Federacion de Comunidades Judias de España.

Entretanto, uma lei promulgada pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa tornou quase impossível a obtenção da nacionalidade via judeu sefardita, em virtude da reformulação da lei que vigorava desde 2015 para efeitos de reparação histórica. Com base no decreto

presidencial sancionado por Rebelo, foi estabelecido critérios mais rígidos para naturalizar descendentes de judeus sefarditas, perseguidos pelo tribunal da Inquisição. Desde 01/09/2022, não basta que se demonstre e prove a ancestralidade sefardita, pois o requerente precisará comprovar que recebeu herança material em Portugal deixada por algum ancestral cristão-novo expulso, condenado durante os séculos XVI e XVII em Portugal. Ou seja, estão requerendo a transmissão de propriedade por herança “Mortis causa”, além disso, precisará ter feito viagens sucessivas à Portugal ao longo da vida, demonstrando dessa maneira o vínculo com o país dos seus antepassados.

A mudança na lei pode ter sido motivada pelo visto, via judeu sefardita, concedido ao oligarca russo Roman Abramovich, ex-dono do clube inglês Chelsea. A sua concessão se deu por meio de um processo com várias irregularidades e deferido em um curto espaço de tempo, algo inconcebível respeitado o processo legal.

Esses novos critérios são alvo de muitas controvérsias, considerando ser praticamente impossível existir herança material de séculos tão remotos herdada por descendentes, especialmente considerando que muitos bens foram confiscados pelo Tribunal Inquisitorial a época. Além desse critério, o requerente precisará demonstrar sucessivas viagens a Portugal ao longo da vida, algo que denota exclusão, visto que nem todos os pleiteantes dispõem de condições financeiras para arcar com idas frequentes a Portugal, principalmente por não estar ao alcance de todas as classes sociais.

Em conversa com Denis Frota Guimarães, professor universitário, residente em Sobral, ele contou como se deu seu processo de naturalização via judeu sefardita, e ainda sobre suas impressões e expectativas após a concessão da cidadania portuguesa. Segundo Denis, desde tenra idade sentia-se impulsionado a descobrir suas origens genealógicas, especialmente no que tange às reminiscências judaicas. Ele desenvolveu um intenso trabalho de pesquisa em cartórios, registros paroquiais - Igreja da Sé de Sobral, na Cúria Diocesana de Sobral, realizando ainda um considerável levantamento de pesquisa bibliográfica e estudo sobre o tema⁵⁵.

Denis realizou um trabalho solitário e árduo que resultou na descoberta e elaboração de sua árvore genealógica, voltando 12 gerações até o final do século XVI. Afirma que montar a genealogia de sua parentela, em linhagem reta, não foi tarefa tão complexa pelo fato de ter sido preservado o sobrenome Frota do ancestral até os descendentes na atualidade. Nesse caso, não houve mudança de sobrenome, algo comum entre os cristãos-novos para ocultação da identidade judaica. Raríssimas

⁵⁵ Destaca-se especialmente o documento relacionado ao processo do judeu Antonio Simões Colaço, ancestral de Denis Frota Guimarães, que caiu nas malhas da Inquisição no século XVI. (Disponível em: < <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2301961>>. Acesso em: 25 de março de 2020.

famílias perseguidas pela Inquisição tiveram seus sobrenomes cristãos-novos preservados, mesmo depois do batismo forçado ao Catolicismo e à obrigatoriedade de adotar novos sobrenomes cristãos-novos e o apagamento do verdadeiro sobrenome hebraico.

De acordo com o entrevistado, a busca pela cidadania portuguesa, inicialmente, teve por principal motivação o novo status de cidadão português e suas vantagens: como o direito de fixar residência, estudar, ter trânsito livre e trabalhar não apenas em Portugal, mas em qualquer país integrante da União Europeia. Segundo ele, à medida que mergulhava no estudo do Judaísmo, da cultura judaica, algo revelador e espiritual o conduziu até a conversão e profissão de fé da lei mosaica.

Sobre isso acrescentou o seguinte: “Eu, minha esposa e nossa filha professamos o judaísmo, inclusive, vejo o judaísmo como uma força da mulher. Elas é que acendem a vela do Shabat e conduzem algumas orações. Assumem um papel de destaque, pois o judaísmo valoriza as mulheres, seu protagonismo”.⁵⁶

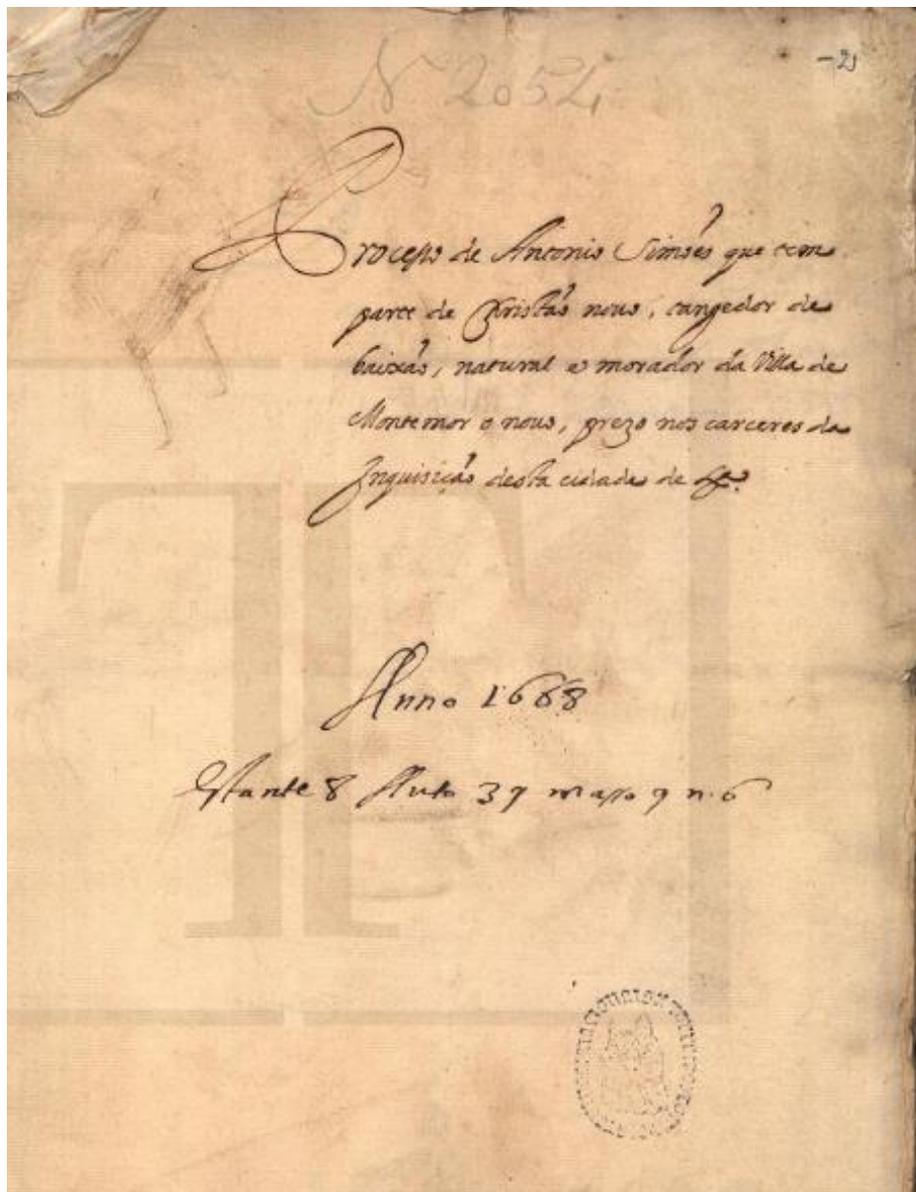
O papel feminino no Judaísmo sempre foi de grande importância. Ao longo da história, as mulheres sempre desenvolveram vários papéis no ambiente familiar, embora alijadas na maioria dos casos de extrapolar as portas do privado. As mulheres foram as responsáveis pela educação dos filhos, por instruí-los na fé mosaica. Introduziram uma gastronomia nos moldes do disciplinamento Kasher, restritas as normas de preparo, obedecendo as leis dietéticas da culinária judaica. Apesar das dificuldades e regramentos em sociedades que a baniam em decorrência da perseguição aos judeus e a dificuldade de encontrar alimentos Kasher.

O genealogista Assis Arruda, aposentado pela Embrapa, natural de Sobral, tem se dedicado ao estudo das raízes judaicas de algumas famílias cearenses e à confecção da árvore genealógica através da comprovação documental que ligue ao ancestral cristão-novo perseguido pela inquisição. O genealogista Arruda presta consultoria técnica especializada àqueles que pleiteiam ingressar com processo de naturalização portuguesa via judeu sefardita. Denis Guimarães contou com contributo do genealogista Assis Arruda na montagem de sua genealogia para fins da naturalização portuguesa. Segue abaixo alguns documentos que comprovam a ancestralidade via judeu sefardita de Denis Frota Guimarães, natural de Sobral, Ceará.

⁵⁶ Entrevista realizada com Denis Guimarães, via google Meet em 11.08.2021.

Documento do ancestral judeu (Simões Colaço) de Denis Frota Guimarães:

Imagem 15 - Detalhe do documento original referente ao processo de Antonio Simões Colaço.



Fonte: (Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2301961>. Acesso em: 25 de março de 2020).

Segue abaixo o documento da certificação portuguesa de Denis Frota Guimarães:

Imagem 16 - Certificado concedido ao colaborador Denis Frota



PROCESSO Nº 5085/2018

CERTIFICADO

A Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) que se encontra inscrita no RPCR sob o nº 71/20050408, com averbamento de radicação, certifica que Denis Frota Guimarães, nascido(a) a 31/10/1980 natural de Fortaleza - Brasil, e de nacionalidade Brasileira, filho(a) de Francisca Farias Frota e de Carlos Augusto Feitosa Guimarães, residente em Rua [REDACTED] Sobral - Brasil, portador(a) do passaporte [REDACTED], emitido a 16/01/2015 em SR/DPF/CE e é válido até [REDACTED], preenche os requisitos necessários à concessão da Nacionalidade Portuguesa por naturalização definidos no Decreto-lei nº 30-A/2015.

Este certificado é emitido com base nos fundamentos e documentos apresentados pelo(a) requerente comprovando a sua ligação familiar à comunidade judaica sefardita de origem portuguesa. Os meios de prova originais encontram-se arquivados na Comunidade Israelita de Lisboa.

Em anexo, junta-se a árvore genealógica exigida pela Conservatória dos Registos Centrais a partir do dia 1 de fevereiro de 2018.

Lisboa, 14 de Janeiro de 2019
A Comissão Responsável,

[Assinatura
Qualificada]
GABRIEL SZARY
STEINHARDT

Assinado de forma digital por (Assinatura Qualificada) GABRIEL SZARY STEINHARDT
DN: cn=PT, o=COMUNIDADE ISRAELITA DE LISBOA, ou=CARAL, ou=Certificado para pessoa singular - Assinatura Qualificada, title=PRESIDENTE DA DIRECÇÃO - Informação confirmada pela entidade de Certificação apenas na data de emissão e que não foi confirmada posteriormente em data; un=SZARY STEINHARDT, givenName=GABRIEL, serialNumber=DCPF-04961325, cn=Assinatura Qualificada GABRIEL SZARY STEINHARDT
Date: 2019.01.14 15:12:16 Z

Gabriel Szary Steinhardt

Esther Mucznik

Fonte: arquivo pessoal.

Descrição Genealógica da Linhagem Direta

continua

Próprio	*Denis Frota Guimarães (Sobral, Ceará, Brasil, 31/10/1980)
Pais	*Francisca Farias Frota (Sobral, Ceará, Brasil, 21/10/1958 Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 28/01/1977) Carlos Augusto Feitosa Guimarães (Cariré, Ceará, Brasil, 28/07/1955)
Avós	*José Irineu da Frota (Sobral, Ceará, Brasil, 15/12/1931) Casou (Reriutaba, Ceará, Brasil, 16/01/1958 com Teresinha Farias Frota (Sobral, Ceará, Brasil, 1874) – Fortaleza, Ceará, Brasil, 01/01/2000).

Descrição Genealógica da Linhagem Direta

continua

Bisavós	<p>*Antonio Teles da Frota (Sobral, Ceará, Brasil, 1874) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 25/10/1921) com</p> <p>Francisca Lastênia Menescal (Sobral, Ceará, Brasil, 1878) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p>
Trisavós	<p>*Raimundo Teles de Menezes (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) com</p> <p>Maria Bernardina do Monte (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p>
Tetравós	<p>*Gabriel Teles de Menezes (Sobral, Ceará, Brasil, 05/01/1777) e (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 09/11/1797) com</p> <p>Maria da Conceição Gomes da Frota (Santana do Acaraú, Ceará, Brasil, 07/08/1773) – (Sobral, Ceará, Brasil, 15/08/1805)</p>
Pentavós	<p>*Antonio Coelho de Albuquerque (Cabo Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil, 1724) - (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) Foi juiz ordinário em Sobral em 1774</p> <p style="text-align: center;">Casou 2ª vez (Amontada, Ceará, Brasil, 30/03/1769) com</p> <p>Maria da Conceição do Bonfim (Bezerra) (Amontada, Ceará, Brasil, batizada em 22/10/1748) – (Distrito São José da Mutuca/Sobral, Ceará, Brasil, 16/04/1789), sepultada no cemitério João José da Mutuca, 1789, aos 41 anos de idade</p>
Hexavós	<p>*Pedro Coelho Pinto (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, 28/06/1680) - (Pernambuco, Ceará, Brasil, 1776, aos 96 anos)</p> <p style="text-align: center;">Casou 1ª (Pernambuco, Brasil, data desconhecida) com</p> <p>Romualda Cavalcante de Albuquerque (Goiana, Pernambuco, Brasil, data desconhecida) – (Pernambuco, Brasil, data desconhecida)</p>
heptavós	<p>*Maria Coelho (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, data desconhecida) e (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, data desconhecida)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, data desconhecida) com</p> <p>Braz Pinto Lobo da Silva (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, data desconhecida) – (Monte-Mor-o-Novo, data desconhecida)</p>

Descrição Genealógica da Linhagem Direta

conclusão

Octavós	*Antonio Simões Colaço (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, 1620) - (Portugal Brasil, data desconhecida). Cristão-novo, cujo processo nº 2054) Casou (Portugal, Portugal, data desconhecida) com Ana Coêlho (Portugal, data desconhecida) – (Portugal, data desconhecida). Cristã-velha
Eneavós	*Bartolomeu Colaço (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, 1620) - (Portugal Brasil, por volta de 1656) Casou (Portugal, Portugal, data desconhecida) com Catarina Simões (Beira, Portugal, data desconhecida) – (Monte-Mor-o-Novo, data desconhecida). Cristã-velha
Decavós	*Manoel Colaço (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, data desconhecida) - (Portugal, Brasil, data desconhecida) Casou (Portugal, Portugal, data desconhecida) com Leonor Álvares (Monte-Mor-o-Novo, Portugal, data desconhecida) – (Portugal, data desconhecida).

Fonte: arquivo pessoal de Denis Guimarães.

Abro espaço agora para apresentar a descrição dos ascendentes de um membro da família Feijão, com ancestralidade judaica, via documentação certificada pela Comunidade Israelita de Lisboa (CIL). A árvore genealógica que se segue pertence ao colaborador Pedro Nilo Madeira Feijão, empresário, natural e residente em Sobral, Ce, certificado pela CIL no ano de 2019. O ancestral cristão-novo de Pedro Nilo foi a icônica Branca Dias.

Árvore genealógica de Pedro Nilo

continua

Próprio	*Pedro Nilo Feijão (Sobral, Ceará, Brasil, 12/02/1978)
Pais	*João Aroldo Feijão (Groaíras, Ceará, Brasil, 08/05/1948) Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 30/01/1971) com Maria das Graças Madeira Feijão (Sobral, Ceará, Brasil, 19/10/1949)
Avós	*Vicente Nilo Feijão (Sobral, Ceará, Brasil, 11/08/1915) – (Sobral, Ceará, Brasil, 07/08/1980) Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 16/07/1936) com Mariana Barreto Feijão (Sobral, Ceará, Brasil, 03/12/1913) – (Sobral, Ceará, Brasil, 26/02/1992).

Árvore genealógica de Pedro Nilo

continua

Bisavós	<p>*Evangelina Guimarães Feijão (Sobral, Ceará, Brasil, 21/12/1885) – (Sobral, Ceará, Brasil, 23/05/1968)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 20/01/1906) com</p> <p>João Vicente Feijão (Sobral, Ceará, Brasil, 16/05/1877) – (Sobral, Ceará, Brasil, 24/05/1965)</p>
Trisavós	<p>*Florência Ximenes Gonçalves (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 08/07/1875) com</p> <p>Sabino Gonçalves Feijão (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p>
Tetavós	<p>*Teresa Maria Ximenes de Aragão (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) - (Sobral, Ceará, data desconhecida)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 28/10/1852) com</p> <p>Rosalino Ximenes de Aragão (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p>
Pentavós	<p>*Delfina Maria Benedito Prado (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) e (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Brasil, 25/11/1824) com</p> <p>Roberto Francisco Ximenes de Aragão (Sobral, Ceará, Brasil, 1806) e (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p>
Hexavós	<p>*Vitorino Alves do Prado (Sobral, Ceará, Brasil -1780) e (Sobral, Ceará, Brasil – 29/10/1877)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 07/09/1807) com</p> <p>Clara da Silva Medeiros (Sobral, Ceará, Brasil, 1806) e (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p>
Heptavós	<p>*Rosa do Prado Leão (Sobral, Brasil, 08/06/1758) e (Sobral, Ceará, Brasil, 17/06/1798)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 17/09/1778) com</p> <p>Domingos Álvares Magalhães Júnior (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida) – (Sobral, Ceará, Brasil, data desconhecida)</p>
Octavós	<p>*Ana Maria de Vasconcelos (Goiana, Pernambuco, Brasil, data desconhecida) – (Bela Cruz, Ceará, Brasil, 1770)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Sobral, Ceará, Brasil, 01/11/1753) com</p> <p>Miguel do Prado Leão (Goiana, Pernambuco, data desconhecida) – (Bela Cruz, Ceará, Brasil, 11/09/1794).</p>

Árvore genealógica de Pedro Nilo

conclusão

Eneavós	<p>*Manoel Vaz Carrasco (Ipojuca, Pernambuco, 1673) e falecimento (Santa Cruz (Bela Cruz), Ceará, Brasil, 23/11/1753)</p> <p style="text-align: center;">Casou em 2ª núpcias (Igarassu, Pernambuco, Brasil – data desconhecida), consta na Cronologia Sobralense, o ano de 1713 a data nascimento de seu primeiro filho (Manoel Vaz da Silva)</p> <p>Maria Madalena de Sá e Oliveira (Igarassu, Pernambuco, Brasil, por volta de 1684, e falecimento (1758).</p>
Decavós	<p>*D. Brites de Vasconcelos (Pernambuco, Brasil, 1651) e falecimento (local e data desconhecidas)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Ipojuca, Pernambuco, Brasil - 1670) com Francisco Vaz Carrasco (Ipojuca, Pernambuco, Brasil, 1647) – (Local e data desconhecidos).</p>
Unodecavós	<p>*Maria de Goes (Olinda, Pernambuco, Brasil, 1627) – (Bahia, Brasil, data desconhecidas)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Pernambuco, Brasil, data desconhecida) com Gaspar da Costa Coelho (Pernambuco, data desconhecida) – (Pernambuco, Brasil, Data desconhecida). Foi cavaleiro da Ordem de Christo e Capitão na Guerra dos Holandeses.</p>
Duodecavós	<p>*Baltasar Leitão de Holanda (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil, 1585) – (Pernambuco, Brasil, data desconhecida).</p> <p style="text-align: center;">Casou (Bahia, Brasil, data desconhecida) com Francisca dos Santos França (Bahia, Brasil – 1586) – (Bahia, Brasil, data desconhecida).</p>
13º Avós	<p>*Maria de Paiva (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil, 1544) – (Local e data Desconhecidos)</p> <p style="text-align: center;">Casou (Pernambuco, Brasil, data desconhecida) com Agostinho Holanda de Vasconcelos (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, 1542) – 1586) – (Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, Brasil, 1617).</p>
14º Avós	<p>*Inês Fernandes de Goes (Viana do Castelo, Portugal, 1530) – (Pernambuco, Brasil, data 1589).</p> <p style="text-align: center;">Casou (Pernambuco, Brasil, data desconhecida) com Baltazar Leitão Cabral (Portugal, 1532) – (Pernambuco, Brasil, 01/12/1617).</p>
5º Avós	<p>*Branca Dias (Viana da Foz de Lima, Portugal, 1515/1520) – (Pernambuco, Brasil, 1588/1589), Cristã-nova) citada pela inquisição conforme processo de número 5736 de Lis Lisboa).</p> <p style="text-align: center;">Casou (Viana do Castelo, Portugal, 1530) com Diogo Fernandes - (Viana do Castelo, Portugal, 1480) – (Pernambuco, Brasil, 1568).</p>

Fonte: Arquivo pessoal de Pedro Nilo Madeira Feijão.

Apresentamos na sequência uma publicação feita numa rede social, no grupo intitulado: “Sefarditas certificados”, administrado pela genealogista Renise Furtado Mendonça. A matéria trata dos judeus sefarditas que já foram certificados pela Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) e, que obtiveram a concessão da nacionalidade portuguesa. Vale salientar, que nem todos aqueles que foram certificados pela (CIL), figuram na referida lista.

Nos dados apresentados abaixo, são citados sequencialmente: nome do cristão-novo e seu respectivo número de identificação (ID) do FAMILY SEARCH⁵⁷.

Abraham Sênior (L6RH-1X8)

Antônio Simões Colaço (L6CP-KPF)

Antônio Bicudo Carneiro (LTPB-9YW)

Antonio da Fonseca Rego (G9KN-P6C)

Antônio Fernandes, O Pé de Açúcar (LXSB-H7V)

Antonio Rodrigues de Alvarenga [Genealogia Paulistana] (LTM3-NQQ)

Branca Dias (LVWW-HN5)

Caetano Dantas Correia (veja a nota após essa lista)

Diogo Fernandes (LD89-7H7)

Domingos Gonçalves Pinta Diabos (G7FM-YBW)

Duarte Brandão (G9NZ-QMC)

Brites Mendes de Vasconcellos, a Velha (L6QC-J5G)

Bartolomeu Ledo (GSF8-G4J)

Belchior da Rosa (L6F2-HZD)

Francisco Mendes Leão (L5YL-3QK)

Fernão Lopes (G92B-ZGH)

Branca Rodrigues (LDL2-WZ5)

Jerônimo D' Ornellas (L69T-R57)

Junca Montezinho (LYLW-LKB)

Miçol (G9WJ-FB7)

Leonor Ribeiro (G99R-Z6H)

Leonor Henriques (LK76-1XJ)

⁵⁷ Um número de ID (número de identificação) é uma sequência de letras e números que identifica exclusivamente um registro na Árvore Familiar. Os números de ID consistem em 4 caracteres, um hífen e mais 3 caracteres. No caso, (L6CP-KPF).

Maria da Costa (LBGV-FP2)
 Mateus Lopes Franco (LKMW-XPZ)
 Maria Mendes e João Ramalho de Elvas (Relatório feito pela Gisele Camacho Aznar)
 Maria de Herede (L857-LBD)
 Miguel Gomes Bravo (G3R2-17X)
 Manoel Lourenço Andrade (LK16-G75)
 Médico António Paulo (LHXY-MMJ)
 Pedro Vaz de Barros (LCPK-FBS)
 Pantaleão Monteiro, o Velho (KJ4Z-1WY)
 Pedro Alvares, o Galego (LVPL-7GH)
 Sebastião de Freitas (LZ21-H7Q)
 Santo Fidalgo, Diogo Pires (G93H-T7G)
 Vasco Fernandes de Lucena (LJ1L-R1W)
 Manuel Preto de Moraes (KN6T-BYX)
 Isabel de Carvalho Peixoto (LJRQ-4Q7)
 Cornelio Arzan (G3WV-QKK)
 Thome Mendes Raposo (LRLZ-M22)
 Isabel Velho
 Joana Furtado de Mendonça, filhos migraram para o Brasil (LTDT-XKS)
 Joaquim José Ferreira de Toledo (KPSR-NTL)
 Caetano Dantas Correa (LQ52-8X9).

Conforme Almeida (2016), no Ceará existem alguns sobrenomes de famílias que provavelmente descendem de cristãos-novos que foram objeto de análise dos pesquisadores Faiguenboim, Valadares e Campagnano, após um criterioso estudo sobre aspectos sociais, culturais, sentimento de pertencimento e aceitação pela comunidade sefaradim local. Os respectivos autores, dedicam-se ao estudo da questão judaica no Brasil e, desenvolveram uma obra importante que serve de referência, intitulada: Dicionário sefaradi de sobrenomes, contendo 16.914 sobrenomes sefaradis, com 11.831 verbetes registrados.

Apelidos provavelmente marranos encontrados no Ceará

Categoria	Nome	Significado	Localização
Mundo animal	Cysne	Cysne	Sobral (Ce)
Mundo Vegetal	Arruda	Arruda	Sobral (CE)
	Cardoso/Cardosa	Cardo, erva com espinhos	Sobral (CE)
	Carvalho/Carvalhais	Carvalho	Sobral (CE)
	Feijão/Feijó	Leguminosa	Sobral (CE)
	Madeira	Madeira	Sobral (CE)
Ofícios ancestrais/ocupações	Bezerra	Criador de bezerros	Sobral (CE)
	Machado	Vende machados	Sobral (CE)
	Ohana/Ohanna	Vendedor de hena	Fortaleza (CE)
Toponímicos	Henriques		Sobral (CE)
Condição/característica pessoal	Farrapo	“Que anda com farrapos”	Sobral (CE)
	Matos	“Que vive no bosque”	Sobral (CE)
	Monte		Ceará
Compostos verdadeiros Ocupacional/característica Pessoal Patronímico/toponímico	Ferreira da Ponte	Referente a ferreiro/Ponte	Sobral (CE)
	Ximenes de Aragão	Oriundo de Jimenez/localidade de Aragón, em Espanha	Sobral (CE)
Composto falso patronímico	Benmiyara/Benmiara		Sobral (CE)
Outros	Solis		Sobral (CE)
	Muniz/Monis/Munis		Sobral (CE)

Fonte: Tabela elaborada e publicada por Nilton Almeida⁵⁸

⁵⁸ Fonte: Nilton Almeida de Melo Cristãos-novos e seus descendentes no Ceará Grande: a Inquisição nos sertões de fora. Tese apresentada ao Curso de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, como requisito para obtenção do título de Doutor em História, especialidade em História Moderna no ano 2016.

O sobralense José Ireland Menezes Oliveira, servidor público, descendente de José Xerez Furna Uchoa, foi certificado no dia trinta de julho de 2012 pela Sociedade Israelita do Estado do Ceará (SIC), num processo extremamente criterioso e marcado por um período de intenso estudo, aquisição de conhecimentos dos fundamentos, tradições e ensinamentos do judaísmo, além de ter sido submetido às cerimônias de circuncisão e imersão ritual, obtendo então sua almejada admissão. Após todas as referidas etapas, ao final do processo José Ireland recebeu um nome judaico, Iossef Bentsion Ben Avrahan Avinu, que geralmente pode ser usado em cerimônias e cultos religiosos.

Para Ireland a única instituição que representa o judaísmo no Estado do Ceará, reconhecida pela agência judaica internacional é a Sociedade Israelita do Ceará (SIC), fundada em 1993, sediada em Fortaleza e presidida por Arnaldo Len. Segundo o interlocutor em questão, somente os membros da SIC têm legitimidade para professar o judaísmo, de modo que qualquer outra instituição é mero messianismo, mesmo apresentando determinadas práticas e sistemas de estudos relacionados à tradição judaica, na realidade não se trata de algo realmente legítimo. Ireland, atualmente é secretário da Sociedade Israelita do Ceará (SIC) e enfatiza que sua relação com o judaísmo é algo “de alma”, um “compromisso” que já faz parte de seu dia a dia, não somente no âmbito religioso, mas social e cultural, envolvendo hábitos e interesses.

Em contrapartida, Ireland é extremamente cauteloso, recorrendo a métodos que ele considera mais “rigorosos” para decifrar os mistérios de seus descendentes. Entretanto, Ireland diz ter plena certeza da origem Bnei Anussim⁵⁹ de algumas famílias da região norte do estado do Ceará, inclusive da sua própria família. Seus ancestrais judeus foram Manoel José do Monte, espanhol, queimado pela inquisição e Branca Dias, portuguesa, que também caiu nas malhas da Inquisição. Ambos viveram no Brasil e foram relaxados ao braço secular. Abaixo processo de Branca Dias, disponível na biblioteca da Torre do Tombo.

Aprofundando as experiências, reflexões e problemáticas lançadas por Ireland, segue o relato abaixo:

⁵⁹ B'nei Anussim em hebraico significa literalmente “filhos dos forçados” (filhos dos marranos), termo que designa os descendentes dos judeus que na época da Inquisição foram obrigados a se converter ao cristianismo sob pena de morte cruel. É no Brasil que o termo B'nei anussim aparece pela primeira vez.

⁵⁹Na Península Ibérica, os judeus forçados à conversão ao catolicismo eram chamados de cristãos novos, anussim ou marranos (de uma forma pejorativa), que em espanhol significa porco. Citamos também o termo Cripto-judeu, que é a prática do judaísmo de forma secreta, sendo que publicamente professavam outra fé, exteriorizando o catolicismo. (Fonte: Sinagoga Anussim Brasil).

Quando eu era garoto, por volta de sete anos, estava na casa de um amigo montando uma vara de pescar, enquanto ouvia dois homens conversarem sobre minha linhagem familiar de origem judaica, cristã nova, diziam que eu tinha sangue judeu, no caso, ainda recordavam o episódio com o José Xerez de Furna Uchoa. Aquela afirmação despertou minha curiosidade, resolvi perguntar algo sobre isso a minha avó, Laura Dias Gomes. Minha avó me disse que aquilo era algo tão antigo e como podia as pessoas ainda lembrarem e que Xerez e sua família haviam tido muitos problemas, pediu que eu esquecesse. Acho que o medo foi transmitido por gerações. Minha avó era católica fervorosa. Talvez não praticassem o judaísmo por medo, pois pensavam o seguinte: Vamos nos tornar mais católicos que o papa, talvez assim nos esqueçam. Mas minha avó não tinha conhecimento do judaísmo, suas práticas eram inconscientes. Outra coisa que despertou minha curiosidade ainda muito jovem era um comentário que meus amigos geralmente brincavam: “fala, judeu?” Isso foi algo que nunca levei a sério. Acho que não falavam de forma valorativa, mas era uma narrativa histórica. Minha família era católica, principalmente minha avó Laura, posteriormente, após me dedicar ao estudo dessa questão, percebi que se identificavam com hábitos tipicamente judaicos. Minha avó colocava no túmulo do filho pedrinhas e sempre que eu perguntava a razão, dizia que era um costume que remontava aos seus antepassados e estava reproduzindo e não sabia o significado. Noutra ocasião, comentei com minha avó que iria ao velório de um amigo e ela me recomendou que não tocasse em nada e nem bebesse a água da casa. Posteriormente associei a um costume judaico, que quando morre alguém da família, deve-se derramar toda a água da casa. Minha avó também tinha o hábito de acender vela na sexta-feira, mas dizia que era apenas para o santo e na segunda-feira também acendia para as dez almas. Com o tempo também pude compreender que se tratava de um costume judaico, o Shabat. (Entrevista com José Ireland Menezes Oliveira, 02/12/2021).

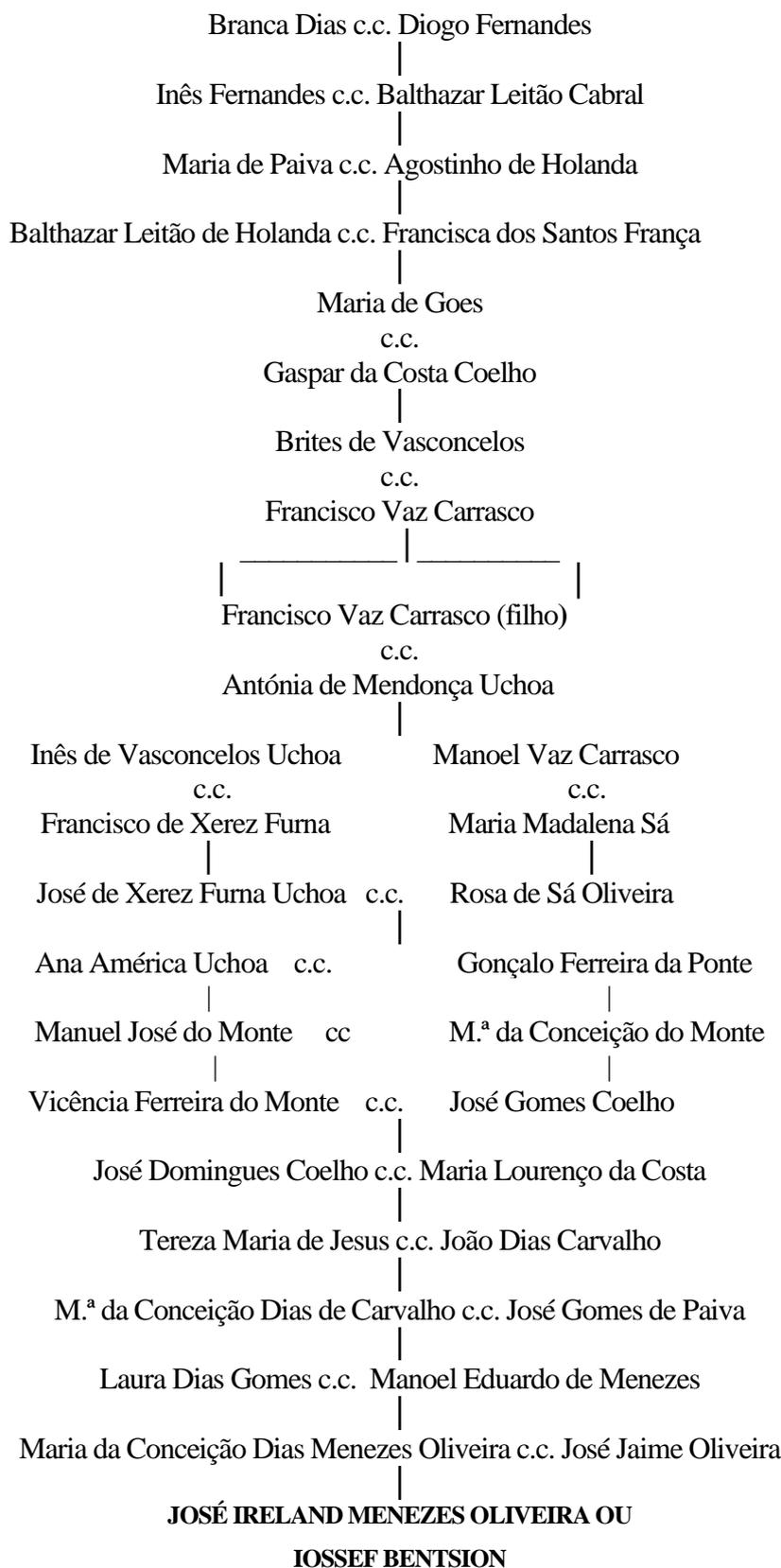
O interlocutor se considera uma pessoa particularmente reservada, mas não por medo de retaliação por professar o judaísmo, uma vez que em nossa conversa foi enfático ao frisar sua despreocupação sobre essa questão. Entretanto, mencionou que não usa o kipá⁶⁰ judaico em Sobral, a fim de evitar a curiosidade das pessoas, ou ainda que o achem diferente, considerando que o adereço não é algo usual na região. Já em Fortaleza, ele costuma usá-lo em todos os ambientes sociais e circunstâncias, mas diz que geralmente coloca o boné por cima do kipá, na grande maioria das vezes.

Segundo Ireland é fato inegável que o antissemitismo está muito acentuado nos dias de hoje, com as sinagogas que estão sofrendo sucessivas ameaças, tanto no Brasil, quanto no exterior. Embora a sinagoga de Fortaleza não tenha sofrido ameaças mais graves, os protocolos de segurança foram ampliados e aperfeiçoados, visto que os membros primam e investem sobremaneira no sistema de segurança, justamente pelo fato das ameaças serem recorrentes em todo o mundo. Ireland relata que recentemente ocorreram pixações nas paredes de alguns espaços públicos e privados de Fortaleza com palavras de ódio e antissemitismo contra os judeus, mas a diretoria da SIC acionou imediatamente o Ministério Público e tratou de apagá-las.

⁶⁰ Uma quipá (em hebraico כיפה, *kipá*, "cobertura") é o chapéu, boina, touca ou outra peça de vestuário utilizada pelos judeus tanto como símbolo da religião como símbolo de temor a Deus.

Ainda nas palavras do entrevistado, os membros da comunidade judaica estão constantemente vigilantes e alertas contra quaisquer eventuais ataques e agressões de cunho simbólico ou que descambem para a ameaça da integridade física, possivelmente perpetrada por grupos ideológicos antagônicos, como os neonazistas, segmento que vem apresentando considerável crescimento nos Estados Unidos e na Alemanha, sobretudo ao fim do mandato da Ex-Chanceler da Alemanha Angela Merkel. Ele salienta que, no judaísmo, há um cuidado com a segurança em qualquer lugar do mundo, e sempre vai ter uma equipe voltada exclusivamente para cuidar da segurança dos seus membros, pois a preocupação é vista como proeminente em qualquer sinagoga pelo mundo.

Árvore Genealógica: ascendentes de José Ireland Menezes Oliveira ou Iossef Bentsion



A árvore genealógica de Ireland, confirma na sua linhagem familiar o José de Xerez Furna Uchoa e o ancestral em comum deles, a judia histórica Branca Dias. Ela foi ignorada propositalmente da árvore genealógica que Xerez dedicou doze anos de sua jornada para confeccioná-la. Porém, a árvore montada por Xerez chegou de forma deliberada a um papa, justamente pela necessidade de evidenciação a época do sangue puro e a ocultação do sangue infecto.

3 A SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO JUDAÍSMO ANTIGO

Sob nenhum aspecto, podemos simplesmente integrar as várias religiões mundiais numa cadeia de tipos, cada qual significando uma nova “fase”. Todas as grandes religiões são individualidades históricas de natureza altamente complexa; tomadas em conjunto, esgotam apenas umas poucas das possíveis combinações que poderiam ser formadas a partir dos numerosos fatores individuais a serem considerados nessas combinações históricas (WEBER, 1996, 336).

Tendo como mote algumas das questões seminais lançadas por Max Weber no texto “Ensaio de Sociologia” (1996), em que o autor disserta sobre determinados aspectos do judaísmo antigo, buscarei analisar como se deu o contexto de surgimento e o processo de formação do povo judeu, sobretudo o conceito de “povo pária”, realizando as possíveis correlações com meu objeto de pesquisa. Weber, neste ensaio, faz uma análise imprescindível para compreensão do judaísmo nos seus primórdios e em seus aspectos religioso, social e histórico. Numa observação preliminar, Weber discute do ponto de vista sociológico a história da religião judaica. O autor parte do princípio que a melhor forma de compreensão do judaísmo seria com base na comparação com a ordem de castas indiana, observando as peculiaridades intrínsecas e o contexto de cada grupo.

De um ponto de vista eminentemente sociológico, Weber atribui algumas características peculiares ao “povo pária”, tendo por referência as castas indianas e o povo judeu, situados histórica e socialmente na condição de um “povo hóspede”. Os grupos em questão são formalmente separados de seu entorno social, por questões resultantes de proibições e tabus ritualísticos, submetendo-se ao cumprimento das obrigatoriedades religiosas, a fim de obter a salvação eterna enquanto “povo pária”.

Associado a esse perfil mental e cultural, o “povo pária” judeu e indiano apresentam os seguintes comportamentos: ambos têm em comum a autoimagem relegada à construção social de determinado “desprestígio e rejeição social”. No caso dos judeus, pode-se observar uma certa especialização na área econômica, pois são comumente vistos como um povo hábil no desenvolvimento do capital especulativo, comércio e agiotagem, embora todos esses aspectos sejam resultantes de elaborações históricas estigmatizantes, que veem os judeus como um povo não apenas “inferior”, mas também ambicioso, que só valoriza o dinheiro e as posses; como se cristãos ou mulçumanos também não valorizassem as riquezas e monopólios comerciais, por exemplo.

Para Weber, as circunstâncias vividas pelos judeus enquanto “povo pária”, reverberaram historicamente desde o exílio na Babilônia até a modernidade, apresentando-se como fenômeno notadamente cíclico. Mais adiante, buscarei discutir sobre o caráter autoimposto dos povos judeus e indianos a partir de uma construção sócio-histórica, relacionando tais aspectos às problemáticas apresentadas em vários pontos de minha pesquisa.

Acresce ainda para Weber, introduziu o termo "pária" no estudo científico do judaísmo e o definiu como a segregação religiosa e moral voluntária dos judeus. Ao definir conceitualmente quem eram os judeus, delimita seu lugar no mundo na condição de um “povo pária”, além de apresentarem uma tendência a uma moralidade dual, sendo uma para os “de dentro”, outra para os “de fora”. Weber atribui aos judeus uma ética dual que é possível verificarmos numa passagem bíblica do judaísmo, onde se lê: “Vocês poderão cobrar juros do estrangeiro, mas não do seu irmão israelita, para que o Senhor, o seu Deus, os abençoe em tudo o que vocês fizerem na terra em que estão entrando para dela tomar posse” (Deuteronômio 23:20-22)⁶¹.

Ele deduziu do versículo citado que os judeus preservaram o antigo “dualismo ético tribal”, padronizado na injunção de proibir o empréstimo de dinheiro a juros ao irmão tribal, mas permitir que ele se fizesse ao estrangeiro. Nesse sentido, de acordo com Weber:

Toda construção interna do “Antigo Testamento” é impensável sem a orientação dos profetas, e como esse livro sagrado dos judeus também se tornou livro sagrado dos cristãos – e toda a interpretação da missão do nazareno foi determinada sobretudo pelas antigas promessas feitas a Israel -, a sombra dessas grandiosas figuras atravessa os milênios e alcança o presente (WEBER, 1996, p. 383).

Os judeus, portanto, ao desenvolverem a natureza de um “povo pária, segregacionista e ritualista” – orientados por uma ética dualista –, foram considerados incapazes de conferir uma mentalidade mais “universalista” ao judaísmo, apesar da disseminação do Velho Testamento. Essas escrituras antigas serviram de fundamento para o cristianismo, uma vez que muitos cristãos costumam recorrer a Isaías, considerado profético justamente por sustentar a ideia de que a vinda do “escolhido” já era prevista no Velho Testamento.

⁶¹ Deuteronômio é o quinto livro da Torá, a primeira seção da Bíblia hebraica e parte do Antigo Testamento da Bíblia cristã.

Em suma, nos embates simbólicos historicamente travados no campo das religiões ao redor do mundo (BOURDIEU, 2007), ao que parece o judaísmo não foi capaz de suplantar simbolicamente o cristianismo, embora os cristãos pareçam ter absorvido e assimilado, ainda que inconscientemente, preceitos tipicamente judaicos.

Para Weber, o cristianismo se destacou do judaísmo ao romper com a ética dual judaica, pretendendo sistematizar e universalizar o Novo Testamento, o que se consolidou com o advento da Reforma Protestante (WEBER, 2004). Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao suposto “acesso” à graça divina, que o judaísmo restringiu a um “povo escolhido”.

Ainda segundo Weber (1996, p. 384): “As realizações da profecia operaram em conjunto com os costumes ritualísticos tradicionais de Israel para produzir aquilo que conferiu aos judeus sua condição de povo-pária”. É importante ressaltar que o autor analisa o comportamento segregacionista do povo pária judeu como autoimposto, ou seja: como um estigma que eles teriam imposto a si mesmos, escolhendo viver em guetos isolados e herméticos em relação às influências exteriores. Para Weber, portanto, o comportamento pária, seria muito anterior às perseguições sistemáticas sofridas pelos judeus, e largamente narradas na história humana: perseguições que obrigava este povo a viver como verdadeiros estranhos em terra estranha (SIMMEL, 2005), sempre temerosos, fugindo de um lugar para o outro em busca de condições minimamente seguras de existência.

Por conseguinte, para Weber, os judeus primitivos que escolheram uma vida de clausura espontânea, diferenciavam-se da sociedade de castas indiana num aspecto: o fato de que os judeus se tornaram um povo pária em uma realidade ausente de castas, diferentemente da realidade indiana. O autor também aponta que o contexto social e político que estava ancorada à sociedade de castas na Índia era totalmente diverso daquele dos judeus. Weber nos explica que as castas indianas não concebiam a ascensão no plano terreno, pois tal ascensão se daria apenas através de adequado e meritório comportamento por via da “reencarnação”, sendo a vida social uma espécie de “quadro imutável”, uma vez que todos os seres humanos já nasceriam predestinados a viver e morrer numa determinada casta.

Sobre as características paradoxais entre judeus e as castas indianas, Weber diz que:

A conservação da ordem de castas como ela era e a permanência não apenas do indivíduo na casta senão da casta como tal em sua posição perante as outras castas – esse comportamento eminentemente social-conservador – era pré-condição de toda salvação; pois o mundo era eterno e não tinha nenhuma “história”. Para o judeu, a promessa era exatamente oposta: a ordem social do mundo tinha sido transformada no inverso daquilo que era prometido para o futuro, quando ela haveria de ser novamente subvertida, de modo que futuramente caberia de novo aos judeus sua posição de povo senhorial da Terra. (WEBER, 2019, p. 14-15).

O mundo não era nem eterno nem imutável, senão criado, e suas ordens atuais eram um produto da atividade dos homens, sobretudo dos judeus e da reação do seu Deus à mesma: um produto, portanto, histórico, determinado a abrir novamente espaço ao estado propriamente pretendido por Ele. Todo o comportamento dos judeus antigos quanto à vida foi determinado por essa ideia de uma revolução social política e guiada futuramente por Deus. (WEBER, 2019, p. 14-15).

A sociedade de castas indiana não era alicerçada na mobilidade social do indivíduo, nem dentro da própria casta e nem em relação às demais castas, de modo que nasciam, viviam e morriam na mesma posição, sem qualquer possibilidade de ascensão social. Na mentalidade religiosa indiana, a ascensão de castas só seria possível num nível transcendental, numa outra encarnação, através de uma existência de retidão e obediência, observadas as normas ritualísticas existentes em cada casta. Esse comportamento tradicional, conservador e passivo seria a condição precípua para a salvação, de modo que a reencarnação teria a finalidade de proporcionar uma existência que desse direito a ascensão de castas no *post mortem*, assegurada a conservação da ordem vigente ao longa da vida terrena.

Quanto ao povo judeu, a promessa de vida e salvação eram alicerçadas num fundamento que apregoava a redenção humana e promoção social do povo escolhido ainda na terra. Nesse caso, não era preciso morrer para renascer em outra posição social privilegiada. Os judeus creem na prerrogativa que lhes confere a posição de “povo senhorial da terra”, profecia projetada para a existência ser “gozada” na vida mundana. Na inteira confiança de que “a promessa” um dia se cumpra, aguardam que o mundo tenha a sua ordem invertida num futuro incerto, considerando que a evolução dos seres humanos e das coisas futuras concorrerem para o benefício do povo judeu, sendo Israel o ponto de emanção.

O autor, portanto, dimensiona a amplitude histórico mundial do judaísmo a partir da criação do “Antigo Testamento”, livro considerado sagrado e que serviu de fundamento e base espiritual tanto para o cristianismo quanto para o islamismo. Nesse sentido, falando sobre a importância do Antigo Testamento enquanto parâmetro para o cristianismo e islamismo, e sua posterior sistematização e emancipação, o autor complementa:

Para mensurar o alcance desse feito basta imaginar o que teria sucedido sem ele. Sem a adoção do Antigo Testamento como livro sagrado, por certo teria havido, no âmbito do helenismo, seitas pneumáticas e comunidades arcanas com o culto ao Kyrios Christos, mas nunca uma ética do cotidiano nem igreja cristãs. Pois, sem a emancipação ante as prescrições ritualísticas da Torah, nas quais se baseia o isolamento dos judeus à espécie de casta, a congregação cristã teria permanecido uma pequena seita do povo pária judeu, exatamente do mesmo modo que os essênios e os terapeutas, por exemplo. Mas justamente no cerne da doutrina cristã da salvação, a qual liberta do gueto autocriado, a missão paulina deu continuidade a uma doutrina judaica, ainda que meio sepultada, proveniente da experiência religiosa do povo êxule. (WEBER, 2019, p.15-16).

Pois sem as promessas – de espécie extremamente particular – do grande escritor desconhecido do tempo do exílio, o autor da profética teodicéia do sofrimento (Is 40-55), em especial sem a doutrina do Servo de Iahweh que instrui e, inculpe sofre e morre voluntariamente como sacrifício expiatório, teria sido impensável, em sua particularidade perante outras doutrinas arcanas de aspecto similar, o desenvolvimento da doutrina cristã da morte do salvador divino por sacrifício voluntário, não obstante a esotérica do Filho do homem, surgida mais tarde. Pelo outro lado, contudo, o judaísmo foi manifestamente incitativo e em parte modelo da anunciação de Maomé (WEBER, 2019, p.15-16).

O sociólogo alemão fala em: “A Psicologia Social das Religiões Mundiais” (1996), que incluiu o judaísmo por entender que tal tradição contém as condições históricas preliminares e decisivas para a compreensão do cristianismo e do islamismo. Portanto, o autor observa que o judaísmo não apenas gerou os dois segmentos religiosos citados, também foi crucial para a ascensão do mundo ocidental moderno, já que sua influência teve uma “significação histórica e autônoma para a evolução da moderna ética econômica do Ocidente” (WEBER, 1996, p. 309). Tais sistemas de crenças, portanto, formularam uma parcela considerável da mentalidade propriamente dita “ocidental”, podendo auxiliar nas reflexões mais diversas sobre os valores e símbolos adotados no mundo contemporâneo.

Entretanto, Weber enfatiza que a influência da religião por si só não determinou com exclusividade a “ética econômica”, visto que a mesma tem uma margem significativa de autonomia. A religião é só mais um elemento determinante da “ética econômica”, pois: “(...) A expressão ética econômica refere-se aos impulsos práticos de ação que se encontram nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões” (WEBER, 1996, p. 309). O autor afirma ainda que a evolução de uma ética racional da religião foi mais exitosa nas camadas sociais menos privilegiadas. A respeito dos valores sagrados das religiões ele afirma:

Para o estudioso empírico, os valores sagrados, diferindo entre si, não devem ser interpretados apenas, e nem mesmo preferencialmente, como “voltados para o outro mundo”. Isso ocorre à parte o fato de que nem toda religião, nem toda religião mundial, conhece o “além” como um centro de promessas definidas. A princípio, os valores sagrados das religiões primitivas, bem como cultas, proféticas ou não, eram os bens sólidos deste mundo. Com a única exceção parcial do cristianismo e de uns poucos outros credos especificamente ascéticos, consistiam tais bens em saúde, vida longa e riqueza. Eram essas as promessas feitas pelas religiões chinesa, védica, zoroastriana, hebraica antiga e islâmica; e da mesma forma pelas religiões fenícia, egípcia, babilônica e alemã antiga, bem como pelo hinduísmo e budismo, aos devotos leigos. Somente o virtuoso religioso, o asceta, o monge, o sufi, o dervixe, lutavam pelos valores sagrados, que se ligavam ao “outro mundo”, em comparação com os bens sólidos deste, como saúde, riqueza e vida longa. E esses valores sagrados do outro mundo não eram, de modo algum, apenas valores do além. Não era esse o caso, nem mesmo quando os participantes assim acreditavam. Considerado psicologicamente, o homem em busca de salvação se tem preocupado primordialmente com atitudes ligadas ao aqui e ao agora (WEBER, 1996, p. 320-321).

Tendo por representantes profetas e sacerdotes, as religiões de salvação⁶², entenderam que as camadas mais saciadas e privilegiadas da sociedade apresentavam pouco desejo de serem salvas e por conta disso, eram menos suscetíveis à devoção. Portanto, Weber parte do pressuposto de que os valores sagrados das religiões primitivas eram, em sua maioria, voltados para o usufruto dos bens materiais neste mundo, a saber: riqueza, saúde e vida longa. Sob a égide desse modelo mundano de bens sólidos a serem gozados nesse mundo, se destacam muitos credos que seguem esse princípio, sobretudo o próprio judaísmo. Por sua vez, existem exceções, religiões que lutavam pelo usufruto de valores sagrados do e no “além”, como ocorre com o cristianismo.

Por outro lado, tais credos não consistiam apenas em valores sagrados “do outro mundo”. Segundo Weber (1996, p. 321), do ponto de visto psicológico, “o homem canaliza sua existência para a busca da salvação. Desse modo, direciona sua preocupação primordialmente às atitudes ligadas ao aqui e agora”. Weber percebeu que no interior das "religiões mundiais" existe uma camada de maior experiência carismática, sendo esta composta pelo que o autor chamou de "virtuosos religiosos". Nesse contexto, à medida que os “virtuosos religiosos”, conquistavam cada vez mais adeptos, viram-se obrigados a ajustar seus códigos de conduta e suas exigências, no sentido de atender às necessidades diárias das grandes massas. Essa grande adesão postulada pelo cristianismo o torna uma religião universalista; enquanto isso, faltou ao judaísmo esse alcance universal, justamente pela característica pária dos judeus, projetada nas escrituras sagradas até chegar às práticas ritualísticas concretas.

Em suma, Weber retrata o judaísmo como uma religião étnica e cultural, diferentemente do cristianismo. Para ele, o judaísmo antigo foi a primeira grande religião a transcender a magia de modo racional, uma vez que o mundo antigo era uma espécie de “abismo mágico”, onde se poderia cair e não mais retornar. É assim que a formatação e consolidação das religiões humanas indicam o esforço de algumas sociedades em não se perder por entre os

⁶² “A ética especificamente miserabilista da não resistência se reavivou no Sermão da Montanha, e a concepção da morte por sacrifício voluntário do Servo de Deus, martirizado inculpe, auxiliou o nascimento da cristologia – certamente que não essa concepção sozinha, senão em combinação com a apocalíptica tardia da doutrina do Filho do Homem do Livro de Daniel e de outras mitologemas. Apesar disso, porém, a palavra da cruz “meu Deus”, meu Deus, por que me abandonaste?” dá início ao Salmo 22, que, do começo ao fim, faz uso do miserabilismo e da profetização do Servo de Deus de Dêutero-Isaías. Se efetivamente não a fé congregacional cristã, mas o próprio Jesus tiver aplicado esse versículo pela primeira vez - em referência a si mesmo -, isso permitiria inferir, por exemplo – ao contrário de como, curiosamente, aquela palavra da cruz foi frequentemente interpretada -, não o mais profundo desespero nem a mais profunda desilusão, senão com certeza, justamente pelo contrário, um orgulho próprio messiânico no sentido de Deutero-Isaías e as esperanças expressas na conclusão do Salmo. (...) No judaísmo, pelo contrário, a concepção do Servo de Deus que morre voluntariamente como sacrifício inculpe, com sofrimento e pelos pecados de outrem, a princípio caiu totalmente em esquecimento, e, por sinal, aparentemente logo em seguida. Isso se aplica pelos eventos”. (WEBER, 1996, p. 428-429).

labirintos de fantasmas e símbolos projetados por suas próprias imaginações, que alguns poderiam considerar como um “mal necessário”. Por outro lado, o cristianismo é compreendido como uma religião universal, regida sob a égide da moral.

Essa postulada transição do particularismo judaico ao universalismo cristão encontra-se na base de todo esforço já realizado pela sociologia weberiana para explicar a emergência do racionalismo peculiar ao ocidente. A versão mais acabada desse esforço encontra-se na obra de Wolfgang Schluchter, que, mais do que ninguém, empenhou-se em argumentar que enquanto as escrituras judaicas instituíram o que poderia ser chamado de um "reino da legalidade", isto é, uma ética baseada na observância mecânica de normas concretas, o Novo Testamento, ao rechaçar o intelectualismo judaico⁶³, típico dos centros urbanos, realçando, no lugar, a importância da convicção supra-intelectual, instaurou o "reino da moralidade"⁶⁴, isto é, uma ética baseada em princípios abstratos internalizados.⁶⁵

Considerando Weber, podemos afirmar que nenhuma ética econômica foi exclusivamente determinada pela religião, sendo também influenciada por outros fatores. Portanto, na proporção que o mundo adquiria uma mentalidade mais racionalista, dissociada da magia, uma nova ordem social se configurava e consolidava. Weber afirma que uma religião secundária era criada sempre que as promessas feitas pelos profetas não atendiam aos interesses dos desfavorecidos e dos desafortunados, nesse caso, os despossuídos passaram a julgar injusta a falta de paridade em relação aos privilegiados e estes, por sua vez, desejavam a legitimação divina da própria fortuna e privilégio.

Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (2004), Weber demonstra que o cristianismo, sobretudo a partir do advento do Protestantismo Luterano, acabou forjando uma nova ética baseada na moral racional, centrada numa ritualística disciplinar e de realização do dever social.

⁶³ “Durante a Idade Média, o judaísmo ficou sob a liderança de uma camada de intelectuais treinados na literatura e ritual, uma peculiaridade do judaísmo. Essa camada representou uma intelectualidade pequeno-burguesa cada vez mais quase-proletária e racionalista. O cristianismo, finalmente, começou sua carreira como uma doutrina de artesãos jornalista itinerantes. Em todos os períodos, sua poderosa evolução externa e interna foi uma religião especificamente urbana e, acima de tudo, cívica. Isso aconteceu durante a Antiguidade, durante a Idade Média e no Puritanismo. A cidade do Ocidente, ímpar entre todas as outras no mundo – e o corpo de cidadãos, no sentido em que só surgiu no Ocidente – foi o principal teatro do cristianismo. Isso se aplica também à piedade espiritual das antigas comunidades religiosas, para as ordens dos monges mendicantes da Idade Média e para as seitas [protestantes] desde a reforma até o pietismo e metodismo” (WEBER, 1996, p. 312).

⁶⁴ A tese de que a transição do Antigo para o Novo Testamento significou uma transição da "legalidade" povo pária urbanita – como, afinal, isso também ocorreu (WEBER, 1996, p. 413-414).

⁶⁵ Revista Brasileira de Ciências Sociais. *Print version* ISSN 0102-6909 *On-line version* ISSN 1806-9053 Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.65 São Paulo Oct. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000300009>. A sociologia da religião como recapitulação da teologia cristã: Weber e as raízes proféticas do racionalismo ocidental.

Além disso, a teodiceia⁶⁶ do sofrimento começava a apresentar dificuldades de sustentação ideológica, fazendo-se urgente uma explicação mais plausível para os sofrimentos e injustiças considerados imerecidos.

Sua peculiaridade social de maiores implicações consistiu desde o início em que: qualquer observância de fato totalmente correta do ritual estava extremamente dificultada para os camponeses. Não apenas porque o sabá, o ano sabático e as prescrições alimentares em si eram de difícil cumprimento nas condições encontradas no campo, senão sobretudo porque, com crescente desenvolvimento casuístico dos mandamentos determinantes de comportamento, a instrução no ritual teve então de se tornar requisito da vida correta. A torah sacerdotal, como natural, todavia adentrou muito pouco as localidades rurais. Mais tarde, como veremos, a observância dos mandamentos de pureza propriamente levíticos, cada vez mais propagados pelos devotos exemplares, era quase que totalmente impossível para os camponeses, ao contrário do que se notava entre a população urbana. Para os camponeses, essa dificuldade não era contrabalanceada, em termos de atrativo, por nenhuma vantagem. Imposto por Esdras, o calendário de festividades dos sacerdotes do exílio havia despojado todas as festas antigas das suas relações de outrora com o curso da colheita e do trabalho no campo. No final, em localidades rurais, os judeus vivendo entre povos estrangeiros não lograram facilmente nenhuma existência de algum modo correta em termos ritualísticos. O centro de gravidade dos judeus teve de se deslocar cada vez mais na direção que os tornava um povo pária urbanita – como, afinal, isso também ocorreu (WEBER, 1996, p. 413-414).

A racionalização da religião, portanto, de certo modo, enfraquecia a teodiceia do sofrimento, pois toda forma de teodiceia vislumbra a uma salvação, uma expiação dos pecados. Inclusive, considerando o homem psicologicamente, ele está em busca da salvação e de realizações imediatas de desejos, o que aproxima sutilmente tais reflexões do pensamento de Norbert Elias (1994). Portanto, na perspectiva weberiana, a forma moderna de racionalização e desencantamento do mundo, com o advento do turbulento século XX, desviou a religião a um campo de irracionalidade, frente a um mundo mais científico e tecnológico que descortinava de forma inevitável.

Sobre esse processo de racionalização da prática religiosa, o autor sustenta a seguinte perspectiva,

O resultado geral da forma moderna de racionalizar totalmente a concepção do mundo e do modo de vida, teórica e praticamente, de forma intencional, foi desviar a religião para o mundo do irracional. Isso se observou na medida em que mais progredia o tipo intencional de racionalização, se tomarmos o ponto de observação de uma articulação intelectual de uma imagem do mundo. Essa transferência da religião para o reino do irreal ocorreu por várias razões. [...] Isso ocorreu principalmente na medida em que mais destituído de irracionalidade o mundo parece ser. (WEBER, 1996, p. 324-325).

⁶⁶ Conjunto de argumentos que, em face da presença do mal no mundo, procuravam defender e justificar a crença na onipotência e suprema bondade do criador, contra aqueles que, em vista de tal dificuldade, duvidavam de sua existência ou perfeição.

A unidade de imagem primitiva do mundo, em que tudo era mágica concreta, tendeu a dividir-se em conhecimento racional e domínio da natureza, de um lado, e em experiências “místicas”, do outro. O conteúdo inexprimível dessas experiências continua sendo o único “além” possível, acrescido ao mecanismo de um mundo sem deuses. De fato, o além continua sendo um reino incorpóreo e metafísico, no qual os indivíduos possuem intimamente o sagrado. Quando se chegou a essa conclusão sem nenhum resíduo, o indivíduo pôde continuar sua busca da salvação apenas como indivíduo (WEBER, 1996, p. 324-325).

A respeito do “ressentimento”, importante conceito presente em minha dissertação, o qual foi problematizado e trabalhado por Weber (1996) e Nietzsche (1992), a questão apresenta um ponto forte de divergência entre os dois pensadores. Para Weber, o ressentimento não teria sido a fonte propulsora de destravamento e expansão das religiões, ou a razão maior para que os devotos confiassem nas suas respectivas escrituras sagradas, nos dogmas, nos rituais, nas promessas de salvação e na vida após a morte.

Nesse sentido, o autor defende que o que mais moveu o povo judeu foi uma espécie de racionalização das recompensas transcendentais, representadas nas promessas e glórias mundanas, a saber: fortuna, imensa prole, vida longa e felicidade no aqui e agora. Para Weber, assim como o “ressentimento”, nenhuma ética econômica foi determinada exclusivamente pela religião.

O ressentimento não foi necessário como alavanca; o interesse racional nas compensações materiais e ideais, como tal, foi perfeitamente suficiente. Não podemos haver, dúvida de que os profetas e sacerdotes, através da propaganda, intencional ou não, colocaram o ressentimento das massas a seu serviço. Mas isto nem sempre ocorreu. Essa força essencialmente negativa do ressentimento, pelo que se sabe, jamais foi a fonte das concepções essencialmente metafísicas que deram singularidade a toda religião de salvação. Além disso, em geral, a natureza de uma promessa religiosa não foi, necessariamente ou mesmo predominantemente, uma simples manifestação de interesse de classe, interno ou externo. As massas – como iremos ver – permaneceram mergulhadas, em toda parte, no crescimento maciço e arcaico da magia a menos que uma profecia que apresente promessas específicas as tenha arrastado para um movimento religioso de caráter ético. Quanto ao resto, a natureza específica dos grandes sistemas éticos e religiosos foi determinada pelas condições sociais de uma natureza bem mais particular do que o simples contraste entre as camadas dominante e dominada. (WEBER, 1996, p.320).

Indo adiante, Nietzsche (2009), por outro lado, esclarece-nos o seu perspectivismo quando postula a transvaloração de todos os valores construídos à luz da moral judaico-cristã, por favorecer negativamente o “ressentimento”, concebido como a “doença dos fracos”, os quais correlacionam sua fraqueza com os valores de bondade. Conforme Kehl (2020, p. 68): “devemos considerar como ‘escravos’, no sentido nietzschiano, não aqueles subjugados pelos vencedores de uma batalha, e sim os que escolhem a servidão voluntária, a humildade autoimposta, a vida rebaixada”. Complementa a historiadora sobre a questão acima:

Em Nietzsche, todos os valores são criados pelo homem, mas nem sempre são impostos pelos mais fortes aos mais fracos. Ao contrário: para ele, a moral é invenção dos derrotados. Exemplo máximo disso é a moral cristã, segundo a qual o Bem está do lado dos fracos e dos sofredores, e o Mal, do lado dos mais fortes. Aqueles valores que predominam no Ocidente judaico-cristão foram criados pelos fracos, pelos imponentes, pelos derrotados na luta da vida (e não na luta pela vida) que em Nietzsche se define sempre como vontade de potência, de dominação, expansão de si mesma, poder. (KEHL, 2004, p. 66-67).

Em linhas gerais, Nietzsche (1992) compreende que a moral cristã é um instrumento de domesticação que torna o homem impotente, despreparado para a luta, por acreditar que a recompensa virá após a morte. O ressentimento é uma consequência das restrições pulsionais, sendo o reflexo dos valores judaico-cristãos que condicionam o homem a uma moral negativa, reativa e passiva diante da vida que, na percepção do autor, é também conhecida como a moral dos fracos e/ou escravos, pois proíbe a força, poder e a potência vital. Portanto, os valores judaico-cristãos condenariam a força e o egoísmo, de modo que, na opinião do filósofo tais valores foram elaborados por homens fracos, derrotados e impotentes em sua relação com a forma de viver no mundo. Nietzsche defende que, na luta pela vida, é importante primar pela potência, dominação e poder.

Do ponto de vista moral, a história do Ocidente não foi configurada tanto pelo ódio recalcado dos dominados, como pensava Nietzsche, mas muito mais por uma autoavaliação simbólica empreendida especialmente pelas camadas urbanas voltadas para atividades práticas, muitas vezes com o espírito de "compensação" religiosa (e não tanto de revolta). Onde o filósofo vislumbrou reatividade, o sociólogo apontou uma positividade, sem querer julgá-la boa ou má (NOBRE, 2003, p. 67).

Retornando ao pensamento de Max Weber, o autor confirma que a introdução do racionalismo na religião contribuiu para o surgimento do “ressentimento” no mundo ocidental, especialmente em face do enfraquecimento (desencantamento) da religião e de suas práticas judaico-cristãs de expiação dos pecados, fundamentadas no merecimento das benesses e da salvação eterna, as quais já não atendiam às demandas urgentes dos devotos cansados de esperar por uma recompensa que nunca chegava. Diante disso, vislumbrou-se uma mudança na relação do homem com o “sagrado”.

Destarte, ao mal se retribuiria com o desejo imaginário de vingança adiada, restando em alguns casos a esperança de que o ofensor pagasse ao mal praticado no “fogo do inferno”. Não caberia mais ao ferido, retribuir o mal com a mesma face da moeda, pois essa tarefa seria delegada as instâncias sagradas, a qual fariam a devida justiça ao penalizar o ofensor/pecador.

Por outro lado, a promessa de salvação por meio da conduta referenciada na moral e valores professados pelo credo religioso não estavam surtindo seu efeito compensador no mundo cotidiano do “aqui e agora”. Em outras palavras, pode-se afirmar que a promessa de recompensa no além não reparava e nem dava conta dos anseios e necessidades imediatas e urgentes dos devotos. Diante disso, a religião foi gradativamente se racionalizando e inculcando novos modelos e percepções diferenciadas de mundo aos seus devotos, sendo possível ressaltar que a própria teodiceia do sofrimento (apresentada anteriormente no texto) está carregada desse mesmo “ressentimento”, contribuindo assim para a espera paciente das recompensas adiadas e das vinganças que talvez nunca se concretizem neste mundo.

Por fim, para Weber, com o advento do século XX, pode-se afirmar que as lacunas deixadas pelas religiões ocidentais, por ocasião das promessas compensatórias de recompensa transcendental, não estavam mais se sobrepondo às imponderáveis injustiças observadas no mundo prático e caótico da vida moderna das grandes metrópoles (Cf. SIMMEL, 1987), destacando determinados aspectos da vida cotidiana que não coexistiam com o mesmo grau presumido de reparação veiculados pela religião.

Deste modo, com o passar dos anos, as contrariedades decorrentes das desrealizações religiosas, considerando as tantas promessas de redenção e salvação largamente prometidas por todos os credos e seitas imagináveis ao redor do mundo, obrigaram as religiões a reavaliar e modificar seus métodos de aproximação e alcance. Em suma, a leitura de Weber converge para o entendimento de que a autorrecompensa dos devotos não se construiria somente no além, pois o “paraíso” (a terra prometida) deveria se concretizar igualmente no plano mundano.

4 A MEMÓRIA COMO PRÁTICA SOCIAL E HERANÇA CULTURAL DE UM POVO: UMA CONCLUSÃO POSSÍVEL

Publicada em 1990 sob o título “Elias por ele mesmo” (ELIAS, 2001b), a entrevista biográfica (Cf. BOURDIEU, 1996) com Norbert Elias retrata os percalços e triunfos decorridos ao longo da vida longa do distinto intelectual multidisciplinar. A interpretação de Elias sobre a própria existência é singular e diz muito de sua maturidade e leveza em relação a tudo que tocou ao longo da vida. Conforme Elias (2001b, p.76): “O que não compreendo bem em tudo isso é que nunca fiz projeto em minha vida, atravessei-a como o cavaleiro do lago Constanz, sem temer que o gelo cedesse. Eis a maneira como concebo a vida”.

Em muitos aspectos, Elias foi muito coerente em sua trajetória de vida e obra, primou sempre por ser realista, embora vítima do antissemitismo, nazismo e do ostracismo acadêmico, ele não parecia demonstrar o menor ressentimento em decorrência de tais fatos. Ao longo de sua trajetória, evidenciamos alguns acontecimentos trágicos, a saber: a expatriação de sua língua materna e país natal, a perda terrível da mãe em uma câmara de gás, na Alemanha nazista. Entretanto, esses episódios não parecem ter influenciado a sua escrita madura e isenta de ressentimentos, como se não marcassem negativamente o fio condutor de sua notável produção acadêmica. Desde a infância, o pensador dizia saber que queria fazer carreira na universidade, ensinar e pesquisar, de modo que trabalhou para atingir seu objetivo. Sobre a questão do antissemitismo, especialmente no contexto alemão, Elias nos confirma que não tinha consciência da inferioridade do povo judeu, pois não cogitava a insurgência futura de uma ideologia genocida contra judeus na Alemanha do século XX.

Conforme Elias, talvez a sensação de relativa “segurança” dos judeus tenha favorecido o excesso de confiança das famílias judias alemãs, inclusive a sua. Não conseguiram notar a aproximação de dias tenebrosos com a iminente eclosão do Nazismo e da Segunda Guerra Mundial. Antes disso, os judeus conseguiam enriquecer e obtinham êxitos nos tribunais, em casos contra alemães. Tudo isso parecia ocorrer sem a mácula do sangue judeu, gerando conforto e inércia. Elias sempre manifestou sua ausência total de ressentimento contra a Alemanha pelos episódios praticados contra ele próprio e sua família. Em “Elias por ele mesmo”, o pensador expressa seu ponto de vista sobre a questão:

Mas não está em minha natureza vingar-me do antissemitismo por uma atitude similar. Penso que é errado e injusto condenar o conjunto de um grupo humano. Fizeram isso com os judeus durante muito tempo, e não estou disposto a agir da mesma maneira seja lá com o que for. Não condenarei um povo inteiro por causa do período nazista, ainda mais duas ou três gerações depois. (ELIAS, 2001b, p.86, 87).

O autor confirma que, apesar de seu amor pela Alemanha, considerando sua profunda identificação com a cultura alemã tradicional, nunca se considerou um patriota, pois segundo ele, todos os patriotas eram “nacionalistas e antisemitas”. Em retrospecto, o autor se via como um “cidadão do mundo”: “Sou orgulhoso de pertencer a essa tradição. Identifico-me bastante com o classicismo alemão – Goethe, Schiller, Kant, eis meus grandes homens. Meu primeiro ensaio publicado está cheio de referências a esses homens” (ELIAS, 2001b, p. 25-26). Em suma, Elias se considerava claramente um *outsider*⁶⁷. Segundo ele, “era uma situação bastante estranha: politicamente, os judeus eram *outsiders*, e, ao mesmo tempo, faziam parte dos pilares da cultura alemã” (ELIAS, 2001b, p. 27).

No conjunto de sua obra, Elias aborda em momentos pontuais a sua visão peculiar a respeito da religião, discordante da mentalidade postulada por Max Weber. Em sua obra seminal denominada “O Processo Civilizador” (1990), o autor compreende que a religião não desempenhou relevante influência, obtendo apenas alguma possível relevância ou destaque nos processos e transformações sociais relacionados ao refrear dos impulsos violentos. Para Elias, o controle das pulsões é fundamental para o convívio e a ciência, pois parte da premissa que o autocontrole é uma questão de conhecimento. Entretanto, o processo de conhecimento acompanha, sobretudo, as mudanças no campo social, não sendo estáticas, mas transformacionais: podendo mudar para várias direções e alcançar níveis variados de desenvolvimento em escalas diferentes de evolução.

Outrossim, o autor atribui a sua forma de relação com a religião ao período que serviu no exército, em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial. Essa experiência lhe fez repensar posturas que já o acompanhavam desde a primeira infância. Conforme Elias (2001b, p. 80), “Creio que a I Guerra Mundial foi para mim o divisor de águas. Tudo o que vivi então me deu a convicção de que só os homens podem ajudar outros homens e que eu era o único que podia ajudar a mim mesmo”. Elias, reconhece o fenômeno religioso como um agente passivo em face de uma teoria da transformação social, supostamente mais ampla e de longa duração. Noutras palavras, as religiões apenas acompanham passivamente as condições do processo, o qual apresenta oscilações na escala de violência, ora mais civilizados, ora mais incivilizados, de acordo com a época e o contexto histórico.

⁶⁷ “Nunca fui um patriota. Aliás recriminaram os judeus por não serem patriotas. Meu pai o era de maneira estranha, mas eu era absolutamente contra. Sim, a meu ver, nisso residia uma das causas do antisemitismo. Quase todos os jovens da alta burguesia judaica eram mais ou menos de esquerda, ou pelo menos eram liberais, ao passo que a grande maioria das classes médias, na Alemanha, se situava a direita.” (ELIAS, 2001, p. 24-25).

Em Elias (1990), portanto, a liberdade individual e as exigências sociais se correlacionam numa perspectiva processual: no caso, nem o indivíduo e nem a sociedade coexistem a partir de um objetivo *a priori*, visto que se constituem desprovidos de objetivos. Entretanto, um não existe sem o outro. Partindo dessa premissa, o homem nasce e, contudo, só passa a existir no mundo, depois que o seu conteúdo é construído.

Ainda de acordo com Elias (1990), o crescimento de cada indivíduo seria central para compreendermos a sociedade em que vivemos. Da mesma forma que a sociedade se desenvolve, em meio a inquietudes, conflitos e rupturas, assim é a essência do próprio indivíduo. No sentido relacional, o processo civilizador é também passível de avanços e retrocessos, projetando seus reveses. Tal processo também é capaz de criar suas fissuras e se atualizar a partir delas. Com isso Elias nos revela que os processos civilizatórios não são unilineares, muitas vezes são perpassados por surtos de irracionalidades, como foi o nazismo. Os laços de interdependência num indivíduo, revelam que em nossas escolhas também pesam motivações sociais.

A respeito do conceito de figuração apresentado em “Sociedade de Corte” (2001), temos a defesa da categoria de interdependência entre os indivíduos, que seriam moldados por figurações sociais que se entrelaçam umas com as outras. Essas figurações são passíveis a fluxos constantes de mudanças: algumas intensas, mas sem raízes profundas, sendo outras mais gradativas e com consequências menos letais. Contudo, cada um dos fluxos de mudanças governam uma lógica objetiva interna e externa, ainda que as razões individuais possuam um papel nos processos que ocorrem nessas figurações.

Por sua vez, os escritos de Max Weber sobre a religião buscam entender até que ponto os valores pautados na ética religiosa poderiam influenciar nos aspectos comportamentais dos indivíduos, ou seja, como tais comportamentos estariam correlacionados e, interviriam nas aspirações extramundanas e nas ações intramundanas dos indivíduos. Por outro lado, Weber observou que, à medida que a religião se racionalizava, adentrava cada vez mais num acentuado processo de secularização nas diversas esferas sociais, ao passo que o sagrado adquiria novos contornos e formava outros rearranjos para acompanhar as mudanças no campo social.

Com base nessas reflexões, notamos que as memórias, construção e desconstrução de identidades no mundo judaico e nas relações com o outro, fizeram surgir novas categorias para dar conta das variadas facetas do pensamento moderno, especialmente como se tornar judeu na contemporaneidade. O marranismo, ao ser sistematizado adquiriu novos conceitos, a saber, o submarranismo ou pós-marranismo.

Apesar de judeus, esses pensadores: Elias, Sartre, Marx, Max Weber, Morin e Freud seriam típicos pós-marranos, ou seja, judeus anti-ortodoxos, que não significa dizer antissemitas, apenas que foram propositores de discursos que questionavam o ser judeu e o judaísmo.

O contraponto de Sartre, na França, encontra-se em Edgar Morin, também filósofo e ex-militante da resistência francesa, com a diferença de que é judeu, nascido em 1921. Suas reflexões autobiográficas indicam, com nitidez, um conflito de identidade típico dos judeus laicos, filhos do processo mais geral de secularização ocorrido no Ocidente, desde o século XIX. No livro *Meus demônios*, autobiografia de título sugestivo, publicada quando o autor beirava os 75 anos, a novidade reside no uso do conceito de marranismo, ou melhor, de submarranismo ou pós-marranismo. À diferença do marranismo clássico, que misturava o judaísmo com o catolicismo, entre os antigos cristãos-novos ibéricos, o “marranismo” de Morin é laicizante, cético, racionalista, e nesse ponto o “pós-marrano” se aproxima do “judeu não judeu” de Sartre. Dele se afasta, porém, ao admitir a persistência do judaísmo na “psicologia complexa dos marranos”, cuja versão, nos séculos XIX e XX, imbricaria laicidade e religião ao mesmo tempo e no mesmo indivíduo. Marx e Freud, por exemplo, seriam típicos “pós-marranos”, segundo Morin. Judeus antijudeus, o que não quer dizer que fossem antissemitas, senão que construíram discursos questionadores do papel histórico dos judeus e da própria religião judaica. (VAINFAS, 2010, p. 20).

Sobre a invenção do judeu francês, Vainfas cita Sartre em um trecho de sua obra *Jerusalém Colonial*:

Jean-Paul Sartre, por sua vez, sequer esperou o final da Segunda Guerra Mundial para escrever, em 1944, suas “Reflexões sobre a questão judaica”. Integrante da resistência à ocupação nazista, Sartre escreveu esse ensaio, enquanto intelectual francês (de origem protestante), para tentar explicar o antissemitismo de seu tempo. Mas não o antissemitismo alemão, senão o de seu próprio país, que, apesar da mitologia patriótica e da “França livre” do general De Gaulle, foi grande colaborador do Reich alemão. Sartre duvidou da existência do judeu francês, em si mesmo, considerando-o mais francês do que judeu. Afirma que o judeu francês é “um homem que os outros homens consideram judeu”, mormente os antissemitas. “Se o judeu não existisse”, afirma Sartre, “o antissemita inventá-lo-ia (VAINFAS, 2010, p. 20).

Para Sartre, o judeu não é um ser determinado biologicamente, não é cabível atribuí-lo características psicológicas e traços de caráter comuns. Segundo ele, o judeu foi uma criação da sociedade, não se originou da vontade divina, sendo uma invenção tipicamente social. Contudo, é no contato com a sociedade que se manifesta a inquietação do povo judeu ao se deparar com o dilema de ser ou não ser um judeu. Nos termos de Sartre o dilema da autenticidade e inautenticidade confere a problemática judaica.

O homem social por excelência, já que seu tormento é social. O que fez dele judeu foi a sociedade, e não a vontade divina; foi ela que deu origem ao problema judaico, e, como o judeu se vê obrigado a definir-se totalmente nas perspectivas desse problema, é no social que ele define sua própria existência. Seu projeto constitutivo de integrar-se na comunidade nacional é social; social é o esforço que faz para pensar-se a si mesmo, ou seja, para situar-se entre outros homens; sociais são suas alegrias e seus pesares – porque é social a maldição que pesa sobre ele. Por isso, se lhe reprovam sua inautenticidade metafísica e lhe dizem que sua eterna inquietude faz-se acompanhar de um positivismo radical, também é necessário lembrar que tais críticas se voltam contra quem as formula: o judeu é social porque o anti-semita o fez assim. (SARTRE, 1995, p. 85).

O conceito de desenvolvimento social traz um estigma que foi predominante no imaginário dos séculos XVII e XIX de que o progresso da humanidade é linear, elevando-se para um estado de considerável estabilidade mais evoluída. Nesse ínterim, houve uma desilusão acentuada acerca dos conceitos associados às ideias de desenvolvimento e progresso, visto na prática se apresentar como algo improvável, isso baseado em fatos comprováveis. É importante, entretanto, perceber que a abordagem sociológico-processual não pode ser empregada no mesmo nível dos átomos ou moléculas e de suas relações recíprocas.

Os sociólogos também comungaram desse desestímulo pela ideia evolucionista que pressupõe um progresso necessário, pautado pelo desenvolvimento de uma realidade ruim para outra melhorada e de valor estimado. No entanto, na obra “A Sociedade dos Indivíduos” (1994), Elias postula contra sociólogos que colocaram no centro de seu trabalho teorias e conceitos revestidos do caráter de leis: a ortodoxia dos conceitos apropriados por sociólogos detentores de leis, que desprezam a diversidade do fluxo das mudanças. Nesse sentido, referimo-nos à mudança em que Elias se interessa, a qual busca difundir o conceito de desenvolvimento social, direcionado pelos fatos. Assim, devemos primar por compreender as mudanças em suas causas.

Existe uma incompreensão recorrente na leitura de Elias sobre o equívoco evolucionista, pois “se há qualquer forma de evolucionismo em Elias, é fundamental ressaltar que ele é empírico e não teórico, falseável em vez de axiomático, plural em vez de unilateral e, acima de tudo, não direcionado a qualquer fim específico” (HEINICH, 2020, p.57). A autora considera que há um universalismo hipotético e descritivo, não um postulado metafísico.

Ainda segundo Elias (1994), as peculiaridades e capacidades da memória humana são:

A imensa capacidade de preservação seletiva das experiências, em todas as idades, é um dos fatores que desempenham papel decisivo na individualização das pessoas. Quanto maior a margem de diferenciação das experiências gravadas na memória dos indivíduos no curso do desenvolvimento social, maior a probabilidade de individualização. Mas não é suficiente falar da continuidade do desenvolvimento alicerçado na memória como condição para a identidade-eu da pessoa. O desenvolvimento não ocorre na abstração. Toda memória tem um substrato. A identidade-eu não é possibilitada apenas pela memória de si e pelo autoconhecimento que o indivíduo traz gravados no cérebro; sua base é o organismo inteiro, do qual o cérebro é parte – embora certamente central. Esse organismo é o substrato de um processo de desenvolvimento por que passa o indivíduo. (ELIAS, 1994, p. 154).

Nesse sentido, a capacidade de memorização de cada indivíduo corrobora seu processo de individualização, quanto maior for a margem de “diferenciação”, maior será a “individualização”. Com base nesse entendimento, não há identidade-eu sem identidade-nós. É importante lembrarmos ainda que para Elias o processo civilizador, ora cresce, ora quebra, cria seus reveses, assim como um indivíduo que se autossabota, o processo civilizador também quebra e se reconstrói.

Logo, considero que os conceitos chave para a compreensão do meu objeto de pesquisa são: memória individual e coletiva associadas aos conceitos de “imagem eu” e “imagem nós”, as quais perpassam o problema da identidade. A memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, visto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo, não sendo possível entendermos as ponderações com base nas lembranças de forma dissociada da questão social real e do próprio contexto, que agem como norteadores da memória. Até a memória aparentemente mais íntima remete à interrelação. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a coletividade, construindo recordações no contexto destas relações.

Para Halbwachs (1990), nossas lembranças estão carregadas das memórias dos que nos cercam, ainda que não estejamos em presença destes. O nosso lembrar e a maneira como concebemos e vemos se constituem a partir de nossas experiências cotidianas, ou seja, as lembranças são construídas das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que o autor intitula “comunidade afetiva”. Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão e nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Nos processos de produção da memória, o outro tem um papel fundamental. Segundo o autor, mesmo a memória coletiva tem uma importante função na construção do sentimento de pertença de um grupo de passado comum, os quais compartilham suas tradições, costumes, ritos, crenças, dentre outros. A memória de um grupo garante o sentimento de identidade do indivíduo, isso não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico. A memória se modifica e se rearticula conforme a posição que ocupamos e de acordo com as relações que estabelecemos nos diferentes grupos. Para além da formação da memória, as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, serem reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado através da concepção de outros, ou mesmo por influência daquilo que acreditamos ter acontecido, ou ainda pela incorporação de representações de uma memória histórica. Assim, a lembrança, de acordo com Halbwachs, (1990), “é uma imagem engajada em outras imagens”.

Foi neste sentido que Pollak (1989), fundamentando-se na concepção durkheimiana de tratar os fatos sociais como “coisas”, atentou para o fato de que estes diferentes pontos de referência nos quais a memória se encontra ancorada, não servem apenas para uma forma de estruturação da memória, mas também inserem na mentalidade coletiva ou grupal tais referenciais, tais como: tradições e costumes, as paisagens, as datas, os personagens, a música, a culinária, o folclore, as regras interativas, etc. No entanto, vale ressaltarmos que há críticas pontuais ao modelo durkheimiano, que concebe a memória coletiva *sui generis*, como uma única grande memória coletiva imanente na cosmovisão social.

De certo modo, o que se está colocando em pauta é o trabalho de produção e rememoração da memória: no qual um grupo constrói uma narrativa sobre o passado que deve ser socialmente legitimado para construção de uma memória comum. Noutras palavras, segundo Pollak (1989), “... todo trabalho de enquadramento da memória de um grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”. Assim como uma memória enquadrada do ponto de vista oficial terá suas limitações, deturpações do real, também as apreensões de depoimentos de grupos tidos como minorias por meio da oralidade, será suscetível de sofrer influências de natureza individual ou mesmo contextual. Os relatos de vida são extremamente importantes não somente pela possibilidade da construção de um passado/presente, mas na produção de identidades, com base na percepção de cada grupo ou indivíduo social. Nesse sentido, Giddens e Bourdieu fazem uma crítica ao Lévi Strauss por não ter atentado ao poder de agenciamento do agente.

Assim como Bourdieu, Giddens critica concepções de poder que o tomam primordialmente em termos de restrições e limites, em vez disso, propõe que o poder é a capacidade de produzir efeitos na vida societária, na medida em que tal capacidade de influenciar o curso de eventos no mundo social é também definidora da agência. Giddens (2018, p. 77), afirma haver uma conexão intrínseca entre agência e poder; ainda referente a isso, o autor observa que é interessante vislumbrarmos os elementos históricos e contingentes que o constituem.

Giddens busca deslocar o dualismo de estrutura. Para ele, as relações sociais são relações de poder, mas não necessariamente de conflito. Seria recomendável, portanto, a realização da análise dos próprios paradigmas analíticos, na tarefa de reinterpretar processualmente os conceitos, desenvolver as redes de interdependência: visto que o indivíduo está ligado a outros por um fenômeno de dependência recíproco, que configura a balança de um poder social simbólico, sendo de fundamental importância a compreensão e o peso dos espaços na formação social de um povo. Para tanto, as formas de interdependência costumam ser muito assimétricas e pautadas nas diferenças. Em suma, as relações sociais parecem ser marcadas por estranhas forças que produzem a razão essencial em si mesmas.

Com base no arcabouço conceitual e empírico trabalhado, ressalto que minha pesquisa propôs um estudo historiográfico e sociológico sobre o processo de formação de algumas famílias da região metropolitana de Sobral no Ceará, de algum modo relacionadas à preservação de hábitos e características semitas, com a vinda dos chamados “cristãos-novos”. Nesse sentido, para realização desta pesquisa, busquei desvelar questões que envolvem a memória histórico-cultural judaica de certas famílias cearenses e as possíveis influências dessa origem, sobretudo para a produção imagética judaica na realidade investigada: a partir de um passado ora lembrado, ora ocultado nos relatos dos entrevistados. Num exercício de aproximação e distanciamento metodológico, busquei compreender os significados e as várias razões expressadas pelos meus interlocutores, acerca de certos usos e costumes, deixando claro sob que valores e crenças os descendentes fundamentam a história de seus ancestrais cristãos-novos, buscando entender melhor como seus discursos são construídos. Visto que o indivíduo é situado historicamente, é importante conhecermos sua trajetória, analisando o que produz a intolerância, o antissemitismo e a forma como é praticado; analisando elementos que historicamente fomentaram a ojeriza e o estigma institucionalizado contra os judeus, cristãos-novos.

Nesse sentido, busco preencher algumas lacunas da historiografia, que exclui a presença judaica dos registros oficiais, seja por desconhecimento, seja por omissão. Para além desse aspecto, evidenciamos, nessa pesquisa, o processo de soterramento da presença judaica, à época da ocupação da ribeira do Acaraú perpassando pela contemporaneidade. Em suma, o estudo esteve centrado na compreensão das circunstâncias e sentidos atribuídos àqueles que consideram a origem judaica embebida de uma mácula do “sangue impuro”. Desse ponto de vista, faz parte do trabalho investigativo do sociólogo lembrar a sociedade sobre aquilo que a forçaram esquecer, pois diante da possibilidade de repararmos uma injustiça, é importante contribuirmos para o rompimento dos ciclos “incivilizados”, levando-o ao desuso, para que se reiniciem e ressignifiquem os símbolos religiosos identitários, evidenciando a violência dos rótulos estigmatizantes e etnocêntricos contra pessoas, suas crenças e culturas.

Dirigindo a um entendimento menos falseado da pesquisa, vislumbramos que a memória é um instrumento performativo, não sendo um mero acúmulo de tudo que aconteceu no passado. Appropriada desta assertiva, compreendo que a memória é antes um dispositivo político, capaz de determinar e contribuir no processo de desenvolvimento da individualização social, visto que o desenvolvimento não ocorre na abstração.

Como o leitor pôde constatar, nessa pesquisa, acompanhei também o percurso de algumas famílias nascidas na região norte do Ceará, especificamente no município de Sobral e áreas circunvizinhas, acerca do processo de certificação da cidadania portuguesa via judeu sefardita. Alguns já haviam conseguido o reconhecimento internacional de suas origens, de modo que outros estão aguardando a análise de seus processos. Com o deferimento da documentação pelos órgãos competentes, mediante comprovação do laço consanguíneo com os judeus sefarditas do período inquisitorial, os descendentes adquirem o reconhecimento e a garantia à cidadania portuguesa. Ficou claro que a maioria dos descendentes analisados que provaram o elo com os judeus perseguidos, tiveram por motivação o gozo das benesses aos cidadãos europeus. A questão da reparação histórica, identificação e o sentimento de pertença ao ancestral judeu nem ao menos foi cogitada e levada em consideração, ficando evidente a motivação em virtude das vantagens conferidas ao novo cidadão português.

Apontando uma melhor compreensão histórica, achamos pertinente analisar o contexto alemão, no período que se avizinhava a Segunda Guerra Mundial e o nazismo. Segundo Norbert Elias (2001), de maneira geral, os judeus tinham uma característica em particular: não admitir a possibilidade de sua própria “inferioridade” e rejeição social, uma vez que não havia um sentimento grupal de reação violenta, sendo raros os segmentos que decidiam se rebelar.

Para Elias (2001, p. 84) “Os judeus deveriam ser cegos, mas o que cegou a maioria foi eles viverem bem”. O autor enfatiza que a postura passiva dos judeus, em parte pode ter favorecido o avanço e estabelecimento do holocausto nazista na era moderna. Ao analisar o contexto alemão, Elias (2001, p. 84) nos diz que: “se os judeus tivessem tomado consciência do quanto as camadas médias e superiores da sociedade alemã estavam impregnadas de antissemitismo, teriam perdido uma boa parte de sua sensação de segurança”.

Refletindo sobre a linha do tempo, é interessante notar que a resistência e guerrilha dos judeus ocorridas, por exemplo, durante o “Levante do Gueto de Varsóvia”, na Polônia então dominada pelos nazistas, entre 1941 e 1943, foi um verdadeiro ponto fora da curva, ou o início de uma reação simbólica contra novos e velhos inimigos da tradição judaica, o que certamente desembocou nas pressões para a fundação do Estado de Israel no período pós Segunda Guerra Mundial, em 14 de maio de 1948. Considerando a promessa feita por muitos judeus ao fim da Segunda Guerra, de que jamais aceitariam serem oprimidos novamente por qualquer ideologia, povo ou nação, percebe-se que poucas décadas após o holocausto nazista, o Exército de Israel é um dos mais numerosos, tecnológicos e poderosos do mundo atual.

Foi ainda objeto de análise a principal rota que os judeus percorreram ao aportarem no sertão cearense, passando ao longo do percurso por uma rota talhada em pedra com símbolos e motivos judaicos, o qual serviu de localização, orientação e direcionamento, que levava ao encontro de um local seguro e distante dos agentes inquisitoriais. O lugar se situa nas cercanias da fazenda Sobradinho em Sobral. Analisamos o objeto na perspectiva de sua fabricação e construção, o mapa tanto nos leva a inventar como a descobrir novas perspectivas do agente que: “inventa e descobre”, sendo a agência social baseada nessas duas perspectivas, assim também a ordem das ideias deixa de ser algo que descobrimos e passa a ser algo que construímos. Além disso, as exigências dessa construção incluem sua correta equiparação com a realidade externa (TAYLOR, 1997, p.191).

As práticas e costumes perpetuados pelas famílias analisadas, apresentam estreita relação com as práticas próprias do judaísmo, estão presentes não somente na religião, mas são extensivos aos ritos matrimoniais, culinária, objetos simbólicos, ritos fúnebres e linguística. Porém, com base nos próprios sentidos e significados expressados pelas famílias analisadas, não seria possível atribuímos ou sustentarmos nenhuma relação entre as suas práticas culturais com reminiscências judaicas antigas. Sob outro viés, é precipitado apontar conclusões determinantes, descartando algumas possibilidades tangíveis sobre os cristãos-novos que viveram na região metropolitana de Sobral. À luz dessa constatação, é necessário um estudo investigativo mais acurado para entendermos com maior rigor científico as razões do

apagamento da tradição e historiografia judaica das práticas e anais da história do sertão cearense. E então, os cristãos-novos não praticaram o judaísmo em segredo? E os costumes foram ressignificados como método de camuflagem e sobrevivência!?

Concluimos, à luz de aportes teóricos que tratam da historiografia e genealogia judaicas, que muitos cristãos-novos não tiveram outra escolha que não fosse a adaptação e integração às novas condições impostas pela sociedade receptora, mesmo às custas do apagamento de suas crenças e hábitos, tendo até mesmo que omitir a própria identidade. Como diria Bauman (2005), todos almejam algo que seja real e que se sustente, porém, uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha.

Sabemos que não se pode recuperar as coisas exatamente como foram um dia, mas podemos e devemos expressar que o Tribunal do Santo Ofício e seus seguidores cometeram vários crimes em nome de doutrinas fajutas disfarçadas de religião, mas compreendemos que o simples ato de comunicar um fato guardado nos subterrâneos da história, evidencia o conhecimento de parte da história da formação do Brasil Colonial, especialmente do Ceará. No contexto da região metropolitana de Sobral, busquei partir de um eixo temático ainda pouco estudado e debatido pela comunidade acadêmica da região, e, por conseguinte, desconhecido por grande parcela da população cearense.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **O Sertão**. In: Capítulos de história colonial (1500-1800). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ARAGÃO, Jarbas Cavalcante. **Colonização do nordeste: Os Ximenes de Aragão no Ceará**. Editora Laudes S.A. Rio de Janeiro, 1969.
- ARAÚJO, Francisco Sadoc. **Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú**. Fortaleza, Gráfica editorial cearense It, 1991.
- ARAÚJO, F. Sadoc de. **Cronologia Sobralense – Séculos XVII e XVIII – 1604-1800**. Fortaleza: Edições ECOA, 2015.
- ARAUJO, Edcarlos da S. & RODRIGUES, Jaiana K. **História de vida do Capitão-Mor José de Xerez a partir de documentos escritos**. Sobral-Ce (1722-1797) Edcarlos da Silva Araujo e Jaiana Kelly Rodrigues. Acesso: <https://www.uece.br> > anais > trabalhos_completos.
- ALMEIDA, Nilton Melo. **Judeus no Ceará (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Intermeios, 2016.
- ALMEIDA, Nilton Melo. **Cristãos-novos, seus descendentes e Inquisição no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.
- BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão Biográfica**. In: Razões Práticas: sobre a teoria da ação (p. 74-82). Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O camponês e seu corpo**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 83-92, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. In: Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.

BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado**: Elementos para uma teoria sociológica da religião. 4ª ed., São Paulo: Paulus, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial em Portuga e Brasil Colônia**: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARVALHO, António Carlos. **Os judeus do desterro de Portugal**. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.

CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da Fé**: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4. Ed. São Paulo, Contexto, 1999.

CAVALCANTE, José Vicente Franca. Notas para a História de Sobral. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, ano XXIII, p. 160-178, 1909. Disponível: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1909/1909NotasparaHistoriadeSobral.pdf>. Acesso: 20 julho 2019.

CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. João Pessoa: GREM, v. 4, n. 12, p. 350-357, dez./2005.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: entre incertezas e inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002.

Cap 133 - **O discurso de José de Xeres Furna Uchoa** (23.02.1974 pg 2) ARQUIVO: Cúria Diocesana de Sobral Livro 1973.

Cap 134 - **A fixação do Homem em Sobral e na Zona Norte** (02.03.1974 pg 2) ARQUIVO: Cúria Diocesana de Sobral Livro 1973

Cap 136 - **Quem foi realmente José de Xerez Furna Uchoa?** (16.03.1974 pg 2) ARQUIVO: Cúria Diocesana de Sobral Livro 1973

Cap 147 - **O sonho de José Xerez Furna Uchoa - O café** (24.08.1974 pg 2) ARQUIVO: Cúria Diocesana de Sobral Livro 1975

Cap 392 - **Os judeus em Sobral** (21.07.1979 pg 2) ARQUIVO: NEDHIS-UVA

Cap 403 - **Os judeus e a nossa economia II** (20.10.1979 pg 6) ARQUIVO: NEDHIS-UVA

Cap 407 - **Os judeus e a Várzea do Pinto III** (01.12.1979 pg 3) ARQUIVO: NEDHIS-UVA

Cap CDXXXIII - **A influência dos judeus na formação socioeconômica de todo o Ceará** (06.09.1980 pg 3 e 4) ARQUIVO: Cúria Diocesana de Sobral Livro 1980

Cap CDLXXII - **Ainda os judeus em Sobral** (12.09.1981 pg 4) ARQUIVO: NEDHIS-UVA

Cap CDXLII - **A vinda dos judeus para o nordeste e para o Ceará** (22.05.1982 pg 3 e 4) ARQUIVO: Cúria Diocesana de Sobral Livro 1982.

Certidão de Óbito. José Xerez Furna Uchoa. Sobral-CE, 1797. Certidão de Casamento – José Xerez Furna Ochoa/Rosa de Sá Oliveira. Sobral-CE, 1747.

CERTEAU, Michel de. **O tempo das histórias**. In: a Invenção do cotidiano. PETRÓPOLIS, Vozes, 1994, pg 151-166.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo. Moderna, 2005.

CUNHA, D. Luís da. **Testamento Político** (1748). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CUNHA, D. Luís da. **Instruções Inéditas de D. Luís da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho**. Editora: Imprensa da Universidade, Portugal, 1929.

Criação da Villa de Sobral. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, ano V, p. 109-120, 1891.

<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1891/1891CreacaodaVilladeSobral.pdf>. Acesso: 25 julho 2019.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976. ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

DICIONÁRIO SEFARADI DE SOBRENOMES. Organização: Guilherme Faiguenboim, Ana Rosa Campagnano e Paulo Valadares. Rio de Janeiro, 2020, editora: Sefer.

DUNNING, Eric. Elias e a sociedade: habitus, figurações, poder e processo. **Cadernos de Estudos Sociais** - Recife, v.25, n°1, p.11-20, 2011.

ECO, Umberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Portugal: Gradiva, p. 7-35, 2011.

EIGER, Elaine & VALENTE, Luize. **A Estrela Oculta do Sertão**, direção de Elaine Eiger e Luize Valente, 2005, DVD. Duração: 2:49.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. Trad. brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1990.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Michael Schoter (Org.). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Sussekind. Prefácio: Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer**. São Paulo, Perspectiva, 1978.

FEIJÃO, Falb. **Família Feijão, genealogia**. Publicada no blog Sobrarte, ano 2012, autor Falb Feijão. Disponível em: <http://sobrarte.blogspot.com/2012/01/familia-feijao.html>. Acesso em: 13/04/2021.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da Consciência**: Igreja e Inquisição no Brasil (Nordeste 1640-1750). Alameda; Phoebus: São Paulo, 2007.

FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia, a história." In: Microfísica do Poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck. (Org.). **Negros e mulatos senhores de cabedais na ribeira do Acaraú**. História de negros no Ceará. 1ed. Porto Alegre: Fi, 2020, v., p. 197-216.

FRADE, Florbela Veiga. **As Relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas**: O Trato e a Família, 1532-1632. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Departamento de História, 2006.

FREITAS, Nilson Almino de. **Artes e práticas urbanas: por uma teoria do movimento e das tensões na cidade**. In: Seminário: História, cultura e cidade, Fortaleza, 2005.

FREITAS, Nilson Almino de. **Pesquisa social: dilemas da “arte” de produzir o conhecimento científico**. Mimeo, 2000.

FROTA, Francisco Marialva Mont'Alverne. Vila Distinta e Real de Sobral. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, ano LXXXVII, p. 117-196, 1973.

Disponível:

<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1973/1973VilaDistintaRealSobral.pdf>. Acesso: 20 maio 2018.

GARCIA, Regina Leite. **Para quem investigamos- para quem escrevemos**: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. In: Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais. Antônio Flávio Moreira... [et. al.]; 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais em teoria social**: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2018.

GINZBURG, Carlos. **Os andarilhos do bem**: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GORENSTEIN, Lina. Ter origem judaica era sinônimo de culpa?. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**: Dossiê Inquisição. Ano 7, nº 73, outubro de 2011.

GLASMAN, Jane. **Presença Judaica na Língua Portuguesa; Expressões e Dizeres Populares em Português de Origem Cristã-Nova ou Marrana**. (Disponível em www.arquivojudaicope.org.br, acesso em 15/09/09).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. São Paulo, 1891.

GORENSTEIN, Lina. **Cristãos-novos, identidade e Inquisição (Rio de Janeiro, século XVIII)**, [publicado em 2012]. Disponível em: WebMosaica revista do instituto cultural judaico marc chagall v.4 n.1 (jan-jun) 2012.

GRINBERG, Keila. **Os judeus no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Marcelo Miranda. **Há Restauração para os Marranos e Cristãos-Novos Brasileiros, os separados da Casa de Israel?** Belo Horizonte, MG, Abradjin, 2001.

GUIMARÃES, Marcelo. **A Troca de Nomes, a Antroponímia da Sobrevivência**. (Disponível em www.ensinandodesi.org.br, acesso em 20/05/08).

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Vértice, São Paulo, 1990.

HANSEN, G. L.; VENTURA CORRÊA, J. R.; CORRÊA LOPES FILHO, O. (2012). A tradição inquisitorial brasileira. Confluências | **Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito**, 13(2), 55-74. <https://doi.org/10.22409/conflu13i2.p304>.

HEINICH, Natlhalie. **A sociologia de Norbert Elias**. 1. ed. portuguesa. Lisboa: Atividades Editoriais, 2000.

HEINICH, Natthalie. **Cinco incompreensões do pensamento de Norbert Elias**. (Tradução por Marília Bueno) Blog do Labemus, 2020. [publicado em 26 de novembro de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/11/26/cinco-incompreensoes-do-pensamento-de-norbert-elias-por-nathalie-heinich>.

IBIAPINA FILHO, Francisco Ximenes. **Os Ximenes de Aragão e suas Origens**, Brasília, 2003.

INQUISIÇÃO – **No rastro dos amaldiçoados**. O Povo, ano LXXXIII, n.º 27.392, 23/5/2010. Fortaleza,

INQUISIÇÃO – **No rastro dos amaldiçoados**. O Povo, ano LXXXIII, n.º 27.419, 19/6/2010. Fortaleza,

INQUISIÇÃO – **No rastro dos amaldiçoados**. O Povo, ano LXXXIII, n.º 444, 14/7/2010. Fortaleza

KAUFMAN, T. N. Passos Perdidos, História Recuperada. **A presença judaica em Pernambuco**. 4. Ed, Recife. Editora Bagaço, 2000.

KEHL, Maria Rita. **Função fraterna**. Org: Maria Rita Kehl. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. ISBN 85-7396-394-8. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **Lembrando Norbert Elias**. Textos de História, Brasília, v. 7, n. 112, p. 27-58, 1999.

LEAL, Vinícius Barros Leal. **Os cristãos-novos na formação da família cearense**. In Revista do Instituto do Ceará, tomo LXXXIX, ano 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1988.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Coleção Pensadores & Educação – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Branca Dias: Tomo I**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2016.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Branca Dias, tomo 1**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2016.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Branca Dias, tomo 2**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2016.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Branca Dias, tomo 3**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2016.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **O crime de Simões Colaço**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **O legado do rabino Abraham Senior**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Branca Dias**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2009.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Albuquerque: a herança de Jerónimo, o Torto**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2013.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Liras: o nome e o sangue, uma charada familiar no Pernambuco colonial**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2013.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Os Lucenas**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2014.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. **Carneiros de Ruy Capão de Portugal e do Nordeste e do Sul do Brasil**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2015.

LINHARES, Padre Fortunato Alves. Notas Históricas da cidade de Sobral. **Revista do Instituto Histórico do Ceará, Fortaleza, ano XXXVI**, p. 254-293, 1922. Disponível: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1922/1922NotasHistoricasdaCidadedeSobral.pdf>. Acesso: 29 junho 2018.

LINHARES, Manoel do Nascimento Alves. Traços biográficos do capitão-mor José Xerez de Furna Uchôa, o introductor do café no Ceará. **Revista do Instituto Histórico do Ceará, Fortaleza, ano XV**, p. 68-76, 1901.
Disponível em:
<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1901/1901-TracosBiograficosdeJoseXerez.pdf>. Acesso: 30 junho 2018.

LIRA, João Mendes. **A escravatura e a abolição dos escravos em Sobral**. Sobral s. ed., 1981.

LIRA, João Mendes. **A presença dos judeus em Sobral e circunstâncias e a dinamização da economia sobralense em função do capital judaico**. Sobral, Imprensa Universitária UVA, 1988.

Livro de Provimientos da Câmara de Sobral. Provimiento 1. **Sobre o estabelecimento de Patrimônio de Câmara nas terras das serras de Meruoca e Uruburetama**. NEDHIS/UVA.

NEDHIS. Fórum Municipal de Sobral. Processo. Inventário Pós Mortem de José Xerez Furna Uchoa José Xerez/ Rosa de Sá Oliveira. Sobral-CE, 1826.

NEDHIS. Artigo de jornal. “O Heroe da Meruóca”. Apolônio Nobrega. S.n.t

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A teoria do jogo de Norbert Elias e as interdependências sociais: um exercício de aproximação e envolvimento. **CONEXÕES**: Campinas, v.1, n° 1, p. 1- 113, 2003.

In: GRINBERG, K. (Org.). **Marranos e a Inquisição**: sobre a Rota do Ouro em Minas Gerais. Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 161-199.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MACHADO, Roberto. **Zaratustra, tragédia nietzschiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 2002.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final o século XX ao nível mundial**. In.: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1991, n. 34, pp. 197 – 221.

MALINOWSKI, Bronislaw C. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Tradução Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MENDA, Nelson. **Costumes Brasileiros “Importados” do Judaísmo**. (Disponível em <http://eduplanet.net/mod/forum/discuss.php>, extraído do Jornal Alef – SP, acesso em 25/09/09).

MERLEAU-Ponty, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MESQUITA, M. M. P. **Ocupação e distribuição de sesmarias nos rios Groaíras, Jacurutu e Macaco no século XVIII**. In: XVI Encontro Estadual de História do Ceará. História pública e democracia, 2018, Fortaleza.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo**: contexto de observação, interação e descoberta. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (Orgs.) 34. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NOBRE, Renarde Freire. **Weber, Nietzsche e as respostas ética à crítica da modernidade**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 26(1): 53-86, 2003.

NOVISKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia**. São Paulo, Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Adriana Santos de. **Pecuária, agricultura, comércio**: dinamização das relações econômicas no termo da vila de Sobral (1773-1799) – 2015. Publicado na dissertação de mestrado.

OZ, Amós, & OZ-SALZBERGER, Fania. **Os judeus e as palavras**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Os Xerez. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, ano XXXII, p. 59-61, 1918. Disponível:<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1918/1918-OsXerez.pdf>. Acesso: 19 junho 2019.

PINHEIRO, Marjones Jorge Xavier. **Morte e judaísmo**: Transformações ao longo do tempo em Pernambuco, 2012, 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

ROLIM, F. C. **Dicotomias Religiosas: Ensaio de sociologia da religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SANTOS, JH. **Existentes, mas não cidadãos**: o status jurídico dos judeus no Brasil Holandês (1630- 1654). In LEWIN, H., coord. **Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 47-67. ISBN: 978-85-7982-016-8. Available from SciELO Books . <http://books.scielo.org>.

SARAIVA, JOSÉ H. - Lições de Introdução ao Direito, Lisboa, 1963. SAUER, WILHELM - Juristische Elementarlehre, Basileia, 1944. TELLES JUNIOR, GOFFREDO - Filosofia do Direito, São Paulo, 1965.

SCHLUCHTER, W. (1981), **A ascensão do racionalismo ocidental**: a história do desenvolvimento de Max Weber. Berkeley, University of California Press.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. São Paulo: Difel, 1979.

SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SIMMEL, George. **A Metrópole e a Vida Mental**. In: VELHO, Otávio (org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Vozes, 2000.

SILVA, Marco António Nunes da. “**As rotas de fuga: para onde vão Os filhos da nação?**” In VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LAGE, Lana (orgs.). *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

SIQUEIRA, Sonia A. O Poder da Inquisição e a Inquisição como Poder. **Revista Brasileira de História das Religiões** – Dossiê Identidades Religiosas e História. São Paulo, ano I, n. 1, p. 84-93, 2008.

SOBREIRA, Caesar. **Nordeste semita: ensaio sobre um certo Nordeste que em Gilberto Freyre também é semita**. São Paulo: Global, 2010.

SOUZA, Ésio de. **Capitão-Mor**. José de Xerez Furna Uchoa/ O homem e seu tempo 1722-1797. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Irmandade e Festa. Rosário dos pretos de Sobral (1854-1884)**. 01. ed. Fortaleza: Edições NUDOC/Expressão Gráfica e editora, 2007. v. 01. 146p.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Índios, missionários e colonos no norte da capitania do Ceará: encontros e confrontos**. Índios, missionários e colonos no norte da capitania do Ceará: encontros e desencontros. v.5ed.Sobral: Sertão Cult/UVA/outras Histórias, 2019, v. p. 119-138.

STUDART, Guilherme (**barão de**). **Moradores do Ceará no Tribunal do Santo Ofício**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t. 40, p. 204-209, 1926.

Mott, Luiz. A Inquisição no Ceará. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, Vol. 16/17, n: 1/2. 1985.

TABOSA, Francisco Muniz. **O judeu, Israel e a História**. Fortaleza, Premium, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Termo da criação da Vila de Sobral (1773). In: AMARAL, Alberto. Para a história de Sobral. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, ano XLV, p. 123-132, 1931. Disponível: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1931/1931ParaaHistoriadeSobral.pdf>. Acesso: 28 maio 2019.

QUINTANEIRO, Tania. **Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria de Nobeit Elias**. Belo Horizonte, MG: Argymentvm, 2010.

UNITÁRIO, 1959. **Portal da História do Ceará**. Manoel do N. Alves Linhares. Disponível: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=33203&catid=447&Itemid=101. Acesso: 10 janeiro de 2020.

VALADARES, Paulo. **A Presença Oculta**. Genealogia, Identidade e Cultura Cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX. Fortaleza, Fundação Ana Lima, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico de Pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VAINFAS, Ronaldo. **Jerusalém colonial**. Judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **A Inquisição e o cristão-novo no Brasil Colonial**. In <https://www.catedra-alberto-benveniste.org> v. 1, p. 143-160. EXPOSIÇÃO 500 ANOS DE BRASIL NA BIBLIOTECA NACIONAL. Módulo: A Inquisição e o cristão novo no Brasil Colonial.

VENTURA, Jacqueline Passy. **Leilui Nishmat**: em elevação de sua alma e os judeus de sinal. São José do Rio Preto, SP: Serifa Editora e Comunicação, 2021.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **A Inquisição e o Sertão**: ensaios sobre ações do Santo Ofício no Ceará. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2008.

WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança. Labirintos Marranos**. Lisboa, Editorial Caminho, 2009.

WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança. Labirintos Marranos**. Cultura [Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 10 outubro 2013, consultado a 25 agosto 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/905>.

WAITZBERG, Samy. **Branca Dias**: Identidade, perseguição, resistência – Direção, roteiro e edição: Samy Waitzberg. Filmado em Fortaleza e Recife, 2019. Fonte: <https://youtu.be/4eodpT6Jnyw>.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Zahar Editores, 1996.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2000.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Ética econômica das religiões mundiais**: ensaios comparados de sociologia da religião: vol. 3, o judaísmo antigo. Petrópolis, RJ, Vozes, 2019.

ANEXO A - O OLHAR DE UM GENEALOGISTA

Nelson Filho, natural de Sobral, genealogista, formado em Teologia Judaico Cristã em Jerusalém, professa judaísmo messiânico. Cidadão português e espanhol.⁶⁸ Porém, salientou que não tem religião, pois o próprio Jesus não tinha religião definida. O livro sagrado que usa e considera um filtro é a Torá, os 5 livros do pentateuco.

Nelson, lembrou um segredo familiar perpassado por gerações, contado pela sua bisavó. Ela dizia que os seus pais a revelaram quando tinha apenas oito anos de idade que sua família tinha origem judaica, proveniente da “tribo de Levi” e que a mesma jamais poderia revelar, sob pena da sociedade considerá-la portadora de sangue maldito de um povo que matou Jesus.

Particularidades recorrentes nos documentos para certificação via judeu sefardita – aspecto a ser trabalho na pesquisa.

- ✓ Casamentos endogâmicos, consanguíneos (preservação da tribo; Torá – Levirato; remonta a Salomão (não se misturar com mulheres estrangeiras para não assimilar práticas heréticas);
- ✓ Mudanças, misturas nos sobrenomes (não confere muita credibilidade na mudança de sobrenome base em animais e vegetais) Maior credibilidade na interligação de gerações, linca o nome a região do requerente;
- ✓ Parte da população do norte do Ceará descende das 7 irmãs⁶⁹;

⁶⁸ O **Judaísmo Messiânico** é a vertente que crê em *Yeshua* (Jesus).

São comunidades religiosas formadas por judeus e não judeus que têm por característica principal a crença em *Yeshua* (Jesus), como o *Mashiach* (Messias) prometido ao povo judeu. Como não há uma organização que centralize essas comunidades, comumente acontecem divergências de opiniões que acabam por fazer com que se isolem uma das outras. Possuem vínculo de apoio ao Estado de Israel, mas nenhuma ligação com as Associações, Federações ou Confederações Israelitas. Na visão judaica tradicional os “judeus messiânicos” são considerados cristãos, mesmo quando nascidos de mãe judia. Os “rabinos messiânicos” geralmente têm formação rabínica através de alguma **Yeshivah** (seminário rabínico messiânico), não passam por um *Beit Din* (Tribunal Rabínico). Fonte: Wikipédia.

⁶⁹ Pode-se afirmar que grande parte das famílias sobralenses descende das Sete Irmãs. **Brites de Vasconcelos** que foi trineta do nobre holandês Arnaud de Holanda e de sua mulher Brites Mendes de Gois e Vasconcelos, casou-se com **Francisco Vaz Carrasco** e deste casamento nasceu Manuel Vaz Carrasco que casou-se em Goiana com Luzia de Sousa, aproximadamente em 1705.

Manuel Vaz Carrasco ficou viúvo e mudou-se para a Ribeira do Acaraú, casando-se em segundas núpcias e faleceu em Granja, local onde se acham sepultados ele e a sua segunda esposa. **Manuel Vaz Carrasco é conhecido como o Pai das Sete Irmãs e dele descendem várias famílias em Acaraú, Bela Cruz, Sobral, Santana do Acaraú, Palma, Santa Quitéria, Granja, Ipú, Tamboril e outras cidades.**

Pe. Francisco Sadoc de Araújo escreve: "A família Carrasco é de bom sangue e possui braço de armas do século XVII, sinal de nobreza e alta linhagem. As bases genéticas de grande parte da população branca da Ribeira do Acaraú, através dos Carrasco, tem ligação direta com a nobreza da Holanda, Portugal e Espanha. Quais sete colinas romanas, foram as

- ✓ Processo em que 7 irmãos adotaram cada um sobrenome diferente para driblar inquisição;
- ✓ Somente sobrenome SIQUEIRA, permanece inalterado do começo ao fim na linhagem genealógica. Partindo do Cristão-novo em 1700 até os dias atuais.

Costumes do avô de Nelson que lembram o judaísmo:

- ✓ Bebia vinho toda sexta-feira (KIDUSH – vinho antes do jantar. O Shabat começa com palavras de louvor sobre o vinho, para cumprir o versículo: “Lembra-te do dia do Shabat para santificá-lo”.
- ✓ Não cobrava juro dos irmãos, só dos de “fora”. (Weber correlaciona ao “povo pária”).

A maioria dos requerentes ingressam com o pedido de cidadania portuguesa via judeu sefardita tendo por motivação o passaporte⁷⁰, status, direito ao visto americano⁷¹, livre acesso aos países da Europa. Segundo Nelson conversa muito com os requerentes a respeito de priorizarem o conhecimento sobre o legado dos antepassados, sua história, cultura, estudo da torá e língua hebraica, estes são aspectos mais importantes.

- ✓ Número de pessoas certificadas na região norte do Estado do Ceará no período 2017 a 2022: 526 certificados
- ✓ Número de processos em andamento: 100

Linhagem de algumas famílias certificadas da região norte do estado do Ceará:

LINHARES, ARRUDA, XIMENS DE ARAGÃO, COELHO, FEIJÃO, SIQUEIRA, FROTA, GOMES PARENTE, FERREIRA (cidade Marco), SABÓIA, VASCONCELOS, LEÃO (Ascendência), LEITÃO, PRADO, FEIJÓ, MADEIRA, MATOS, MAIA, MAGALHÃES, PAIVA (Bela Cruz), SILVA, FIGUEIREDO, GUIMARÃES (O Talmud nos diz que a palavra Guemará se refere a tradição oral e estudo).

Sete Irmãos o terreno fecundo em que se assentaram os alicerces sanguíneos da civilização nobre e cristã desta pequena porção da gleba cearense."

Fonte: <https://www.geni.com/people/Manoel-Carrasco-e-Silva/6000000013764109057>.

⁷⁰ Portugal faz parte do programa de isenção de visto aos EUA, estadia não pode ultrapassar 90 dias.

⁷¹ Visto E2 pode ser concedido para aqueles que têm cidadania de países membros do Tratado de Navegação e comércio com os Estados Unidos. Em breve, Portugal deve fazer parte da lista de países elegíveis para essa modalidade de visto. Já o visto americano B1/B2 para cidadãos portugueses, diferentemente dos brasileiros, Portugal possui um acordo bilateral com EUA para permitir que os cidadãos portugueses ingressem em território norte-americano sem a necessidade de um visto de turista ou de negócio.

**ANEXO B - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DECRETO-LEI N.º 30-A/2015 DE 27 DE
FEVEREIRO**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 30-A/2015

de 27 de fevereiro

Designam-se de judeus sefarditas, os judeus descendentes das antigas e tradicionais comunidades judaicas da Península Ibérica.

A presença dessas comunidades na Península Ibérica é muito antiga, sendo mesmo anterior à formação dos reinos ibéricos cristãos, como sucedeu com Portugal a partir do século XII.

Tendo essas comunidades judaicas, a partir de finais do século XV e após o Édito de Alhambra de 1492, sido objeto de perseguição por parte da Inquisição espanhola, muitos dos seus membros refugiaram-se então em Portugal.

Porém, o rei D. Manuel, que inicialmente havia promulgado uma lei que lhes garantia proteção, determinou, a partir de 1496, a expulsão de todos os judeus sefarditas (também conhecidos por marranos) que não se sujeitassem ao batismo católico. Assim, numerosos judeus sefarditas foram expulsos de Portugal nos finais do século XV e inícios do século XVI.

De modo geral, estes judeus peninsulares estabeleceram-se, entre outros, em países como a Holanda, o Reino Unido e a Turquia, bem como em regiões do Norte de África e, mais tarde, em territórios americanos, nomeadamente no Brasil, Argentina, México e Estados Unidos da América (EUA).

Apesar das perseguições e do afastamento do seu território ancestral, muitos judeus sefarditas de origem portuguesa e seus descendentes mantiveram não só a língua portuguesa, mas também os ritos tradicionais do antigo culto judaico em Portugal, conservando, ao longo de gerações, os seus apelidos de família, objetos e documentos comprovativos da sua origem portuguesa, a par de uma forte relação memorial que os leva a denominarem-se a si mesmos como «judeus portugueses» ou «judeus da Nação portuguesa».

Com a «conversão em pé», denominação pela qual ficou conhecida a conversão forçada dos judeus, decretada por D. Manuel, deixaram, então, de existir oficialmente judeus em Portugal, e apenas cristãos-velhos e cristãos-novos, sendo que esta nova denominação de cristãos-novos escondia a origem judaica.

Durante o período da Inquisição muitos desses cristãos-novos e judeus portugueses conseguiram escapar e sair do Reino, estabelecendo-se em algumas regiões do Mediterrâneo (Gibraltar, Marrocos, Sul de França, Itália, Croácia, Grécia, Turquia, Síria, Líbano, Israel, Jordânia, Egito, Líbia, Tunísia e Argélia), norte da Europa (Londres, Nantes, Paris, Antuérpia, Bruxelas, Roterdão e Amesterdão), Brasil, Antilhas e EUA, entre outras, aí criando comunidades de grande renome e fundado sinagogas notáveis, tais como a Sinagoga Portuguesa de Amesterdão, a Sinagoga Shearith Israel de Nova York, a Sinagoga Bevis Marks de Londres, a Sinagoga de Touro em Newport (Rhode Island - EUA), a Sinagoga Portuguesa de Montreal e a Sinagoga Tzur Israel em Recife.

No início do século XIX regressaram a Portugal alguns descendentes de judeus sefarditas que se tinham refugiado em Marrocos e Gibraltar, tendo, em 1801, sido criado o primeiro cemitério judeu moderno, junto ao cemitério inglês em Lisboa, e, em 1868, por alvará de D. Luís, sido concedido aos «judeus de Lisboa a permissão de instalar um cemitério para a inumação dos seus correligionários», o atual cemitério da Rua D. Afonso III, em Lisboa.

Ainda hoje, em muitos dos apelidos de famílias judaico-sefarditas, conserva-se a matriz portuguesa, embora, nalguns casos, esteja misturada com a castelhana.

Na diáspora da Holanda e Reino Unido subsistem, entre outros, apelidos de família como: Abrantes, Aguilar, Andrade, Brandão, Brito, Bueno, Cardoso, Carvalho, Castro, Costa, Coutinho, Dourado, Fonseca, Furtado, Gomes, Gouveia, Granjo, Henriques, Lara, Marques, Melo e Prado, Mesquita, Mendes, Neto, Nunes, Pereira, Pinheiro, Rodrigues, Rosa, Sarmento, Silva, Soares, Teixeira e Teles.

Já na diáspora da América Latina mantêm-se, por exemplo, também entre outros, os apelidos: Almeida, Avelar, Bravo, Carvajal, Crespo, Duarte, Ferreira, Franco, Gato, Gonçalves, Guerreiro, Leão, Lopes, Leiria, Lobo, Lousada, Machorro, Martins, Montesino, Moreno, Mota, Macias, Miranda, Oliveira, Osório, Pardo, Pina, Pinto, Pimentel, Pizarro, Querido, Rei, Ribeiro, Salvador, Torres e Viana.

Para além disso, noutras regiões do Mundo, existem igualmente descendentes de judeus sefarditas de origem portuguesa que conservam, para além dos acima indicados, entre outros, os seguintes apelidos: Amorim, Azevedo, Álvares, Barros, Basto, Belmonte, Cáceres, Caetano, Campos, Carneiro, Cruz, Dias, Duarte, Elias, Estrela, Gaiola, Josué, Lemos, Lombroso, Lopes, Machado, Mascarenhas, Mattos, Meira, Mello e Canto, Mendes da Costa, Miranda, Morão, Morões, Mota, Mucada, Negro, Oliveira, Osório (ou Ozório), Paiva, Pilão, Pinto, Pessoa, Preto, Souza, Vaz e Vargas.

Para além dos apelidos familiares e do uso da língua portuguesa, designadamente nos ritos, há descendentes de judeus sefarditas portugueses que, ainda hoje, falam entre si o ladino, língua usada pelos sefarditas expulsos de Espanha e de Portugal no século XV, derivada do castelhano e do português e atualmente falada por cerca de 150 000 pessoas em comunidades existentes em Israel, Turquia, antiga Jugoslávia, Grécia, Marrocos e nas Américas, entre muitos outros locais.

O presente diploma vem permitir o exercício do direito ao retorno dos descendentes judeus sefarditas de origem portuguesa que o desejem, mediante a aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização, e sua integração na comunidade nacional, com os inerentes direitos e obrigações.

Foram ouvidos, a título facultativo, a Comunidade Israelita de Lisboa, a Comunidade Israelita do Porto, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Conselho Superior do Ministério Público, a Ordem dos Advogados, a Ordem dos Notários, a Câmara dos Solicitadores, a Associação Sindical dos Conservadores dos Registos e o Conselho dos Oficiais de Justiça.

Foi promovida a audição, a título facultativo, da Comunidade Judaica de Belmonte, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, da Associação Sindical dos Oficiais dos Registos e do Notariado, do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado da Região Norte, do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado da Zona Sul e Ilhas, do Sindicato dos Funcionários Judiciais, do Sindicato dos Oficiais de Justiça e da Associação dos Oficiais de Justiça.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 1/2013, de 29 de julho, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma procede à segunda alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2013, de 1 de abril, permitindo a concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, a descendentes de judeus sefarditas.

Artigo 2.º

Aditamento ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa

É aditado ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2013, de 1 de abril, o artigo 24.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 24.º-A

Naturalização de estrangeiros que sejam descendentes de judeus sefarditas portugueses

1 - O Governo pode conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas, quando satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) Sejam maiores ou emancipados à face da lei portuguesa;
- b) Não tenham sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a três anos, segundo a lei portuguesa.

2 - No requerimento a apresentar pelo interessado são indicadas e demonstradas as circunstâncias que determinam a tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, designadamente, apelidos de família, idioma familiar, descendência direta ou relação familiar na linha colateral de progenitor comum a partir da comunidade sefardita de origem portuguesa.

3 - O requerimento é instruído com os seguintes documentos, sem prejuízo da dispensa da sua apresentação pelo interessado nos termos do artigo 37.º:

- a) Certidão do registo de nascimento;
- b) Certificados do registo criminal emitidos pelos serviços competentes portugueses, do país da naturalidade e da nacionalidade, bem como dos países onde tenha tido e tenha residência, os quais devem ser autenticados, quando emitidos por autoridades estrangeiras;
- c) Certificado de comunidade judaica com estatuto de pessoa coletiva religiosa, radicada em Portugal, nos termos da lei, à data de entrada em vigor do presente artigo, que ateste a tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, materializada, designadamente, no apelido do requerente, no idioma familiar, na genealogia e na memória familiar.

4 - O certificado referido na alínea c) do número anterior deve conter o nome completo, a data de nascimento, a naturalidade, a filiação, a nacionalidade e a residência do requerente, bem como a indicação da descendência direta ou relação familiar na linha colateral de progenitor comum a partir da comunidade sefardita de origem portuguesa, acompanhado de todos os elementos de prova.

5 - Na falta do certificado referido na alínea c) do n.º 3, e para demonstração da descendência direta ou relação familiar na linha colateral de progenitor comum a partir da comunidade sefardita de origem portuguesa e tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, são admitidos os seguintes meios de prova:

a) Documento autenticado, emitido pela comunidade judaica a que o requerente pertença, que ateste o uso pelo mesmo de expressões em português em ritos judaicos ou, como língua falada por si no seio dessa comunidade, do ladino;

b) Registos documentais autenticados, tais como registos de sinagogas e cemitérios judaicos, bem como títulos de residência, títulos de propriedade, testamentos e outros comprovativos da ligação familiar do requerente, por via de descendência direta ou relação familiar na linha colateral de progenitor comum a partir da comunidade sefardita de origem portuguesa.

6 - Em caso de dúvida sobre a autenticidade do conteúdo dos documentos emitidos no estrangeiro, o membro do Governo responsável pela área da justiça pode solicitar, à comunidade judaica a que se refere a alínea c) do n.º 3, parecer sobre os meios de prova apresentados ao abrigo do disposto no número anterior.»

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de janeiro de 2015. - Pedro Passos Coelho - Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete - Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues - Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz - Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato - Luís Pedro Russo da Mota Soares.

Promulgado em 24 de fevereiro de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 26 de fevereiro de 2015.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Fonte: Diário da República, 1.ª série — N.º 41 — 27 de fevereiro de 2015.

ANEXO C - PARTE 1 - ORIGEM DO RIACHO GUIMARÃES

A CIDADE—QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1901.

CONTOS LIGEIROS

(Para a Cidade) XVI

A história, que os seus leitores aqui, nos leitores, não é original: fomos confiado pelo meu amigo Pancrezio, protagonista d'este conto, a quem unicamente cabe a responsabilidade, no caso de ser inverosímil o que elle narra.

Eu não acrescentaria uma virgula. Não julgamos de que têm, ser a criação esta da minha phantasia: não julgamos porque com frequência—não é modesto, seu, jamais, tive getto para semelhante coisa, nem tão pouco sei imaginar factos que nunca se realiseram.

Tenho a maior confiança na palavra sincera dos amigos (as das mulheres é que não confesso) e por isso eu disse acima, ser verdadeira a historia que venho de repetir aqui. Quando a senhora tocou chamada dos passageiros e o guarda abriu a portinhola que dá acesso á plataforma da egara, o nosso amigo Pancrezio sahio do salão de espera e foi tomar o comboio, que estava prestes a partir com destino á Victoria.

Tomaram o carro da frente, elle e uma desconhecida, sua companheira de viagem,—uma rapariga elegante, bem desenvolvida e sedida, que lhe parecia não accusar mais de quinze a dezasseis annos. E ella era, realmente, uma verdadeira pilla givancica, disposta da qual se tomava choque de morrer: era mesmo uma tentação ao encanto, uma graça. E que corpinho gracioso de Fada, que rolinha adorável, que sibilos... Nação, o meu amigo Pancrezio, tinha visto iguemas, me garanto, a ninguém conseguia faltar os milto tempo.

Que olhos... meu caro, que olhos!... Bem, sen' honra, dois ammosos assaetados leões e amorosos, que o apanhavam incompreendivelmente, pensando fundo no seu coração ardente e apaixonado: disse elle.

E, no entanto, vinham-lhe desejos de amar aquella creaturinha sympathica e fideia, a amar

multo, amar sempre, amar com todo o entusiasmo de sua Alma cheia de illuzões e esperanças.

A moça tomara passagem de 1. classe para Tiggis, continuou elle.

E o trem partiu, a principio de vagar n'uma cadencia suave e melódica, apressado depois mais ainda, galopando celer e desbragadamente, pelas sinuosas estradas, vestidas de ardores, vivrado, engulindo como serpente de ago os caminhos de barros que orlam a faldada dos montes, e assim vândo quasi n'uma carreira desmadada e infernal, ia instinte a instant, offerecendo as suas vias alegres e estrepadas, boitas passagens vivas, que o encantavam seriamente.

O sol risonho de Agosto, dorado e quente illuminava o céu azul puzimmo d'essa tarde, derdejando em cheio, os seus raios, através as portinholas envidraçadas dos vagões.

Passaros occultos nas densas ramagens das arvores, destilam do fundo da floresta, perfiduos de uma enxada impidi o melódico.

Além, a sembra agradável de um coqueiral distante, adiantam jarrys, e rólãs equilibrando-se, postadas nos fios telegraphicos, arrulham compassadamente.

Em uma orchestra esplendida de cantos, que lhe alegravam o peito.

Derrama-se ao ar delizosa frescura.

Dices fragancias destilhadas os campos, cedidos de boninas.

E o vento obedecendo sempre a marcha veloz do caminho de ferro, levava da ventada, n'uma revoadá londa, as folhas crepitantes e cadavericas, que se acamavam na verde pellicula que coberea a estrada, mudada pela fumaça e ondante poeira que se mistura com o fumo, que se exalava da machina.

O comboio parou n'uma estaçãozinha amarella, apinhada de gente.

«Atenas!... brados o conductor, percorrendo os curvas, reptiles de passageiros: quem salta?...»

E minutos depois, o trem partiu.

Desde que o Pancrezio tomou o comboio na estação Central, notou pois elle não tá tão ingrato, que a sua companheira não desviava

o olhar do seu semblante begiço e moreno, fitando-o, admirado, como se quizesse re-ahceilo.

Elle tambem não lhe pareceu de talo extrania.

Já uma vez, a havia visto,—fosse onde fosse,—e della, elle tinha uma recordação muito vaga.

Com isto pouco se preoccupou.

Mas, o que é facto, é que elle tambem a acarara, e com algum interesse, porque, em verdade (aquí para nós), a faz enadema-se bastante sympathica e cubiosa.

O Pancrezio cumprimentou-a com toda a affabilidade.

«Alegre sorriso borboletas instinctivamente nos labios de passageira, e ella correspondeu cortezinho-o repositivamente.»

«Agora, sim!...» disse elle consigo. Esta va como quera, tinha com quem «protegera durante a viagem, que se tornava já massante...»

E de facto,

Mudou de lugar e foi—sem mais aquella, se collocar junto a moça, e com uma veneração tal, que elle mesmo não sabe explicar.

«Acredite, meados, que lique, um tanto enfiado» com «aquillo,» só porque fora esta a primeira vez que tivera occasião de fallar com esta moçinha tão gentil e interessante que me impellia involuntariamente a perdicção.

O carro tinha approximadamente uns vinte a trinta passageiros.

A moça apparetoa bem a coisa: indagueu pela familia do Pancrezio, que ella nunca a viu, mas guarda esposa, sogra, filhos, e fructos que elle nunca possuio, todo parentesco existente e por existir: e a cada uma interrogação, elle sequestra sempre com a mesma phrasa monotona e arrastada: «vevi bem, muito obrigado...»

E tudo isto ella faz, simplesmente para não despertar a curiosidade dos passageiros maliciosos, com suspeitas que os pudessem comprometer.

E a palestra se tornou cada vez mais intima e amigavel.

Sentida alli, n'um dos singulos do «vagão» em cujo penumbra suare permaneciam enladrado n'um termo idyllo animadissimo, a

moça tratou sobre a patria valerosa, travou no regajo adoravel de sus sahinha verde de «surrah», e um volume do «Ester-Rosso» que ha tempo, o Pancrezio tinha desejado adoncio de adquirir.

Aprovitou o ensejo Pedrinho logo, que a emprestasse e facultando ella a conceder.

Passava em revista, ligeiramente, um dos capitulos d'essa esplendida novella, quando percebeu de momento, que o comboio parava abruptamente numa estação.

«Tiggis!...» gritou o chefe, abrindo a portinhola do carro.

A moça ergueu os olhos para fora do carro e empallideceu.

E se levantando d'assopeto, sahia a franceza—sem se despedir, por causa do marido que talvez, cheio de colera e de ciúme, fallava-lhe de uma das janellinhas abertas do «vagon.»

Não foi indugido pelo dito livro que se achava em poder do Pancrezio, ella respondeu-lhe muito serio, muito pallida e apparentemente contrariada.

Agora, que nos reavido: deixo o ficar na estação quando tomar o trem.

E o seu marido nada lhe respondeu.

Elle então apou-se e desapareceu no meio dos passageiros, que saltavam através de malles.

Em todo caso, para não ser indiciado, e receoso ainda de que o captatore qualquer conto o meu amigo occulto, o livro de baixo do seu guarda póo continou a viagem, lendo o «aprendizagem.»

Quando chegou em Jabonão, tinha devorado a obra: tinha a queita pagina deo delizioso volume.

...

«Eis ahí como conseguio o Pancrezio ler pela primeira vez o «Ester-Rosso» de «Gautier.»

E se não o entregou logo a moça, assim que ella d'elle se retirou, foi porque facho bem razoavel: ella não quiz de forma alguma, dar a entender ao seu marido, que viera palietando com um desconhecido, desde que partiu de Recife.

T.

ENVOLPES commerciaes imprimem-se nesta empresa.

A ***

Quanto é bella, mulher, assim cantando com essa voz tão doce e tão sonora! Quanto minha alma soffre te fitando. O seductora e candida senhora!

Tua tez, teu riso... tudo me deavara! Noites e noites passo em ti pensando; Meu coração deffinha hora por hora. E nem um riso das tuas miserando!

E's muito ingrata, o linda creatura! Mas não me importa, quero te!... bem vejo Que sem ti viverei sempre em tristura.

Oh! fide-me teu amor. Oh! dá-me um beijo; Vem acabar com minha desventura. Oh! fide gentil oh! fide do meu desejo!

Liberto Filho

1840-1901.

ACTOS RELIGIOSOS

QUINTA-FEIRA, 27.

ROSARIO—missa as 6 1/2 da manhã celebrada pelo vigario da freguezia. MENINO—DEUS—missa as 6 1/2 da manhã celebrada pelo rvdm. João Evangelista Alves de Maria.

CLUB SOBRALENSE

Segundo o aviso estampado na sessão competente foi adida para o dia 8 do mez vindouro a sairda que tinha de realizar-se a 30 do corrente te cargo do distincto cidadão Amadeo Toledano.

Este jornal nenhuma responsabilidade tem sobre as ideias expandidas no artigo Divagando sob o pseudonymo TUPYAMBÁ em sua edição ultima.

Do Ipú achia-se nesta praça o distincto amigo maior José Lourenço de Araújo, chefe da acreditadissima firma J. Lourenço & Comp da visinhia e prospera cidade.

FACTURAS, cartões, avulsos, preparam-se nesta empresa.

Regressaram de seu passeio ao Ipu em companhia de suas exrnas, familias o tenente coronel José Candido de Sousa Carvalho e o nosso distincto amigo Aprigito Quixadá.

Amanhã terá lugar a arvorada da festa de N. Senhora da Conceição, padroeira desta freguezia.

CLUB SOBRALENSE

Frequentaram a bibliotheca desta distincta sociedade de dansa os seguintes senhores:

Dr. Waldemiro Cavalcanti, dr. Alvaro Queiroz, dr. A. Rogério Filho, João Frederico Ferreira Pimentel, Henrique Severino, Antonio Mont'Alvares, José do Amaral, F. Rodolpho Amaral, dr. Carlos Monte, J. P. de C. Villas Boas, A. Leopoldo da Silva, João Gutenberg, Vicente Adeodato Carneiro, José Ananias Cyano, Cassiano Netto, João Capote, Maurice Blum, dr. J. Ayres, Raul Monte, Trajano Gondim, Jesuino Lins, dr. João Thomé da Silva, Diomedes Macio Ribeiro, Joaquim Aristides d'Albuquerque, João Gomes da Silva, V. Loyola, Alípio Severino Duarte, Amadeo Toledano, Fernand Lehmann, José Candido de Amaral.

Fallecimento

A mão da fatalidade tem pesado de mais sobre esta terra, neste começo de seculo.

Hontem, foi a febre que desapiedadamente nos agouiu, reifando n'uitas vidas preciosas de filhos, paes, mulheres, irmaos e amigos: e hoje, ella, a morte, essa indomavel inimiga da misera humanidade agachando se a porta do lar, roubou dos nossos braços de amigos, dos desvelos de uma esposa e filhos, dos carinhos de uma familia, o amigo sincero, o esposo devotado o

pai extremoso, o parente dedicado. Já não existe o cidadão José Leopoldino Soares Godinho! Oh! que fatalidade meu Deus!

Um ataque repentino fel-o honorem, as 11 horas do dia, transportou humbraes da eternidade.

Viajava para Inhampus quando foi colhido pela inexoravel morte.

Tomhou na estrada o só a pino, nos braços de um amigo e na presença de uma creança sua sobrinha, e companheira de viagem, na fazenda Varzea do Tóco deste termo.

Presentimento que morria elle o teve, quando foi accommettido do primeiro insulto do mal, confessando-se por isso, na noite antecedente com Frei David, que missionava em Vertentes.

Exercia a medicina com intelligencia, proveito e felicidade. Fez muito boas curas aliviando muitas dores alheias; porém, coitado, para si, apenas poude prophetsar a morte!

Como é triste a contingencia humana e precaria a vida do homem neste planeta de dores e lagrimas.

Si o finado não deixou ouro para se fazer chorado, o q' de nada vale, deixou para lamental o a gratidão de tantas vidas por elle salvas da morte, e tantas lagrimas por elle estancadas.

Já mais outro homem, nas condições de Leopoldino fará tanta falta na terra.

E hoje o que nos resta?

Lembrar o amigo morto e chorar a sua falta recomendando sua alma Deus e seu nome a posteridade.

Chorem-o pois!

Nos meus transeos de saudades, receba a esposa filhos e parentes do extincto minhas sinceras condolencias, que são os pesames de um amigo infimo.

E não chorará somente a familia do morto. A politica aqui cheffada pelo prestimoso cidadão coronel João Gomes Coutinho de Macêdo, tambem veste-se de crepe e sente

lão rude golpe, porque elle era politico sincero e um de seus directores que nunca esmorecia nas luctas mais renhidas, mesmo quando, o bacamarte quiz impôr silencio ao adversario neste termo.

Meu claro Leopoldino, adeus! Deus queira recompensar tuas fadigas neste mundo, e de lá dos pés do Altissimo ajudanos, inspire-nos sentimentos de amor e perseverança para os embates da vida.

Independencia, 17—10—1901.

O. H. de Macêdo

P. S.

Depois de ter escripto o que acima fica tive noticia de terem fallecido em Flores o nosso bom amigo capitão Silvestre Ferreira de Loyola, e na fazenda MONTEIRO o nosso honrado correligionario Gonçalo dos Santos Lindo. Aos parentes dos dois saudosos extinctos envio sinceros pesames.

Macêdo

ORIGEM DO RIACHO DOS GUIMARÃES

Da conspiração contra D. José, Rei de Portugal, na noite de 3 de Setembro de 1858, urdida pelo Duque de Aveiro, Marquez e Marquês de Tavora e outros, escapou da punição do Marquez de Pombal—o celebre José Polycarpo de Azevedo, que depois de ter passado alguns annos occulto, refugiou-se no Brasil, vindo ter no Rio Grande do Norte, onde tomou phisionomia differente, queimando as faces com venetrio; seguindo d'ahi para o certão do Piahy, demorou se alguns annos como creador e proprietario de algumas fazendas. Tivemos a grata satisfação de receber no escriptorio desta folha a deliziada visita do estimavel e sym;

ANEXO C - PARTE 2 - ORIGEM DO RIACHO GUIMARÃES

A CIDADE - QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1901.

fazendas de gado; temendo ser descoberto; seguindo para o Ceará veio ter a margem direita do rio Gurahyba, onde fixou sua residência com o nome de José Madeira de Mattos.

Neste último lugar o fidalgo português criou sua família, e constituiu-se tronco de uma grande geração; teve a infelicidade de passar por grande desgosto: casara uma filha, a quem muito estimava com um sujeito de nascimento obscuro. Apareceu em sua residência um sujeito negociante ambulante, pediu-lhe arranhao e demorou-se por alguns dias, afigurando-se de sua filha pedira em casamento e afinal casou-se. O moço chamava-se Joaquim Guimarães, conhecido por Guimarães, pluri-nomina bem parecida, tipo português; era natural de Pernambuco.

Casado Guimarães, ficou residindo com o sogro que com mulher e mais família viviam sapifiteiros.

Passado dois annos, José Madeira teve plena certeza que sua filha tinha casado se com um sujeito captivo! Muito contrariado ficou; mas resignado dizia: ao que está feito não está por se fazer; porém a vida de lá he custar.

Triste e pensativo aturou o silencio ao seu sentimento, não deu demonstração ao sogro nem a filha. Lembrou-se que sua mulher tinha um irmão em Pernambuco, homem espirituoso, valente para lucta e dextra jogador d'espada, mandou chamar o, o que não se fez tardar o seu comparecimento.

A fazenda Riacho era de grande concurrencia, de quando em quando havia uma desobriga na capella que para esse fim tinha construido o seu fundador, d'pois d'um patriarcato a senhora do Rosario com 50 cabanos de gado.

Com a chegada do cavalheiro no domingo havia missa; e elle no desempenho de sua missão foi luctar ao seu adversario.

Chamou Guimarães e com elle teve longa conferencia e disse-lhe que tinha sido chamado para mata-lo. Depois da missa Guimarães com uma viola ao petto, deitado em uma rede cantando a toda calma, chamou attenção do pessoal; isto até a hora em que seu contendor desafiou-o para o duello, que foi travado a fio d'espada pareciam dois heros no campo de batalha disputando a victoria em defesa da patria. Depois de muito luctarem, o cavalheiro ainda não tinha apunhalado o seu adversario descoberto já cansado de luctar com um homem dextro e valente! foi preciso uzar de ponto extranho para poder mata-lo; fendeu uma negaça pisou a espada para a esquerda e deu-lhe um grande golpe certeiro abaixo do umbigo e gritou: morreste valente Guimarães! De facto, passado alguns momentos Guimarães prostrado ao chão era cadaver.

Sua morte deu nome ao lugar desde aquella data até hoje ficou conhecido por Riacho Guimarães.

Estê pequeno povoado é ainda celebre por ser a patria natal de um dos vultos mais proeminentes do Ceará, nos dias de seu glorioso passado em prol das ideias republicanas constituiu-se um martyr da liberdade a sessenta e sete annos em um patibulo na praça da Fortaleza; sua grandeza esta immortal no pantheon da historia patria, como no coração do povo cearense esta

para sempre gravado sua memoria — Padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque Mello Mororó.

Pão d'Assucar, 29 - 10 - 1901.

Requiemdo Notario de Britto

A PEDIDA

É doloroso morrer se quind mais necessaria se da existencia. Foi assim que na idade de 37 annos na Povoação de Nova-Roma, termo de Ipuetras a 14 do corrente pelas 14 horas e 53 minutos da noite do mesmo dia, morreu o cidadão Manoel Rodrigues do Nascimento, casado que foi com d. Roza de Castro do Nascimento, victima de uma lezaço cardiaca, e zombando de todos os recursos da medicina, baixou para sempre seu corpo ao tumulo, deixando 7 filhinhos menores na orphandade que inda não sabem avaliar a perda irreparavel de tão bom Pai e extremo esposo.

O finado ha uns 5 annos que aqui residia na qualidade de negociante, era amavel, tractavel, e estimado por todos com quem conviveu, deixando immensas saudades a seus patrios e amigos. Paz a sua alma e pesames a sua familia.

Nova Roma, 16 de Novembro de 1901.

De um seu compadre e amigo

Isagmano Juyupina

EDITAL

DE CONVOCAÇÃO DOS CREDORES DA MASSA FALLIDA DE ANTONIO MONT'ALVERNE.

O cidadão José Florencio Ribeiro da Silva, segundo Supplente do Juiz Substituto deste termo, em exercicio para este feito, no impedimento do juiz effectivo e do primeiro supplente por nomeação legal &

Faco saber aos que o presente edital virem, ou ao conhecimento delle chegarem que por este Juizo e Cartorio do Escrivão do Geral Francisco Gomes de Vasconcelis Junior, que este escreve e subscreeve, se está processando o auto de fallencia do negociante não matriculado Antonio Mont'Alverne, estabelecido nessa cidade a praça do Mercado nullo e cujo processo se acha nos dadas termos, e foi por este Juizo marcado, de novo em cumprimento do despacho do meritissimo doutor Juiz de Direito do Ipu ad hoc neste feito que annullou a convocação e audiencia effectuada em oito de Maio proximo passado, novo prazo de vinte dias a contar de data deste para se ler no dia doze do mez proximo vindouro, as doze horas do dia, na casa da Camara Municipal desta cidade, para a reunião dos credores da massa fallida do negociante não matriculado Antonio Mont'Alverne.

E para constar mantei passar este edital e mais dois de igual teor que serão publicados — um no jornal A Cidade, um na A Ordem, que se publicam nesta cidade, e um outro no jornal A Republica da Capital do Estado. Pelo teor dos quaes convocou todos os credores do sobre referido Antonio Mont'Alverne para se reunirem no dia, hora e lugar acima marcado, para o fim de proseguir nos ultteriores termos da Lei, Dada e passado nesta cidade de Sobral, aos 23 do Novembro de 1901. — Eu Francisco Gomes de Vasconcelis Junior, Escrivão do Geral o escrevi.

José Florencio Ribeiro da Silva

AVIZO

CLUB SOBRALENSE

AVISO aos snrs. socios que a partilha mensal annunciada para o dia 30 deste mez, ficou adiada para o dia 8 de Dezembro e convidados com as suas EXMAS familias para assistirem a esta partilha.

Sobral, 27 de Novembro de 1901

O DIRECTOR DO MEZ

Amadeo Toledano

ANNUNCIOS

IMPORANTE LEILÃO

DA MASSA FALLIDA DE ANTONIO

MONT'ALVERNE

(A' DINHEIRO A' VISTA)

Authorizados pelo exm. dr. Juiz do Commercio os syndicos da massa fallida de A. Mont'Alverne venderão em leilão, todos os effeitos moveis da referida massa, mercadorias, dividas e fazendas, a 30 de Novembro corrente nos armazens do fallido a pra-

ça do Mercado onde os pretendentes poderão obter informações completas, estando o balanço a disposição dos licitantes.

Sobral, 23 de Novembro de 1901.

Os syndicos provisorios

Antonio F. de Paula Quintado
Francisco Celso da Frota

LEILÃO

AO CORREDOR MARTELLO

O João Capote venderá em leilão uma partilha de arvo, exta feira, 29 do corrente pelas 12 do dia em seu estabelecimento a rua do Senador Paula.

CASIMIRAS

de lá de cores para fado diversos gostos, acaba de receber e está vendendo rasovavelmente

J. ARISTIDES

SANDALIAS

para homens e senhoras, acaba de chegar para o estabelecimento de

J. ARISTIDES

CIGARROS DA

FABRICA S. LOURENÇO

DE

LOPES, SA & COMP.

OS UNICOS SEM COMPETENCIA

PREÇOS LIQUIDOS

ertanejos (amareillos)	um milheiro	53500
Deliciosos (pardos)	" "	53600
Republicanos (brancos)	" "	73500
13 de Maio (ambré)	" "	73500
Democrata	" "	73500
Amazonas	" "	73500
Flor Cearense	" "	73500
Guarany	" "	73500
Phenix Caixeiral (preto)	" "	73500
Boninas, Brancos, aconicionados em lindas carteirinhas coloridas de 10 cigarros cada uma		83500

Vendas de 5 milheiros acima

Branco-diversas marcas "	73200
" flores cearenset "	73500
" boninas "	83200

EMBARRICADOS

Amareillos a

53400

Sobral, 26 de Outubro de 1901.

Lopes, Sa & Comp.

RUA CORONEL JOAQUIM RIBEIRO N. 42

Defronte a Redacção d'A Cidade

ILEGIVEL

ANEXO D- FUZILAMENTO DE PADRE MORORÓ – NETO DE MANOEL MADEIRA DE MATOS

3

ACIDADE—SOBRAL, QUARTA—FEIRA 7 DE MARÇO DE 1900.

encantos e ensinar-lhes o meio de conhecer os homens, a sagacidade para poderem escolher bons maridos.

Para doutrinar as jovens nesses princípios, nas subtilidades, na fina tactica, lembra uma senhora idosa, que tem a idade do meu avô, pela pratica que devo ter adquirido de conhecer o coração dos homens, e assim estaria habilitada a ensinar-lhe os segredos da estrategia e da tactica a empregar na conquista de bons maridos.

Outra seria solterona e com pleno conhecimento dos homens para ensinar as discipulas a arte de conhecer os enganados e as astucias dos homens, para que as jovens não se deixem seduzir pelas apparencias, nem se deixarem levar por seducções enganosas e apparencias illusorias.

Mostra que os homens são mais inconstantes que as mulheres; e por isso devem-se procurar para não terem de chorar pela inconstancia apaixonada com que se deixaram seduzir por um homem volúvel.

Da mesma O'Connor regras para a boa escolha de marido, e o meio de o poderem escolher.

Diz que todos os homens são entediados, se mostram fracos em presença das mulheres e se deixam todos apanhar pelo mesmo artil.

A joven, ao principio deve abster-se de falar de si, porém deve satisfazer a vontade do homem que a requesta, falando de seus dotes, elegancia e porte, deixando-lhe de vez em quando um olhar de interesse conservando-se, porém reservada até conhecer a índole e caracter do interlocutor. Ser-lhe á fácil descobrir o genio de mulher que elle prefere e se a pessoa é digna por seus habitos e qualid des, trate então de ser a mulher que elle procura.

Deve persuadir-lhe que tem opiniões eguaes ás suas em todos os assumptos; pois isso é indispensavel para chegar a bom resultado.

Um homem fica sempre encantado de encontrar uma mulher a quem agrade tudo quanto a elle agrada.

A mulher que entretém o homem, tem-o sempre.

É necessário porém muita discreção, representar o seu papel com maxima vigilancia e intuitiva cautela para se nao trahir, para não cabitem no vulgar, nem renunciarem pouco espirito, que seria um gípe nas phantasias do enamorado.

Para isso não se devem apresentar-se já devidamente preparadas, vestidas a gosto, galantes e espirituosas, affectando porém simplicidade e porte honesto. Os homens, para coltherem companhia a mulher, dão preferência ao seu traje e modos elegantes, e, em segundo plano, á belleza e attractivos.

Devem porém mostrar que são habéis e entendidas em coisas domesticas, porque os homens seduzem-se com a lembrança de que, casando encontrarão no lar quem lhes proporcione todos os regalos de meza e cuidados de toilette.

A mulher ainda pode isongear o homem pedindo-lhe qualquer favor, e ser o empriimo de um romance; a sua companhia para atravessar a rua e ir á casa da vizinha sua amiga.

O homem tem um tanto de cavalheiresco, e fica satisfeito quando uma senhora solicita delle qualquer serviço.

A mulher deve dar a entender que será leal confidente e amiga do homem que a requesta, nada mais.

É necessário estabelecer a lucta; entreter difficuldades, porque os homens detem am, com ardor, as cousas que estão certos não podem alcançar.

No meio da difficuldade uma esperança, porque o homem, inclinado a luctar e vencer, não apreciará uma conquista facil, ao menos sera um namoro sem phantasia, uma paixão sem arrebatamentos, sem poesia.

O que é facil não tem valor. O valor das cousas está na difficuldade de se as obter.

MANOEL CARNEIRO

NOTICIAS

Não tendo havido a divida regularidade na distribuição da «Acidade» pedimos á nossos assignantes que façam sua reclamação que serão immediatamente attendidos.

ALISTAMENTO ESTADUAL

Vai ser iniciado o alistamento estadual para as eleições de Presidente e Vices presidentes, deputados e vereadores.

Continuamos no proposito de aconselhar nos nossos amigos que não se alistem, visto como é manifestamente inconstitucional a lei estadual que organisa esse serviço, que é regulado pela lei federal n.º 33 de 26 de Janeiro de 1892.

Os legitimos eleitores são os que são alistados de conformidade com essa lei.

FESTA INTIMA

Ante-hontem na casa de residencia do nosso intelligente collaborador e amigo Sr. Paixão Filho teve lugar um animado festim em homenagem ao nosso respeitabilissimo e querido chefe Ex.º Sr. Dr. Gomes Parente illustre Lente da Faculdade de Direito do Recife e notavel advogado.

Concorreram a esta reunião alguns amigos fallando por occasião do *dessert* os D.ºs Gomes Parente e Alvaro Ottoni.

A orchestra dirigida pelo maestro Donizetti Filho executou lindas peças, reinando durante toda festa a mais intima expansão.

Chegou no dia 3 do corrente a esta cidade o nosso valente e estimado amigo Sr. Pedro Ribeiro Filho, a quem apresentamos os nossos cordiaes cumprimentos.

Do Ipu chegou hontem o nosso amigo tenente coronel Alexandre Soares. Saudamo-lo.

Do visinho povoado do Cariré esteve entre nós o nosso amigo José Martimiano de Holanda Cavalcante. Cumprimentamo-lo.

No Estado de Minas existem 3739 fazendas de café sendo: 1234 com menos de 50:000 pés; 1844 com mais de 100 000; 597 com mais de 200.000 e 64 com mais de 500.000.

Dessas fazendas 560 possuem machinismos movidos a agua e 1242 a vapor.

Esteve entre nós de Santa Quitéria, aonde gosa de geraes sympathias o nosso distincto e presado amigo tenente coronel Joaquim Gonçalves Magalhães Ginoça.

Por communicação que obsequiosamente nos fez o illustre cavalheiro Sr. João Henriques Cordeiro sabemos que o mesmo assumio o cargo de Agente da companhia Protectora da Industria Pastoral do Pará, na cidade de Camocim.

Agradecidos.

ALMANAK IPUENSE

Recebem os com especial agrado o *Almanak Ipuense*, estatístico e literario para o corrente anno organiado pelo intelligente litterato cearense Sr. major Herculano José Rodrigues.

Agradecendo a gentileza da offerta congratulamo-nos com o Sr. Herculano pelo seu importante e apreciado trabalho e faveamos votos para que o nosso *Almanak Ipuense* seja recebido como um estimulo para maiores committimentos.

Trasladamos para nossas columnas o apreciado escripto sobre o involúvel revolucionario:

PADRE MORORÓ

O padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque que Melio Mororó nasceu na villa povoado do Riocho Guimarães, antiga comarca de Sobral.

Seu pai dispou de alguns recursos, e bem cedo cuidou de sua educação. Foi no Seminario Pernambucano que elle passou como um dos primeiros estudantes, recebendo em poucos annos os ordens ecclesiasticas.

De coração bondoso e sua palavra era sagrada; por ella sacrificava até a propria vida. Quando em 1824 o Ceará tomou parte na revolução do Equador, sendo deposto o presidente Pedro José da Costa Barros e aclamado presidente da nova republica no Ceará, Tristão Gonçalves de Alencar Araripé foi o padre Mororó chamado para seu secretario. R. goitou o cargo, temendo comprometter-se em uma causa tão complicada. Por instancias acciuzas depois o cargo, manifestando a seus em gus das constituições e a uma commissão militar encarregou o julgamento dos comprometidos na causa republicana.

O novo presidente não contava com mais de 455 eleitores.

Era impossivel triumphar com taes elementos. Tentou portanto, de dissolver as tropas e fugir. Em Abril de 1824 foi preso o padre Mororó e em 3º do mesmo mez fuzilado da maneira mais vil e cobrado.

Apresentando-se o dia de sua morte, pediu a seus inimigos que lhe mandassem abrir o tumulo e elle proprio foi examinalo, levando consigo algumas flores, que assuillou na covoa e voltando-se para os soldados que o conduziam disse culmineamente:

«Aqui será minha eterna morada. Horas depois, recibia o aviso de sua morte. Poz a mão direita sobre o coração e disse: «Infames, atirem no meu peito, que não tenho pena de deixar um mundo onde o direito do cidadão é um crime! Atirem! Atirem!»

Momentos depois, ouviu-se o estampido dos tiros e um homem prostrado por terra b. h. aciava estas palavras mysteriosas: «Meu sangue germinará sobre a terra. Um dia será punido!»

Em 15 de Novembro de 1839 realisou-se a prophencia daquelle heroe, cuja vida foi um sacrificio.

HERCULANO JOSÉ RODRIGUES

ESTATUA DO GENERAL SAMPAIO
Recebemos e agradecemos a seguinte communicação:

Ceará, 14 de Fevereiro de 1900.

Tenho a satisfação de communicar a essa illustrada Redacção que o Monumento do ínclito General Sampaio, será inaugurado no dia 24 de Maio proximo vindouro, o que vos scientifico para conhecimento dos illustres habitantes desta heroica cidade.

João Adolpho Barcellos

CAMOCIM

Foi nomeado, em substituição de Manoel Pinto Soares Brandão, Agente do Correio e a cidade, o nosso honrado amigo José Ayres Carneiro de Araujo; Capitão de barra, em lugar de

Francisco Americo de Vasconcellos, o nosso prestimoso amigo Antonio José de Pinho.

Nossos parabens aos distinctos amigos pela merecida distincção.

Visitem-nos hontem o nosso prestimoso amigo tenente coronel Sebastião Carlos de Lima, negociante na cidade do Ipu.

Recebemos hontem a visita do nosso amigo major Antonio Mart n.º Leão, digno 2.º supplente do juiz eccclial da villa de Entre-Rios.

ELICITAÇÕES

Faz annos no dia 10-

A Exm. Srs. D. Izabel Omphale Gondim, digna filha do nosso venerando amigo major (alibio) João de Gondim, se-lozo agente dos correios desta cidade.

Hontem

O sympathico moço Sr. Raymundo Nonato Futado.

O nosso distincto amigo capitão Torquato Fortuna Pessoa, com sua idolatrada esposa D. Antonia Ernestina Fraxoes Pessoa teve, a gentileza de communiar-nos o seu nascimento, no dia 4 do corrente, de uma sua filhinha, que será levada á pia baptismal com o doce nome de—Maria.

KALENDARO ACCIOLYNO

131

Tem de se ver muito breve
Todos os seus fazerem greve.

BOLETIM COMMERCIAL

Desfaimados, o novo
cultivos inapreciav-

Carne verde com osso kilo	1\$400
« « « «	1\$500
« secca « «	2\$500
« xarque « «	2\$000
« carneiro « «	1\$500
« porco « «	1\$600
Banha de porco « «	2\$000
Toucinho « «	2\$000
Sebo « «	1\$600
Assucar branco « «	1000
« refinado « «	1\$200
« mascavo « «	800
Café « «	1\$600
Arioz « «	600
Farinha « «	800
Mauçuba « «	1.800
Milho « «	800
Sal « «	100
Felão Mulatinho « «	600
« fava « «	500
Gomma « «	600
Leite « «	600
Manteiga « «	3\$100
Côco « «	um
Ovos « «	um

GENEROS DE EXPORTAÇÃO

Algodão kilo	1000
Solla « «	2250
« « « «	10\$000
Couro salgado kilo	1.300
« espichado « «	1300
Borracha mauçuba « «	7000
« « infrior « «	6000
Penna de ema « «	4500
Courinho de bode « «	3500
« carneiro « «	150
Aguardente garf.	um
Chapeo de palha « «	um

MUTILADO

**ANEXO E - GENEALOGIA DE FAMÍLIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE
SOBRAL – ARQUIVO PESSOAL DE CIRO MORAES**

FAMÍLIA FEIJÃO

Tomé Gonçalves Pereira
CC Ana Maria do Espírito Santo

José de Lima Medeiros
CC Maria ãa Conceição Gonçalves

FILHOS

Vicente Gonçalves Feijão

CC Inês Maria de Jesus ou
Inês Gonçalves de Lima

DESCENDENTES DESSE CASAL

1º. José Feijão de Lima	CC Libânia Ximenes Feijão
2º. Sabino Gonçalves Feijão	CC 1º Quitéria Freire de Araujo e
	CC 2º Florência Maria Feijão
3º. Vicente Gonçalves Feijão	CC Francisca Xavier Ximenes
4º. Tomé Gonçalves Feijão	CC 1º Maria das Graças Feijão
	CC 2º Rosa Soares Feijão
5º. João de Lima Feijão	CC Ana Maria de Paula Feijão
6º. Maria José de Jesus	CC Vicente Feijão Segundo

Francisco das Chagas Feijão

Irmão de Vicente G. Feijão

CC 1º Teresa Maria de Jesus
2º Antonia

DESCENDENTES DESSE TERNO

1º MATRIMÔNIO

1º. Gertrudes Gonçalves Ximenes	
2º. Maria Jsoé Feijão	
3º. Rosa Gonçalves Feijão	
4º. Francisco Gonçalves Feijão	CC Teresa Maria de Jesus
	2º. Guilhermina Alves Bezerra
5º. Vicente Feijão Segundo	CC Maria José de Jesus
6º. João Gonçalves Feijão	
7º. Raimundo Gonçalves Feijão	

e) Raimunda Barreto Lima, religiosa do Instituto das Irmãs Sacramentais; f) Rita Barreto Lima, solteira,
(6)

11º FILHO - Maria de Nazaré Feijão casou-se com Antonio Rocha. Não Houve descendência.

12º FILHO - José Euclides Feijão casou-se duas vezes. A 1ª vez com Cecília Rodrigues, filha de Gabriel Franlin de Sousa e Maria Rodrigues dos Anjos, a 30 de outubro de 1919. A 2ª com Wolfanga Cavalcante Feijão, filha de Cândido Ferreira Cavalcante e Úrsula Cavalcante Rocha, a 04 de fevereiro de 1925.

Descendência: 12 filhos e mais 80 netos.

FAMÍLIA FEIJÃO

Vicente Feijão Segundo casou-se em 29 de julho de 1876 no Riacho Guimarães com Maria José de Jesus. Era fazendeiro, proprietário da Fazenda Sanharão. Faleceu em Sobral.

Do consórcio matrimonial houve 12 filhos: 1º João Vicente Feijão, 2º José Feijão de Lima, 3º Ernesto Euclides Feijão, 4º Francisca Feijão Pinto, 5º Emilia Feijão Ramos, 6º Inês Feijão, 7º Maria José Feijão Guimarães, 8º Petronila Feijão Cavalcante, 9º Perolina Feijão Dias, 10º Maria Carolina Barreto, 11º Maria de Nazaré Feijão, 12º José Euclides Feijão.

1º FILHO - João Vicente Feijão casou-se com Evangelina Guimarães Feijão, filha do Major Sabino Gonçalves Feijão e Florência Ximenes Feijão. São Filhos: a) Pe. Sabino de Lima Feijão, pároco de Acaraú, b) Manuel Elisio Feijão casado com Maria Regina Justa Feijão; c) Vicente Nilo Feijão casado com Mariana Barreto Lima, d) Edite Guimarães Feijão; e) Moacir de Lima Feijão, f) Maria Alfa Guimarães Feijão; g) Margarida Guimarães Feijão, solteiros, (7).

2º FILHO - José Feijão de Lima casou-se com Armenia Coêlho Lima. São filhos: a) Maria Coêlho Lima casado com Moacir Pereira, b) Tenente Francisco Coêlho Lima, oficial do exército, solteiro; c) Heitor Coêlho Lima, casado; d) Milton Coêlho Lima, e) Gerardo Coêlho Lima, solteiros, (5).

3º FILHO - Ernesto Euclides Feijão, falecido, casou-se com Francisca Freire Feijão. São Filhos: a) Vicente de Paula Feijão casado com Maria de Lourdes Feijão; b) Maria de Lourdes Aragão casada com Joaquim Lourenço de Aragão, c) Joaquim Euclides Feijão casado com Maria Nazaré Gomes Feijão; d) Maria Argentina Feijão - Soror Ana Maristela religiosa da Ordem de Sant'Ana, e) Avelino Freire Feijão casado com Elvira Sousa Feijão, (5).

4º FILHO - Francisca Feijão Pinto casou-se com Antonio Pinto. São filhos: a) Pe. José Aloisio Pinto diretor do Ginásio Sobralense; b) Vicente Pinto, solteiro; c) Oseas Pinto, casado no Amazonas; d) Maria Pinto, casada; e) Nina Pinto, solteira; f) Dr. Raimundo Rodrigues Pinto, médico, casado, (6).

5º FILHO - Emilia Feijão Ramos casou-se com Cleto Ramos. Houve uma filha: Raimunda Ramos de Sousa casada com Antonio Sousa.

6º FILHO - Inês Feijão casou-se com João Cesário. Não houve descendência.

7º FILHO - Maria José Feijão, falecida casou-se com Joaquim Gonçalves Guimarães, filho do Major Sabino Gonçalves Feijão e Florência Ximenes Feijão. São filhos: a) Luiz Guimarães casado com Auri Ximenes Guimarães; b) Júlio Guimarães Sobrinho casado com Maria José Alves Guimarães; c) Maria Guimarães Moraes, falecida, casada com Francisco Lins Moraes; d) Raimundo Guimarães; e) Massilon Guimarães; f) Francisco Guimarães, solteiros, (6).

8º FILHO - Petronila Feijão Cavalcante, casou-se com Salviano Cavalcante. São Filhos: a) Isaías Cavalcante; b) Maria José Cavalcante, soror Ana Cândida, religiosa da Ordem de Sant'Ana, c) Felisbela Cavalcante Dias casada com José Dias; d) José Cavalcante, casado no Rio de Janeiro; e) Aureliano Cavalcante, casado no Rio de Janeiro; f) Helena Cavalcante Rocha casada com Paulo Rocha; g) Salviano Cavalcante Filho, solteiro; h) Matilde Cavalcante casada com Júlio Vieira; i) Maria José Cavalcante, solteira; j) Vicente Cavalcante; k) Nina Cavalcante; l) Francisco Potiguara Cavalcante; m) Terezinha Cavalcante, solteiros, (12).

9º FILHO - Perolina Feijão Dias casou-se com Raimundo Dias. São filhos: a) Joaquim Feijão Dias, falecido, casado; b) Mirian Feijão Dias, solteira; c) Francisca Dias Araújo, falecida, casada com Olavo Araújo; d) Hermenegildo Feijão Dias, falecido, solteiro; e) Elisabete Dias Araújo, falecida, casada Olavo Araújo; f) Margarida Feijão Dias, falecida, solteira; g) Raimundo Feijão Dias; h) Tereza de Jesus Dias; i) Vicente Feijão Dias; j) Maria do Socorro Feijão Dias, solteiros, (11).

10º FILHO - Maria Carolina Barreto casou-se com Júlio Barreto Lima. São filhos: a) Eurides Barreto Arruda casada com José Maria Arruda Coêlho; b) Edson Barreto Lima casado com Luzanira Barreto; c) Mariana Barreto Lima casada com Vicente Nilo Feijão; d) Joaquim Barreto Lima, solteiro;

5º FILHO - Patriolina Guimarães Loiola, casou-se com Diogo Alves de Loiola. São filhos: a) Monsenhor Sabino Loiola, residente em Sobral; b) Eleonor Siqueira, casada com José Siqueira; c) Felisbela Guiomar de Melo, casada com Francisco Ximenes de Melo; d) Maria Guimarães Loiola; e) Manuel Guimarães Loiola; f) Eustorgia Guimarães Loiola; g) Raimundinha Guimarães Loiola, solteiros, (7).

6º FILHO - Evangelina Guimarães Feijão, casou-se João Vicente Feijão. São filhos: a) Monsenhor Sabino de Lima Feijão, pároco de Acaraú; b) Manuel Elisio Feijão, casado com Maria Regina da Justa Feijão; c) Vicente Nilo Feijão, casado com Mariana Barreto Lima; d) Edite Guimarães Feijão; e) Moacir de Lima Feijão; f) Maria Alfá Guimarães Feijão; g) Margarida Guimarães Feijão, solteiro, (7).

7º FILHO - Maria Guimarães da Ponte, casou-se com José Domingos Machado da Ponte. São filhos: a) Florência Machado Cavalcante, casada com Sebastião Cavalcante Aragão; b) Humberto Guimarães Machado, casado com Antonia Machado; c) Eulalia Guimarães Machado, solteira; d) Francisca Machado Ferreira da Ponte, casada com Alarico Ferreira da Ponte; e) Dulce Guimarães Machado; f) Eurico Guimarães Machado; g) Lurdite Guimarães Machado; h) Otávio Guimarães Machado; i) José Guimarães Machado, solteiro, (9).

8º FILHO - Elisa Guimarães Morais, casou-se com José Lins Morais. São filhos: a) Rita Marina Morais de Aquino, casada com Luiz Santos de Aquino; b) Francisco Guimarães Morais, solteiro; c) Florência Morais Ribeiro, casada com Raimundo Aristides Ribeiro; d) Maria Guimarães Morais; e) Sebastiana Euridice Guimarães Morais; f) Beatriz Morais de Araújo, casada com Manuel Machado Araújo; g) Raimundinha Guimarães Morais; h) Calixto Guimarães Morais; i) Gilberto Guimarães Morais; j) Sabino Guimarães Morais; k) Rodolfo Guimarães Morais; l) Evilásia Guimarães Morais; m) Zelisa Guimarães Morais, menores, (13).

Descendência: 9 filhos e 83 netos

FAMÍLIA GONÇALVES GUIMARÃES

Major Sabino Gonçalves Feijão, oficial reformado do Exército, filho de Vicente Gonçalves Feijão e Inês Maria de Jesus, casou-se a 1ª vez na Vila Guimarães, com Quitéria de Araújo Freire e 2ª vez com Florência Ximenes Feijão. Faleceu a 04 de agosto de 1939 com 94 anos.

Do primeiro matrimônio com Quitéria de Araújo Freire, houve uma filha: Antonia Donato de Araújo que se casou com João Donato de Araújo, falecido, e tiveram 10 filhos: a) Maria Antonia Araújo, falecida, casada com Antonio Agostinho; b) Francisco Donato de Araújo, falecido, casou-se a 1ª vez no Pará, a 2ª vez com Francisca de Araújo e 3ª vez com Aurélia Araújo; c) Quitéria Ferreira de Araújo, casada com José Rodrigues de Vasconcelos, falecido; d) Maria dos Anjos Araújo, casada com Francisco Machado de Araújo, e) José Donato de Araújo, casado com Raimunda Linhares Araújo; f) Segismundo Donato Araújo, casado com Tereza Ximenes Araújo; g) Manuel Donato de Araújo, casado com Maria Ximenes Araújo; h) Agesilau Donato Araújo, casado com Olindina Feijão Araújo; i) Aniceto Donato Araújo, casado a 1ª vez com Maria José Cavalcante e 2ª vez com Lourença de Melo Araújo; j) Alexis Donato Araújo, casado com Quitéria Braga de Araújo.

Do segundo matrimônio com Florência Ximenes Feijão houve 8 filhos: 1º Tereza Ximenes Cavalcante, 2º Júlio Gonçalves Guimarães, 3º Joaquim Gonçalves Guimarães, 4º Ananias Gonçalves Guimarães, 5º Patríolina Guimarães Lóiola, 6º Evangelina Guimarães Feijão, 7º Maria Guimarães da Ponte, 8º Eliza Guimarães Moraes.

1º FILHO - Tereza Ximenes Cavalcante, casou-se com João Ximenes Cavalcante. São Filhos: a) Jandira Ximenes Cavalcante, falecida, casada com José Alves Ximenes; b) Natanael Cavalcante Aragão, falecido, casado com Raimunda Cavalcante Aragão; c) Eduardo Cavalcante Aragão, casado com Ana Ximenes Aragão; d) Georgina Cavalcante Aragão, casada com Teodorico Ximenes Aragão; e) Sebastião Cavalcante Aragão, casado com Florência Machado Aragão; f) Antonia Cavalcante de Melo casada com José de Melo; g) Maria Cavalcante Feijão, casada com Joaquim Vicente Feijão; h) Edmundo Cavalcante Aragão, casado com Raimunda Rodrigues Feijão; i) Francisco Cavalcante Aragão, casado com Nair Ponte Aragão; j) Luzia Cavalcante Melo, casada com Jacinto Damásio de Melo; k) Ananias Cavalcante Aragão, casado com Rita Amélia Aragão; l) Maria José Cavalcante, falecida, casada com Aniceto Donato de Araújo; m) José Cavalcante Aragão, casado com Maria Odete Aragão; n) Antonio Cavalcante Aragão, solteiro; o) Rita Cavalcante Feijão, casada com Calixto Feijão, (15).

2º FILHO - Júlio Gonçalves Guimarães, farmacêutico, falecido, casou-se com Raimunda Joelina Guimarães. São filhos: a) Raimundinha Guimarães Tavares, casada com Aurélio Tavares; b) José Guimarães, casado; c) Dr. Júlio Guimarães Filho, médico, casado na Bahia; d) Pedro Guimarães, casado com Eglantine Sabóia Guimarães; e) Eunice Guimarães Fernandes, casado com o Dr. José Fernandes; f) Maurício Guimarães, solteiro (5).

3º FILHO - Joaquim Gonçalves Guimarães, casou-se a 1ª vez com Maria José Feijão e 2ª vez com Maria Nice Ribeiro Guimarães.

São filhos do 1º matrimônio: a) Luiz Guimarães, farmacêutico, casado com Auri Ximenes Guimarães; b) Júlio Guimarães Sobrinho, casado com Maria José Alves Guimarães; c) Maria José Guimarães Moraes, falecida, casada com Francisco Lins Moraes; d) Raimundo Nonato Guimarães; e) Massilon Guimarães; f) Francisco Guimarães, solteiros, (6).

São filhos do 2º matrimônio com Maria Nice Ribeiro Guimarães: a) Eneida Ribeiro Guimarães, casada com Raimundo Rosemiro Guimarães; b) Maria R. Guimarães; c) Sabino R. Guimarães; d) Terezinha R. Guimarães; e) Fransquinha R. Guimarães; f) Artur R. Guimarães; g) José R. Guimarães, solteiros, (7).

4º FILHO - Ananias Gonçalves Guimarães, casou-se com Frederica Guimarães. São filhos: a) Raimundo Rosemiro Guimarães, casado com Eneida Ribeiro Guimarães; b) Coronel Sabino Genésio Guimarães, oficial do Exército; c) Gerardo Ananias Guimarães; d) José Guimarães, solteiro, (4).

ANEXO F - ESCRITURA DE DOAÇÃO DE TERRAS À IGREJA CATÓLICA POR
 MANOEL MADEIRA DE MATOS, EM 1884 – ARQUIVO PESSOAL AUGUSTO
 MARTINS

Goroairas, eu a nome por dote de casamento
 do que hez deira seu sogro e pai chamo doado-
 res Antonio de Albuquerque Neto; e qual
 meia legua de terra, a extra de clarada
 e muito de suas lavouras e espertansea vosta
 de, de os construyr e manto de pessoa al-
 guem, davam e doavam para o dote
 do patrimonio da Capela de Nossa
 Senhora do Rosario, do Bracho do Guassa-
 ras, para nela se conservarem e essas
 cabeças vacum e todas as suas multipli-
 cações que houverem pelo tempo futuro,
 produzirem e que hoje existem - e se
 criarem os ditos gados, e outros siss,
 disseram que por serem mortas de e-
 gual que a memoria de Nossa Senhora havia do-
 do o fundador da dita Capela Louren-
 ço de Guassaras, davam e doadores
 da sua fazenda, e de bestas para maior
 aumento do dito patrimonio e beneficio
 dos gado vacum doado a Nossa Senhora,
 de sua terra pega das testadas de
 "meia legua doada pelo sobre dito
 fundador Lourenço do Guassa-
 ras", e sendo pelo mesmo racho
 de impropriedade e manto de
 thor se conservarem os ditos gados;
 e qual meia legua de terra, houvera
 o dito fundador por titulo de compra
 que fez a Antonio Teixeira, já defun-
 to, e gado e multiplicação que fez o Sr.
 Alexandre Proença Lima, Oedor Geral
 que si desta Capitania; e requerem o de

assessor de seu rogo o Capitão Pedro
 Barboza de Albreu, sendo tudo testemu-
 nha presentes - Manoel Gomes bar-
 reira e André Gomes moradores
 nesta dita povoação pessoas que reco-
 nhecer, pelos próprios de que fizeo men-
 ção, que com os ortographe dadas
 assentaram de não de lhes ser por meiro
 e não lido este instrumento, o qual fiz por
 me ser distribuido pelo Juiz ordinario
 como distribuido do Juiz e de seu bi-
 heite constava de que Doutrina de
 Curitiba Carlos da Cunha Tabelião Públi-
 co do Juiz e notas que - v. 100 (ass)
 Manoel Madeira de Alho, assessor rogo da
 dita povoação.

Manoel Madeira de Alho, assessor rogo da
 dita povoação. Pedro Barboza de
 Albreu. Nada mais constou nesta escri-
 tua que fizeo presente e fizeo de lido de no-
 tas a qual merepoito - e clausa - certifico
 e mais que não abhe a de mais escritura
 que pede a piteca original - Doufe. Eu Jose
 Tabela Tabelião Público que assessor em Públi-
 co e riza de que rogo

Sopral, 14 de Fevereiro de 1884.

Copiadamente da copia da
 Doacao feita por Manoel Madeira e sua
 mulher - lido e riza de lido pelo
 Doufe - Jose Tabela Tabelião Público e
 offerido ao seu filho Paulo Moraes
 do Prado.

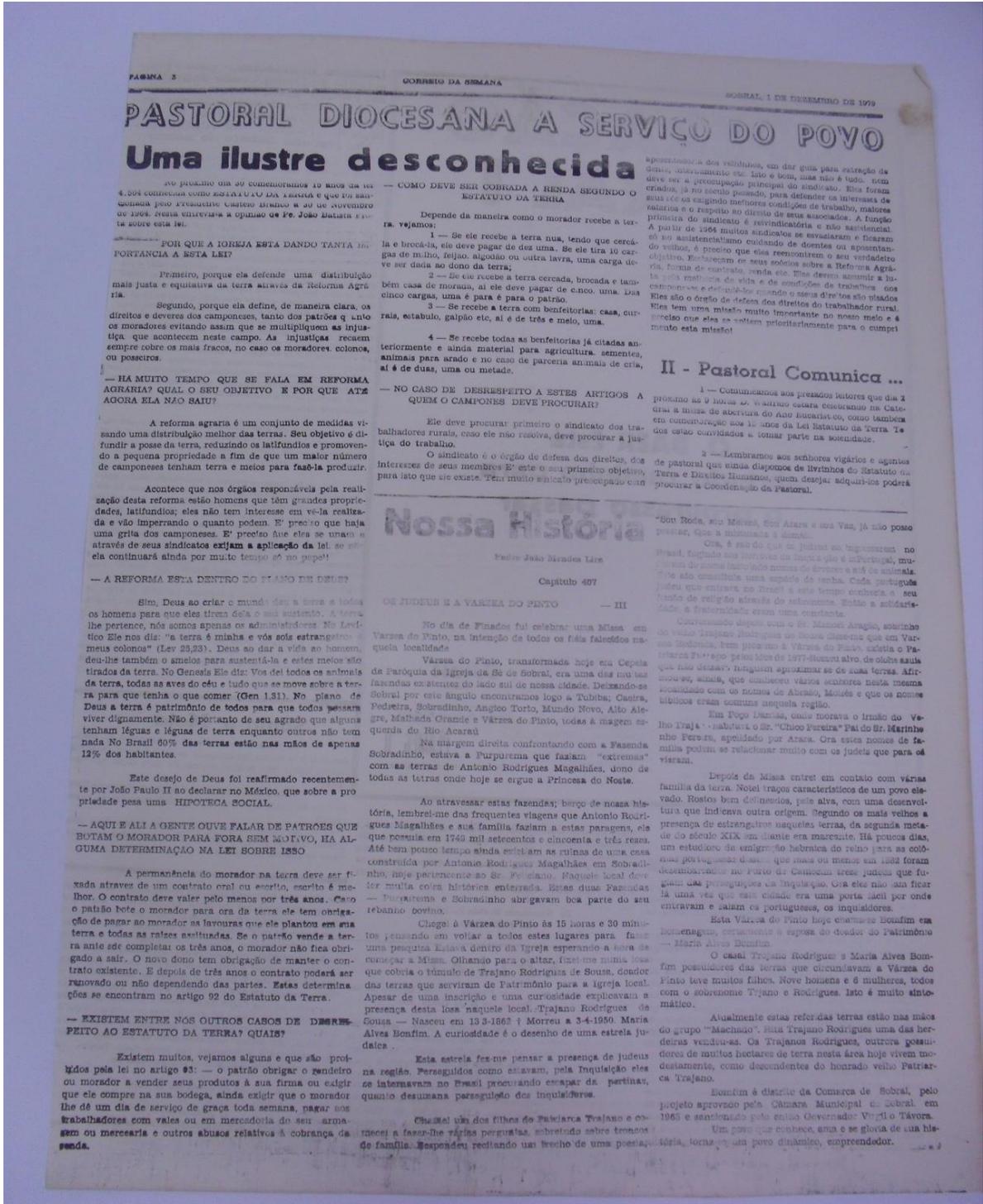
de Joaquin de Torres, he foram desci-
 padas no travessão que botou e para
 a sua sustentação e seu desflado
 o dito Patrimônio instituido prete-
 ridamente, davam e doavam como
 com effecto clado e doado haviam a
 sobre e dita mesma tegua de terra de
 Comprido e mesma tegua de largura da
 parte do poente, que é donde se acha
 fundada a mesma Capela e como
 já declarado tem, e faz extensiva na
 largura com largura e como da
 linha, ficando eles doadores com
 a obrigação de dar a dita Capela, e
 bens patrimoniaes dela e para esta
 sempre achar em seus bandos.

Acidentes e decedentes, sugerindo-
 se em tudo e por tudo ao Exmo. Reverendissimo
 Sr. Bispo deste Bispoado de Beira e Alentejo;
 para dito Sr. ou seus Reverendos Visitadores
 serem tomada as contas do rendimento
 do dito Patrimônio por submeterem
 o reguime e dequitação de les vyzais e fóros
 ecclesiasticos e de, e assim o disseram e
 estipularam e acceitaram, em Tabella e como
 pessoa publica estipulante e acceitante que
 estipulei e acceitei em nome da mesma
 Senhora aquem a favor desta por directo
 loco, em fé e testemunho de verdade as-
 sinam o ortogaram e pediram e he requererem
 he fizesse este instrumento desta sorte que
 acceitaram e assentaram ele doador e pela
 doadora mas saber ler e escrever as



OBJETOS ENCONTRADOS NA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - GROAÍRAS.
CASTIÇAL E PORTA-RETRATO DO SÉCULO XVIII

ANEXO G - COLETÂNEAS DE PADRE JOÃO MENDES LIRA SOBRE A PRESENÇA JUDAICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL. ARQUIVO PESSOAL DA HISTORIADORA ANA CAROLINA RODRIGUES DA SILVA



PASTORAL DIOCESANA A SERVIÇO DO POVO

Uma ilustre desconhecida

— COMO DEVE SER COBRADA A RENDA SEGUNDO O ESTATUTO DA TERRA

Depende da maneira como o morador recebe a terra. vejamos:

1 — Se ele recebe a terra nua, tendo que cercá-la e brocá-la, ele deve pagar de dez uma. Se ele tira 10 cargas de milho, feijão, algodão ou outra lavoura, uma carga deve ser dada ao dono da terra;

2 — Se ele recebe a terra cercada, brocada e também casa de moradia, ele deve pagar de cinco uma. Das cinco cargas, uma é para ele e para o pairol;

3 — Se recebe a terra com benfeitorias: casa, currais, estabulo, galpão etc, al é de três e meio, uma;

4 — Se recebe todas as benfeitorias já citadas anteriormente e ainda material para agricultura, semeadas, animais para arado e no caso de parceria anuais de cria, al é de duas, uma ou metade.

— NO CASO DE DESRESPEITO A ESTES ARTIGOS A QUEM O CAMPONES DEVE PROCURAR?

Ele deve procurar primeiro o sindicato dos trabalhadores rurais, caso ele não resolve, deve procurar a justiça do trabalho.

O sindicato é o órgão de defesa dos direitos dos interesses de seus membros. É este o seu primeiro objetivo, para isto que ele existe. Tem muito sentido preocupar-se com

apresentação dos velhinhos, em dar guia para entrega de dividas, naturalmente etc. Isto é bom, mas não é tudo. Para serem criados, já no sentido principal do sindicato. Eles foram seus (e o respeito ao direito de seus associados. A função primeira do sindicato é reivindicatória e não assistencial. A partir de 1964 muitos sindicatos se avassalaram e ficaram al no assistencialismo cuidando de doentes ou aposentados dignos. Esquecem os seus sócios sobre a Reforma Agrária, forma de contrato, renda etc. Eles devem assumir a luta pela melhoria da vida e de condições de trabalho dos camponeses e trabalhadores quando o seu direito são violados. Eles são o órgão de defesa dos direitos do trabalhador rural. Eles tem uma missão muito importante no nosso meio e é preciso que eles se voltem prioritariamente para o cumprimento esta missão!

II - Pastoral Comunica ...

1 — Comunicamos aos prezados leitores que dia 2 próximo as 9 horas de manhã se realizará no Catequese a missa de abertura do Ano Agrícola, como também em comemoração aos 10 anos da Lei Estatuto da Terra. Te os seus convidados a tomar parte na solenidade.

2 — Lembramos aos señhores vigários e agências de pastoral que ainda dispõem de livros do Estatuto da Terra e Direitos Humanos, quem desejar adquirilos poderá procurar a Coordenação da Pastoral.

Nossa História

Padre João Mendes Lira

Capitulo 407

OS JUDEUS E A VARZEA DO PINTO

No dia de Fimados foi celebrada uma Missa em Varzea do Pinto, na intenção de todos os fiéis falecidos naquela localidade. Varzea do Pinto, transformada hoje em Capela da Paróquia da Igreja de São de Sobral, era uma das muitas fazendas criadas do lado sul de nossa cidade. Demandando Sobral por este ângulo encontramos hoje a Rubina, Ceaira, Pedreira, Sobradinho, Angico Torro, Mundo Novo, Alto Alegre, Malhada Grande e Varzea do Pinto, todas a margem esquerda do Rio Acaraú.

Na margem direita confrontando com a Fazenda Sobradinho, estava a Purpurema que faziam "extremas" com as terras de Antonio Rodrigues Magalhães, dono de todas as terras onde hoje se ergue a Princesa do Noste.

As travessias estas fazendas; bregos de nossa história, lembrei-me das frequentes viagens, pela Inquisição Rodrigues Magalhães e sua família faziam a estas paragens, eis que possuía em 1740 mil setecentos e cinquenta e três reses. Até bem pouco tempo ainda existiam as ruínas de uma casa construída por Antonio Rodrigues Magalhães em Sobradinho, hoje pertencente ao Sr. Policiano. Naquela localidade foram muitas coisas históricas enterradas. Essas duas fazendas — Purpurema e Sobradinho abrigavam boa parte do seu rebanho bovino.

Cheggi à Varzea do Pinto às 15 horas e 30 minutos passando um voltar a todos estes lugares para fazer uma pesquisa histórica dentro da Igreja explorando a terra de covação a Missa. Ophanio para o altar, fez-me muita boa que cobria o túmulo de Trajano Rodrigues de Sousa, donos das terras que serviram de Patrimônio para a Igreja local. Apesar de uma inscrição e uma curiosidade explicavam a presença desta localidade local. Trajano Rodrigues de Sousa — Nasceu em 13-1862 f. Morreu a 3-4-1950. Maria Alves Bonfim. A curiosidade é o desenho de uma estrela judaica.

Esta estrela fez-me pensar a presença de judeus na região. Perseguidos como escravos, pela Inquisição eles se interessavam no Brasil procurando escapar da perseguição, quanto desusaram perseguidos dos Inquisidores.

Quando um dos filhos de Trajano e cozinheira a fazer-lhe várias perguntas, sobretudo sobre tramas de família. Respondeu reclinando um frecho de uma possessão.

— POR QUE A IOREIA ESTA DANDO TANTA IMPORTANCIA A ESTA LEI?

Permite, porque ela defende uma distribuição mais justa e equitativa da terra através da Reforma Agrária.

Segundo, porque ela define, de maneira clara, os direitos e deveres dos camponeses, tanto dos patrões e tanto os moradores evitando assim que se multipliquem as injustiças que acontecem neste campo. As injustiças recam sempre sobre os mais fracos, no caso os moradores, colonos, ou posseiros.

— HA MUITO TEMPO QUE SE FALA EM REFORMA AGRARIA? QUAL O SEU OBJETIVO E POR QUE ATÉ AGORA ELA NAO SAIU?

A reforma agrária é um conjunto de medidas visando uma distribuição melhor das terras. Seu objetivo é difundir a posse da terra, reduzindo os latifúndios e promovendo a pequena propriedade a fim de que um maior número de camponeses tenham terra e meios para fazê-la produzir.

Acontece que nos órgãos responsáveis pela realização desta reforma estão homens que têm grandes propriedades, latifúndios; eles não tem interesse em vê-la realizada e vão imperrando o quanto podem. É preciso que haja uma grita dos camponeses. É preciso que eles se unam e através de seus sindicatos exijam a aplicação da lei. se não ela continuará ainda por muito tempo só no papel!

— A REFORMA ESTA DENTRO DO PLANO DE DEUS?

Sim, Deus ao criar o mundo deu a terra a todos os homens para que eles tirassem dela o seu sustento. A terra lhe pertence, nós somos apenas os administradores. No Levítico Ele nos diz: "a terra é minha e vós sois estrangeiros e meus colonos" (Lev 25.23). Deus ao dar a vida ao homem, deu-lhe também o smelo para sustentá-la e estes meios são tirados da terra. No Gênesis Ele diz: Vos del todos os animais da terra, todas as aves do céu e tudo que se move sobre a terra para que tenha o que comer (Gên 1.31). No plano de Deus a terra é patrimônio de todos para que todos possam viver dignamente. Não é portanto de seu agrado que alguns tenham léguas e léguas de terra enquanto outros não tem nada. No Brasil 60% das terras estão nas mãos de apenas 12% dos habitantes.

Este desejo de Deus foi reafirmado recentemente por João Paulo II ao declarar no México, que sobre a propriedade pesa uma HIPOTECA SOCIAL.

— AQUI E ALI A GENTE OUVIU FALAR DE PATRÕES QUE BOTAM O MORADOR PARA FORA SEM MOTIVO, HA ALGUMA DETERMINAÇÃO NA LEI SOBRE ISSO

A permanência do morador na terra deve ser fundada através de um contrato oral ou escrito, escrito é melhor. O contrato deve valer pelo menos por três anos. Caso o patrão leve o morador para ora da terra ele tem obrigação de pagar ao morador as lavouras que ele plantou em sua terra e todas as sementes utilizadas. Se o patrão vende a terra antes de completar os três anos, o morador não fica obrigado a sair. O novo dono tem obrigação de manter o contrato existente. E depois de três anos o contrato poderá ser renovado ou não dependendo das partes. Estas determinações se encontram no artigo 92 do Estatuto da Terra.

— EXISTEM ENTRE NOS OUTROS CASOS DE DESRESPEITO AO ESTATUTO DA TERRA? QUAIS?

Existem muitos, vejamos alguns e que são proibidos pela lei no artigo 93: — o patrão obrigar o rendeiro ou morador a vender seus produtos à sua firma ou exigir que ele compre na sua loja, ainda exigir que o morador lhe dê um dia de serviço de graça toda semana, pagar aos trabalhadores com vales ou em mercadorias de sua firma sem ou mercadorias e outros abusos relativos à cobrança da renda.

"Bon Noda, seu Meir, Sir Anar e sua Yaa, já não posso pensar, que a misturaria é diábia".

Esta é a história que se julga ao "Imparcial" no Brasil, fugindo aos horrores da Inquisição e Portugal, mudaram de nome para não serem nomeados de judeus e até de animais. Não são conhecidos, mas a espécie de venha. Cada português judeu que entrou no Brasil a esse tempo continuava a sua tradição de religião através do submundo. Então a solidificação e fraternidade eram uma constante.

Conversando depois com o Sr. Manoel Angelo, sobrinho de Manoel Trajano Rodrigues de Sousa Magalhães que em Varzea do Pinto, tem prazeres à Varzea do Pinto, existe o Patrão José que possuiu em 1877 um bom alvoro de colinas suas que não deixam ninguém esquecer as de suas terras. Afirma, ainda, que sabe de vários sobrenomes nesta mesma localidade com os nomes de Abrão, Moisés e que os nomes bíblicos eram comuns naquela região.

Em São Paulo, onde morava o irmão do Velho Trajano — sobrinho do Sr. Chico Pereira Pai do Sr. Marinho Filho Pereira, apelidado por Anar. Ora estes nomes de família podem se relacionar muito com os judeus que para cá vieram.

Depois da Missa entrei em contato com várias famílias da terra. Noel Trajano característico de um povo elevado. Rostos bem delineados, pele alva, com uma desenvoltura que indicava outra origem. Segundo os mais velhos a presença de estrangeiros naquelas terras, da segunda metade do século XIX um dia se marcara. Há poucos dias, um estudioso de emigração hebraica do reino para as colônias portuguesas disse que mais ou menos em 1882 foram desembarcados no Porto de Comocum treze judeus que fugiram das perseguições da Inquisição. Ora eles não são ficar lá uma vez que não tinham era uma porta aberta por onde entravam e saíam os portugueses, os inquisidores.

Esta Varzea do Pinto hoje chamamos Bonfim era homenagem, certamente a esposa do doador do Patrimônio — Maria Alves Bonfim.

O casal Trajano Rodrigues e Maria Alves Bonfim possuíam as terras que circundavam a Varzea do Pinto teve muitos filhos. Nove homens e 8 mulheres, todos com o sobrenome Trajano e Rodrigues. Isto é muito sintomático.

Atualmente estas referidas terras estão nas mãos do grupo "Machado". Esta Trajano Rodrigues uma das herdeiras vendidas. Os Trajano Rodrigues, outros possuidores de muitos hectares de terra nesta área hoje vivem modestamente, como descendentes do honrado velho Patriarca Trajano.

Bonfim é distrito da Comarca de Sobral, pelo projeto aprovado pela Câmara Municipal de Sobral em 1965 e sancionado pelo então Governador Virgílio Távora.

Um povo que conhece, ama e se gloria de sua história, torna-se um povo dinâmico, empreendedor.

Anistia Para os Crimes Eleitorais

Ricardo Vies Rodrigues

É incontestável o pouco valor que tem para a nação a nova classe política. O fato de o Congresso ter anulado e aprovado a emenda que suprime a sanção fiscal às responsabilidades por crimes eleitorais só deixa ver um profundo desprezo dos parlamentares brasileiros pelo sistema de governo representativo. Tal supressão da sanção ao poder legislativo significa, portanto, a garantia da liberdade de todos os poderes, tradicionais estruturas de poder.

Temos os vícios de clientelismo político, as suas consequências, o anseio do poder político em si mesmo, a apropriação do poder político sobre as demais instituições, a corrupção, os crimes políticos, etc., voltam a se manifestar com o mesmo vigor e legitimidade política. Porque é um ato de leopoldina mon-

strar o sistema para a classe política. E não dá de ter o nome Getúlio Vargas quando em 1931 conseguiu a designação de chefe político, incorporando as eleições indiretas para a República Velha. Dizia ele então: "A classe política é a administração, os comitês políticos, os partidos de campanha, os sindicatos políticos, os sindicatos de trabalho, que, aos poucos, vai perdendo o ralo e a significação".

O problema da corrupção da classe política que se encontra em nossos dias. Não se trata de uma corrupção política, mas de uma corrupção moral, em que o voto é usado para a obtenção de vantagens pessoais. O chefe político que o Presidente da República de 1934 se tornou, em 1937, no Ministro da Justiça, e não de justiça, que, aos poucos, vai perdendo o ralo e a significação.

Para a um ato tão aviltante de corrupção parlamentar, ganhar sentido ao sistema com que se criou a classe política, a classe política brasileira, se aprova a medida emenda que suprime as responsabilidades dos criminosos que atentaram contra o sistema representativo, contra as leis. Em primeiro lugar, porque permite a manutenção moral para o sistema que não deveria a parcela de poder que realmente lhe corresponde. Em segundo lugar, porque fomenta a desmoralização perante a nação, ao se admitir a impunidade com aqueles que atentaram contra o tempo histórico da representação.

Nossa História

Paulo João Mendes Lira
Capítulo 403

OS JUDEUS E A NOSSA ECONOMIA II

A participação dos judeus na economia sobrepõe-se ao fato de serem para a sua consolidação na região Centro-Norte do Estado. Para os judeus que deram o nome certo que designaram novas instituições, que fizeram as bases da nossa economia de tal modo que seu sistema implantado transformasse a várias gerações.

Se atualmente Sobral se impõe em todo o Estado por sua produtividade — seja e considerado como a capital do Chapéu de Palha, o Centro Nacional para Pesquisa de Caprinos e Ovinos (Embrapa), o maior centro produtor de cimento do Norte e Nordeste — se isto acontece — é porque os judeus plantaram aqui uma infra-estrutura capaz de suportar um grande desenvolvimento comercial e industrial.

O escritor José Gonçalves Salvador e mais livro "Os cristãos-novos. Perambulação e Conquista do Solo Brasileiro (1500-1600)" dá o seguinte em sua introdução: "Os historiadores, historiadores e sociólogos têm-se ocupado em estudar a presença do indígena e a do escravo negro na elaboração do complexo socioeconômico brasileiro, mas não detêm ainda a suficiente importância a um terceiro grupo étnico mas significativo, qual seja o dos chamados cristãos-novos nos primeiros séculos. São poucas as obras que tratam do assunto... E, no entanto, já se passaram mais de sessenta anos desde que Varnhagen abriu valiosas trilhas em sua inovável História Geral do Brasil.

Em outro livro "Os Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional" José Gonçalves Salvador refere-se aos judeus no Brasil do seguinte modo: "Para se avaliar a importância que os hebreus (judeus) tiveram na economia de Portugal, duas coisas pelo menos, devemos levar em conta: a primeira diz respeito ao número deles no acervo da população, e a segunda é a que se refere às modificações que o Reino (Portugal) vinha sofrendo desde os últimos séculos da Idade Média. Eles tornaram uma das maiores comunidades em todo o Ocidente, quanto à sua própria etnia.

Os judeus infiltraram-se em todas as camadas sociais de Portugal e também da Espanha. Daí vem a expressão marítima dos portugueses e o trato mercantil que distinguem os portugueses.

Os judeus figuraram entre os mais hábeis financistas do ultramar, percorrendo sobretudo as diversas águas do Atlântico Sul. Muitos deles possuíam navios e se dedicavam para onde queriam de tal modo que passaram a formar núcleos ou mesmo comunidades nos pontos mais populosos e interessantes comerciais.

Inquanto Portugal se beneficiava amplamente com os judeus que se tornaram os Bandeirantes Portugueses.

sem a legislação, a terrível impugnação intempestiva dos herdeiros que, segundo ela, derivavam entre as comunidades, e mais da herança. A este tempo figura o Estado andaluz tempo-judeus. Em alguns o outro. Era impugnação para a classe política da sua vida política e econômica e assim como o sistema econômico e temporal.

Os judeus foram considerados herdeiros no pacto de instalação da Inquisição em Portugal e Espanha que, para os judeus, houve o nome de Santo Ofício. Foi assim que os judeus se não representaram a fé política, os judeus não se tornaram herdeiros, mas apenas os judeus legítimos, legítimos, herdeiros dos bens, prazos próprios.

Buscaram em exatidão, que os judeus, e vieram contra a religião em Portugal. A não-pátria transformou-se nos poucos em madrastra. A perseguição em Portugal foi tão forte que o culto dos judeus ocasionou o declínio da economia portuguesa uma vez que eram os judeus os mais importantes comerciantes de Portugal e aqueles que mais traziam divisas para o Reino.

Quem podia afirmar o autor acima citado, espera para os judeus do Norte ou evadidos para o Brasil, que não proporcionava uma série de vantagens. E qual ocasião, sem o seu perigo. Longe de tudo e de todos, da Santa Inquisição e dos Inquisidores Mores poderiam exercer as mais diversificadas atividades comerciais sabendo eles que tinham o reconhecimento tácito do Rei que não mais podia possuir direitos.

No Brasil fizeram ligações com Luanda, em África e o Rio da Prata. O complexo mercantilista a que Portugal se atirava aqui no Brasil com as ligações Rio, S. Paulo, Recife, Luanda e Rio da Prata encontrou nos judeus agentes áreos, trabalhadores e dedicados.

O escravo negro, o açúcar e os metais preciosos de origem hispano-americana foram os principais artigos comercializados pelos corajosos judeus.

Os judeus, em Portugal eram tão numerosos que se a Inquisição fosse expulsão indiscriminadamente, conforme pensava, a nação se despojava. O Rei, temendo o colapso, teve que escrever ao Papa, pedindo-lhe certa indulgência, do contrário seu país estaria em estado de ferozidade.

Em Sobral foi grande a afinidade de judeus, dos chamados cristãos-novos. No "interland" criou-se eles estavam inteiramente livres tendo ao seu dispor o Porto de Camocim que lhes oferecia contato com o resto do mundo.

Com o tempo, porém, o Santo Ofício chegou ao Brasil e também ao Ceará. José Xerxes Faria Ultras, um dos homens mais importantes da Velha Cataguá, foi acusado de ser "cristão-novo". A intervenção dos mais valiosos amigos não conseguiu a suspensão de sua pena. Foi degradado para a África onde passou sete anos sofrendo duras castigos. Seus amigos conseguiram levá-lo através de uma valiosa soma em dinheiro. Chegou a voltar a Sobral onde morreu pouco tempo depois delatado pelos grandes infelizes.

Um povo que ama, conhece e estuda sua história, torna-se dinâmico.

Reserva o Presidente Provisório: "cada um dos chefes políticos que deve tudo conseguir dos votos dos para mantê-los e que eles chamam sua força moral, sua força que existe em proteção a milhares e milhares, milhares e milhares propiciados, e obter os benefícios de cada um e milhares quando se trata de recrutamento, tirar proveito das regras da política; sempre testemunhas para desmentir em provas, tentativas, e proteger aos amigos à custa de outros políticos por não os seus e herdeiros que se não se dá o empregar, citado por Fernando Diniz em O Mito do Império".

Mudaram os costumes? Tivemos que sim. A liberdade e aprovação pelo Congresso da emenda que anula os crimes eleitorais é prova disso.

NOTA DE AGRADECIMENTO

Mãe e Netas de Vasconcelos, Francisco Agostino de Vasconcelos e família, Maria Guimaraes de Vasconcelos e família, Raimundo Nuno de Vasconcelos e família, Guimaraes de Vasconcelos e família, José Neutônio de Vasconcelos e família, Maria Neutônio de Vasconcelos, Dr. José Neutônio de Vasconcelos e família, José Neutônio de Vasconcelos e família, José e família, Antônio Neutônio de Vasconcelos e família, José Neutônio de Vasconcelos, esposa, filhos, netos e netas de ANTONIO FELIPE DE VASCONCELOS ainda profundamente conmovidos pelo falecimento de seu inesquecível avô, agradecer os parentes e amigos que, pacientemente ou através de mensagens, apresentaram condolências ou participaram no seu sepultamento e às missas de 7º dia celebradas na Catedral de Sobral e no terraço de São Benedito em Fortaleza, no dia 13 de Outubro de 1979.

— SUPLENTO DA SEMANA —

NEBARIÁRIO
Publicado em 21 de março de 1912
Registado sob o número 1254 de acordo com o art. 2 do Decreto nº 1241

DIRETOR RESPONSÁVEL
Gonçalo Egberto Rodrigues de Andrade

JOSE EDUARDO COELHO — Gerente

Assinatura no Estado	R\$ 200,00
Fora do Estado	R\$ 250,00

Redação e Oficinas, Av. D. José, 547.

Não nos responsabilizamos por conceitos emitidos em matéria assinada e não devolvemos originais não divulgados.

Beba DELRIO Sinônimo de Guaraná

Nossa História

PADRE JOÃO MENDES LIRA

CAPÍTULO 147

O sonho de José de Xerez Furna Uchoa — O Café

Há homens que começam a ser lembrados e ao mesmo tempo começam a viver na memória da humanidade somente depois da morte quando uma série de acontecimentos vêm confirmar as suas afirmações, seus prognósticos, suas idéias, enfim, realizações que eram consideradas quase inadmissíveis.

O povo ao descobrir a ligação entre o passado e o presente, entre aqueles que, embora vivendo no passado souberam preparar o presente apontando novos caminhos, novas perspectivas e novos rumos consagra-lhe uma gratidão imorredoura.

As grandes inteligências têm um descortinho muito mais racional e apreciável daquilo que pode ser útil e proveitoso para os seus pósteros. Elas têm uma intuição do futuro. Lançam sementes de grandes árvores que darão frutos para os seus descendentes.

Einstein — o criador da Relatividade — quase que não sabia o mundo abraçar suas idéias e reconhecer seus princípios como verdadeiros, já estava idoso quando as observações em torno do Eclipse Solar, verificado em Sobral no ano de 1919, confirmaram todas as suas idéias.

A humanidade só veio acreditar nas teorias de Galileu sobre o Heliocentrismo muito depois de os cientistas da época o terem condenado como hereje.

José de Xerez sonhou um dia com a serra da Meruoca produzindo café. Diz o seguinte o continuador de seu Livro Manuscrito: «Trabalhador incansável no serviço publico, de que nunca recebeu remuneração alguma pecuniária e por todos esses motivos e suas maneiras afáveis, foi muito estimado e respeitado. Seu amor à justiça custou-lhe muito caro. Glória muito mais subida e invejável coube ao Capitão Xerez, qual a de ter sido o primeiro introdutor do Café na Capital do Ceará, senão no Brasil, como parece certo.

« indo a Portugal, pela primeira ou segunda vez, resolveu visitar Paris que já então era considerada a mais formosa das cidades — a cidade chefe —, o coração do mundo, civilizado como Roma fora a cabeça.

Nutrido desejo de ver de perto os esplendores da Corte de Luiz XV, partiu de Lisboa José de Xerez munido de recomendações das mais distintas pessoas o que lhe valeu ser muito bem aceito, obtendo até a honra, então não cobrada de ser incluído numa representação à Corte de Versailles, porém cousa muito melhor obteve ella — graças (parece que) ao Duque de Chaulseul, e foi arranjar duas pequenas plantar de Café, das existentes no Jardim das Plantas de Paris, descendentes de outros dois pés trazidos de Moka, por marinheiros de Holanda e por esta Nação oferecidas a Luiz XIV que mandou para o Jardim das Plantas.

« Dos dois pés que carregou Xerez, pequenos e meaquinhos, um morreu na longa travessia e o outro após trabalhos e fadigas sem conta plantou-o no seu Sitio Santa Urgula, num ligeiro declive do terreno, atrás da casa da moradia, onde o autor destas linhas, 39 neto de Xerez, o viu muitas vezes anteriormente ao anno de 1861 ainda carregado extraordinariamente em certos annos apesar de ter o mesmo pé de Café uns cento e dez annos, pouco mais ou menos, graças aos cuidados do Genro de Xerez, Sargento-Mór Francisco Antonio Linhares.

« Foi este pé de Café, senão o par de todos os cafés do Ceará como muitos afirmam e parece provar o facto de ser o Café do Ceará de Qualidade Moka».

Atualmente por uma louvavel iniciativa do Dr. César Cals podemos ter a certeza de que nosso Estado será auto-suficiente em Café — coisa lida como verdadeira por José de Xerez antigamente e pelo nosso atual Governador.

Segundo as informações do Dr. Antonio Furtado Macedo, agrônomo do I.B.C. responsável pelo plantio do Café na Serra da Meruoca, «já contamos na Serra da Meruoca com 110 hectares plantados (incluindo o Município de Alcântaras».

«O plantio do Café nas Serras da Meruoca e no Município de Alcântaras como em todo o Estado tem o apoio financeiro dos Bancos do Brasil e do Estado do Ceará.

A previsão de colheita, na opinião do nosso consuetudo agrônomo, é de 20 sacas de Café (beneficiado) por hectare.

Os proprietários da Serra no alto de Serra já começam a acreditar na idêa de José de Xerez e o Dr. César Cals quando proclamou a todos os cafeeiros a plantarem o café como uma nova fonte de renda para o Ceará.

O total dos financiamentos já atingiram a soma de 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados novos) aproximadamente e a previsão para o novo plantio do ano agrícola 74/75 será de aproximadamente 50 hectares com um financiamento de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos).

Muitos melhoramentos provieram do plantio do Café na Serra da Meruoca. Começou a haver a diversificação da lida de produtos agrícolas; veio o aproveitamento da mão de obra ociosa, naquelas áreas, se tudo for positivo como até agora haverá uma contribuição para a cota de exportação de Café do País; a taxa de arrecadação do Município de Meruoca e Alcântaras aumentará; está se verificando o aproveitamento da mão-de-obra desta Região e melhores rendimentos aos proprietários aumentará, sem dúvida, suas finanças.

Podemos ainda incluir como benefício que o plantio do Café trouxe o uso do crédito orientado para os agricultores e os incentivos no uso de defensivos e nutrientes químicos.

Muitas vezes ouvi D. José dizer que a Serra da Meruoca era «Um bolão de Ouro». O conhecimento profundo de suas riquezas e de suas possibilidades levou-o a comprar muitas propriedades não só para sua pessoa, como para a Diocese. Três vezes ao ano passava temporadas lá com alguns seminaristas: Junho, Semana da Pátria e Dezembro. Dou a Irmã Santana o Sitio de Pátria e Dezembro. Dou a Irmã Santana o Sitio de Meruoca e construiu uma casa para os Padres bem perto da Igreja.

Assim como há monumentos à Estrada, ao Vaqueiro, ao Gaucho, etc. o Prefeito de Meruoca devia construir um suntuoso monumento ao Café. Infelizmente nem todos acreditam nas palavras do grande historiador Toyman: «Faz pouco tempo que os homens se convenceram de que o presente é também História».

Superintendente do PIS Vem ao Nordeste

chave, não houve
casa até o anno de 1875.

Diz o continuador do Manuscrito das Memorias Genealogicas, começado por José de Xerez que até o ano de 1875 se conservava as enormes cadeiras de Sala, onde foram gravadas em grande relevo, seus brasões, diversos bancos de madeira e mezas e até uma grande bengala de Brajauva.

"A tinta dos papeis por elle escripto em 1730 ainda está perfeita e essa tinta era por elle preparada.

"Era o Capitão José de Xerez muito zeloso de seus foros de descendentes de Boa Casa e tanto que tinha dificuldades em aceitar como Genro pessoas das mais considerações de Sobral como o Capitão Mor da mesma Villa Manoel José do Monte, Tenente Coronel Antonio Manoel do Monte, que para tornarem-se seus genros tiveram de ratar as moças com quem casaram-se apesar das grandes precauções tomadas por Xerez, a ponto de sua casa parecer mais um Clautro".

A vinda de José de Xerez para a Vila de Sobral vem provar sobejamente a grande importancia de Sobral em toda a Provincia do Ceará naquele tempo, pois um homem riquissimo e de tão alta linhagem só poderia escolher um lugar para sua residencia definitiva que estivesse de acordo com o seu modo de viver.

Quanto ao rapto de suas filhas foi de certo modo cômico. Certa noite dirigia-se José de Xerez para seu Sitio. Subia a Serra sempre de Noite. No meio da Ladeira (era noite de luar) encontra-se com 2 cavalheiros e 2 damas. Estes o convidam para viajar em suas liteiras. Depois de aceitar o convite é que José de Xerez notou que suas filhas estavam sendo raptadas. No outro dia, na hora do almoço mostrou-se bastante aborrecido mas nada pôde fazer senão dar a mão de suas filhas aos dignissimos raptadores.

E por que José de Xerez escreveu suas memorias? No tempo em que ele vivia era quase um crime dizer-se que uma pessoa era descendente de Cristão Novo ou tinha sangue de Cristão Novo, isto é, convertidos de outras seitas.

Para provar, então, que não descendia de cristãos novos, de "indios-morós, de familias aparentadas com o Clero, com alguma Irmandade Religiosa que podessem lhe dar titulos honorificos, resolveu fazer uma pesquisa minuciosa sobre sua familia nos Estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Os arquivos do Reino (Portugal) e de Paris foram todos devassados e o resultado de suas queixas pelas acusações a ele dirigidas foi este preciosissimo manuscrito das "Memorias Genealogicas".

Durante a instalação da Vila Distinta e Real de Sobral em 5 de Julho de 1773 a Câmara Municipal pediu que lhe fosse dada por Patrimonio a Serra da Meruoca, onde morava e que tantos beneficios tinha feito lá.

Não aceitou, porém, esta OFFERTA por achar que era ilegal. Por causa deste gesto descortês para com a Rainha de Portugal que lhe concedia tantos beneficios e da segurança que oferecia o Presidente da Provincia do Ceará para tomar conta da Serra da Meruoca — recusada tambem por ele — chegou a ser preso.

Levado a Fortaleza e apresenado ao Governador da Provincia afirmou categoricamente que jamais engolia aquilo que lhe era lançado. Foi condenado a sete anos de prisão com trabalho em Pedra Branca na Africa. No fim de 2 anos seus parentes na Bahia conseguiram a comutação de pena de Degredo por 15.000 mil cruzados.

Depois que conseguiu voltar para o Ceará, retirou-se para Pernambuco onde passou 3 anos, de 1789 a 1792. Quando conseguiu restornar a Sobral não sobreviveu por muito tempo.

parti
ca n
DNB
ntal,
o pa
tado

ord
dest
enc
ver
refe
insc
HAB
HIST
edid
nto c
intes

Tit
Ata
Ata
Ata
Car
Cer
Cer
e V
Cer
ma
3 fo
Co
cri

prov
rtugué
evereir
glês, d
ptiões
ca, His
Curso
ficação,
em cad
s ques
grão

Consel
s, 28 pa
tras in
das pe
18,30

Tod
vota

Os b
meto

O rev
interi
novo,
detaih
e Bam

do t
graç
daçã
milh
sand
44 p

S
men
dade
938
para
do F
a ar
aum
lhõe

P

A
no J
do I
mine
o "J
data
Pérs
trôle
mina
so, e

E
nelac
ros e
Kure
Srta.
a em
arma
"Jose
em o
barri
pond
mo t

Es
te m
tabel
tar a
ros O
dos e
o nos
cru. T
ma es
no es
ros "
ru", a

Te

Nossa História

PADRE JOAO MENDES LIRA

Capítulo 136

Quem foi realmente José de Xerez Furna Uchoa?

Nas Memórias Genealógicas dos Descendentes de Arnaut de Hollanda e de sua mulher Da. Brites Mendes de Goes Vasconcelos lê-se o seguinte: "Descende de José Xerez da família Uchoa por ser 2º neto do Sargento Mor Francisco de Farias Uchoa, filho de Marcos André, Fidalgo da Casa Real, e sua mulher D. Maria de Mendonça Uchoa, irmã do Mestre de Campo Gaspar de Sousa Uchoa, Fidalgo Cavalheiro da Casa Real.

Descende dos Hollandas por ser elle o 5º neto de Arnaut de Hollanda, que chegou ao Brasil a 12 de Março de 1550; era filho de Henrique de Hollanda Barão de Rhonenburgo, descendente em linha direta e legitima dos Condes de Hollanda, antigos soberanos d'esta Nação e de sua mulher D. Margarida de Florencia, irmã do Papa Adriano VI que subiu a Cadeira de S. Pedro a 9 de Janeiro de 1552, tendo sido anteriormente, por diversas vezes, Vice Rei da Espanha, em nome do Imperador Carlos V.

"Descende o Capitão José de Xerez da familia dos Goes e Vasconcelos por ser tambem, segundo vimos, 5º neto de D. Brites Mendes de Vasconcelos".

"Descende da nobilíssima familia Albuquerque pois Bartolomeu Rodrigues era Fidalgo da Casa Real e Camareiro mor do Infante D. Luis, filho do Rei D. Manoel — era pai de D. Brites Mendes de Vasconcelos, 5a. avó de José de Xerez."

E por que este homem de alta linhagem escolheu Sobral para residir? O manuscrito acima citado conta sua história nos seguintes termos: "Era este, como seu pae, natural de Goyana (Pernambuco) porem tendo este falecido, retirou-se elle com sua mãe para o Ceará, a cujo clima excellente ia pedir o restabelecimento de sua saúde.

"Não querendo, porem, residir em lugar d'onde se não viesse agua salgada, escolheu para sua residencia uma situação (sitio) retirada, cerca de duas leguas da Barra da Ribeira do Acaracu onde havia uma Lagoa allimentada pelas aguas das altas marés.

"Morrendo sua mãe, retirou-se José de Xerez para a Villa de Sobral (isto certamente depois de 1773, pois fala de Vila de Sobral—a anotação é minha), residindo porem, a maior parte do tempo em seu famoso Sitio Santa Ursula, sobre a Serra da Meruoca, onde construiu um bom engenho de more cana, todo o machinario para a preparação da farinha de mandioca, achando-se tudo ainda hoje como elle deixou, não se tendo mudado uma só fechadura, nem uma chave, nem mesmo uma só telha fora ainda removida da cobertura da casa até o anno de 1875.

Diz o continuador do Manuscrito das Memorias Genealogicas, começado por José de Xerez que até o anno de 1875 se conservava as enormes cadeiras de Sala, onde foram gravadas em grande relevo, seus brasões, diversos bancos de madeira e mezas e até uma grande bengala de Brajauva.

"A tinta dos papeis por elle escripto em 1730 ainda está perfeita e essa tinta era por elle preparada.

"Era o Capitão José de Xerez muito zeloso de seus foros de descendentes de Boa Casa e tanto que tinha difficuldades em aceitar como Genro pessoas das mais considerações de Sobral como o Capitão Mor da mesma Villa Manoel José do Monte Tenente Coronel

Fi
Co

A f
única fo
infelizm
no Cear
da SUD
dade pr
a fiscal
tendo c
tendênc
com o
tão pra
é altam
ca nas
tas jove

Segu
da SUDI
acoplada
que vem
sim é br
sendo fe
barcos q
os barco
abordada
reuglar,
regular,
grante.

A pr

INP
Gr

O INP
do em 7º
graças a s
dação que
milhões e
sando, um
44 por cen

Segundo
mente na c
dada foi na
938 mil cru
para as oit

O gado que sitiaram, continua João Brígido, teve incremento espantoso. Procedia das ilhas portuguesas. Pelo litoral vieram também povoadores para o Ceará, sendo quase exclusivamente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Ao longo de todo este abençoado Rio fundaram-se Fazendas, surgiram povoados, relações comerciais, vida religiosa—resultado necessário das fazendas que forçaram o homem desbravador e colonizador a fazer desta terra a sua segunda Pátria.

“O curso do Rio Acaraú atinge 320 quilômetros, com vasão anual média de 1.800.000.000 metros cúbicos, e a bacia hidrográfica ocupa uma área de 14.500Km². Suas nascentes vem da Serra das Matas, a 5Km. da cabeceira do Quixeramobim. E corre a principio de Leste para o Oeste até à altura do Serrote do Feiticeiro, e daí parte mais importante do seu curso, segue de Sul, a Norte quase paralelo à Serra da Ibiapaba. Ao longo do seu percurso banha os Municípios de Tamboril, Macaraú, Groairas, SOBRAL, Santana do Acaraú, Morrinhos, Marco, Bela Cruz e Acaraú. Formando um pequeno delta, depois de sua longa viagem, vai lançar-se ao mar, a 5 Km da sede municipal, por dois braços. — Mosqueiro e Cacimbas.”

Certamente os herdeiros dos Goes venderam parte de suas terras localizadas em toda a extensão do Vale do Acaraú a estranhos. Tanto isto é verdade que em 1742 Antonio Rodrigues Magalhães já estava fixado em Sobral com suas duas Fazendas Caiçara e Macacolider fazendário de toda a Região.

O primeiro livro de Registro das Fazendas do Vale do Rio Acaraú data de 1788. De 1690 até este termo temos conhecimento das fazendas aqui existentes através dos Autos dos Inventários dos moradores da Região.

No ano de 1788 de Groairas até Acaraú morava D. Ana Maria da Cunha em sua Fazenda de gado S. José—fazenda que pertencia ao Incapelado de S. José. No Morrinho habitava Antonio Mendes de Vasconcelos — morador e rendeiro de Mateus Mendes de Vasconcelos.

Manoel Carneiro da Costa a Fazenda Sapo, perto do Olho D'Agua nas margens do Acaraú. O Capitão Tomé Ferreira Fontele fez uma grande Fazenda denominada Varsea Redonda.

Todos estes fazendeiros, relata o citado livro de registros, mantinham comercio de gado com Pernambuco, através de vários portos da Região.

As fazendas Batoque e Bomfim pertenciam a Mancel José do Nascimento. Eram “Seiscentas braças de comprido com meia légua de largo (nas margens do Acaraú). Além da criação do gado dedicava-se também à agricultura. Em 1788 fez “duas mil e quinhentas rapaduras, e de mel trinta frascos e seis frascos de azeite. Abatera mil para gasto de sua fábrica. Vendera as demais aos moradores do mesmo termo.

Por esta relação podemos ter uma visão do que era a região no fim do século XVIII. Os Livros das Irmandades deste tempo trazem a assinatura de todos estes ilustres homens — alguns com residência na velha Caiçara.

Morava no Sabonete, onde tinha sua fazenda o Alferes José Ferreira Brandão. No Marco, onde fixou sua residência outro Alferes Luis Sousa Xerez.

Com o mapa de todas as Fazendas que logo mais publicarei poderemos ver que a fixação do homem no vale do Acaraú se deveu à criação do gado e uma das causas mais sérias do êxodo do sertanejo tem sido, em todos os tempos, a seca que dizimava o gado.

tes: o ep
possível
está pro

Compa de

Ficar
Cia. Sob
MAC par
ria, no d
sede, no
ra delibe

Ficar
critório, f
tos a que
setembro

EDM

PROG

A Secre
do, em co
rio da Edu
volverá, a
o Program
cer no Ces
da Política
Companha
ao Cancer.

Para ex
ta da Saúde
recursos fit

Nossa História

PADRE JOAO MENDES LIRA

Capítulo 134

A fixação do Homem em Sobral e na Zona Norte

A primeira tentativa de colonização da terra cearense deu-se em 1603 quando Pero Coelho "desbravador ousado, dado às aventuras, requereu e obteve da Córte portuguesa por intermédio de Diogo de Botelho, 8º Governador Geral do Brasil, o título de Capitão-Mor e os indispensáveis privilégios para desbravar e colonizar a Capitania do Siará Grande".

A sua tentativa foi malograda infelizmente. Desistindo do Forte São Tiago procurou o sul do Estado através do Rio Jaguaribe. Lá porém, o esperava a terrível seca de 1605, que o obrigou a voltar para o Forte dos Reis Magos.

Em 1612 chega à barra do Ceará o valente e destemido Soares Moreno que iniciaria a definitiva colonização deste Estado e daria começo à fixação do homem ao solo.

Sobral e toda a Região Centro-Norte só foram achadas (descobertas) no fim do século XVII.

Segundo Newton Craveiro, citado por Nicodemos de Araujo, o primeiro homem que pisou a Barra do Rio Acaraú, foi Manoel Dias de Goes. ISTO EM 1683 (o grifo é nosso), quando esse português veio medir a sesmaria que então lhe foi concedida, a qual, incluindo a parte de seus companheiros, aí a Riacho Guimarães, marginando o grande Rio, a partir de sua embocadura, que está situada a 2º 52' 36" de Latitude Sul e 3º 012" de Longitude Leste do Rio de Janeiro.

As pesquisas realizadas em torno da personalidade de Manoel Goes e seu trabalho em união com seus companheiros no Vale do Acaraú não permitiram aos historiadores determinar qual dos irmãos ficou no Riacho Guimarães, na Caiçara, no Curreal Grande, Marco, Bela Cruz e Porto dos Barcos (Acaraú).

As hipóteses que as terras onde está construída nossa cidade fazem parte de uma possível Sesmaria dada a Antonio da Costa Peixoto são inverossímeis. Não possuem qualquer base histórica.

Diz João Brígido que "no longo período da Guerra Holandesa, o interior do Ceará começou a receber população de origem portuguesa. Muitas famílias tiveram de abandonar o litoral para viver nas matas, ocupando-se de plantações, ou no sertão criando gado".

Fundaram-se então as fazendas que posteriormente fixaria o homem do Vale do Acaraú ao solo que ele mais tarde daria a própria vida para conservá-lo.

O gado que sitiaram, continua João Brígido, teve incremento espantoso. Procedia das ilhas portuguesas. Pelo litoral vieram também povoadores para o Ceará, sendo quase exclusivamente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Ao longo de todo este abençoado Rio fundaram-se Fazendas, surgiram povoados, relações comerciais, vida religiosa—resultado necessário das fazendas que forçaram o homem desbravador e colonizador a fazer desta terra a sua segunda Pátria.

rique
elega
área
Km2
ses. 1
de b
bém
etc. 1
baçu
e no
O ric
ment
pena
possi
quilh
C

Se o
ra pr
deles
tem
seis
ment
dia, 2
za do
ment
de 30
tam
lhões
crian
é dur
doas.
de. E
doas.

G
Brasil
sabões
simas
lente
Europ
timave
ta-se d
tes: o e
possive
está pr

Comp
de

frutíferas.

"Desejando ver de perto a corte da França, onde reinava então Luis XV partiu daqui para Lisboa, pela segunda vez, em 1743, e munido de recomendações muito especiais, conseguiu ser apresentado à Corte de Versailhes. Por intermedio do Duque de Choiseul obteve duas plantas de Café das existentes no Jardim das plantas de Paris trazidas de moca por marinheiros holandeses e oferecidas a Luis XIII.

"Dos dois de café trazidos por José de Xerez Furna Uchoa um morreu na larga travessia e outro foi plantado pelo próprio Xerez em seu Sítio Santa Ursua em 1747".

Grande estudioso de Genealogia, deixou um trabalho incomparavel para a Posteridade. Fez um livro manuscrito onde descreve a origem de sua familia. Na primeira pagina está contido o seguinte: "Memorias genealogicas dos descendentes de Arnaut de Holanda e de sua mulher D. Brites Mendes de Gois Vasconcelos compreendendo um periodo de cerca de QUATROCENTOS ANNOS, escritos até o ano de 1759 por seu descendente em 8º grau-Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa, continuadas posteriormente por seus netos em 10º grau Capitão Vicente Alves Linhares até o anno de 1877, quando faleceu o Professor Prisco Rodrigues Lima até a presente data. Sobral, 1º de janeiro de 1906".

Das pesquisas realizadas concluiu o seguinte quando começa o seu famoso Livro Manuscrito: "MEMORIAS GENEALOGICAS da familia HOLLANDA e GOIS de VASCONCELOS, sua antiguidade na Capitania de Pernambuco, continuada por varios ramos até o presente anno de 1759.

E logo vem a INTRODUÇÃO com o seguinte teor: "É sabido que Duarte Coelho Pereira donatario de Pernambuco veio povoar esta Capitania no anno de 1535. tomando posse a nove de Maio do mesmo as liberdades e privilegios que lhe foram consedidos por duas amplas cartas passadas em Evora pelo Rei D. João 3º a 24 de Setembro anno das terras da Capitania, governança e sua jurisdição com todas de 1534.

"Tambem é notorio, continua José de Xerez, que Duarte Coelho havia vindo com sua mulher D. Brites de Albuquerque e seu cunhado Jeronimo d'Albuquerque (que n'sta Capitania é tronco principal da nobilissima familia de seu apelido e muitas outras pessoas nobres, que atrahidos pelas conveniencias que se lhes antolhavam determinaram-se acompanha-lo n'esta nova conquista e povoação do que precedeu ter Capitania de Pernambuco, a mais morigerada e distinta entre todas as do Brasil.

"Arnaut de Holanda natural de Utrecht, foi um dos homens nobres que acompanharam a Duarte Coelho Pereira.

José de Xerez era bastante minucioso em suas anotações. que d'elle se conservam que era elle sobrinho do Cardeal Adriano Florencio, natural de Utrecht que subiu a Cadeira de S. Pedro a 9 de Janeiro de 1523 com um anno, oito meses e seis dias de Pontificado, durante o qual appareceu a Bulla-Edificare Sion in sanguinibus — Foi elle 227 Papa e sucessor de Leão X".

Na Praça da Sé ainda existe a casa de morada deste illustre cidadão. Exemplifica esta moradia o estilo de uma época. Dois motivos deviam levar o Prefeito Municipal a desapropriar este prédio: primeiro porque pertenceu a José de Xerez Furna Uchoa, segundo porque a casa em apreço constitui um patrimonio histórico.

A administração pública é impessoal, continua e constante mas cada homem tem sua razão para viver e seu preço para morrer.

C U S

ADMIN
TRIBUT
FINANC
C/ PESS
C/ PAC
C/ MAN
C/ EQU
INTER
INAPLI
DIVERS
BANCA
FRETES

DEPRECO
Vr.
ta de

Z
Tec. em C

ATIVO:

DIS
CAIXA
BANCOS

REALIZAV
DEV
ALM

IMOBILIZA
IMOV
EQU
COES
VEIC

Cer
mil for
à Cent
Ceará
e 700 r
e Cr\$ 2
préstit
empres
CEASA

A pa
se orig
de Res
parte
instala

ET

Em ju
conced
de cel
execu
Além

vo. Se
Estad
Cals
lado,
pelo
emoç

na C
veis
ta De
anos
era
riodi

Sra.
Aver
vers
pequ
aleg
geni
part
ar B
notá

E O LIXO CONTINUA

Prática pouco recomendável esta sendo levada a efeito por algumas oficinas de carpintaria, localizadas nas imediações da Cooperativa Agropecuária de Sobral, ou mais precisamente na Praça da Se.

E que essas pequenas serrarias jogam raspas de

madeira, sarrafos e outros detritos bem ao pé do muro da usina de algodão da Coopnorte, exatamente próximo aos depósitos de algodão, o que representa sérios riscos de incêndio para tudo aquilo.

Prezende a Direção da Coopnorte, isolar a área preferida pelos lixeiros, com uma cerca, porém para isso se faz necessário a remoção do lixo que já é em grande quantidade, e, por intermédio de um dos seus Diretores, o Sr. João Passos Dias, Secretário de Obras da Prefeitura, foi solicitada a mantenedora do município, para

fazer a remoção, em cujo trabalho não será gasto mais de 30 minutos, e até agora lá não apareceu a dita mantenedora, não obstante a costumeira promessa do Sr. Senhor Secretário.

Resalte-se que a Cooperativa pertence a comunidade rural do município de Sobral, e que sendo destruída por um incêndio irão na fumaça tantos esforços e tantos sacrifícios. Resta uma alternativa, solicitar do DARE, que não nos parece muito justo.

NOSSA HISTÓRIA

(Continuação)

ali tanto em procura de novas riquezas como para encontrar melhor refúgio para melhor professarem sua religião.

"São encontrados nos Engenhos da Paraíba em 1729. São dezenas de famílias que praticam acintosamente o judaísmo. Tive muito trabalho com eles o Familiar do Santo Ofício Antonio Borges da Fonseca. Os que conseguiram escapar da prisão mais e mais enterraram-se nos sertões da Paraíba e do Ceará. Estes distrajadamente conseguiram uma grande infiltração em nosso Estado sobretudo nos lugares mais próximos à cultura da cana de açúcar.

Descendem muitas famílias cearenses dessas criações novas. Esta recordação duas vezes centenária foi, há pouco mais de 30 anos passados, revivida por um conhecido comerciante cearense que estava desejoso de mandar seus filhos estudar na Alemanha de Hitler. Saubedor das perseguições que estavam sofrendo os judeus naquela Nação, providentemente achou por bem mandar fazer umas indagações genealógicas acerca de suas origens".

Um povo que ama, estuda e conhece sua História torna-se um povo dinâmico, sítanero, capaz de enfrentar todo e qualquer obstáculo.

O mar territorial de 200 milhas

(Continuação)

trabalho, intitulada "The Exclusive Economic Zone", onde o autor faz longo estudo sobre a evolução e o desenvolvimento progressivo das leis internacionais do mar, e opta pela chamada "zona económica", pretende-se transformar a conquista jurídica, de "mar territorial" de duas milhas, já aceita como um direito internacional,

A IGREJA A CAMINHO

(Continuação)

destes encontros e quem lhes deu caráter. Pela minha parte, tinha preparado um escrito especial, um discurso particular que não pronunciei e coloquei-o por isso à disposição da Conferência Episcopal brasileira. Além disso, falei muito sobre o tema destas comunidades com os Bispos, durante as audiências e noutras ocasiões. Julgo que — se prescindirmos de certos fatos com prejuízo do fenómeno em si (por exemplo, da politização de algumas destas comunidades) — as comunidades enquanto tais são uma das formas mais interessantes da encarnação do ensinamento do Concílio a respeito do apostolado dos leigos. Os leigos sentem-se responsáveis, do modo mais fundamental possível, pela Igreja, o que significa tudo fazerem para criar uma comunidade onde não há sacerdotes, à volta do qual ela poderia reunir-se. Formam então uma comunidade local, que deseja tornar-se autenticamente cristã. Deseja ser-lo, e assim se manifesta um princípio importante: o Povo de Deus deve viver numa comunidade que se recolha sobretudo à volta da Palavra de Deus e da Eucaristia. Daqui, em primeiro lugar, a reflexão sobre a Palavra de Deus, por meio da leitura e do comentário da Sagrada Escritura por obra dos leigos preparados adequadamente, e também, mesmo na ausência do sacerdote, a distribuição da Eucaristia por parte de

personas para isso autorizadas (extraordinarii ministri Eucharistiae), que podem por vezes ser uma religião para um leigo. Estas pessoas, enquanto "ministros" da comunidade, não só por ocasião das festas mas quotidianamente, procuram estar preparadas para tal função apostólica".

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SOBRAL

C.G.C. 07.601.347 0001-23

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA

1ª e 2ª CONVOCAÇÃO

Convoca-se os associados desta Associação Comercial e Industrial de Sobral, para a reunião de Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 1ª convocação no próximo dia 26 deste mês de Setembro às 14 horas na sede social à Rua Cel. José Saboya nº 221 nesta cidade de Sobral para eleição da Diretoria para o biênio de Setembro de 1980 à Setembro de 1982.

Não havendo número legal em 1ª convocação, Assembleia funcionará em 2ª convocação às 17 horas no mesmo dia 26 deste, no mesmo local.

Sobral (Ce.), 6 de Setembro de 1980

Omar Sá Ponte - 1º Secretário

Visto:

Humberto Arruda Carneiro - Presidente

Uma Mensagem de Patriotismo

José Edmar Pereira

já constitui uma mensagem

15.032.378
 576.160.200
 254.550
 61.156.000
 31.116.100
 300.189.200
 300.685.550
 518.897.450
 1.987.555.528
 1.188.044.472
 1.175.600.000



**rança
 em.**

e muitas malas
 II, porque é a única
 porta-malas com es-
 7 litros de bagagem.
 anos de financia-
 sob medida para
 sem muita despesa.
 o aí. A Variant II
 buscá-la.



tagiavam, expulsos incessante de qualquer pouso onde provisoriamente se estabelecessem para uma passageira moradia, é de admirar a perseverança com que sempre resistiram aos mais indizíveis sofrimentos. Partindo de um tugúrio ao outro, sempre onde paravam para tomar um pouco de ânimo, mantendo o mesmo espírito de constância, de persistência na crença ancestral, no espírito das gerações nunca esquecidas de seus profetas, guardando suas tradições, seus hábitos inveterados, seu folclore. A par disso, a imutabilidade antropológica, num conservantismo somático raro em qualquer outro povo ou raça. Pouco difere hoje um judeu puro, autêntico, que não tenha sofrido em sua gênese a influência de outra raça, de um outro de sua grei do século XV ou do XVI, conclui com muito acerto o nosso articulista".

Outra indagação que se faz sobre a presença dos judeus no Brasil e, sobretudo no Ceará, é a seguinte: Por que este povo preferiu nossa Pátria, nos séculos XVI, XVII e XVIII para se fixar?

"Portugal foi conhecido em épocas pretéritas como a Pátria mesmo dos judeus. Fugidos da Espanha encontraram abrigo na proteção de D. Manoel. Foram legões. Elevaram para um terço a proporção que já era de um quinto entre cristãos e judeus. Numa população de um milhão, eram 300.000 e tornaram 550.000, em 1.350.000. Chegada a hora da perseguição, entre outras opções, viram o Brasil em princípio de colonização. Lançaram-se ao desconhecido com o ânimo de desbravadores e logo viram surgir as possibilidades de fácil enriquecimento que o seu crisotopismo antevia. Trouxeram a técnica da indústria do açúcar e pouco depois estavam dominando o mercado da Bahia e de Pernambuco. Ricos passaram a monopolizar o mercado pelas facilidades que encontravam na colocação internacional de seu produto através da Confraria dos judeus banqueiros da Holanda, Itália e França. Veio a Inquisição em Olinda, afugentou muitos, prendeu alguns. A invasão holandesa trouxe-lhes a liberdade de culto. Abriram a Sinagoga Zur Israel, desclamuflaram-se, voltaram a usar seus nomes hebraicos, opulentaram-se novamente, mas foi breve a ilusão. De Pernambuco, aqueles menos enraizados saíram para fundar cidades, colonizar Martinica, fazer a futura Nova York. Outros retornaram a Holanda com todos os seus cabedais. Mas, muitos ainda ficaram, voltando ainda às práticas de um cripto judaísmo ao qual se tinham desabituação. Aparecem em 1711 no Recife, lutando pela autonomia da Vila em contraposição a Olinda com seus nobres".

É fácil, agora saber-se porque os judeus buscaram o interior do Nordeste sobretudo o interior do Ceará.

Quando começa o desbravamento dos sertões vizinhos de Pernambuco os últimos combates sangrentos para expulsão dos holandeses faziam milhares de vítimas amedrontavam a maioria da população, os judeus "vão

(Continua na última página)

lo Nossa História

Padre João Mendes Lira

CAPITULO CDXXXIII

A influência dos Judeus na formação sócio-econômica de todo o Ceará

O Sr. Vinicius Barros Leal publicou um excelente artigo na Revista do Instituto do Ceará (Tomo LXXXIX Ano LXXIX 1975) com o título "OS CRISTÃOS NOVOS NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA CEARENSE" que coloca muita luz quanto a presença dos judeus em todo o Ceará.

Os Judeus, sem dúvida, influenciaram poderosamente na índole do povo cearense. No início do seu artigo ele procura esclarecer com bastante nitidez esta tese. "Constituímos, diz ele, uma individualidade racial com características bem definidas com traços físicos, índole, reações psicológicas, costumes e impressão geral, apresentando uma média razoável de biotipos, com qualidades comuns e mais ou menos semelhantes. No entanto, isto que assim se apresenta, teve sua base assentada em dois elementos raciais e religiosos de características díspares; não me refiro ao preto e ao índio, mas a dois povos separados por opostas tradições de mil anos de individualização: o cristão e o judeu".

O povo judeu, onde quer que se fixasse — no Brasil, em Angola, na Rússia ou Alemanha — participavam profundamente da vida sócio-econômica da Comunidade muitas vezes modificando o próprio viver desta comunidade. O segredo deste fenômeno e o de resistir a todos os obstáculos é assinalado também por Vinicius Barros Leal:

"O Povo Judeu sempre foi um povo "tremendamente endogâmico, conservando seus traços, suas mentalidades, seus hábitos milenares, integralmente, pouco sofrendo no conjunto, com as constantes mudanças de domicílio e pátrias através das perseguições que sempre o acompanharam. Odiados em todos os lugares onde estagiavam, expulsos incessante de qualquer pouso onde provisoriamente se estabelecessem para uma passagem moradia, é de admirar a perseverança com que sempre resistiram aos mais indizíveis sofrimentos. Partindo de um tugúrio ao outro, sempre onde paravam para tomar um pouco de ânimo, mantendo o mesmo espírito de constância, de persistência na crença ancestral, no espírito das gerações nunca esquecidas de seus profetas, guardando suas tradições, seus hábitos inveterados, seu fol-

e 1%, e os
cos fazem
o mais ou
cos cerca

uco menos
siderações
no ano de

is tende a
ontinentes.

do Estado
ativamente

s ortodoxos
cem às di-
na Oceânia
tãos.

tes de

ial

067.100
134.000
134.000
119.100
032.378
160.200
254.550
156.000
116.100
0.189.200
0.685.550
8.897.450
7.555.528

lo Nossa História

Padre João Mendes Lira

CAPITULO CDXXXIII

A influência dos Judeus na formação sócio-econômica de todo o Ceará

O Sr. Vinicius Barros Leal publicou um excelente artigo na Revista do Instituto do Ceará (Tomo LXXXIX Ano LXXIX 1975) com o título "OS CRISTÃOS NOVOS NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA CEARENSE" que coloca muita luz quanto a presença dos judeus em todo o Ceará.

Os Judeus, sem dúvida, influenciaram poderosamente na índole do povo cearense. No início do seu artigo ele procura esclarecer com bastante nitidez esta tese. "Constituímos, diz ele, uma individualidade racial com características bem definidas com traços físicos, índole, reações psicológicas, costumes e impressão geral, apresentando uma média razoável de biotipos, com qualidades comuns e mais ou menos semelhantes. No entanto, isto que assim se apresenta, teve sua base assentada em dois elementos raciais e religiosos de características díspares; não me refiro ao preto e ao índio, mas a dois povos separados por opostas tradições de mil anos de individualização: o cristão e o judeu".

O povo judeu, onde quer que se fixasse — no Brasil, em Angola, na Rússia ou Alemanha — participavam profundamente da vida sócio-econômica da Comunidade muitas vezes modificando o próprio viver desta comunidade. O segredo deste fenômeno e o de resistir a todos os obstáculos é assinalado também por Vinicius Barros Leal:

"O Povo Judeu sempre foi um povo "tremendamente endogâmico, conservando seus traços, suas mentalidades, seus hábitos milenares, integralmente, pouco sofrendo no conjunto, com as constantes mudanças de domicílio e pátrias através das perseguições que sempre o acompanharam. Odiados em todos os lugares onde estagiavam, expulsos incessante de qualquer pouso onde provisoriamente se estabelecessem para uma passagem moradia, é de admirar a perseverança com que sempre resistiram aos mais indizíveis sofrimentos. Partindo de um tugúrio ao outro, sempre onde paravam para tomar um pouco de ânimo, mantendo o mesmo espírito de constância, de persistência na crença ancestral, no espírito das gerações nunca esquecidas de seus profetas, guardando suas tradições, seus hábitos inveterados, seu fol-

e 1%, e os
cos fazem
o mais ou
cos cerca

uco menos
siderações
no ano de

is tende a
ontinentes.

do Estado
ativamente

s ortodoxos
cem às di-
na Oceânia
tãos.

tes de

ial

067.100
134.000
134.000
119.100
032.378
160.200
254.550
156.000
116.100
0189.200
0.685.550
8.897.450
7.555.528

, foi feita a abereu de prata sabEdson Magalhães,

parada para bem executado um pro-line oferecido um des de abril uma previsto um terço

ia do Patrocínio

a inauguração da tração se deu com sabino Lodiola. Se-é. Houve boa par-nas comunhões. O unidade de Torto.

Caminhada

grupo jovem da minhada rumo ao a o grupo refletiu e os discípulos de do, encerraram a para a vivência do audável banho no realmente um dia

Casa Realiza suas Mães

o grupo de jovem ca de seus partici do dia das mães, uma palestra cada (Devemos usar os por isto, escolheram não houve coquetel, steve em reconhecer unido atual.

se-á em nossa diocese a Crisma — festa de s os anos o Senhor keira Vieira adminis- o grupo previamente sacramento da Crisma a Brasília, do Colégio a Mons. José Gerardo

da Cidade realizarão jovens procurarão o ão sua inscrição e re- tanto ao curso de pre- do sacramento

Nossa . . .

são do Brasil—Colônia pelos judeus. "Numerosos destes encaminham-se para o Brasil e procedem dos mais diversos níveis sociais, culturais e econômicos. Pessoas ha que emigram por ação do Santo-Ofício ou por have-rem incorrido nas penalidades das Ordenações; outras porque o Governo lhes admite os serviços, e tantas mais por interesse próprio".

Onde a atuação do hebreu se fez também sentir, foi nas corporações de ofício, nas quais os respectivos elementos se confraternizavam mutuamente, discutiam os problemas da classe e se interavam de questões vi-gentes na época. É possível até que, juntamente, atu-ando nas contrarias religiosas, hajam lançado os ger-nes do nativismo através das mesmas.

Em Sobral os judeus se entregavam ao comércio de jóias e tinham seus lugares preferidos de concen-tração onde conversavam, planejavam e decidiam suas atividades.

Este judeu que se fixou em Sobral, e nas locali-dades vizinhas como Groaíras, Varzea do Pinto, Cariré, transferiu para cá o espírito de iniciativa e de avent-ura, a longa experiência adquirida no ramo dos ne-gócios, o tino comercial e os recursos materiais. Na península, as perseguições obrigavam-no a sobressaltos contínuos e a reduzir os haveres à dinheiro, à jóias e à cred-tos no exterior. E então, quando emigrava, ser-via-se desses bens, empregando-os onde pudessem ser multiplicados e gozar de certa segurança".

Os judeus radicados no Brasil facilmente ligaram nossa Pátria à Angola e Moçambique, na África. Dis-pondo de navios de carga, faziam não só as viagens de cabotagem desde o Cabo Orange até o Arroio Chui mas também o comércio com as colônias portuguesas da África. Muitos produtos eram comercializados e a Coroa Portuguesa auferia grandes lucros.

Os judeus também enveredaram pelo comércio de escravos. Este gênero de comércio era muito esti-mulado pelo Rei de Portugal porque cada escravo com-prado e vendido deixava uma renda para os cofres pú-blicos. Por outro lado ele não permitia de modo velado que os cristãos novos exercessem este tipo de comércio.

Quando os rperesentantes do Santo Ofício, isto é, quando os inquisidores estiveram em Pernambuco, ini-ciou-se uma diáspora dos judeus novos por todo o Ceará. Aqui salvos da perseguição e mais experimen-tados trocavam sistematicamente de nomes. Ao morre-rem, isto é, quadno se julgavam muito doentes, em geral chamavam o filho mais velho e confiavam-lhe o segredo: meu verdadeiro nome é este; e davam para o filho a sua verdadeira identidade.

Um povo que estuda, ama e divulga sua história se conservará sempre dinâmico.

ORAÇÃO AO ESPIRITO SANTO

Esprito Santo, Vós que me esclarece tudo, que

Nossa História

Padre Joao Mendes Lira

CAPÍTULO CDXLII

A VINDA DOS JUDEUS PARA O NORDESTE E PARA O CEARÁ

Os judeus no começo do século XVI "constituíam uma fração expressiva da burguesia na Península Ibérica. Eles se infiltraram nesta região porque podiam viver mais livres das prescrições canônicas em relação aos cristãos aos quais era proibido o comércio marítimo. Entregavam-se a toda espécie de transações obtendo lucros altíssimos. Isto também os colocava em evidência fazendo com que suscitasse inveja nas outras classes sociais menos favorecidas.

Um comerciante que visitou a Península nesta época afirmou: "Eles formavam a terça parte dos que são cidadãos e mercadores". O sangue judaico, diz um autor tanto se infiltrava no meio da alta fidalguia como das outras classes sociais de tal modo que, se fosse expulsar indiscriminadamente a todos de linhagem espúria, conforme se pensou, a nação se despovoaria.

Apesar da Inquisição ter forçado o Rei de Portugal a tomar uma medida severa contra os judeus

que agiam livremente em Portugal, este temendo o colapso da economia em seu país toma uma decisão que podia agradar a ambos os partidos, exige o batismo dos judeus criando um tipo humano diferente — o cristão-novo, isto é, o judeu batizado na fé católica — cristão novo este amo foi igualmente perseguido pela Inquisição e pelos católicos. Este estado de coisas levou o Rei de Portugal a estabelecer o "Resgate" — uma soma de dinheiro pela liberdade total do cristão novo que chegava a ser preso ou acusado de judaizante. Em Sobral tivemos um caso deste. José de Xerez Furna Uchoa foi acusado de ser cristão-novo. Foi preso e degredado para a África. Seus amigos conseguiram uma soma avultada de dinheiro e conseguiram a sua libertação. Era que os cofres portugueses precisavam de dinheiro e isto trazia muita renda.

Os judeus, os cristãos novos eram tão eficientes no Reino que era quase impossível a economia portuguesa subsistir sem eles. Até o Padre Antonio Vieira era adepto desta idéia. O Brasil-Colônia foi realmente invadido pelos judeus e com o consentimento tácito do Rei. O soberano português começou a arrendar terras da Colônia a judeus conhecidamente ótimos mercadores que que poderiam enriquecer o Reino. Fernando Noronha foi um destes judeus que arrendou o Arquipélago Fernando Noronha.

Os autores são unânimes em afirmar esta inva-

Discurso proferido pelo Deputado Federal Cesario Barreto

— PDS — CEARA

28-08-1981

Senhor Presidente
Senhores Deputados

Não faz muito, no recinto desta Casa, S. Exa. o Sr. Ministro do Interior fez uma, como que prestação de contas da atuação de seu ministério na área do Polígono das Secas.

Para comprovar a atenção que dispensamos a seu relatório, vamos enumerar as estatísticas apresentadas naquela ocasião, como realizações do período 79/80:

- 13 mil açudes construídos e recuperados;
- 65 mil barridos;
- 31 mil cacimboes;
- 2 mil tanques e cisternas;
- 1 mil poços;
- 11 mil casas e armazéns;
- 313 mil hectares de terra plantados e/ou limpos;
- 100 quilômetros de canais de irrigação, num custo global de 22 bilhões de cruzeiros de recursos não-rembolsáveis, numa tentativa de construir uma infra-estrutura capaz de disciplinar, racionalmente, a captação e uso da água, e a adaptação agrícola de nossa gente aos ciclos de escassez de chuvas.

Foram e vêm sendo ações permanentes, vigorosas e continuadas para reeditar uma região que, não obstante as secas dos últimos anos, teve o crescimento de sua economia urbana superior ao crescimento da economia brasileira, só registrando-se um decréscimo da agricultura — apenas 7% — em relação ao desempenho nacional.

Quanto a recursos, para o corrente exercício, foram anunciadas as seguintes elevações:

- 100% para a FINOR;
 - 90% para os Programas Especiais;
 - 128% para o DNOCS e Codevasf;
 - 100% para o Banco do Nordeste.
- Os juros fixados demonstram a boa intenção de solucionar a problemática nordestina:
- 12% para os programas especiais;
 - 5% para o Projeto Sertanejo, dado suas características próprias;
 - 21% e 30% para aplicação agrícola na área oficialmente como secas, em contrapartida aos 35% para as demais regiões nordestinas e os 45% para o Sudeste e Centro-este.

Analisando o desempenho dos vários programas, vimos que o POLONORDESTE, para 1981, tem a dotação de 16 bilhões, beneficiando 9 milhões de pessoas 737 municípios num espaço de 809 mil km², onde já foram construídos quase cinco mil quilômetros de estradas vicinais, cerca de 3 mil quilômetros de linhas distritais de energia rural, 1.700 escolas e 800 postos de saúde.

O Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste, cuja finalidade é captar e armazenar as águas superficiais e subterrâneas das chuvas, terá neste exercício recursos da ordem de 8,3 bilhões de cruzeiros, e já registra as seguintes realizações: 23 açudes públicos construídos, 2.500 açudes particulares contratados e 1.400 poços públicos perfurados.

O Projeto Sertanejo, visando a valorização hidroagrícola da região e a colonização das pequenas e médias propriedades ao convívio das secas, vai contar com 11 bilhões de cruzeiros para suas atividades distribuídas por 76 núcleos que deverão atingir a 106 núcleos no final deste ano, beneficiando mais de 16 mil propriedades selecionadas dentre as 22 mil inscritas.

Concordamos que o problema do Nordeste não se resolverá do dia para a noite, embora seja possível transformá-lo, o que vem sendo feito com muito trabalho, com recursos permanentes e continuados, com capacidade executiva e com vontade política. Lembra-se de que a solução dos problemas do Nordeste não depende só de chuvas, mas também da modificação das técnicas de produção, da adequação da estrutura fundiária, da correção das deficiências da estrutura de apoio à produção e de maior facilidade de acesso ao crédito.

Não se pode deixar de louvar o elenco de realizações acima enumeradas, mas é indispensável reconhecer que as chuvas não vieram para anular os açudes, reeditar as poças e frutificar as lavouras, lembrados de poucos são os proprietários e muito os sem-terra.

É certamente para estes últimos é que foi criado o Plano de Emergência, que em 1979 beneficiou 9 milhões de pessoas, em 513 municípios, numa área de 539 mil km², números que em 1980 foram elevados para 778 municípios, numa área de 800 mil km², beneficiando a 13 milhões de pessoas.

Para quem, como nós, acaba de mais uma vez visitar o Nordeste, e retornar com a alma confrangida pelo sofrimento de nossos irmãos, a riqueza dessas estatísticas ainda estão longe de resolver a pobreza, quase miséria, do homem nordestino, agitado pelo terceiro ano consecutivo da seca.

Reconhecemos e proclamamos a validade de todos os programas, especialmente o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo, que necessitam ser revitalizados com mais recursos financeiros.

Quanto ao Projeto Sertanejo, desejamos dar um testemunho: o Núcleo de Sobral-Ce, implantado em dezembro de 1978, apresenta resultados satisfatórios que poderiam ter sido bem melhores, pois dos 294 agricultores inscritos, 142 tiveram seus projetos elaborados, mas apenas 66 foram contratados, por absoluta falta de recursos nos agentes financeiros — Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Exemplo bem marcante é o do

Banco do Brasil em Sobral, que, de dezembro de 1980 a julho de 1981 contratou apenas 10,4 projetos.

É a consequência mais lamentável e a distorção da imagem do projeto — o que equivale a quase a interrupção da imagem do Governo — perante os desiludidos agricultores, levando também à frustração ideológica, capazes e vontade como o são os que fazem o Núcleo de Sobral do Projeto Sertanejo, penalizados ainda com o trabalho do reajuste do pagamento dos projetos, a mais 30 dias após autorizados e não contratados, chegando a um mesmo projeto a ser reatualizado de 3 a 4 vezes.

Diante do exemplo, que põem em cheque a estatística acima, solicitamos para o Projeto Sertanejo três providências: 1 - reajustamento do teto de financiamento que atualmente corresponde a 650 MVR (maior valor de referência); 2 - alocação, para o Banco do Brasil, de pelo menos 30 milhões de cruzeiros por mês, a fim de atender à contratação de 13 projetos de investimentos e 15 planos de custeio mensalmente; e, 3 - maior injeção de recursos do projeto no Banco do Brasil, onde já operam 80% dos agropecuaristas da região.

Mas, e a situação do homem sem-terra? O homem faminto e doente, amargurado e sem perspectivas, verdadeiro armazém de decepção e descrença, vulcão em potencial passível de a qualquer momento despejar as lavas de seu desespero sobre a consciência nacional, que ainda não foi capaz de se aperceber de que o homem do campo esgotou todas as suas reservas de paciência e resignação, encontrando-se no limiar de uma situação que poderá levá-lo a uma crise de consequências imprevisíveis, geradas pela injustiça social imperante.

Para estes foi criado o Plano de Emergência, que, além de não atender a todos ainda oferece o salário mensal de Cr\$ 4.089,00 — para o atendimento de uma família, quando o feijão anda pelos Cr\$ 100,00 e a farinha o Cr\$ 45,00.

Nossa História

Padre João Mendes Lira

CAPITULO CBLXXII

AINDA OS JUDEUS EM SOBRAL

O Jornal Israelita do Rio de Janeiro, de 20 de agosto do corrente ano publicou esta minha carta sobre "A PRESENÇA DOS JUDEUS EM SOBRAL" que se constitui em um verdadeiro documento histórico.

Recebemos do Padre João Mendes Lira (Sobral-Ce), já conhecido aos nossos leitores pela reprodução

Edital de Citação

A Dra. Francisca Valquíria Sobrinha Dantas, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Sobral, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

FAZ SABER a quem interessar possa e conhecimento deste livro que, por este juízo e pelo expediente do Cartório do Escrivão que este subscreeve, se processa em termos do inventário e partilha dos bens deixados por Gemmaína Pinho Pessoa de Andrade, de cujo inventário foi nomeado inventariante o Dr. Osvaldo Marinho de Andrade. E como da relação consta, alda, relação de herdeiros consta Manoel Marinho de Andrade Neto, José Lino da Silveira Neto, Ademar Marinho de Andrade Filho, Nêlio Sílveira Marinho de Andrade, Nardem Lima Marinho de Andrade, Dr. Plácido Marinho de Andrade, Dr. Francisco Marinho de Andrade, todos residentes em Fortaleza, e Dr. José Marinho de Andrade, residente em Vitória da Conquista, pelo presente edital, com o prazo de trinta dias, ou cita e chama, para, dentro do prazo de dez dias, em conjunto, dizerem sobre as declarações, preliminarmente apresentadas pelo inventariante, após decorridos os vinte dias da publicação do Diário Oficial do Estado. E para que cheguem ao conhecimento de todos mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado, por cópia, no Diário Oficial do Estado e no bi-mensário Correio da Semana, que se edita nesta cidade. Dado e passado nesta cidade de Sobral, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco. Eu, Edelfonso Elcio Mendes Carneiro, 1º Escrivão, o ditlografiei e subscreevi. (s) Francisca Valquíria Sobrinha Dantas. Juíza de Direito. Esta conforme o original; dou fé.

Sobral, 11 de agosto de 1981

O 1º Escrivão
Edelfonso Elcio Mendes Carneiro

Que milagre vai operar o pobre nordestino para sobreviver com sua família?

Todos se recordam da resposta que o Senhor Presidente deu quando lhe perguntaram o que faria se ganhasse apenas o salário mínimo. Evidentemente que foi uma resposta sumária, por mistério, mas nem todos assim interpretam, e a Oposição está para explorá-la.

Mas, o que ocorre e vai ocorrer é exatamente o oposto: as espoliações das massas famintas, sem rumo e sem alternativas.

Embora, historicamente, tenha sido no Nordeste onde ocorreram grandes subversões de nossa Pátria, ainda parece restar um pouco de esperança na alma da desvalida gente nordestina.

Venia, pois, Senhor Presidente da República, em socorro do Nordeste, deste Nordeste varelo, cujas estatísticas se mostram recheadas de grandes realizações, mas cujo beneficiário maior e único — o HOMEM NORDESTINO — está amargurado de desânimo, mudo na sua saúde, na sua esperança, na sua alma, atingido no último reduto de sua resistência: — a barriga!

A solução precisa ser urgente, mas urgente mesmo.

Melhorando os salários da emergência. Agilizando os projetos do DNOCS. Incrementando ainda mais os projetos especiais.

Concedendo créditos mais baixos e distribuindo alimentos subsidiados.

Injetando mais recursos no POLONORDESTE e neste formidável SERTANEJO.

Somente assim fixaremos o homem no campo, evitando o êxodo rural para as cidades, onde a vida já começa a dar sinal de insuperável.

CECÁRIO BARRETO
Deputado Federal

neste jornal de trabalhos seus sobre os judeus em Sobral, a interessante carta, que reproduzimos abaixo:

Prezado Francisco Corrêa Neto

Meu livro, em que tratei de algumas questões referentes aos judeus em Sobral, já está praticamente esgotado. O seu, porém, está separado. Quando for ao Rio, em setembro, farei tudo para lhe entregar.

Há poucos dias descobri em Gradual uma sepultura judaica, como também anúncios de Casas Comerciais de judeus em Sobral.

Veja o que pesquisei junto ao Livro de Batizados da Igreja Católica de Sobral (Livro 07, folha 101 verso):

"Leiticia, filha de Moyses Membrina e de Rachel Benfaria, judeus, nasceu a três de janeiro de mil oitocentos e oitenta e seis, depois de ter sido devidamente instruída na fé católica e de ter abjurado a fé hebraica" (veja como eram as coisas naquele tempo). "foi por mim solenemente batizada na Igreja Matriz de licença episcopal, a 14 de setembro de 1911. racinhes: Raimundo Donizetti Gondim e D. Ana Donizetti Gondim. Para constar fir este assento que assino: Padre Dr. José Tupinambá da Frota".

Esta, acredito, constitui uma prova autêntica da presença de nossos irmãos judeus em Sobral no século passado.

Em um dos nossos jornais intitulada "A Cidade" de 21 de setembro de 1901, encontro o seguinte anúncio de uma Casa Comercial, que tenho certeza ser de um judeu:

"Marcuse Rippl J. Weill & Comp. avisam ao público sovraneas, assim como do interior, e especialmente as Exmas famílias, que se acha nesta cidade o seu representante com um grande acervo de jóias como sejam: pulseiras de ouro e brilhantes, anéis de ouro e brilhante, broches, brincos, rosas de ouro e brilhante, voltar de prata, chatelaines para relógios de senhores, cadêias de prata e platin, relógios para homens. Têxas, Botões para colarinho e Sôtre e muitos outros artigos que vençam por preços muitíssimos razoáveis. Exposição na Praça do Mercado no estabelecimento do Sr. Bruno F. de Albuquerque. Compre-se ouro velho pagando pelo melhor preço do Mercado. Ver para crer!

J. Weill & Comp. Rua Major Façudo, Ceará.

Outra presença marcante de judeus aqui é da família Gradvol. Brevemente terminarei minhas pesquisas e as reunirei todas em meu livro.

Desejaria muito saber qual a opinião do Casal Wolff sobre estes dois casos. Tenho recebido mais espagadamente nosso querido Jornal Israelita.

Com os votos de muitas felicidades subscrevo-me com estima e respeito.

Padre João Mendes Lira
Sobral, 20 de julho de 1981.

Nota da Redação: — Seria interessante saber se o caso mencionado restaram descendentes em Sobral ou alhures.

ANEXO H - LISTA DE ENTREVISTADOS

- Mestra Anísia, in memoriam, freira residente em Sobral (entrevista em: 05/08/2005).
- Raimundo Nonato Rodrigues, professor, residente em Sobral (entrevista realizada em: 20/11/2005).
- Aduino Feijão, in memoriam, aposentado, residente em Groaíras (entrevista realizada em: 08/07/2006).
- Maria Feijão, in memoriam, professora aposentada, residente Groaíras (entrevista realizada no dia 10.05.08).
- José Maria Feijão, in memoriam, vereador, residente em Groaíras (entrevista realizada no dia 15.06.08).
- Carlos Guimarães, bancário, residente em Sobral (entrevista realizada no dia 10.05.08).
- Maria Feijão (entrevista realizada no dia 10.05.08).
- José Maria Feijão (entrevista realizada no dia 15.06.08).
- Carlos Guimarães (entrevista realizada no dia 10.05.08).
- Francisco Aragão Dourado, empresário, residente em Fortaleza (entrevista realizada em: 07/08/2009).
- Batista Cassiano Feijão (entrevista realizada no dia 08.10.09).
- Júlio Feijão (entrevista realizada no dia 05.09.09).
- Zita Maria Rodrigues (entrevista realizada no dia 10.10.09).
- Maria Rodrigues (entrevista realizada no dia 11.10.09).
- Assis Feijão (entrevista realizada no dia 20.09.09).
- Rosa Feijão (entrevista realizada no dia 13.10.09).
- Francisco de Assis Oliveira (entrevista realizada no dia 13.10.09).
- Batista Cassiano Feijão, in memoriam, ex prefeito de Groaíras, residente em Groaíras. (entrevista realizada no dia 08.10.09).
- Júlio Feijão, in memoriam, aposentado, residente em Groaíras (entrevista realizada no dia 05.09.09).

-Zita Maria Rodrigues, professora aposentada, residente em Groaíras (entrevista realizada no dia 10.10.09).

-Maria Rodrigues, comerciante, residente em Groaíras Ce. (entrevista realizada no dia 11.10.09).

-Assis Feijão, in memoriam, aposentado, residente em Groaíras Ce. (entrevista realizada no dia 20.09.09).

-Rosa Feijão, in memoriam, aposentada, residente em (entrevista realizada no dia 13.10.09).

-Francisco de Assis Oliveira, servidor público municipal, residente em Groaíras (entrevista realizada no dia 13.10.09).

-Francisco Muniz Tabosa, in memoriam, aposentado (entrevista realizada em: 08/07/2009).

-Francisco Sadoc de Araújo, historiador e pároco, residente em Sobral (entrevista realizada em: 05/11/2010).

-Roxana Saldanha, promotora de justiça, residente em Portugal (entrevista realizada em: 25/11/2020).

-Denis Guimarães, professor, residente em Sobral (entrevista realizada 11/08/2021).

-José Ireland Menezes, servidor público, residente em Sobral (entrevista realizada em 02/12/2021).

-Falb Feijão, empresário, residente em Sobral (entrevista em: 15/12/2021).

-Cecy Almeida, residente em Sobral, aposentada (entrevista realizada em: 11/08/2021).

-Gilberto Ventura, Rabino, residente em São Paulo (entrevista realizada em 20/07/2021).

Renise Furtado de Mendonça, genealogista, residente em Portugal (entrevista realizada em: 11/08/2021).

-Gilberto Feijão, advogado, residente em Sobral (entrevista em: 28/08/2021).

-Gerardo Feijão, taxista, residente em Sobral (entrevista em: 01/07/22).

-Paulo Farias Feijão, pedreiro, residente em Sobral (entrevista em: 03/07/22).

-Pedro Nilo Feijão, empresário, residente em Sobral (entrevista realizada em 02/07/2022).

-Tarcísio Linhares, médico, residente em Sobral, (entrevista realizada em 04/07/2022).

-Vicente José Rodrigues, enfermeiro, residente em Cariré (entrevista realizada em 01/06/2022).